

40ph!s

**Encontro de Pesquisa
em História UFMG**

CADERNO DE RESUMO

12 a 15 de maio

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS**



IV ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

1ª Edição

ISBN: 978-85-62707-68-1

Caderno de Resumos de Simpósios Temáticos e Comunicações
Livres



Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Belo Horizonte
12 a 15 de Maio de 2015

Caderno de Resumos/IV Encontro de Pesquisa em História da Universidade Federal de Minas Gerais-2015; Organização: Denise Aparecida Sousa Duarte, Gislaine Gonçalves, Raquel Marques, Wesley Fernandes Rodrigues - Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

205 p.

Texto em Português

ISBN: 978-85-62707-68-1

900. Geografia e História.

Jaime Arturo Ramírez
Reitor da UFMG

Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-Reitora da UFMG

Fernando de Barros Filgueiras
Diretor da FAFICH

Carlo Gabriel Kszan Pancera
Vice-Diretor da FAFICH

Ana Carolina Vimieiro
Chefe do Departamento de História

Luiz Carlos Villalta
Coordenador do Colegiado de Pós-Graduação em História

André Miatello
Coordenadora do Colegiado de Graduação em História

Realização

Departamento de História – UFMG

Comissão Organizadora

Alexsandra França

Bruno Duarte Guimarães Silva

Bruno Vinícius de Moraes

Denise Aparecida Sousa Duarte

Fábio Baião

Felipe da Silveira Malacco

Gislaine Gonçalves

Luiza Rabelo Parreira

Maíra Nascimento

Pamela Naumann

Paulo Renato Silva de Andrade

Raquel Marques

Wesley Fernandes Rodrigues

Arte Gráfica

Gislaine Gonçalves/Fábio Baião

Monitores

Amanda Alexandre Ferreira Geraldés
Ana Luisa Ennes Murta e Sousa
Bárbara Munaier Oliveira
Camila Nunes Vieira Gonçalves
Daniela Coelho Brandão
Fabrício Seixas Barbosa
Felipe Augusto Souza Costa
Francisco Gonçalves de Almeida
Gabriel Felipe Silva Bem
Gabriela Freitas Rocha
Geisiane Souza Camara
Gustavo Bianch Silva
Ivangilda Bispo dos Santos
Luiza Carvalho Miranda
Luíza Lima Dias
Luiza Porto de Faria
Marina Braga Burgarelli
Marlon Marcelo
Mikaela Monteiro Moraes
Paula Miranda de Oliveira
Suellen Alves de Melo

Apoio

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em História
Programa de Graduação em História
Centro de Estudos Mineiros – CEM
Centro de Estudos sobre a Presença Africana no Mundo Moderno -
CEPAMM
Centro Acadêmico de História – CAHIS/UFMG
Revista Varia História
Revista Temporalidades

Sumário

Apresentação.....	9
Caderno de Resumos: Simpósios Temáticos e Comunicações Livres	
ST 1 - História Antiga e recepção clássica.....	10
ST 2 - Poder e Fé na Idade Média.....	15
ST 3 - Teoria da História e História da Historiografia.....	23
ST 4 - História Intelectual e de intelectuais perspectivas teórico-metodológicas.....	33
ST 5 - História, gênero, política e sexualidade Memórias e Identidades na escrita da história.....	43
ST 6 - Patrimônios culturais olhares diversos.....	56
ST 7 - História e Inquisição história inquisitorial, fontes inquisitoriais e suas aplicações nos estudos sobre religião, política e sociedade.....	65
ST 8 - Arte e sociedade novas perspectivas de análise sobre o fazer artístico.....	71
ST 9 - História das Ideias e Ideologias.....	79
ST 10 - Imagens como fontes Usos e leituras.....	84
ST 11 - Religião e Religiosidades entre práticas e institucionalizações.....	92
ST 12 - Dinâmicas da conquista identidades, etnicidades e mestiçagens nos domínios ibéricos.....	104
ST 13 - Política, Cultura, Economia e Sociedade nas Américas nos séculos XIX e XX..	109
ST 14 - História da educação e das práticas educativas no Brasil diálogos interdisciplinares na construção do ensino.....	125
ST 15 - História da África e ensino no Brasil III.....	135
ST 16 - Família livre, família escrava múltiplas perspectivas e múltiplos olhares.....	143
ST 17 - O oitocentos de crise a crise dinâmicas culturais, sociais, econômicas e políticas no Brasil (1808-1889).....	147
ST 18 - Relações de Poder Conflitos e Negociações em uma perspectiva histórica no século XX.....	159

ST 19 - Ditadura e Transição Política no Brasil sociedade, política e cultura no regime militar brasileiro (1964-1985)	166
ST 20 - Cultura Intelectual Brasileira.....	180
Comunicações Livres.....	189

APRESENTAÇÃO

Aproveitando que no ano de 2015 o Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais comemora vinte e cinco anos de existência, o Encontro de Pesquisa em História-EPHIS, em sua quarta edição, propõe uma discussão sobre os programas de pós-graduação em História no Brasil, a situação da pesquisa histórica no país e as abordagens historiográficas que se consolidam e se estruturam no contexto atual.

A iniciativa de debater sobre o tema dos programas brasileiros de pós-graduação em História no âmbito do EPHIS é propícia ao considerarmos que o evento vem se firmando como um importante ambiente de encontro de estudantes e pesquisadores da área, recebendo nesse ano mais de setecentos inscritos das mais diversas universidades do país. Se em seus primórdios o evento, uma iniciativa do corpo discente de História, destinava-se a criar um ambiente de debate para os estudantes da UFMG, hoje seus interlocutores provém do mais diversos polos do país, com as mais diferentes abordagens e perspectivas, e nada mais importante do que entender a construção desses ambientes de pesquisa histórica, sua configuração atual e as expectativas para o futuro da pesquisa histórica.

Além da proposta acima apresentada, que será especialmente enfatizada nas mesas de abertura e mesas redondas propostas pelo evento, vinte simpósios temáticos vão possibilitar o debate entre jovens e experientes pesquisadores da área de história e abordagens afins, além de quinze minicursos e das mesas de comunicações livres, o que vai permitir amplas e diversificadas formas de participação.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 1 - História Antiga e recepção clássica

Coordenador: Igor Cardoso
Doutorando/ Universidade Federal de Minas Gerais

Antônio Leandro Gomes de Souza Barros
Doutorando/Universidade Estadual de Campinas

Considerações sobre a mimetologia: sapatos e sapatarias

Daquelas que foram consideradas as mais excelentes pinturas na antiguidade, a História da Arte ainda hoje não encontrou qualquer registro visual capaz de assegurar a representação dos originais – perdidos praticamente desde sempre. Portanto, a recepção dessa riquíssima tradição pictórica tem dependido desde então de seus desdobramentos literários, em particular as anedotas do *Livro 35*, de Plínio, o Velho (séc. I). Tendo sido organizado retoricamente como um tipo de museu imaginário, configurando o cânone da pintura antiga, o *Livro 35* é uma fonte fundamental sobre o legado pictórico clássico. Para a historiografia moderna o livro está composto de pinturas ideativas, invisíveis, e nunca averiguadas empírica, crítica e historicamente. Contudo, justamente por essa característica textual, a historiografia pliniana tem permitido, ao longo dos séculos, variadas revisões e reinterpretções por parte de artistas, bem como de críticos e de historiadores da arte. Dentre outras influências, teve grande repercussão particularmente entre os pintores renascentistas, e serviu de agon à história da arte de Giorgio Vasari.

Contudo, propomos um estudo de caso de uma relação até agora insuspeita, posto que indireta. Trata-se do encontro das questões de arte que residem nas pinturas de sapatos de Van Gogh e das ditas pinturas de sapatarias de Pireico (segundo Plínio, um dos grandes nomes da antiguidade). O que interessa à comunicação é, através desse caso, propiciar um pensar da própria ideia de mimese e de suas consequências desde as lições platônicas. Assim, é possível enriquecer a fortuna crítica mínima de Pireico, mas também, através dele, acrescentar novos elementos aos sapatos pintados de Van Gogh – que por si só geraram acalorado debate teórico no século passado (em Heidegger, Schapiro, e Derrida). Portanto, reavaliando a noção de tradição, trata-se muito mais de uma proposta de encontro acerca de uma questão artística, isto é, relação em que um afeta o outro e vice-versa, do que como vínculos objetivos, cadeias historiográficas causais de intenções e influências.

Caroline Morato Martins
Graduada/ Universidade Federal de Ouro Preto

***Cena Trimalchionis*: uma leitura de imagens**

Este trabalho pretende apresentar uma leitura do vocabulário imagético presente no *Satyricon*, obra composta em 65 d.C e atribuída a um aristocrata que possivelmente pertenceu ao círculo social do imperador Nero. Pensando a relação entre decoro e imagem, analisaremos trechos que confluem para uma característica entendida nos capítulos da obra intitulados *Cena Trimalchionis* (25-78): as imagens narradas formam

uma mistura, onde diferentes códigos sociais se anunciam. Ou seja, na Cena, onde um rico liberto chamado Trimalchio oferece um banquete em sua luxuosa casa, o que parece comum à maioria dos convidados, que como o anfitrião são libertos, não é reconhecido por outras personagens presentes no mesmo banquete.

O personagem é central por ressaltar, muitas vezes representando em si próprio, as oscilações entre esses diferentes códigos sociais, já que a todo momento ele tenta unir códigos díspares com o fim de demonstrar à seus convidados ser detentor de grande erudição. Durante essa tentativa, então, ocorre quebra de decoro, onde o expectador é sempre surpreendido, e nessas rupturas é que o irônico da obra se compõe.

Entendemos que o decoro expresso pelos libertos da Cena mostra-se nas representações visuais a partir, sobretudo, das representações de suas trajetórias, tão enfatizadas pelos personagens e em especial por Trimalchio. O personagem Encólpio narra detalhadamente a pintura posta logo na entrada da casa do banquete, que traz a trajetória de Trimalchio de escravo a homem de incontável riqueza. O ex-escravo, ao fim do banquete, também informa minuciosamente como desejava o seu monumento funerário e o seu próprio funeral, além citar informações testamentárias.

Portanto, analisaremos como as imagens verbais apresentadas na fonte funcionam como instrumento da memória, no caso, dos libertos retratados na Cena. A partir da trajetória narrada/pintada na casa de Trimalchio, apontaremos como sua trajetória é valorizada por ele e pelos demais libertos, e como essa trajetória é apresentada através da representação de diversos e contraditórios elementos.

Daniel Barbosa dos Santos
Doutor/ Bolsista PNPd Pós-Doc e Professor Colaborador da UFAL

Thomas Mann e a cultura grega

A comunicação analisará a dimensão e a importância de aspectos da cultura grega em algumas cartas e obras do escritor alemão Thomas Mann (1875-1955). Recorrendo à tradição do Classicismo de Weimar (1772-1805) – uma das clivagens culturais de seu mundo intelectual, particularmente às obras de Goethe, Nietzsche e Schiller – Mann demarca em seu pensamento e obra a recepção do helenismo no ambiente intelectual alemão de seu tempo, especialmente a temática do homoerotismo evocada no platonismo e o debate em torno dos conceitos de apolíneo e dionisíaco.

Gabriela Paiva de Toledo
Mestranda/Universidade Estadual de Campinas

O *Idea del Tempio della Pittura* de Giovanni Paolo Lomazzo à luz da recepção e interpretação da *Poética* na segunda metade do século XVI

O *Idea del Tempio della Pittura* (1591), coadunado ao *Trattato dell'arte della pittura, scoltura et architettura* (1584), forma o corpus textual principal da teoria sobre arte de Giovanni Paolo Lomazzo, pintor e teórico milanês da segunda metade do século

XVI. Enquanto que no *Trattato*, Lomazzo lida com questões de aplicação mais prática, discorrendo sobre cada um das sete partes da pintura e dedicando a cada uma um capítulo no qual explica, exemplifica e aplica os preceitos teóricos considerados por ele paradigmáticos, baseado nos cânones clássicos e modernos, reserva ao *Idea* suas reflexões de cunho mais filosófico tentando elaborar uma teoria que satisfizesse algumas questões suscitadas pelo seu tempo. Os questionamentos que atravessam todo o *Idea* se tratam, portanto, de indagações que também percorriam os demais teóricos da segunda metade do século XVI: como explicar a *maniera* pessoal do artista? E, como é possível existirem diversas maneiras pessoais distintas entre si e ao mesmo tempo belas e perfeitas? Em resposta a esses questionamentos, Lomazzo elabora uma teoria artística que combina diversas correntes teóricas vigentes em seu tempo como o aristotelismo, o neoplatonismo, a magia natural, a astrologia, a alquimia e a medicina humoral, em um esforço para harmonizar a ideia aristotélica da arte permeada pela regra e resultante de um processo racional com a expressão pessoal do artista. Neste artigo, tentarei realizar uma reflexão sobre o diálogo entre a recepção e a interpretação da *Poética* de Aristóteles, trazida ao debate teórico do século XVI sobretudo a partir da década de 1540, e o pensamento de Lomazzo manifesto no *Idea*, e, talvez, estabelecer uma possível hipótese de uma reação direta dessa obra à discussão em torno da *Poética*.

Igor Barbosa Cardoso

Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais/Prof. Substituto, classe Auxiliar, na UFVJM

O corpo e a escrita: apontamentos de análise para a recepção de Longo por Roberto Freire (1963-1965)

O romance de Longo, *Dáfnis e Cloé*, é a obra entre os cinco cânones da prosa ficcional em língua grega mais revisitada, citada e apropriada a partir do Renascimento clássico até os dias atuais. No Brasil, Roberto Freire publicou *Cléo e Daniel* em 1965, referência marcante aos personagens de Longo, cujos primeiros esboços foram escritos na cela do DOPS, preso por sua militância política explícita nas reportagens e nos artigos produzidos no “Brasil, Urgente”, junto aos padres dominicanos organizados na Ação Popular. Pretende-se apontar, como primeiro passo de investigação, elementos que subsidiam a importância de analisar a produção literária de Freire, em vista de melhor caracterização da recepção clássica durante a ditadura militar brasileira.

Nathália Sacha de Araújo Guimarães Medeiros
Graduada/Universidade Federal de Ouro Preto

O retrato dos hereges pela retórica de Ireneu de Lyon

O presente trabalho possui como objetivo apresentar o retrato produzido pelo bispo Ireneu de Lyon acerca dos hereges, em sua obra *Adversus Haeresis*, escrita por volta do século II d.C. Por meio da retórica, Ireneu de Lyon pretende refutar a doutrina dos chamados gnósticos-cristãos, tidos por ele como hereges, ou seja, aqueles que escolheram seguir outras formas de pensamento e fé distintas daquela que Ireneu expõe enfaticamente como única e verdadeira.

Serão analisadas as questões acerca da maneira como esses hereges são denominados detentores de uma falsa gnose, porque tais reflexões englobam um ângulo não só religioso mas também social, tanto ainda moral, pois as ações que elas definem se traduzem no que foi documentado daquele tempo presente, além do que se manteve pela Patrologia e se difundiu na tradição cristã.

É necessário o exame acerca dos pontos de divergência que Ireneu de Lyon explora ao longo de sua obra, pois tratam de dois ‘ramos’ da cristandade que brotavam e começavam a interferir tanto na esfera política quanto social, sob a égide religiosa. Ireneu incita o leitor diversas vezes a seguir seu caminho pois assim entenderá as formas de refutar todas as outras formas de pensamento.

Será principalmente abordada a utilização da retórica ao longo da obra, através da constante acusação de que os hereges seduziam com palavras, em contraposição ao fato de Ireneu também empregar este método em *Adversus Haeresis*. Ele alega não possuir retórica ou excelência de estilo, mas demonstra certa habilidade e conhecimento de filosofia.

Diante disso, Ireneu produz sua interpretação sobre os gnósticos, desenvolvendo assim um retrato dos mesmos, todavia renegado e deturpado pela estética de sua retórica, utilizada para criar estratégias de denúncia. Em seguida expõe sua teologia preparando o leitor para a verdade contida apenas na Bíblia e na tradição apostólica, promovendo com essa forma de argumentação uma advertência e principalmente um ensinamento, o que o torna válida esta análise, ao combinar um treinamento retórico à proclamação cristã.

Priscilla Gontijo Leite
Doutora/Centro Universitário UNA

A política de arrecadação de impostos na Atenas em crise

O principal objetivo dessa comunicação é apresentar a política de arrecadação de impostos por meio do instrumento *eisphora* e os mecanismos violentos que Andrócion utilizou para esse fim. Para isso, utilizaremos o discurso de Demóstenes *Contra Andrócion* e buscarem entender as relações sociais entre os envolvidos no conflito e as razões para a caracterização negativa de Andrócion. Por fim, também será elucidado a crise econômica que Atenas enfrentava e seu enfraquecimento devido a Guerra Social. O discurso *Contra Andrócion* é um dos primeiros trabalhos de Demóstenes como logógrafo e foi importante para sua inserção no grupo político que era contrário a expansão do poderio da Macedônia na Grécia.

Tomaz Pedrosa de Tassis
Graduando/ Universidade Federal de Minas Gerais

***Ἐν ἀρχῇ ἦν ὁ μῦθος*: Mito de Prometeu e a significação histórica da existência humana**

As questões sobre a origem de tudo e o significado da existência humana há muito obsedam a humanidade. O mito de Prometeu, descrito inicialmente por Hesíodo nos *Trabalhos e os Dias* e na *Teogonia*, e posteriormente trabalhado por Ésquilo na tragédia *Prometeu Libertado*, pode ser encarado como uma tentativa de explicação

mítica para o significado da existência humana. O trabalho em questão pretende realizar uma hermenêutica das narrativas sobre Prometeu tanto entre os antigos, como Hesíodo e Ésquilo, quanto entre os poetas românticos europeus, representados aqui por Byron e Shelley. Objetiva-se aqui demonstrar as profundas conexões entre as narrativas míticas e a *Weltanschauung* das sociedades que as produzem, sendo o mito de Prometeu uma narrativa exemplar para o aprofundamento de tal questão. Para realizar tal empreitada nos apoiaremos nas obras de autores como J.P.Vernant, F. Solmsen, L.Séchan, G. Dumézil e Mircea Eliade.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 2: Poder e Fé na Idade Média

**Coordenadores: Aléssio Alonso Alves
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais**

**Felipe Augusto Ribeiro
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais**

Aléssio Alonso Alves
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais

Política e Heresia: o combate à autonomia da comuna de Viterbo e a bula papal *Vergentis in senium* (1199)

Inserida no interior de uma constância de projetos doutrinários pontificais que teria se estendido desde o início das duas últimas décadas do século XII até pelo menos meados do século seguinte, a bula papal *Vergentis in senium* é considerada pela historiografia como um dos documentos mais importantes em matéria de repressão à heresia, uma vez que equiparou esse crime ao de lesa-majestade. Promulgada por Inocêncio III em 1199, a bula, todavia, possuía um destinatário específico e, originalmente, não se voltava a um combate genérico da heresia. Seu destinatário era a comuna de Viterbo, localizada no norte do Patrimônio de São Pedro (terras papais) no centro da Península Itálica. A partir da consideração das dinâmicas de instauração e consolidação das comunas e da conjuntura política local da época, o objetivo desse estudo é demonstrar e avaliar a maneira como a acusação de heresia feita a Viterbo por meio da bula *Vergentis in senium* se deu a partir de problemas políticos, não doutrinários, e que por meio dela objetivou-se fortalecer a jurisdição papal sobre um território que a comuna, por sua vez, também buscava afirmar o seu próprio poder.

Alexsandra Pimentel França
Graduanda/Universidade Federal de Minas Gerais

A política matrimonial e a o bispado de Isidoro de Sevilha no reino visigodo

As relações matrimoniais régias na casa visigoda tiveram outra perspectiva, quando Isidoro assume o bispado de Sevilha. Havia dois projetos opostos para o reino, uma que tinha em vista o fortalecimento por meio das relações matrimoniais e outro que buscava fortalecer o credo de Niceia e fazer com que o reino fosse uma extensão da igreja. O período estudado trata à história do casamento e busca, precisamente, analisar o reino entre os séculos VI a VIII. A análise parte da interpretação dos acordos jurídicos discorrido nos Concílios convocados nos séculos citados e dos deixados de Isidoro, o bispo de Sevilha. Discorreremos sobre vários casamentos que envolveram Goswinta e seus parentes mostrando as estratégias pretendidas e, por fim, as mudanças das relações matrimoniais sob a perspectiva de Isidoro de Sevilha. Já é de bastante conhecimento a importância que o mundo germano se concedia aos enlacs matrimoniais entre os membros de distintas casas reais para selar alianças. Na alta idade média o fortalecimento por alianças e a possibilidade de efetivar a boa economia garantiam a

posição favorável de um rei diante de seus rivais. O discorrer da história dos visigodos demonstra que enquanto Leandro de Sevilha parecia ver no casamento um importante meio diplomático para a política visigoda, Isidoro não demonstrava tanta preocupação nesse aspecto, o mais importante era o fortalecimento régio ligado aos fundamentos da igreja. A abordagem do tema não busca direcionar os estudos seguindo as diretrizes catastróficas, que busca reduzir a política visigoda com a mera administração de facções que fazem alianças entre si, com o objetivo de buscar a estabilidade. Mas, acima de tudo, refletir o matrimônio como a busca por, ao menos em certa medida, estabelecer uma continuidade com a política romana.

André Araújo de Oliveira
Mestrando/Universidade Federal do Maranhão

A influência da religiosidade pré-cristã escandinava na *Byskypa sögur* sobre o Guðmundr Arason (1161 – 1237)

Essa comunicação tem como intuito apresentar a influência da religiosidade pré-cristã escandinava na *Byskypa sögur*, por meio da análise da *Guðmundar saga biskups*. A cristianização da Islândia se iniciou por meio da *allþing*, assembleia geral, de 999, em um processo de longa duração no qual o impulso inicial dado pelo rei Norueguês Oláfr Tryggvason abriu as portas para a atividade episcopal. A primeira sede episcopal islandesa foi implementada em 1056 em Shálholt pelo bispo Ísleifur Gissurarson, essa sede abria espaço para um papel mais presente do clero na sociedade islandesa, ainda seguidora da religiosidade escandinava pré-cristã. A influência da religiosidade escandinava pré-cristã se deu na documentação por meio de seres sobrenaturais dos costumes pré-cristãos, assim como milagres com elementos híbridos da cultura pré-cristã com a cultura cristã. A documentação, *Guðmundar saga biskups*, narra a vida de Guðmundr Arason (1161 – 1237), o quinto bispo da segunda diocese da Islândia, Hólar. Essa influência acabou levando o cristianismo islandês adaptar-se, de tal modo que necessitou incorporar elementos já presentes no imaginário social no seu discurso.

Caroline Coelho Fernandes
Mestranda/Universidade Federal de Ouro Preto

A controvérsia iconoclasta: uma disputa em torno das imagens religiosas

A crise iconoclasta ocorrida entre 726 a 843 em Bizâncio foi uma luta em torno das imagens religiosas no Oriente medieval que culminou na destruição e proibição do culto das mesmas pelo imperador, em prol, inicialmente, de uma purificação do cristianismo, o que ainda é discutido entre os pesquisadores como único motivo de seu início, visto que através de uma análise mais profunda do evento, é possível perceber outras razões não religiosas. Essa batalha em torno das imagens religiosas em Bizâncio nos chama a atenção por ter ocorrido em uma sociedade condicionada pela religião cristã e por suas tradições, o que nos parece, assim, uma controvérsia.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é discutir as razões que poderiam ter levado à eclosão da iconoclastia, posto que, nessa sociedade, a imagem adquiriu um importante lugar enquanto uma das mais importantes formas de ensinamento do dever

cristão e uma das formas de manifestação de sua religiosidade. No entanto, é preciso salientar também que essa sociedade se constituiu a partir de influências europeias e asiáticas, destacando o fato de que os imperadores iconoclastas eram de origem asiática, região conhecida como um grande foco de heresias.

Por outro lado, ao analisar todo o processo entendemos que a imagem enquanto um objeto de disputa entre iconoclastas (aqueles que são contra as imagens) e iconófilos (aqueles que defendem as imagens) pode ser vista enquanto um objeto de poder que atende a diversos interesses nessa sociedade.

Danielle de Oliveira dos Santos-Silva
Doutoranda/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Os muitos papéis da Rainha – O conceito de *Queenship* em Portugal Medieval

Este trabalho parte dos estudos sobre *Queenship*, o conjunto de prerrogativas referentes à Rainha e seus múltiplos papéis no contexto de Portugal Medieval. *Queenship* é um conceito que vem sendo trabalhado pela historiografia anglo-saxã desde a década de 1990, e tem ampliado os horizontes dos pesquisadores interessados nas mulheres oriundas da realeza medieval. Os pesquisadores que trabalham com este conceito em Portugal e Espanha, mantêm o termo original em inglês pela falta de uma definição concisa nas línguas latinas que possa ser utilizado para dar a amplitude que os estudos de *Queenship* abarcam.

O fato é que o papel político e social da rainha foi longamente menosprezado, se considerarmos que a história foi escrita por homens sobre homens: os reis, seus ministros e conselheiros. E conforme sinalizado por Theresa Earenfight, estas leituras nos dão a percepção de famílias onde não existiam mulheres. Na documentação medieval, as mulheres aparecem, quase sempre, em contextos de exceção. Elas estão visíveis em seus casamentos e em sua morte, pois geralmente, são nestas ocasiões que uma rainha é citada nas crônicas que registram os feitos que lhe são contemporâneos. Fora destes momentos, encontramos mais frequentemente figuras femininas envolvidas em escândalos ou atos de caridade. Aparentemente as rainhas de má fama também se estabeleceram nos registros e imaginários medievais como exemplos do que *não* fazer.

É importante observar que nos múltiplos reinos da alta idade média, o casamento era um assunto de cunho pessoal, que envolvia os interesses locais, e fazia com que o monarca eventualmente praticasse a poligamia, não existindo a obrigação de primogenitura ou legitimidade para que um filho fosse herdeiro de seu pai. Isto fazia com que o papel da rainha não fosse claramente estabelecido, dando espaço para repúdios, divórcios, novos casamentos e reposicionamentos sociais. A evolução do casamento dentro da órbita da Igreja, que o tornou um sacramento, foi um fator de excepcional importância para a valorização do papel da rainha. Foi o momento em que ela se tornou peça fundamental para a legitimação da dinastia. Era através de seus filhos que a linhagem sobreviveria, e sua influência no âmbito familiar, aumentou.

A questão é que as rainhas eram posicionadas no jogo político de forma que sua origem e parentesco não pudesse deixar de ser levada em consideração. Rainhas eram sempre a irmã, filha, esposa ou mãe de algum soberano. Em seus múltiplos papéis, ela poderia ser encontrada como sendo a **rainha consorte**, casada com o rei, a **rainha mãe**,

mãe do rei, a **rainha regente**, na ausência de seu marido ou filho, a **rainha tenente**, braço direito do monarca que se encontrava em outra parte de seu domínio, a **rainha viúva**, após a morte do rei. Estes papéis por sua vez, poderiam ser subsequentes ou simultâneos, para complicar mais a identificação.

O objetivo deste estudo específico é analisar brevemente as relações dos reis portugueses com suas consortes sob a ótica dos estudos de *Queenship*, entre os anos de 1373 e 1415 que compreendem o governo de D. Fernando, desde seu casamento com D. Leonor Teles de Meneses, e o governo de D. João I, até a morte de D. Filipa de Lencastre, sua esposa.

Em relação às prerrogativas do poder da rainha, alguns aspectos devem ser analisados detidamente. A relevância da família de origem, a importância geopolítica do país de onde vem, questões referentes à riqueza pessoal, à fertilidade, à piedade e sua capacidade de interceder junto ao rei ou influenciá-lo. Intercessão e influência são aspectos similares do *Queenship* com resultados diferentes conforme veremos. Para um estudo preliminar e efeito de exemplificação, vamos fazer a comparação entre a Rainha D. Leonor e a Rainha D. Felipa utilizando os critérios referentes ao *Queenship*.

Felipe Augusto Ribeiro
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais

Comunas papais? Hipóteses sobre a implantação de regimes comunais nas cidades do Patrimônio de São Pedro (1157-1199)

Esta comunicação trata da história dos regimes comunais na Itália dos séculos XI-XIV. Mais precisamente, analisa a implantação e o desenvolvimento deste tipo de regime nas cidades pertencentes ao chamado Patrimônio de São Pedro, entre os anos de 1157 e 1199. A documentação sobre algumas dessas cidades – trataremos especificamente de Orvieto, Viterbo e Ferrara – sugere um relacionamento assaz próximo entre os pontífices romanos e as cúrias diocesanas locais no ato de instituição de seus regimes comunais, todavia, essa relação nem sempre parece ter sido amistosa o bastante para que se coloquem as cidades e os papas sempre como colabores. Assim, este trabalho procurará delinear a hipótese de que a proclamação desse tipo de regime foi uma estratégia *ad hoc* mobilizada numa aliança momentânea entre as cúrias e o papado para romper com os poderes dos bispos locais, frequentemente aliados das grandes aristocracias regionais na apropriação e na gestão de feudos. Para embasar tal hipótese se recorrerá a fontes verbais de cunho diplomático – decretos, epístolas, bulas e testamentos – que serão cruzadas, além de comparações entre os processos políticos desenrolados em cada uma das três cidades acima referidas. Será feita também uma análise semântica de alguns conceitos e nomes presentes nessa documentação, como *ecclesia*, *populus*, *civitas* e *consulatus*. O resultado esperado com a formulação dessa hipótese é que se viabilize outra leitura das relações que as comunas e os papas mantiveram entre si, que se percebam as iniciativas diplomáticas locais e os limites do mando petrino sobre a área do Patrimônio, bem como se evidencie a pluralidade de senhorios que nela se agregam e se chocam.

A hagiografia de São Romualdo como vetor de Memória Social

A *Vita de San Romualdo* (c.956-c.1027) um eremita nascido na cidade de Ravena e fundador das ermidas de Fonte Avellana (c.1012) e Camaldoli (c.1023) tornou-se fonte referencial para a análise e identificação da efervescência eremítica-cenobítica ao longo do século XI, pois, representou por meio do exemplo póster, o surgimento de novas demandas espirituais centradas na solidão física e no contato social regrado entre monges e laicos. O gênero hagiográfico representou, na transição do século X para o XI, uma importante ferramenta de intervenção político-religiosa, pois, embasado na preservação da memória e na difusão das práticas sociais vigentes, direcionou os cristãos para a experimentação de novos modelos de vida ascética, posteriormente, reconhecidos institucionalmente pela *ecclesia* romana. Retornar as bases eremíticas contidas na hagiografia de São Romualdo, identificando quais as suas postulações sociais para o exercício da espiritualidade ocidental nos propiciará traçar o quadro histórico-temporal em que a *Vita de São Romualdo* foi escrita por Pedro Damiano no ano de 1042, assinalando, o papel da hagiografia como um instrumento de edificação da memória social e definição de um estilo de vida eremítico centrado especificamente no combate a simonia e ao nicolaísmo, bem como, as motivações de Pedro Damiano em se responsabilizar pela produção hagiográfica da vida eremítica de Romualdo de Ravena.

Olga Pisnitchenko
Doutoranda/ Universidade Federal de Minas Gerais

Aristocracia e monarquia no exercício de poder político e militar em Castela nos séculos XII e XIII

A gênese das relações entre a aristocracia e monarquia, durante os primeiros séculos de *Reconquista*, não podem ser interpretados de forma inequívoca. A expansão territorial promovida pela monarquia asturo-leonesa exigia cada vez mais homens na administração das terras recém-conquistadas, cuja participação no governo do reino promovia-se através do desempenho de ofícios públicos muitos dos quais, com passar do tempo, acabaram se confundindo com as dignidades, títulos ou distinções concedidos pelo monarca; e que, independentemente de outras aplicações, traziam um reconhecimento de relevo sócio-político ao beneficiados e a obtenção, por delegação regia, do governo de certos territórios denominado tenência. O tenente como representante do rei era a autoridade máxima nas terras de sua jurisdição, o que evidentemente lhe garantia preeminência nos aspectos sociais e econômicos, os quais eram ao mesmo tempo causa e consequência da sua autoridade política e militar. Ao lado da representação do governo régio pelo poder público, ganhava o impulso a expansão das práticas feudais, garantindo as faculdades extra-econômicas da nobreza em algumas de suas propriedades e aumentando ainda mais a fragmentação do poder político. Os direitos senhoriais, procedentes ou não de uma efetiva delegação regia, implicavam o exercício de uma autoridade jurisdicional que se aproximava muito à delegada pelo monarca à seus tenentes. Além disso, aplicavam-se os critérios feudais,

tais como a cessão beneficencial que o senhor efetuava em relação do vassalo a troca de sua fidelidade e seus serviços. Por isso, tanto do ponto de vista régio como nobiliário, os limites de jurisdição das tenências e dos senhorios eram confusos, uma vez que podiam ser entendidos como aspectos diferentes de uma mesma realidade: a capacidade de fragmentar o poder que será o objeto da nossa comunicação.

Priscila Cardoso Silva
Mestranda/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Representações cristãs femininas em perspectiva comparada: os casos das rainhas medievais Beatriz e Filipa

O trabalho busca analisar comparativamente as representações de Beatriz de Castela (1293-1359), esposa de D. Afonso IV de Portugal, e Filipa de Lencastre (c.1360-1415), mulher de D. João I. Partindo da perspectiva de estudos sobre a categoria gênero e de uma seleção de fontes constituída majoritariamente por crônicas lusitanas escritas entre os séculos XV e XVI, a prática discursiva sobre tais rainhas revela que ambas – mas cada uma em sua medida – tenderam a ser idealizadas por autores como Fernão Lopes, Gomes Eannes de Zurara e Rui de Pina, cumprindo papéis de mães exemplares, rainhas piedosas e mulheres pudicas. Filipa, por exemplo, receberia o adjetivo de “santa” em variadas passagens da *Crônica da Tomada de Ceuta*, status de religiosidade que Beatriz não conseguira alcançar, apesar de ter sido criada por sua sogra Isabel de Aragão, que séculos depois viria a ser canonizada pela Igreja Católica como Santa Isabel. Porém, a construção de figuras régias na literatura portuguesa sofre uma complexificação e uma diversificação que nem sempre correspondem aos ideais femininos do Baixo Medievo. No intuito de compreender cada caso e observando em que medida suas representações destoam ou não das intenções de seus autores e expectativas da corte, o exame da cronística em pauta instiga reflexões historicamente necessárias como papéis femininos, relações de poder, representações medievais cristãs femininas e contribuições político-culturais.

Stephanie Martins de Sousa
Mestranda/Universidade Federal de Ouro Preto

Procópio de Cesareia e a descrição dos godos na obra *História das Guerras*

Procópio de Cesareia (490-562) foi um historiador bizantino que escreveu a coleção de livros intitulada *História das Guerras*. Nessas obras são narradas as guerras de reconquista promovidas pelo imperador Justiniano (527-565) no século VI. Pretendo analisar como Procópio de Cesareia descreve os godos na sua obra *Guerra Gótica* e como, através dessas caracterizações, ele justifica as campanhas de Justiniano na Península Itálica. Destaco na obra a importância do Cristianismo como principal argumento diferenciador entre os godos e os romanos e como ele utiliza a religião como uma justificativa para os eventos militares ocorridos na Itália entre 535 e 554. Para isso, vou analisar uma possível construção de uma identidade cristã romana frente a uma identidade herege para os godos, que após adotarem o arianismo, em vez do

cristianismo ortodoxo, isto é, tal como definido pelos concílios, asseguraram uma identidade separada das demais no império.

Uli Christie Cabral
Graduanda/Universidade Federal de Minas Gerais

As paróquias e cristianização das comunidades rurais na Alta Idade Média: uma análise do caso das Astúrias nos séculos IV e V

O objetivo desse trabalho é o de analisar o papel que as paróquias desempenharam no processo de cristianização das populações rurais durante a Alta Idade Média. Tendo em vista que as organizações paroquiais ultrapassaram seu caráter puramente religioso durante o período e constituíram verdadeiros órgãos público-jurídicos, a intenção deste projeto é de investigar as implicações que essas formações comunitárias tiveram sobre a vida dos paroquianos no que se refere ao “aprender a ser cristão”. Tomando como base os estudos de J. Ignacio Ruiz De La Peña Solar, sobre a formação paroquial nas Astúrias nos séculos IV e V, onde ainda se encontram grandes vestígios dessas uniões comunitárias, procura-se entender como o “modo de vida cristão” (que estava em pleno processo de construção) foi sendo inserido na comunidade por meio das próprias paróquias. Partindo do princípio de que essas foram formadas espontaneamente, parte-se de uma análise comparativa para compreender como essa rede comunitária aplicava a nova ordem cristã aos que estavam sob sua esfera de influência.

Wanderson Henrique Pereira
Graduando/Universidade Federal de Minas Gerais

Os Funcionários Régios como extensão do *Affectus Caritatis* na política da Monarquia Capetíngia (sécu. XIII)

Nosso objetivo é entender a mobilização do conceito de *affectus* dentro das relações de poder entre o rei e os súditos na política régia Capetíngia, sobretudo no reinado de Luís IX (1224-1270). Para atingir esse objetivo, utilizaremos a *Eruditio Regum et principum*, finalizada por volta de 1259 por Gilberto de Tournai, minorita e professor do Studium Generale de Paris. A *Eruditio* é um tratado pedagógico inserido dentro da literatura política dos *Espelhos de príncipe*, que eram direcionados aos monarcas. Seu objetivo era ensinar como os reis, príncipes e seus futuros descendentes deveriam governar de forma correta seus reinos. Esses tratados, eram encomendados pelos próprios reis. Utilizando a *Eruditio* e outros documentos complementares, atentaremos para as representações dos funcionários régios (bailios, prebostes, prefeitos) como a extensão do *affectus caritatis* régio na política da monarquia capetíngia. Teremos como referencial teórico-metodológico as contribuições da medievalista Barbara Rosenwein no que se refere ao papel das emoções nas relações políticas .

O Discurso Antimaniqueísta como Elemento Demarcador da Identidade Cristã Nicena na Primeira Idade Média. As Referências na obra Confissões de Agostinho de Hipona (Século IV)

No século IV convivem diversas possibilidades interpretativas do credo cristão, assim como ocorre a paulatina aproximação entre os poderes políticos protocolares do Império Romano e o projeto de identidade cristã vencedor no Concílio de Nicéia. Sem renegarmos as múltiplas formas de integração cultural, em especial as religiosas, que caracterizam o período tratado por nós, a historiografia atual que se dedica ao processo histórico de institucionalização do cristianismo niceno/católico no Império Romano dá ênfase aos conflitos e à violência simbólica e material que distinguem as relações entre os diferentes projetos de poder das comunidades cristãs do Mediterrâneo. Em outras palavras, o século IV fulgura como um período de intensa e efetiva perseguição aos cristãos, entretanto, efetuada por eles mesmos. Neste contexto agia o bispo de Hipona, uma das “vozes autorizadas” da religião institucionalizada e também um dos mais influentes do período. Os principais “interlocutores” do hiponense no século IV eram os maniqueístas, seguidores de uma proposta de cristianismo alternativa ao catolicismo, dos quais se diferenciavam por acreditarem na existência real de duas naturezas ontológicas, o bem e o mal, contrariando assim o dogma católico que estabelecia o deus niceno como a única substância real. Em Confissões (c. 397) Agostinho, que antes de católico fora maniqueu durante nove anos e objetivava se defender das acusações de que continuaria ligado a esta crença, descreve o maniqueísmo como uma religião falsa e que estaria ligada à superstição e à fábula, ao contrário da *verdade*. Com a ajuda de pressupostos de uma História Sociocultural das Religiões e com a ajuda de reflexões teóricas sobre a coinstituição das identidades sociais, nossa proposta é entender todas as manifestações religiosas como produto da cultura e, portanto, sem hierarquizações. Antes, interessa-nos analisar as hierarquizações presentes nos discursos alvos de análise, os quais colocam os católicos como o “eu/nós” e os maniqueístas como os “outros” na relação “eu/nós-outros”, elementos mais primevos das identidades.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 3: Teoria da História e História da Historiografia

**Coordenadores: Fernando Garcia
Mestrando /Universidade Federal de Minas Gerais**

**Breno Mendes
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais**

**Marco Girardi
Mestrando/Universidade Federal de Minas Gerais**

Ana Carolina de Azevedo Guedes
Mestre/Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A biografia como arte: os limites da teoria biográfica em *Orlando de Virginia Woolf*

Nesta apresentação pretendo analisar o retorno biográfico, na perspectiva de Pierre Bourdieu e Sabina Loriga, no que tange ao trato da produção biográfica, que segundo estes é o resultado de uma hibridização entre história, biografia e literatura.

Utilizando como eixo teórico a história cultural, mais especificamente Pierre Bourdieu, para compreender como a escrita biográfica possibilitaria um ponto de análise do contexto. O autor fala em *ilusão biográfica*, refletindo sobre o risco de tomar a história de vida retrospectivamente como um todo coerente, dotado de um sentido claro, que justificaria cada etapa ou passagem da vida do seu objeto.

Também mobilizo para a discussão biográfica a autora Sabina Loriga, que analisa a escrita biográfica como contendo em si, dois riscos. O primeiro seria configurar a experiência individual como uma experiência média, e segunda seria do risco de tentar apreender a totalidade. Loriga critica objetivamente o trabalho do autor, questionando o método pelo qual Bourdieu opta em sua análise.

Quanto a utilização do “eu” para retirar a exemplificidade, a autora também discute a questão das fontes biográficas utilizadas para compreender os atos sociais, e seus efeitos como elementos ilustrativos.

Busca também enfatizar que outras forças são mais importantes que a ação de cada indivíduo, alheias a ele, para justificar a separação da biografia e a história. Afirma ainda que existe uma necessidade de maiores estudos por parte dos historiadores no conhecimento literário, estando estes tão próximos da biografia e da noção de hibridez do gênero.

A escritora Virginia Woolf, elabora em seus escritos em torno da escrita biográfica reflexões sobre as camadas dos indivíduos, que seriam resultado de diferentes ações e escolhas do indivíduo durante sua vida. Refletindo sobre os limites e métodos da biografia, Woolf escreve *Orlando* buscando a quebra do paradigma da biografia vitoriana. É um personagem que nasce homem e que no meio de sua narrativa torna-se mulher. A busca da autora é afirmada o tempo todo como uma busca pela verdade, a verdade sobre sua personagem.

Breno Mendes
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais

O Sentido da História Na Escola da Fenomenologia: Paul Ricoeur leitor de Edmund Husserl

Nesse trabalho pretendo abordar o primeiro texto em que o filósofo francês Paul Ricoeur se debruçou sobre problemas atinentes ao conhecimento histórico: *Husserl e o sentido da História*, publicado originalmente em 1949 na *Révue de Métaphysique et de Morale* e, posteriormente, retomado na coletânea de artigos *Na escola da fenomenologia* (1986). O objetivo principal é apresentar e discutir criticamente a leitura e a apropriação ricoeuriana sobre a aproximação entre fenomenologia e filosofia da história no final da trajetória intelectual de Edmund Husserl. Além disso, também buscarei situar os argumentos acerca do sentido da história contidos nesse ensaio em relação ao conjunto da obra ricoeuriana publicada nas décadas subsequentes.

Bruna Luísa de Paula
Universidade Federal de Minas Gerais/ Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico

Luís Gustavo Molinari Mundim
Universidade Federal de Minas Gerais/ Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico

Pesquisa Documental no Processo de Registro da Comunidade dos Arturos

Este artigo tem por objetivo, através de uma experiência pessoal, apresentar o processo de Registro da Comunidade dos Arturos como Patrimônio Imaterial pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG, o desenvolvimento da pesquisa documental feita nos Arquivos do Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, cartórios Guimarães e Mota em Contagem e na Casa Borba Gato – Anexo do Museu do Ouro em Sabará e a contribuição da referida pesquisa para a construção do Dossiê Técnico, uma das etapas do processo de registro.

Na comunicação há uma síntese da metodologia e normas adotadas no que se refere o Registro do Patrimônio Imaterial no Brasil e em Minas Gerais. Posteriormente, um breve histórico da Comunidade dos Arturos como Patrimônio do Estado e como procedeu as etapas do Registro da Comunidade como Patrimônio Imaterial de Minas. Depois, uma apresentação da pesquisa documental durante o processo de registro. Através da pesquisa, propor uma reflexão da tarefa do historiador e a forma de abordagem das fontes, fazendo um paralelo entre a corrente empirista e a teórica existente dentro da historiografia.

Cristiane Maria Marcelo
Doutoranda/ Universidade Estadual do Rio de Janeiro

A modernidade e a redefinição do papel do diplomata na virada do século XVIII para o XIX

Tenciona-se com esta comunicação discutir algumas das mudanças ocorridas na carreira diplomática na passagem do século XVIII para o XIX. A proposta então é pensar como a filosofia do iluminismo e o contexto de mudanças políticas, sociais, econômicas e ideológicas que marcaram a virada da centúria também contribuíram para a redefinição das funções atribuídas ao agente diplomático. A partir de autores como Philippe Cahier, René Rémond, François Callières e Williams Gonçalves, dentre outros, buscaremos discutir as permanências e as rupturas ocorridas nos hábitos, condutas, valores bem como na própria formação que se desejava de um representante da Nação em terras estrangeiras.

Daniel William Araújo Coelho
Graduado/ Universidade Federal de Minas Gerais

Oralidade, memória e tradição: as novas abordagens histórico-metodológicas aplicadas às recentes pesquisas sobre o Jesus histórico

Este trabalho pretende discutir as recentes contribuições dos teólogos James D.G. Dunn e Richard Bauckham para as pesquisas voltadas à questão da historicidade de Jesus. Empreenderemos uma análise dos aportes metodológicos nos quais os autores lançaram mão para o desenvolvimento de suas respectivas teses sobre como teria se dado o processo de transmissão da tradição sobre Jesus, desde sua fase oral até a redação dos evangelhos. Embora concordem em muitos aspectos, as duas abordagens apresentam distinções significativas, sobretudo no que diz respeito à compreensão dos autores quanto ao funcionamento dos mecanismos internos controle e preservação da tradição sobre Jesus desenvolvidos pelas primeiras comunidades cristãs.

Os trabalhos de Dunn e de Bauckham, embora distintos entre si, tem em comum o rico diálogo estabelecido, ora implícito, ora direto, com as novas tendências historiográficas e o rigor metodológico com o qual ambos empreendem seus projetos, bem fundamentados em nível teórico, empírico e argumentativo. Assim, tomando por base as contribuições destes autores, pretendemos refletir sobre as possibilidades da pesquisa histórica sobre Jesus em seu atual estágio. Em outras palavras, tentaremos responder a seguinte pergunta: o que é possível alcançar com a pesquisa do Jesus histórico em seu estágio atual: a pessoa histórica de Jesus, o contexto da comunidade das origens, ambos ou nenhum?

Douglas Maris Antunes Coelho
Mestrando/Universidade Federal de São Paulo

História, narrativa e verdade – Os caminhos de Clio

Propõem-se nas linhas que se seguirão, a reflexão de alguns aspectos, que durante décadas colocaram em debate a história enquanto geradora de conhecimento. Questionamentos referentes ao carácter científico, sua capacidade cognoscível de

apreensão do real, e a sua inerente forma narrativa, que se consolidaram em meados da segunda metade do século XX. Buscar-se-á construir primeiramente um panorama, partindo das posições em relação à história desde o século XIX, com a chamada “Escola Metódica”, passando pela “história problema” proposta por Marc Bloch para finalmente abordar algumas relações entre Carlo Ginzburg, Michel Foucault e Hayden White em relação à epistemologia da história.

Edson Silva de Lima
Mestrando/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Tempo Isocrônico: Temporalidade e Experiência Estética em Hans Robert Jauss

Nesse trabalho proponho levantar algumas questões acerca da temporalidade para história da literatura como pensada e esboçada por Hans Robert Jauss em sua conferência proferida em 1967, *História da literatura como provocação literária*.

Para Hans Robert Jauss, “a experiência estética não se distingue apenas do lado de sua produtividade [mas] como *criação através da liberdade*” (1979:60). Nesse tocante podemos afirmar que se trata de um mergulho em duas dimensões, por um lado, a experiência histórica, e, por outro lado, como autonomia.

Nesse sentido, reabilita-se a história da literatura, partindo da historicidade do fenômeno literário, compreendendo suas nuances e permanências e, por conseguinte, opera-se uma mudança de foco, com a rejeição do texto enquanto estrutura de sentidos fixos e essenciais, encarnando no leitor a ação necessária e complementar do fenômeno literário.

Sendo assim, a compreensão desse *tempo isocrônico*, presente na experiência da leitura e na conjugação de categorias espaciais entre a obra que é dada ao impulso subjetivo e a consciência de distância no tempo que é confrontada no horizonte de compreensão do passado com os horizontes de expectativas.

Para Jauss a história da literatura, deveria expandir suas possibilidades a partir de semelhanças, diferenças, inter-relações e coexistências presentes num mesmo período (corte sincrônico). Dessa forma, permitiria ao leitor, no seu plinto observar, a diversidade receptiva de uma obra, seja classificando-a como atual ou ultrapassada, ou atrasada em relação ao seu tempo. Jauss (1994) afirma também, que a “historicidade da literatura revela-se nos pontos de interseção entre diacronia e sincronia” (p.48).

Nesse tocante, a cissura sincrônica, exigirá o seu passado e o seu futuro, deste modo, também vai exigir o corte diacrônico. Essas premissas apontam para práxis estética que se apresenta para Jauss em três níveis: produtora (*Poiesis*), receptiva (*Aisthesis*) e comunicativa (*Katharsis*).

Eduardo Cesar Valuche Oliveira Brito
Mestrando/Universidade Estadual do Rio de Janeiro

A renovação historiográfica da História Política: avanços e impasses da cultura política

A reflexão proposta acompanha a trajetória da História Política – desde o seu esplendor no século XIX e acompanhando as oscilações ao longo do século XX – para

analisar a chamada Nova História Política surgida nas últimas décadas do século XX. Neste sentido, identificamos as correlações deste movimento no interior da História com as mudanças ocorridas na sociedade e nas (re)definições com a política estrito sensu. Os resultados deste processo - identificado por René Rémond como uma revolução completa - interligam a dimensão política a diversos vínculos, por inúmeros laços, como uma modalidade da prática social definida na chamada cultura política. Em termos temáticos, a Historiografia Política ganhou contornos amplos, evidenciando sua influência e expansão no campo da História e nas trocas realizadas entre as Ciências Humanas e, em particular, com a Ciência Política e a filosofia foucaultiana. Em continuidade aos estudos dos Annales, no entanto, a Nova História Política permanece nas oposições entre as representações e as realidades, legando um papel secundário a segunda. Portanto, apresenta suas limitações quando cinge na análise as representações sociais e as estruturas, apresentando, por exemplo, dificuldades metodológicas nos momentos de “traumatismo” grave ou “períodos críticos”. Na pesquisa em desenvolvimento no mestrado em História Social na UERJ, acompanhamos estes impasses na Historiografia Brasileira e, as dificuldades impostas por estas imprecisões quando estudamos a História Política na Primeira República Brasileira ainda marcada por conceitos como oligarquia e análises estanques de determinadas representações sociais dissociados das estruturas políticas e, portanto, análises de poder distante da política e da História Política.

Henrique Rodrigues Caldeira
Graduando/Universidade Federal de Minas Gerais

Braudel, Ricoeur e os limites do estruturalismo

Em fins da década de 1950, o pensamento estruturalista, alcançou proporções alarmantes aos estudos das ciências humanas. A publicação de *Antropologia Estrutural* (1958) de Claude Lévi-Strauss implicou uma renovação metodológica tão radical que não poderia ser ignorada. E certamente não foi. Dois grandes pensadores em destaque na época, Paul Ricoeur e Fernand Braudel, dedicaram-se amplamente a debater as ideias do estruturalismo levistraussiano. Contudo, este trabalho não pretende discutir o pensamento estruturalista a partir dos famosos debates entre Ricoeur e Lévi-Strauss ou Braudel e Lévi-Strauss, mas sim a partir da complexa relação entre Ricoeur e Braudel. Com esse objetivo, partiremos da leitura pormenorizada que Ricoeur faz d’*O Mediterrâneo* de Braudel em *Tempo e Narrativa*. Em seguida, caracterizaremos brevemente o estruturalismo e pautaremos as características estruturalistas de Braudel e as considerações sobre elas feitas por Ricoeur. Por fim, pretendemos articular tais considerações às críticas gerais endereçadas por este grande filósofo ao estruturalismo de uma forma mais ampla.

Marco Guisoli Girardi de Mendonça
Mestrando/Universidade Federal de Minas Gerais

Entre a história e a psicanálise: reflexões da teoria psicanalítica para o estudo da narrativa histórica

Este trabalho pretende realizar reflexões acerca das possibilidades de se pensar a narrativa histórica a partir de uma analogia com a teoria psicanalítica. Mais precisamente, será pensado o efeito da narrativa histórica e sua relação com o processo

de esquecimento e de reconhecimento a partir de uma referência teórica fora do campo historiográfico, a psicanálise. A investigação, pertencente ao âmbito da teoria da história, deter-se-á em uma análise do conceito de narrativa histórica com o propósito de fazer uma analogia ao verificado no progresso analítico de restituição e reconstrução do passado do sujeito; se na análise, através da fala, o sujeito reestrutura o seu passado numa lógica narrativa e passa, assim, a ter uma relação “humanizada” com o tempo (e consigo mesmo), semelhante efeito será procurado no exercício historiográfico de articulação de fatos pretéritos em uma estrutura narrativa escrita. O esquecimento, a segunda categoria, não tem existência independente da primeira. Como aparente obliteração de qualquer traço mnemônico, a sua real eficiência será questionada. Novamente aqui é de grande valia a referência à teoria psicanalítica, que se atém “ao fato de que a conservação do passado na vida psíquica é antes a regra do que a surpreendente exceção” (FREUD, 2010, v. 18, p. 24). Neste momento, será de igual importância o significado do termo reconhecimento para fazer uma legítima tradução da problemática psicanalítica do esquecimento para o espaço da narrativa histórica. Por último, será preciso mencionar as noções de temporalidade relativa às duas disciplinas que, como parece definir o historiador Michel de Certeau, são distintas. É essa distinção que será, finalmente, analisada.

Maria Visconti Sales
Mestranda/Universidade Federal de Minas Gerais

Responsabilidade e culpa: Um diálogo entre Hannah Arendt e Zygmunt Bauman

Em uma situação de horror, onde todo o sistema de valores foi redefinido e substituído, onde a máxima “não matarás” se torna “matarás”, e onde toda a nossa capacidade de julgamento é colocada à prova, o esforço de compreensão se torna ainda mais fundamental – e complexo. Neste sentido, compreender o totalitarismo é crucial, apreendendo-o como um fenômeno político central – e novo – dos tempos modernos.

O objetivo deste trabalho se insere nesta tarefa de compreensão. Ao relacionar dois autores, Hannah Arendt e Zygmunt Bauman, pretende-se fazer uma análise mais aprofundada em algumas questões que o Holocausto suscitou. O foco volta-se, sobretudo, em dois conceitos chave: responsabilidade e culpa. Partindo destes conceitos, a discussão tende para outros tópicos, como: a moralidade; a banalidade do mal; a crise de consciência.

Parte-se do princípio de que responsabilidade e culpa não são a mesma coisa. Hannah Arendt entende que a culpa é um sentimento pessoal ligado, principalmente, à moralidade, enquanto a responsabilidade coletiva está inserida no campo político, dentro de uma comunidade. Viver em comunidade e viver com nós mesmos é uma questão fundamental no trabalho de Arendt. Para Bauman, a responsabilidade pelas ações morais repousa no indivíduo e cabe a ele a capacidade de resistir à pressão da sociedade para fazer algo que ele pode considerar como errado. O que o nazismo conseguiu atingir com sucesso, foi a produção social da distância entre os indivíduos de modo a eliminar essa noção de responsabilidade na maioria das pessoas e criando uma responsabilidade flutuante, onde todos estavam convencidos de estar sobre as ordens de outra pessoa.

Bauman e Arendt dialogam e têm como objetivo mostrar que o Holocausto foi produto de uma civilização normal, formada por indivíduos que pensavam apenas estar cumprindo o seu dever, tão inseridos estavam naquela burocracia totalitária – o que Arendt chama de banalidade do mal. A “normalidade” dos indivíduos e ao mesmo tempo a singularidade do Holocausto, são questões que exigem um esforço maior de compreensão e, sobretudo, de aceitação.

Mariana Gino
Especialista/Universidade Federal de Juiz de Fora

A Escrita da História Oral Africana

Em diversas partes, as sociedades africanas utilizavam a palavra falada como uma condução histórica, pois poucas pessoas sabiam ler e escrever, por isto a escrita estava relegada a um plano secundário em relação às preocupações essenciais das sociedades. Destarte, é um erro reduzir a civilização da palavra falada a uma simples “ausência do escrever” (VANSINA, 2010) tal concepção ajudou a eternizar o desprezo inato dos letrados pelos iletrados evidenciando uma total ausência de conhecimento da natureza das sociedades orais. O objetivo deste projeto é tentar traçar as análises e métodos da escrita da história oral proposta pela historiografia africana dos anos de 1960 (LOPES, 1995). Metodologia esta, ligada a tradição oral como um testemunho transmitido oralmente de uma geração a outra (VANSINA, 2010, p.140). Tal tarefa será mediada entre as apreciações teórica-metodológicas do tradicionalista malinês Amadou Hampâté Bá, os historiadores Joseph Ki-Zerbode Burkina Faso, o nigeriano Boubou Hama e o senegalês Boubacar Barry. Esta pesquisa versará, também, o encontro com fontes secundárias, que possibilitará uma análise mais contundente sobre a temática em questão.

Mariana Vargens da Silva
Mestranda/Universidade Federal de Minas Gerais

Discussões em torno do conceito de história na Primeira República brasileira

“É a história uma ciência?” Esta pergunta formulada por Pedro Lessa no início do século XX já era fonte de preocupação e reflexão dos intelectuais brasileiros desde as últimas décadas do século XIX. Estabelecendo um estreito diálogo com a produção europeia ocupada com o mesmo assunto, os intelectuais brasileiros se debruçaram sobre a questão e buscaram estabelecer os critérios que definiam um trabalho como sendo propriamente de história. Importante fonte de reflexão para os debates políticos do período, a história precisava se consolidar como campo de saber autônomo e confiável, ainda que distinto das ciências naturais. Em nossa apresentação, nos propomos a levantar os trabalhos mais relevantes em torno desse debate para identificar, ainda que em linhas gerais, o que se entendia por “ciência histórica” nos primeiros anos da República brasileira.

O que Freud fez da história? Relações entre história e psicanálise na operação historiográfica de Michel de Certeau

Michel de Certeau (1925-1986) é um dos historiadores mais importantes da segunda metade do século XX, sobretudo por conta de suas contribuições à compreensão da prática historiográfica. Um dos aspectos mais marcantes de sua produção se relaciona com sua ampla formação intelectual, que o possibilitou transitar em diversas áreas do saber (historiografia, psicanálise, etnografia, filosofia, estudos místicos e religiosos, literatura). A partir da década de 1970, Certeau começou a indagar a natureza epistemológica da historiografia promovendo reflexões teóricas importantes sobre a história e suas interseções e fronteiras, sobretudo, com a psicanálise freudiana. Seu interesse por Freud e pela psicanálise em geral não incide sobre a terapêutica, pois o que o encanta são as potencialidades da teoria psicanalítica para a compreensão de fenômenos culturais ligados à alteridade. Neste sentido, a proposta deste trabalho é discutir como a articulação entre historiografia e psicanálise, operada por Michel de Certeau, influi e se faz presente em sua compreensão da operação historiográfica. Propomos analisar de que forma as aproximações e distanciamentos entre as diferentes estratégias para lidar com a temporalidade, empreendidas por estas duas disciplinas, encontram no discurso narrativo um meio de compreensão da alteridade; de um “outro” que se perdeu, de um ausente, que para Certeau é o objeto da história. A escrita, que envolve a construção de uma narrativa, é para o historiador francês parte fundamental da operação historiográfica, portanto as interfaces que ele identifica entre esses dois campos, constituem-se em um aspecto essencial de sua compreensão tanto do fazer historiográfico, quanto dos elementos que constituiriam uma identidade epistemológica para a história. Para tanto, concentraremos nossa análise em um de seus textos, intitulado “O que Freud fez da história?”, publicado em 1970, no qual essa problemática se inscreve de maneira mais evidente e que nos possibilita discutir esta dimensão ainda pouco explorada de sua obra.

Rodrigo Ferreira da Silva
Mestrando/ Universidade Federal da Paraíba

Fronteiras da ficção e realidade entre a História e a Literatura: tensões, desafios e possibilidades

O presente estudo tem por finalidade discutir as relações de sentidos e possibilidades entre a História e a Literatura. Vários são os autores que discutem esta intrínseca relação que muito deixa os historiadores inquietos principalmente quando se refere a escrita da História e suas profundas similitudes com os enredos da escrita literária. Pois, diante deste debate, muito se tem a discutir, já de certo modo, põe em cheque o saber histórico e mesmo a construção da história enquanto Ciência. Nesta região de conflitos as vezes tensas, entre a história e a literatura, percebe-se a necessidade de ampliar alguns debates e mesmo notar novos horizontes para a escrita da história que mesmo parecendo coma redação literária, não deixaria de ser Ciência pelo fato de usar os recursos tropológicos estilísticos da literatura. No entanto, alguns questionamentos ficam sendo necessários aos historiadores? Será a História verdadeiramente uma Ciência? Até onde são os limites das abordagens entre a História

e a Literatura? A escrita da História é uma escrita artística por usar tropologias literárias? O que irá diferenciar a História da Literatura? Hayden White seria um dos mais ardentes críticos literários da atualidade que questiona o saber histórico e sua constituição quanto Ciência, no entanto, outros autores veem possibilidades nas relações como Certeau, Sevcenko, Nóbrega entre outros, que em seus estudos o significado do campo do conhecimento histórico seria muito mais amplo e mesmo se aproximando da escrita literária, não deixaria de ser História, pois nas narrativas historiográficas, os historiadores não tem a liberdade poética dos artistas justamente por estarem ligados e fontes documentais que serviriam de respaldo para suas argumentações e escrita.

Thamara de Oliveira Rodrigues
Doutoranda/Universidade Federal de Ouro Preto

José Ignácio de Abreu e Lima e os espaços de autonomia historiográficos na história do Brasil oitocentista (1835-1855)

Nesta comunicação, busca-se compreender as dinâmicas de um regime historiográfico que se processava autonomamente ao IHGB e, mais próximo, as demandas de um público não especializado. Para isso, analisa-se algumas obras de José Ignácio de Abreu e Lima e suas repercussões na cultura periódica, com o intuito de evidenciar as características fundamentais de um regime historiográfico que se organizou com autonomia em relação aos esforços próprios ao regime constituído no interior do IHGB. Defende-se que tal autonomia forma-se a partir de opções específicas no que tange ao tratamento de conceitos, narrativas e linguagens relacionadas especialmente à constituição de uma “distância histórica” em relação a Portugal, por um lado, e, também, no que diz respeito à forma, por outro; processo ligado à formação da nacionalidade e da escrita da História do Brasil. A partir da leitura prévia das obras *Bosquejo Histórico...* (1835), *Compêndio da História do Brasil* (1842) e *Sinopse ou dedução cronológica...* (1845) de Abreu e Lima, bem como da sua recepção enredada por polêmicas com o IHGB e com a esfera periódica, defendemos a existência de “regimes historiográficos” ou experiências historiográficas autônomas (mas cambiáveis entre si). Uma dessas experiências está diretamente relacionada ao IHGB, na qual a escrita da história se volta para o público mais especializado diante da emergência da “profissionalização” do historiador. A outra experiência, que procuraremos mais detidamente investigar, refere-se ao modelo de letrado-intelectual-jornalista na qual o mercado do livro emergente e uma demanda social pela história possibilitou um modo alternativo para escrevê-la, mais aberto às influências da luta política e das flutuações e permanências do “gosto” de um público não especializado.

Walderez Simões Costa Ramalho
Mestrando/Universidade Federal de Minas Gerais

Historiografia da mineiridade: uma abordagem temática

O tema das identidades regionais ocupou um espaço significativo no âmbito do pensamento social brasileiro. Nesse campo de debates, o caso de Minas Gerais tornou-se bastante representativo. O imaginário sobre “o mineiro” adquiriu contornos específicos em relação aos demais “brasileiros”, e esta apresentação tem o objetivo de

analisar criticamente alguns deles. Avalio, de maneira particular, as narrativas de interpretação histórica sobre Minas mais abrangentes e influentes desse longo debate, que perpassou a maior parte do século XX. Após uma leitura extensa das fontes, foi possível identificar os principais *topoi* presentes no discurso histórico da mineiridade, e a intenção desta apresentação é fazer um apanhado geral dos resultados alcançados no decorrer dessa pesquisa. Trata-se, em outras palavras, de dissecar a estrutura do imaginário regional mineiro, para viabilizar uma melhor compreensão desse fenômeno e, ao mesmo tempo, explorar algumas possibilidades de posicionamento crítico em relação ao próprio discurso, em grande medida sustentado por uma visão marcadamente conservadora de mundo.

Warley Alves Gomes
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais

O Anticristo Superstar como leitura para o presente: Indústria Cultural, pós-modernismo e releituras de Nietzsche por Marilyn Manson

Em 1996, Marilyn Manson lançava o álbum que marcaria sua entrada para o rol dos músicos mais famosos do fim do século XX. Intitulado *Antichrist Superstar*, o álbum dialogava diretamente com a obra de Friedrich Nietzsche *Assim falou Zaratustra*, tendo como eixo o combate à moral cristã. A história contada em *Antichrist Superstar* entrelaça ficção e a biografia do próprio Marilyn Manson (nascido Brian Hugh Warner), cujo último capítulo seria o nascimento do Anticristo Superstar, que personificaria não só a última etapa da vida do próprio Manson, mas da própria humanidade, similar ao Super-homem nietzschiano. *Antichrist Superstar* é o primeiro álbum de uma trilogia invertida que conta a vida de Manson e o surgimento do Anticristo. Assim, os álbuns seguintes – *Mechanical Animals* (1998) e *Holy Wood* (2000) – contariam a 2ª e a 1ª parte da história, respectivamente.

O objetivo do trabalho proposto é analisar a trilogia de Manson, bem como suas performances na tour “Guns, God and Government” (2000/2001) relacionando-as com teorias que vem sendo elaboradas para pensar a contemporaneidade. As mensagens de Manson vão ao encontro de ideias pós-modernistas, como o presentismo, o paganismo, e o fim das utopias. Também busca-se analisar Marilyn Manson como um produto representante da atual indústria cultural, sendo assim, útil para repensar as teorias construídas por Adorno e Horkheimer nos anos 1940, mais propriamente, no sentido de apresentar um contraponto a estes autores a partir de uma perspectiva mais otimista em relação à modernidade e à indústria cultural, como propõe o filósofo Marshall Berman.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 4: História Intelectual e de intelectuais: perspectivas teórico-metodológicas

**Coordenadores: Carlos Alberto Machado Noronha
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais**

**Leonildo José Figueira
Mestrando/Universidade Estadual de Ponta Grossa**

**Simone Aparecida Dupla
Mestranda/Universidade Estadual de Ponta Grossa**

Ana Clara Pinho Ferraz
Graduando/Universidade Federal de Minas Gerais

Conceitos de *Modernidade*, *Multidão* e *Flâneur* para Walter Benjamin e suas relações com a poesia de Manoel de Barros

Walter Benjamin (1892 – 1940), importante ensaísta, filósofo e sociólogo nascido em Berlim, foi um dos mais ilustres pensadores alemães do século XX. Dentre seus inúmeros ensaios, Benjamin reflete acerca da modernidade e dos conceitos de *multidão* e *flâneur*; ao estudar Charles Baudelaire, o autor elabora hipóteses de como teria se dado a modernidade (e quais teriam sido suas consequências) no final do século XIX em Paris, Londres e Berlim. Trazendo essa ideia para o Brasil do século XX, nessa comunicação pretendo contrapor os conceitos de modernidade, multidão e flâneur de Benjamin com a literatura do poeta pós-modernista brasileiro Manoel de Barros (1916 – 2014), relacionando com o contexto do Brasil republicano. Acredito que Barros, cuja escrita foi marcada sobretudo pelo uso de um vocabulário coloquial e rural, pode ser descrito como uma espécie de flâneur brasileiro, que, assim como Baudelaire, se encantava com a multidão ao mesmo tempo em que não se sentia pertencente a ela. Dessa forma, a partir das mudanças ocorridas nos diversos cenários brasileiros no século XX, é possível encontrar Barros e suas vozes líricas observando, de longe, a ascensão da modernidade.

André Augusto Abreu Villela
Graduado/UNI-BH

A construção de uma nação moderna: as identidades historiográficas de Sérgio Buarque de Holanda

O Presente trabalho tem como objetivo central o redimensionamento do estudo historiográfico das identidades do intelectual Sérgio Buarque de Holanda, usando de conceitos de autores como Certeau e Kosseleck, na análise historiográfica. Sendo assim tornou-se significativo o uso do conceito de François Sirinelli, acerca dos intelectuais, para melhor situar Sérgio Buarque em suas redes de sociabilidade. Em sequência,

analisa-se como que a partir da década de 50, de sua entrada no corpo docente da USP, Sérgio Buarque se aproxima sobremaneira de uma historiografia voltada aos Annales, criando assim uma identidade uspiana. Pois a partir desse momento, passa a tratar de temas como história das mentalidades em *Visão do Paraíso* e Cultura Material em *Caminhos e Fronteiras*. A partir daí nota-se uma mudança significativa no jogo das identidades, analisado por Stuart Hall, onde o sujeito pós-moderno se torna fragmentado, sem uma identidade fixa. Dessa forma, o intelectual Sérgio Buarque já mais maduro nesse período, irá se aproximar mais da historiografia francesa, do que propriamente do historicismo alemão de Weber, Dilthey e Simmel, que tanto o ajudou na produção na década de 30 de *Raízes do Brasil*. Em sua fase como modernista, procura-se mostrar a participação de Sérgio na Semana de Arte Moderna de São Paulo em 1922, e tenta-se desconstruir o *mito da paulistanidade*, mostrando como o projeto empreendido pelas elites paulistas, conseguiu colocar São Paulo como o "marco fundador" do movimento modernista brasileiro. Sendo assim, abre-se uma discussão acerca dos modernismos de Recife e Rio de Janeiro. Por isso abre-se uma nova discussão, afinal Sérgio era modernista carioca ou paulista? Já que mesmo morando no Rio de Janeiro participa da revista *Klaxon* (paulista) e funda em 1924 a *Estética*, seguindo a mesma linha da anterior. E por fim, mostrar o conceito de nação imaginada usando por Benedict Anderson, no dialogo e na interlocução entre os interpretes da geração de 30, tentando mostrar a visão de nação que cada um tinha a respeito do Brasil.

Carlos Alberto Machado Noronha
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais

Lima Barreto na seara da História: reflexões de um literato acerca da escrita da História do Brasil no início do século XX

A escrita da História do Brasil nas primeiras décadas do século XX estava inserida num contexto de mudanças significativas na sociedade brasileira. A busca por referenciais, temas que se ajustassem aos interesses políticos de uma nação há pouco saída de um regime monárquico e de um sistema escravocrata era presente nas discussões de sujeitos envolvidos na produção historiográfica nacional. No plano internacional, a preocupação era o lugar do Brasil num cenário de disputas entre potências industrializadas, símbolos do progresso naquele momento.

Nesse contexto, a História deveria seguir os padrões da moderna ciência e, ao mesmo tempo, produzir uma tradição que legitimasse as premissas do recente regime republicano. Com isso, esperava-se do conhecimento histórico um papel de ratificador do regime republicano brasileiro no concerto das nações civilizadas. Vários intelectuais se envolveram nessa escrita, inclusive os literatos. Ao nos debruçarmos sobre os escritos do literato carioca Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), notamos aspectos que sinalizam importantes observações acerca daquela discussão sobre a escrita de nossa história.

Nesse sentido, procuramos historicizar o trabalho desse literato, desenvolvendo os seguintes questionamentos: os escritos barretianos podem ser considerados uma tentativa de reflexão em torno das tensões que emergiram na sociedade brasileira no início do século XX referentes à escrita da História do Brasil? Quais seriam as contribuições de seu trabalho para a renovação da historiografia naquele momento? Desse modo, selecionamos, para essa comunicação, o capítulo "Os heróis" da obra *Os Bruzundangas* e às crônicas "Edificantes notas ao Southey" e "Livros de viagens".

Fabrcio Seixas Barbosa
Graduando/Universidade Federal de Minas Gerais

Exílio e condição exílica: percepções de Adorno, Said e Todorov

A comunicação livre tem por objetivo traçar as similitudes e as diferenças na percepção do exílio a partir da análise comparativa dos relatos autobiográficos de Theodor Adorno, Edward Said e Tzvetan Todorov. Considerando as distintas trajetórias de vida que culminaram no exílio, faz-se necessário sublinhar a relevância do contexto sociopolítico, vivenciada por esses intelectuais, para compreender as singularidades experimentadas por cada um. Entendendo o exílio como fenômeno e a condição exílica como experiência, torna-se possível a compreensão dos infortúnios gerados pelo primeiro sobre o último. Nesse contexto, a condição exílica é abordada sob distintas perspectivas.

José Roberto Silvestre Saiol
Graduando/Universidade do Estado do Rio de Janeiro

***L'atelier du feuilleton*: recepção e repercussão do gênero folhetinesco na França do sec. XIX**

O século XIX francês é profundamente marcado pelo início da industrialização, pelo incremento da vida urbana e pelas consequências políticas e sociais da Revolução Francesa. O poder simbólico dessas transformações foi tão avassalador que passou a demandar novas formas de sensibilidade originadas das inquietações e tentativas de apreender toda aquela complexidade. É no seio desta configuração histórica que emerge o chamado Romantismo. Na esteira dessas transformações, a demanda pela democratização da imprensa atrelada à difusão do gênero romance e o surgimento de novas técnicas de impressão possibilitaram o surgimento do “folhetim”, que em sua evolução histórica passou de rodapé a gênero literário. O objetivo deste trabalho é realizar algumas considerações acerca da recepção e repercussão deste gênero romanesco, tipicamente moderno, a partir de uma charge do francês J.J. Grandville, intitulada “*L'atelier du feuilleton*”. A proposta é investigar a crítica à chamada literatura industrial a partir da categoria de “escritor rentável” – figura capaz de atender e produzir a partir das demandas de um novo tipo de público, muito preocupados com a questão do gosto.

Juliano Mota Campos
Mestrando/Universidade Estadual de Feira de Santana

A liturgia das letras: a trajetória intelectual e política de Arnold Ferreira da Silva através do Jornal Folha do Norte – Feira de Santana-Ba (1909-1930)

Nas trilhas dos estudos sobre intelectuais, colocaremos as luzes da pesquisa histórica sobre Arnold Ferreira da Silva. Ele inicia-se na liturgia das letras como secretário do jornal “Folha do Norte” na sua fundação em 1909, tornando-se proprietário do mesmo em 1922. Escreveu neste periódico o *Chronicando*, *Effigies* e *Bric-a Brac* (colunas), editoriais e a *Chrônica da vida feirense*. Adotamos como recorte temporal o ano de 1909 quando saiu a sua primeira produção (*Chronicando*) e o ano de

1930 como o último de atuação política no parlamento local. Em 1924 Arnold foi intendente da pólis feirense, reelegendo-se até 1926. Entre 1928 e 1930 torna-se Conselheiro Municipal e presidente do Conselho, ocupou também a direção do Montepio dos artistas feirenses e Santa casa de Misericórdia, exerceu a função de orador e secretário das filarmônicas Vitória e 25 de março além de ter atuado enquanto rábula, membro de grêmio lítero-dramático e grupos de teatro. Enquanto problemática, discutiremos qual a relação que as produções intelectuais de Arnold Silva possuíam com o projeto político de poder/progresso do grupo(s) dominante na referida urbe do período de 1909-1930. O que o caracteriza enquanto inicialmente membro do grupo dirigente da intelectualidade local e depois o que o insere em uma oligarquia política/econômica, e quais reflexos diretos o seu discurso intelectual e suas práticas políticas tiveram no quadro cultural/político da sociedade feirense.

As fontes são: Jornal Folha do Norte (1909-1930), Fotos da família Ferreira da Silva, Jornais: O Município (1893), O imparcial (1927) , O Correio de São Félix (1910) , Atas das Filarmônicas Vitória (1915-1930), 25 de Março (1920-1930) , relatório administrativo da Santa Casa de Misericórdia (1926-1930), Atas do Monte Pio dos Artistas Feirenses (1915-1920), processos crimes (1916-1917), Atas do Conselho Municipal (1928-1930). Utilizamos o aporte teórico de Norberto Bobbio para pensar o conceito de intelectual, as contribuições de Giovani Levi para discutirmos sobre trajetória e os estudos sobre imprensa (especialmente jornais) de Tânia Regina de Luca.

Katrícia Costa Silva Soares de Souza Aguiar
Mestrando/Universidade Federal de Viçosa

***Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro: a história do Brasil contada pelo povo x o discurso da elite**

Este estudo visa discutir a relação existente entre literatura e história, a partir do discurso polifônico, na obra *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro. Assim, pretende evidenciar que, nesta narrativa, a história do Brasil é contada por várias vozes, representativas da elite, e, sobretudo, do povo. Ao debater acerca dos eventos históricos – ocorridos no Brasil, principalmente, na Bahia, que, enquanto “berço” do país, foi cenário de muitos destes acontecimentos – mencionados na produção literária, destaca, mediante pesquisas exploratória e bibliográfica, que as vozes dos povo, até então silenciadas através da violência praticada pelos poderosos, ganha força, por meio da maior de todas as “armas”: o conhecimento, disseminado no enredo por intermédio de Maria da Fé, que consegue expor a versão do povo sobre a história da pátria, antes narrada apenas sob o ponto de vista da classe dominante, que enxerga a luta popular pelos seus direitos como atos de banditismo. A obra literária *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro, proporciona uma profunda reflexão sobre a sociedade brasileira, retomando a história nacional. Nela, os eventos históricos são mencionados sob vários pontos de vista, através de diferentes vozes sociais, representativas da elite e do povo. Estes recontam a história do Brasil, propagada oficialmente, com base no discurso da classe dominante. De modo que, nesta narrativa, aqueles que até então foram silenciados pelos poderosos através da violência, tornam-se sujeitos ativos, adquirindo o

direito de expressar-se. Esta mudança acontece quando Maria da Fé, indignada com tanta opressão, se apropria do conhecimento popular para expor a versão popular da história da pátria. A partir de então, o povo luta para ter voz ativa, mas essas ações são vistas pela classe dominante como atos de banditismo. Por isso, é somente por meio da memória coletiva e da expressão oral que foi narrada a participação dos negros, mestiços, pobres e humildes nos acontecimentos históricos brasileiros. Em face de tudo isso, é inquestionável que não existem fatos, há somente histórias, contadas conforme o interesse de quem as narram, sendo, portanto, a Literatura, espaço para as vozes daqueles que não tiveram chance para contar as suas versões sobre determinado objeto.

Leonildo José Figueira
Universidade Estadual de Ponta Grossa

**Sir Richard Francis Burton (1821-1890), um intelectual no Campo da História:
Reflexões em torno do campo disciplinar, limites e possibilidades teórico-
metodológicas**

O presente trabalho tem por objetivo refletir o campo de conhecimento e abordagem da História, verificando a relação com seu objeto, seus limites, suas possibilidades, bem como a maneira como são construídos seu discurso, sua teoria e seu método. Nesse mesmo âmbito será pertinente pensar os interditos da História enquanto campo disciplinar, como sendo aquilo que se coloca como base ou como proibido a seus praticantes. Não se trata de uma pretensão em responder todas as questões caras à esta temática, mas sim contribuir para uma importante discussão em torno da disciplina e do ofício do historiador.

Marcelle Braga
Mestre em História/Professor substituto na Universidade Federal de Ouro Preto

Entre produção e repercussão: um estudo do periódico *National Era*

O jornal *National Era*, publicado em Washington, D.C., permaneceu famoso na historiografia, principalmente, por ser o veículo que publicou o romance *Uncle Tom's Cabin (A Cabana do Pai Tomás)* de Harriet Beecher Stowe, entre os anos de 1851-1852. Aqui nos propomos a pensar as discussões geradas e alimentadas pelo editor do jornal, Gamaliel Bailey, e seus contribuintes em relação ao tema da abolição, que possibilitou que alguns leitores o nomeassem como radical e outros como moderado. Pretendemos refletir sobre essas vertentes que o abolicionismo apresentava através das críticas de seus leitores; sem ignorar o público que o mesmo abarcava e suas estratégias de publicidade. Para tanto nossas análises referem-se ao período da publicação do romance, para que possamos, inclusive, refletir sobre os impactos do mesmo sobre o consumo e repercussão do periódico. Desta forma é possível vislumbrar diversos vieses de análise para um mesmo tipo de fonte: através de uma história intelectual e de intelectuais, que mesclam-se com História política, social, econômica e cultural, tentando ressaltar o quanto esses campos se cruzam no trabalho historiográfico.

Marco Túlio Antunes Gomes
Graduando (História e Ciência do Estado)/Universidade Federal de Minas Gerais;
Pontifícia Universidade Católica de Minas

“Voz liberal de Minas”: O imaginário da elite política signatária do Manifesto dos Mineiros

O Manifesto dos Mineiros, intitulado ‘Ao povo mineiro’, foi lançado no dia 24 de outubro de 1943 por membros da elite política e intelectual de Minas Gerais, incluindo figuras como Afonso Arinos, Milton Campos, Pedro Aleixo e Virgílio de Melo Franco. O documento se propunha a defender os ideais de liberdade e democracia, elementos tidos como próprios da índole mineira, fazendo assim oposição ao Estado Novo. Através da análise do manifesto e de entrevistas concedidas pelos signatários, é objetivo deste artigo compreender de que maneira o discurso desta elite se apropria e interpreta o passado na busca de constituir uma identidade regional que legitime sua ação política.

Mauricio Trindade da Silva
Mestre/Universidade de São Paulo

Mário de Andrade epicêntrico: notas teórico-metodológicas para uma investigação de base epistolar sobre o modernismo brasileiro

O movimento modernista tem sido objeto de análise das ciências humanas em razão de ocupar um posto de referência no entendimento da renovação do campo de produção cultural em nosso país; renovação vinculada às transformações sociais, políticas, econômicas e ideológicas que estavam em andamento durante as décadas de 1920 e 1940. Nesse período, a atividade do polímato e autodidata Mário de Andrade (1893-1945) tornou-se central para tal entendimento de renovação, tanto por parte da produção poética, literária e epistolar que conduziu, quanto em relação aos feitos, debates e investimentos institucionais multifários em que tomou parte.

Pretende-se discutir, neste texto – como parte inicial do estudo de doutorado em andamento –, notas teórico-metodológicas relativas à confluência entre a história intelectual e a sociologia da cultura, tendo como eixo o modernismo e a correspondência ativa e passiva de Mário de Andrade.

Trata-se, portanto, de um enfoque sobre sua produção epistolar constituída junto aos demais interlocutores (artista, políticos e intelectuais); e localizar Mário de Andrade no epicentro, principalmente por conta de seu reconhecimento histórico, significa também adotar sua correspondência como o novelo em que se pode verificar o enlace e o desenlace de uma trama prismática de significados sobre a cultura brasileira, discutidos entre o autor de *Macunaíma* (1928) e seus interlocutores.

Maycon da Silva Tannis
Mestrando/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Laicos, Livres e Transgressores: Os Goliardos e o Poder da Igreja Medieval do Século XII e XIII

O presente trabalho visa tratar da estreita relação entre a produção de textos satíricos e seus produtores. Os estudantes ditos “Vadios” que transgrediam os valores de

uma Retórica e de uma Estética, que ordenavam todo o extrato de cultura Erudita ou Alta Cultura por Mikhail Bakhtin, bem como a própria vida, e essa “regra” desde a antiguidade, como regra de arte e regra de existência e de produção e reprodução da vida material, que se pautava na tríplice “Bom, Belo e Verdadeiro”, minha intenção é estabelecer contato entre essa produção satírica, considerando a relação autor(es)-textos e a relação de ambos com a Igreja Católica Medieval que em sua multiplicidade de formas, ora julga, mas faz questão de trazer para si esses textos de forma a preservar, dialeticamente, o que perseguia, como fica claro na dinâmica dos debates sobre o *Christos Agelastus*.

Proponho em um primeiro momento, a comparação entre o modelo de Estudante Perfeito, que pode ser observado em Pedro Abelardo em comparação com o ápice da transgressão que nos chega por meio da defesa jurídica em forma de poema efetuada pelo Estudante Goliardo de Nome desconhecido autointitulado “O Grande Archipoeta”. Fim de salientar as brechas e deslizos em ambos os modelos e suas intrínsecas relações com o Renascimento Cultural do Século XII. Em um segundo momento pretendo expor com mais clareza a efetividade desse movimento dialético que triunfa sobre o controle do imaginário medieval, mas deixa brechas, dentro da Alta Cultura, onde fenômenos ligados ao Renascimento do Século XII fazem deslizar dentro da teologia, da produção de saber e dentro da própria cultura universitária, esta ligada a nova cultura das cidades, como aponta Patrick Gili, uma produção de versos e poemas que apontam para um humanismo, uma liberdade e uma valorização das vicissitudes humanas, que em tempos de renascimento cultural do século XII foram abandonadas em prol de uma ascese. Essa relação complexa pelo caráter dialético e dialógico deste estudo se mostra como um campo fértil de estudos sobre as relações de poder e fé, por conta de sua abrangência social e teológica.

Priscila Bermudes Peixoto
Mestranda/Universidade Estadual Paulista - Franca

O exame médico pré-nupcial como proposta eugênica (1910-1940)

O objetivo desse trabalho consiste em analisar o discurso médico eugenista no Brasil do nas primeiras décadas do século XX acerca do exame médico pré-nupcial. Nesse período as cidades como Rio de Janeiro e São Paulo assistem a um processo de desenvolvimento urbano-industrial. E por esse motivo surgem problemas referentes à sua organização, ordem e saneamento. A medicina social, baseada nas doutrinas higienista e eugenista, passará a intervir no cotidiano da população estabelecendo normas de conduta sob o pretexto de prevenir moléstias e epidemias. Através do exame pré-nupcial os médicos pretendiam impedir ou adiar casamentos quando um dos nubentes apresentasse alguma doença ou quando julgassem que um destes possuísse algum fator degenerativo à descendência. Por este motivo o exame médico pré-nupcial era considerado por muitos uma medida preventiva imprescindível ao aprimoramento da raça, pois evitaria a transmissão de doenças entre os cônjuges garantindo assim a formação de uma prole forte e sadia. Procuraremos demonstrar como os médicos tentaram propô-lo para a sociedade, quais eram suas motivações e seus esforços para transformá-lo em uma lei aplicável em todo o país.

A obra teatral de Federico Garcia Lorca : E a representação social da sua execução pensada a partir da construção de contra hegemonia, crítica ao patriarcalismo, e flexibilização das noções de gênero dentro do contexto de heteronormatividade da sociedade espanhola dos anos 30

O presente trabalho tem por objetivo analisar a obra teatral do dramaturgo espanhol Federico Garcia Lorca no sentido de refletir e construir uma interpretação histórica sobre a sua execução no ano de 1936 durante o início do Golpe Franquista sobre a República Espanhola. Não se pretende dar um enfoque na questão da homossexualidade do referido dramaturgo, mas a linha mestra do trabalho nasceu da seguinte percepção; a grande maioria das peças teatrais de Lorca tem um enredo em comum, ou um núcleo duro recorrente, que é a exposição de um conflito que envolve ou um pai ou uma mãe em uma situação de conflito ou tensão com as filhas, envolvendo sempre a busca por um amor, que rompesse a situação de um casamento arranjado pelos pais ou diante da situação de amor não correspondido ou do drama de mulheres que não tiveram ou não podem ter filho. A partir daí é possível problematizar a publicização que Lorca faz do patriarcalismo, como ele se estrutura especificamente dentro de uma classe social dentro da civilização de Granada formada por latifundiário(a)s que usam o dote e a condição da mulher enquanto possível esposa para se reproduzir enquanto família de status na sociedade. A partir daí Lorca usa os seus textos teatrais dentro de uma crescente para mostrar como o patriarcalismo se apresenta como violência, num segundo ponto, ele procura usar o recurso da comparação entre personagens para atacar o patriarcalismo. Usa a resistência e a revolta das filhas como maneira de subverter uma determinada concepção de mulher submissa – esposa – mãe – dona de casa -, e concomitantemente constrói um arquétipo de uma outra mulher possível dentro da sociedade espanhola, coloca na boca desta mulher um arquétipo sempre pautado no prazer, o prazer versus a subordinação ao patriarca ou a patriarca, constrói a hipótese que o casamento arranjado anula a mulher do ponto de vista do prazer e faz a vinculação de que a negação do prazer impede que a mulher possua filhos, nesse momento faz-se a publicização no discurso de que à mulher é obrigatório a sexualização da mesma e o seu empoderamento caso ela deseje materializar o sua condição de mãe, assim materializa uma outra concepção de gênero para a mulher – enquanto livre – senhora do seu corpo – dominação do prazer – mãe. Utiliza-se como referencial teórico para fazer este debate a análise de discurso de Patrick Charaudeau, o conceito de hegemonia de Antônio Gramsci, a linguística e o referencial cultural para perceber como a construção linguística das peças permite a construção social de uma representação social da sociedade espanhola patriarcal, do seu poder e da sua dominação, mas ao mesmo tempo da construção contrária de um arquétipo subversivo da mulher frente a isso, e desta maneira como ele se tornaria perigoso aos setores reacionários da sociedade espanhola.

Rosemary de Jesus Santos
Especialista/UNEB

Mia Couto: tradição e crítica social

Partindo das relações entre História e Literatura, este trabalho busca perceber as tramas que a obra literária de Mia Couto atualmente considerado um dos principais escritores africanos, tece com a história de seu país, Moçambique. O corpus deste

trabalho de investigação são as tuas obras consideradas de recreação infantil/juvenil – *Mar Me Quer* (2000), *O Gato e o Escuro* (2001), *A Chuva Pasmada* (2004) e *O Beijo da Palavrinha* (2008).

Simone Aparecida Dupla
Mestranda/Universidade Estadual de Ponta Grossa

O lugar da História Antiga a partir do lugar de seus historiadores: breve apontamento acerca da escritura da história do Antigo Oriente Próximo

Esta reflexão se propõe a pensar a escritura da história em relação às fontes disponíveis da Antiguidade, especialmente as que se referem a Mesopotâmia e a construção desta narrativa histórica atrelada ao lugar que o historiador ocupa nos conflitos de seu tempo. Para pensar essas questões foram importantes às obras de Marc Bloch, John Gaddis e Paul Veiney, além de autores que trabalham com as culturas do Antigo Oriente Próximo, como Mario Liverani, Joaquin Sanmartin, Jean Bottéro, Samuel Noah Kramer, entre outros. O lugar da História Antiga na disciplina de História é demarcado por conflitos acadêmicos que visam não apenas o seu reconhecimento como campo temático específico que contribui para a disciplina de forma singular. Mas também como campo de disputa pela sua legitimidade enquanto área do saber, constituída a partir de um lugar específico, sujeita a provas e controles (CERTEAU, 1982). Uma vez que a história seria a ciência dos homens no tempo, como disse Marc Bloch, torna-se impossível extirpar ou ignorar a História Antiga como produtora de conhecimento histórico. Assim ao relacionarmos a temporalidade à produção acadêmica desses historiadores foi possível compreender que as considerações acerca da Antiga Mesopotâmia respondiam as questões referentes ao lugar que esses historiadores ocupavam em seu próprio contexto histórico.

Thaís Ferreira Pilotto
Graduando/Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Linhas de interpretação sobre a história da literatura brasileira: um legado construído no século XIX

Neste trabalho busco analisar duas correntes de interpretação da história da literatura brasileira na primeira metade do século XIX. A primeira empreendida por Domingo José Gonçalves de Magalhães com a publicação do *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil* na revista romântica *Nitheroy* no ano de 1836 e a segunda iniciada alguns anos depois por Santiago Nunes Ribeiro, com a publicação do artigo *Da nacionalidade da literatura brasileira* na revista romântica *Minerva Brasiliense*, no ano de 1843. Temos assim, duas linhas de interpretação sobre a história da literatura brasileira, que revelam concepções de literatura, história e história da literatura, uma na qual Magalhães afirma que a literatura brasileira só surge, de fato, a partir da emancipação política e outra sustentada por Santiago que defendera a existência de uma literatura que podia ser chamada de brasileira desde a colônia, na medida em que este considerava a literatura a expressão de um povo, de suas condições físicas e sociais.

O trabalho intelectual do historiador: discutindo a prática historiográfica

É assente entre os historiadores a necessidade de discutir sobre sua prática, seu ofício, seu trabalho intelectual e os múltiplos desafios enfrentados no decorrer dessa trajetória. Entre esses desafios encontram-se explicitar os diversos e diferentes caminhos percorridos, para se construir a narrativa historiográfica, os quais podem ser entendidos aqui como o método histórico – prática/escrita (BLOCH, 2001). E pensar a circulação dessa produção, pois sabemos dos diferenciais que essa apresenta a partir do público a quem é direcionada (CERTEAU, 1982). No entanto, muitas vezes nos dedicamos as nossas temáticas de pesquisa deixando de lado a reflexão sobre nossa própria prática, ou seja, percorremos um caminho de trabalho, mas não refletimos sobre ele e muitas vezes nem mencionamos o(s) método(s) utilizado(s) (GADDIS, 2003). Assim, este artigo se propõe a discutir a partir de um tema específico, neste caso religiosidade, os diversos elementos que compõe uma pesquisa e sua divulgação seja no meio acadêmico ou para um público não especializado. Para tanto esta discussão se ampara em quatro obras: *O Sabor do Arquivo* de Arlete Farge (2009); *Paisagem da História* de John Lewis Gaddis (2003); *Apologia da História* de Marc Bloch (2001) e *A escrita da História* (no caso desta obra utilizou-se apenas o Capítulo II: A operação historiográfica) de Michel de Certeau (1982). Por outro lado, buscou-se na bibliografia especializada o amparo para se discutir a temática da religiosidade.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 5: História, gênero, política e sexualidade Memórias e Identidades na escrita da história

**Coordenadores: Carolina Dellamore Batista Scarpelli
Doutoranda/Universidade Federal de Minas Gerais**

**Cássio Bruno de Araujo Rocha
Doutorando/ Universidade Federal de Minas Gerais**

**Débora Raiza Rocha
Especialista/ Universidade Federal de Minas Gerais**

**Deisiane Pereira Carlos
Mestranda/Universidade Federal de Ouro Preto**

**Fabiana Aparecida de Almeida
Doutoranda/Universidade Federal de Juiz de Fora**

**Amanda Monteiro Diniz Carneiro
Graduada/Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**

A Atuação das Mulheres no Grupo Guerrilheiro Urbano Argentino “Montoneros”

A presente pesquisa tem como objeto analisar a atuação das mulheres no grupo de esquerda da Argentina, denominado Montoneros, no período de 1960 a 1979. O grupo se organiza em fins dos anos de 1960 recebendo influências do contexto Argentino e também da revolução cubana, principalmente no que se refere à luta armada. Era constituído, em sua maioria, por jovens que tinham a pretensão de transformar a Argentina em um país socialista, defendiam o anti-imperialismo e o fim do capitalismo. O estudo da atuação das mulheres, principalmente em grupos políticos que se denominam revolucionários, torna-se fundamental para problematizar os espaços masculinizados da política, e, muitas vezes mulheres e homens atuavam reforçando esta visão. O fato de afirmarem-se revolucionários não os eximia de reproduzir os diversos espaços de dominação da sociedade. Nas décadas de 1960 e 1970 muitas mulheres jovens se envolveram na luta política, entretanto, por serem mulheres não alcançaram espaços de direção ou desenvolviam tarefas ditas como “femininas” no referido grupo. É importante ressaltar que a situação das mulheres militantes no período da ditadura (1976-1983) era muito complicada, principalmente se pensarmos na vulnerabilidade da sua condição de mulher nos centros de tortura. Muitas delas tiveram seus filhos sequestrados pelo regime, entregues para famílias de militares e de civis, outras violentadas, etc. Mas não eram os riscos que as impediam de atuar contra o sistema ditatorial. A historiografia argentina pouco discute sobre a condição feminina nos espaços políticos durante esse período, -geralmente, os debates são realizados sobre os desaparecimentos de pessoas e sobre os métodos de tortura. Nesse contexto, esta pesquisa, -que se encontra em andamento-, busca novas perspectivas para se pensar as mulheres como protagonistas, principalmente no movimento popular e no jogo político na Argentina.

Os corpos que escapam: Somos a pele que habitamos?

O corpo sexuado, antes do século XX, não tinha as devidas atenções merecidas pelos historiadores, bem como o cinema enquanto fonte para a historiografia. O presente trabalho é pensado à luz da epistemologia feminista e dos estudos *queer*, ao passo que se pretende aqui aplicar o gênero enquanto uma categoria de análise para a história, conforme Joan Scott (1990), entender o cinema enquanto tecnologia de gênero, segundo Teresa de Lauretis (1994), ou seja, artifícios criados e usados para se construir as representações do sujeito e dos corpos, na mesma medida em que veicula estas representações na cena midiática. Neste sentido, o trabalho se propõe a análise de um fragmento da película de Pedro Almodóvar, a *Pele que Habito* (2011), a fim de problematizar a representação do corpo na pós-modernidade, de modo a desconstruir o invariável vínculo entre sexo, corpo, gênero e desejo, a partir do que propõe a teórica Judith Butler (2003), quando considera corpo, gênero e desejo são três elementos construídos e que, por conseguinte, é fundamental desatrelá-los. Para tanto, utilizar-se-á a noção de dispositivo de Michel Foucault para, a partir do *dispositivo da sexualidade* analisar os mecanismos de desconstrução da norma que conduz as práticas sexuais, o que sustentará a direção da presente análise. Destarte, a partir das práticas discursivas e da produção de sentido, realizar-se-á o trabalho, fragmento de uma dissertação de mestrado, com vistas a pensar a cena discursiva da qual emergem os discursos sobre os corpos que escapam à norma, bem como o sexo e o gênero.

Ana Paula Silva Santana
Graduanda/Universidade Federal de Ouro Preto

Menina tenha modos: O comportamento feminino no século XVIII a partir de Feliciano Joaquim de Souza Nunes e Luís António Verney

A apresentação visa o comportamento feminino no século XVIII. Quais as obrigações em casa, com a família, seus afazeres e costumes, assim como a melhor forma de se portar perante uma sociedade por vezes vinculada a aparências, como a do Antigo Regime. Para realização de tal apresentação pretende-se abordar análises dos livros de dois autores setecentistas que tratam da mulher de sua época e assim confrontá-los de forma que enfatize semelhanças e diferenças entre o trabalho de ambos os autores. Luís António Verney, escritor de *O verdadeiro Método de estudar*, aborda de forma pedagógica, em 1746, o que deveria ser ensinado às mulheres e para quais fins tais ensinamentos poderiam servir. E Feliciano Joaquim de Souza Nunes com *Discursos político-Moraes* que se refere às principais características que deveriam se fazer presente na mulher ideal para o casamento. Para que se analise o que pretendem estes dois autores o trabalho contará também com leitura de autores contemporâneos da historiografia vigente, a fim de procurar entender o que levaram Verney e Nunes a escrita de suas obras.

Átila Augusto Guerra de Freitas
Graduando/Universidade Federal de Minas Gerais

“Quais são as vantagens que obtivestes na Revolução?”: a participação das mulheres no debate ilustrado francês

A Ilustração foi um movimento que comportou um amplo leque de ideias e debates, tendo repercussão em âmbito mundial, afetando as sociedades, a política e a cultura de seu tempo. Mesmo não correspondendo a um movimento de ideias coerentes, a base racional e os valores universalizantes de liberdade e igualdade são características fundamentais do pensamento ilustrado. É esse universalismo que pretendemos questionar, procurando refletir sobre os limites do pensamento liberal através da perspectiva das mulheres e, especificamente, de Olympe de Gouges – pensadora ilustrada que viveu na França revolucionária e foi guilhotinada em 1793. Considerada uma das precursoras do pensamento feminista, problematizaremos os escritos de Olympe a partir das discussões sobre as performances de gênero. Usaremos, para isso, sua obra mais famosa: a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. Na qual a autora busca pautar a opressão sofrida por sua condição feminina, numa clara resposta à *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. Portanto, o objetivo central desse trabalho é dar visibilidade a essas pensadoras do setecentos que são muitas vezes esquecidas nos estudos sobre o pensamento ilustrado.

Bárbara Figueiredo Souto
Doutoranda/Universidade Federal de Minas Gerais

A construção de identidades na imprensa feminina: estratégias para a conquista do espaço público

Propomos discutir a construção de identidades femininas através dos jornais *A Família* (1888-1894) e *O Sexo Feminino* (1873-1891), de propriedade de Josephina Alvares de Azevedo e Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Com o intuito de focar a discussão nas identidades, subjetividades, escrita feminina e conquista de espaços de resistência, utilizaremos como base teórica as concepções de Rosi Braidotti, presentes na obra *Sujeitos nômades* (BRAIDOTTI,2000).

Para instigar o leitor, lançamos os seguintes questionamentos: as jornalistas e colaboradoras oitocentistas construíram uma identidade feminina homogênea ou plural? Podemos pensar numa especificidade da escrita feminina? Quais estratégias foram utilizadas para a conquista do espaço público? A imprensa funcionou como espaço de resistência?

Defendemos a idéia de que essas mulheres sentiram a necessidade de construir novas identidades, devido ao compartilhamento de experiência, ou seja, eram mulheres que, geralmente, cumpriam suas funções de mãe, esposa e dona de casa, como o desejado pelo discurso vigente, mas sentiam vontade de extrapolar esse espaço, alcançando o âmbito público.

Para Braidotti, a categoria “mulher” não é monolítica, mas compartilha de experiências complexas e contraditórias, que podem ser pensadas em termos “tales como la clase, la raza, la edad, el estilo de vida, la preferència sexual y otras”. Falar, conhecer e pensar como mulheres é importante para unir forças e colocar em ação as relações sociosimbólicas, o que torna a epistemologia nômade anti-essencialista. Tendo

isso em vista, um dos grandes questionamentos de Braidotti são as identidades estáveis. A autora lança mão do nomadismo, não para pensar numa mudança física ou no ato literal de viajar; o nomadismo, para Braidotti, é uma “conciencia crítica que se resiste a estabelecer en los modos socialmente codificados de pensamiento y conducta”.

Carolina Dellamore
Doutoranda/Universidade Federal de Minas Gerais

Lugar de mulher é no sindicato. A presença e a ausência das operárias no Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem e Região

O objetivo deste trabalho é compreender a atuação das mulheres metalúrgicas no Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem e Região. Fundado em 1934, esse Sindicato só veio a ter uma mulher participando de sua diretoria em 1967, cuja gestão foi cassada pela ditadura militar antes de terminar seu mandato. Somente cerca de vinte anos depois as mulheres voltaram a fazer parte da direção da entidade em um contexto marcado pela luta de movimentos sociais por direitos, como, por exemplo, o movimento feminista e pela volta da democracia no Brasil em 1985. Nesse sentido, analiso a presença e a ausência das mulheres no Sindicato dos Metalúrgicos ao longo de sua história, os cargos e funções exercidas por elas na direção da entidade, a dinâmica do trabalho sindical e as relações de gênero estabelecidas nesse espaço de representação política.

Cássio Bruno de Araujo Rocha
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais

Identidades narrativas e performatividade de gênero: cruzamentos conceituais possíveis após a morte do sujeito

A comunicação objetiva analisar as possibilidades de cruzamentos entre os conceitos de identidades narrativas e de performatividade de gênero a partir do contexto teórico da suposta morte do sujeito moderno decretada pelas filosofias pós-modernas. Este cruzamento é uma tentativa de abrir um novo caminho para a escritas de histórias sobre os gêneros pautadas no seu fazer narrativo ao longo do tempo, entendendo os gêneros como construções que se fazem por meio das ações e interpelações performáticas feitas pelos agentes e por eles sofridas – as quais são representadas pelo historiador através da narrativa que ele compõe.

Para o historiador, o conceito de performatividade de gênero, pautado nas experiências dos sujeitos, permite que o processo de construção, subversiva ou reificada, dos gêneros sejam capturados em sua narrativa histórica. Por sua vez, o conceito de identidade narrativa situa o próprio narrar-se como lugar e meio da construção das subjetividades, pois percebe a subjetividade do sujeito se construindo na e através da narrativa.

Assim, o cruzamento entre os conceitos aparece como uma possibilidade de redimensionamento da performatividade de gênero de um sujeito que se constrói na

narrativa. O sujeito genericado de Butler, constituído pela exclusão e pela diferenciação, que esconde sua origem excludente e cria, por meio deste subterfúgio, a ilusão de sua autonomia, mesmo sendo um ataque radical ao sujeito universal e autônomo da modernidade, não precisa significar a morte do último. Antes, apresenta uma via, que, propomos com esta comunicação, é, ao mesmo tempo, narrativa e performática, para que a questão do sujeito não recaia na fragmentação e no relativismo estéreis.

Claudiana Aparecida Santos Portugal
Graduada/Universidade Federal de Ouro Preto

Políticas identitárias e diversidade sexual

O trabalho visa falar sobre gênero e diversidade sexual, para isso foi traçada uma breve trajetória dos estudos sobre sexualidade e suas quebras epistemológicas ocorridas ao longo tempo. Entendemos hoje que o modo como concebemos a sexualidade é resultado de uma construção social. Partindo desse ponto podemos falar sobre diversidade, inclusão e direitos.

Os movimentos militantes buscam mostrar como a sociedade entende a sexualidade desde o século XVIII. Atualmente os estudos se concentram nos indivíduos de fronteira, que, para além da quebra da binaridade heterossexual/homossexual, buscam através de uma perspectiva *queer* a luta por direitos de sujeitos como transgêneros, transsexuais e travestis.

Foram apresentados conceitos como identidade de gênero e orientação sexual, para a partir de então esclarecer sobre as múltiplas possibilidades de se viver e entender a sexualidade. Através desses estudos é possível perceber que o que se entende por normal é resultado de mecanismos de regulação perversos que são construídos, legitimados e reiterados pela sociedade. Essa *performatividade* do gênero aprisiona os seres em moldes sociais tidos como corretos.

Os movimentos militantes visam através dessa perspectiva a luta por direitos, igualdade e fim da hierarquização entre os sexos.

Daniel Henrique de Oliveira Silva
Mestrando/Universidade Federal de Uberlândia

O direito ao corpo em anos ditatoriais: a vocalização de movimentos feministas nas páginas de um jornal homossexual

O presente trabalho propõe discutir a relação entre os movimentos feministas dos anos finais da ditadura militar com o jornal *Lampião da Esquina*, escrito por homossexuais masculinos com abertura para publicações externas variadas. O *Lampião* ao longo de suas edições deu visibilidade em suas páginas a matérias escritas por mulheres, que em muitas dessas reportagens discutiam questões referentes a buscas por mais direitos e também análises dos caminhos desse próprio movimento. O *Lampião*, jornal em análise, surgiu em abril de 1978 e perdurou até 1981, com publicações mensais e predominantemente com vinte páginas, ele surge no período de leve abertura, mas que ainda é notado forte repressão aos meios de comunicação.

Na Edição número 11, de abril de 1979, Francisco Bittencourt relata o primeiro Encontro Nacional de Mulheres, ocorrido no Centro Cultural Cândido Mendes, em Ipanema no Rio de Janeiro, no dia 08 de março, data em que se comemora o dia das mulheres. O evento contou com a participação de 347 mulheres que estavam ali discutindo prioritariamente questões ligadas principalmente a política nacional, desigualdade salarial e por uma anistia ampla, geral e irrestrita. Esse encontro, é considerado por redatores do jornal por ser um movimento elitista, que reivindicavam questões que não tangiam o direito ao corpo ou o prazer feminino. É constatado que 73% das mulheres ali presentes possuíam instrução superior, mas isso não permite afirmar que a reunião não tinha caráter feministas e/ou contestador das velhas estruturas constituintes da sociedade.

Endossando o discurso de editores do jornal são publicados uma série de reportagens em que é criticado o caráter do primeiro Encontro Nacional de Mulheres, entre elas a mensagem da associação de Moradoras da Vila Kenedy, apresentadas no jornal como ex faveladas, que discutem a elitização do evento, o texto de Leila Miccolis que faz a crítica a temas não debatidos no evento promovido pelo Centro da Mulher Brasileira – CMB, ressaltando a importância de trazer discussões referentes ao corpo e à sexualidade, principalmente ao direito ao prazer da mulher, como forma de questionar-se o papel dado a mulher, como reprodutora, gestora do lar, procriadora. Nesse sentido, nega-se o prazer dela, e o direito ao orgasmo, relegado à segundo plano ou invisibilizado.

Percebe-se que na primeira reportagem desta edição sobre o movimento das mulheres, Bittencourt o critica, rotulando-o de não feminista por não colocar em debate a questão da sexualidade feminina. Em consequência disso, percebe-se que as reportagens seguintes endossam seu discurso, propondo essa discussão, como um dos principais meios de subversão dos padrões falocêntricos. Nessa perspectiva, é possível perceber que o jornal ao dar voz aos movimentos feministas que discutiam questões referentes ao direito ao corpo e ao prazer, estaria creditando, impulsionando seu discurso central, de romper com as estruturas normativas do sexo e da sexualidade que ditam normas, controlam e se constituem por meio de um aparato regulatório que exige e impõe formas de agir em diversas instâncias. Nesse discurso, há uma naturalização dos papéis sociais como meio de reiteração e melhor reprodução deles. Discutir o direito ao corpo é uma das maneiras encontrados por algumas feministas dos anos finais da ditadura militar para questionar-se as estruturas desse operador social, normatizador, regulador da sexualidade que cria formas de agir e pensar gerando desiguais.

Nessa perspectiva, pode-se inferir que as relações sociais são construídas socialmente, que existe um discurso dominante norteador de valores, formas de agir e pensar, os quais ditam regras também sobre os corpos e sobre o prazer, sobre o corpo e o prazer são traçadas formas e especificados regiões corpóreas para que se possa alcançá-lo, sendo outras possibilidades, negadas, ou não postas como possíveis, “a relação sexual com uma fruta ou uma pluma” ou “gozar na exata curvatura da nuca”, são atitudes renegadas, impostas como antinaturais, ou subversivas.(CAIAFA, 1980, p.10).

O discurso dominante determina o natural e o antinatural, traça caminhos a serem percorridos e também os da subversão, nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é perceber as reportagens que o jornal deu visibilidade ao longo de suas páginas, de que forma foram vocalizados esses movimentos, reiterando seus ideais, e de que forma esses

discursos apresentados subvertem o padrão normativo imposto. Nesse âmbito, serão tratadas reportagens que debatem o direito ao prazer, ao corpo, assim como os que reivindicam salários iguais e creches, e os movimentos pelo direito ao aborto.

Debora Raiza Carolina Rocha Silva
Especialista/Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

Caminho escolhido, determinado ou possível? A experiência de inserção das mulheres na Ação Popular - AP

Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de inserção das mulheres no grupo de esquerda denominado Ação Popular (AP). A AP derivou principalmente das “Juventudes Católicas”, e assim como outras organizações de esquerda, participou em favor das Reformas de Base, em 1962, e na luta contra a ditadura militar, a partir de 1964. Como diferencial, a AP contou com uma ampla presença de mulheres em seu interior. De acordo com dados estatísticos levantados no acervo do DOPS/MG, presente no Arquivo Público Mineiro, a participação feminina na AP em Belo Horizonte, foi quantitativamente significativa, representando aproximadamente 30% do total de militantes. Diante disso, considerou-se importante entender: quais foram os elementos que conduziram as mulheres a esta escolha? Aliás, figurou como uma escolha ou foi um caminho pré-estabelecido pela trajetória de vida dessas mulheres? Ou ainda, o fato de derivar de uma organização católica e estudantil facilitava a entrada das mulheres na medida em que enfrentariam menos resistência à sua presença?

Para alcançar respostas à esses questionamentos foram analisadas entrevistas realizadas com três militantes da AP: Gilse Maria Westin Cosenza, Delsy Gonçalves de Paula e Magda Maria Bello de Almeida Neves e documentos produzidos pelo DOPS/MG. Como conclusão, compreendeu-se que falar da inserção feminina na Ação Popular é entender múltiplos processos, espaços, concepções, circunstâncias, sentimentos, emoções, vivências e, principalmente, as regras de gênero estabelecidas na época.

Deisiane Pereira Carlos
Mestranda/Universidade Federal de Ouro Preto

História, gênero e identidade: Perspectivas, conceitos e abordagens

No presente trabalho, estaremos abordando o legado de homens e mulheres ao longo dos tempos, especialmente no que tange a “forma”, ou antes as “f(ô)rmas” de sua escrita, representação e relevância na História, enquanto ciência. Para começar a entender o que seria esse modo de se escrever uma história específica, recorreremos a alguns autores que tiveram a preocupação de expor essa morfologia na escrita da História e que nos auxiliarão no estudo do tema. A História enquanto disciplina científica tem “como objetivo definir as maneiras como os historiadores narram o passado por meio de ‘formas’ que conferem sentido a conteúdos desconexos” (GUARINELLO, 2013). A história nos apresenta limitações, no que tange as tentativas de “entender e interpretar o mundo”, e é dentro dessas limitações que entra o ofício especializado do historiador. O passado nada mais representa para os historiadores do que “pontos de luz na escuridão”, onde travamos uma batalha para dar “luz” e sentido a

assuntos “obscuros” ou pouco discutidos. Observamos ainda, que essa mudança no contexto da forma de se escrever a história, com a inserção de campos especializados como o das mulheres, se deu devido aos questionamentos com que a própria historiografia se deparou, com a emergência de se investigar os novos paradigmas científicos que se apresentavam, principalmente, motivados por uma participação mais efetiva das mulheres nas ciências, que levavam a indagação da sua própria existência e trajetória, não aceitando a imposição de “sexo frágil” ou submisso ao homem, mas sim de agentes ativos dentro do seu universo particular, de inúmeras possibilidades e especificidades. Esse trabalho busca a compreensão da estrutura do passado, de forma que a sua escrita defina os significados e pragmáticas distintas com as quais nos deparamos e que são fundamentais para uma “escrita da história” que tem a pretensão de servir de contribuição a historiografia.

Fabiana Aparecida de Almeida
Doutoranda/Universidade Federal de Juiz de Fora

Lindolfo Gomes e suas "memórias": a importância do intelectual para a história de Juiz de Fora

A proposta aqui apresentada consiste em refazer a trajetória de Lindolfo Gomes e destacar sua importância no cenário político, cultural e intelectual na cidade mineira de Juiz de Fora na primeira metade do século XX. Lindolfo Gomes, professor, jornalista, filólogo, historiador, folclorista e escritor, atuou ativamente em todas essas áreas em diversas cidades mineiras e cariocas. Tal fato o fez adquirir uma rica rede de amigos que influenciaram sua atuação e divulgaram suas ideias. Pretendemos aqui analisar Lindolfo dentro da abordagem da biografia intelectual para assim entender, a partir de seus pensamentos e suas abordagens pessoais, com quem ele debatia e com quem eram feitas as suas articulações, dentro e fora de Juiz de Fora. Entendemos por fim, que com esse trabalho, a importância de Lindolfo para a memória e a história de Juiz de Fora fique clara, mostrando ainda como a escrita da história também se mostra muito rica em suas identidades e personagens.

Igor Maciel da Silva
Graduando/Universidade do Estado de Minas Gerais

As “flores do sertão” em campo: análise histórica da relação mulher e esporte – narrando os casos de Uberaba e Uberlândia (1909-1944)

Este trabalho aborda situações pouco conhecidas pela historiografia do esporte, em relação ao desenvolvimento do fenômeno esportivo no Triângulo mineiro, que por meio da análise dos periódicos “Lavoura e Comercio” (Uberaba, 1909-1933) e “A Tribuna” (Uberlândia, 1923-1944), fora percebido o crescimento da aceitação da presença feminina nos âmbitos esportivos e a promoção destas, nas iniciativas locais e intermunicipais: do brilhantismo que sua presença dava às assistências das competições; Parainfados de times, que além de apadrinha-los, eram escolhidas para entregas de prêmios aos times visitantes; Coroadas como ‘rainhas do esporte’, até a efetivação da atuação como esportistas em modalidades como natação, voleibol e basquetebol. O que só foi possível mediante os fatos da presença do pensamento higienista vigente na época, em que o esporte fora usado claramente para educação das sensibilidades dos

corpos e dos sentidos que se gestava para a família brasileira do século XX; e do fomento que o âmbito escolar proporcionou à relação esporte e mulher, a ilustrar-se na formação do time feminino de voleibol e basquetebol da “Escola Normal de Uberaba” em meados de 1930, por exemplo. Assim, este trabalho tem o objetivo de narrar a história das mulheres no esporte nas cidades supracitadas na primeira metade do século passado, tendo como análise principal os periódicos “Lavoura e Commercio” e “A Tribuna”, na intenção de contribuir à historiografia do esporte feminino e aos demais estudos históricos que encaminham seus olhares para o fenômeno esportivo como estimulador dos novos hábitos e práticas no século XX.

Maria Cruz Ferraz
Graduanda/Universidade Federal de Minas Gerais

Do homossexualismo à Teoria Queer: o desenvolvimento histórico do movimento LGBT nos Estados Unidos

O presente trabalho tem como objetivo narrar o surgimento e desenvolvimento de movimentos civis LGBTs nos Estados Unidos a partir do século XX. Com uma abordagem histórica, o trabalho visa discutir, de forma geral, desde o nascimento do Movimento Homófilo até o desenvolvimento da Teoria Queer de fins da década de 80 e início da década de 90. É importante analisar, ainda, os diferentes contextos históricos que marcaram as mudanças nos movimentos civis em questão e algumas das respostas conservadoras a essas novas demandas. O trabalho traz, portanto, um pouco do posicionamento da Direita Cristã dos Estados Unidos para contrapor às visões progressistas do movimento LGBT. É um dos objetivos demonstrar, também, a pluralidade e heterogeneidade das visões políticosociais engajadas de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros ao longo da segunda metade do século XX.

Maria Gabriela Evangelista Soares da Silva
Graduada/Universidade Federal Fluminense

Mulheres espectadoras das Ciências; até quando?

O sexo feminino, por ter sido marginalizado por muitas décadas, acabou sendo excluído da estória da humanidade e sendo esta, escrita fundamentalmente por homens, se absteve de incorporar às suas preocupações o sujeito feminino, transformando-o em mero espectador. Além dessa cultura patriarcalista, a marginalização foi fortalecida pela restrição no acesso à instrução, imposta às mulheres, independentemente da classe social, baseada na ideia de que elas eram seres biologicamente inferiores que os homens e conseqüentemente, possuíam uma capacidade intelectual menor. Assim, a educação para elas concentrava-se apenas nas prendas domésticas e nos requisitos para transformá-las na mulher ideal, que tinha por objetivo ser uma boa esposa, dona de casa e mãe. Dessa maneira, percebe-se que o acesso das mulheres ao ensino regular foi um grande desafio, mas o acesso à universidade mostrou-se uma trajetória ainda mais longa. A primeira mulher a ingressar no ensino superior foi em 1837 nos Estados Unidos; posteriormente na Europa; enquanto no Brasil esse acesso se deu ao final do século XIX. Atualmente, o acesso às universidades não é mais um empecilho, pois tanto o acesso quanto a conclusão dos cursos de graduação são representados por uma maioria

feminina, mas os desafios com relação ao ensino superior ainda não foram totalmente transpassados, já que muitas carreiras ainda não são bem vistas e/ou incentivadas para as mulheres, como é o caso das ditas ciências duras; Fato esse, que é reforçado nas palavras de Rousseau ao afirmar que a mulher mantém-se perpetuamente na infância, sendo incapaz de ver o que é exterior ao mundo fechado da domesticidade, e por isso ela não pode praticar as ciências exatas. Apesar de já transcorrido décadas desse discurso, a visão androcêntrica na escolha de estudos e na interpretação de seus resultados fez predominar a exclusão das mulheres, fazendo prevalecer a masculinidade entre cientistas. Nesse sentido, inúmeros projetos têm sido criados visando diminuir essa disparidade, mas promover mudanças em uma cultura requer muito mais que projetos isolados; é necessário mudar os conceitos de todo um povo, quiza de várias nações.

Mariane Ambrósio Costa
Mestre/Universidade Federal de Juiz de Fora

A Imprensa Feminista no contexto das Ditaduras Militares e Redemocratizações: os casos brasileiro e uruguaio (1964-1985)”

O presente trabalho aborda de forma comparada o surgimento de revistas feministas durante o período das ditaduras militares no Brasil (1964-1985) e no Uruguai (1973-1985). Durante os anos de repressão nos países da América Latina, a Doutrina da Segurança Nacional agiu com o objetivo de conter a ameaça do “inimigo interno”, gerador da “subversão”, levando ao cerceamento de direitos e liberdades civis, bem como a censura dos variados meios de informação. Neste ínterim, a mídia alternativa se desenvolveu no submundo da imprensa no cone sul resultando em inúmeras publicações como: folhetos, revistas, jornais, etc. Em meio a essa produção, uma parte significativa era feita por, e para, mulheres, havendo registros de mais de 20 publicações no Brasil e 5 no Uruguai. Algumas, em especial, tiveram destaque tornando-se veículos de circulação de ideias difundidas pela segunda onda do feminismo ao redor do mundo. Seus objetivos mesclavam denúncias sobre o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade e conteúdos feministas com caráter didático; buscavam, sobretudo, aliar libertação feminina com efetiva participação política e social, como no caso das revistas brasileiras *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, e das uruguaias *La Cacerola* e *Cotidiano Mujer*. Esta última, inclusive, iniciando sua produção no ano da queda do regime militar no Uruguai. O objetivo é analisar comparadamente tais publicações através do discurso de gênero difundido por estas mulheres tentando perceber sua importância política. Busco também analisar suas origens e, principalmente, seus diferentes desfechos, tentando notar as principais diferenças entre as reivindicações feitas por brasileiras e uruguaias, dialogando dessa maneira com os diversos estudos que, nos últimos anos, tem se debruçado sobre o assunto.

Rafael Cerqueira Pinheiro
Mestrando/Universidade Federal de Minas Gerais

Sobre as condições de vulnerabilidade dos homossexuais na epidemia de HIV/aids

O objetivo desse artigo é compreender como a noção de vulnerabilidade esteve relacionada aos homossexuais ao longo da história da epidemia de HIV/aids. Como fenômeno social surgido em meados da década de 80, a epidemia de HIV/aids

apresentou, ao longo da sua história, características que foram conformadas a partir de diversos marcadores sociais, como gênero, raça e sexualidade. As relações sociais de gênero produzem efeitos na saúde e moldaram, em grande medida, a dinâmica epidemiológica do HIV/aids ao longo da história da epidemia. As políticas públicas de saúde voltadas ao enfrentamento da epidemia de aids se configuram a partir do entendimento da conformação dessas vulnerabilidades e sobre como a população homossexual, e outros homens que fazem sexo com homens, se inserem nessa dinâmica. As diretrizes atuais de saúde reconhecem a existência de vulnerabilidades específicas que contribuem para que alguns grupos estejam mais expostos à infecção pelo HIV, como os homossexuais. A incidência das taxas de infecção entre esse grupo, em detrimento da estabilização da epidemia em outros contingentes populacionais, chama a atenção para a existência de contextos desfavoráveis que atingem alguns grupos populacionais e os expõem, de forma mais generalizada, a infecção pelo HIV/aids. Pretende-se, deste modo, ao buscar na literatura sobre o tema, fazer uma história do conceito de vulnerabilidade em relação ao HIV/aids e compreender como os homossexuais foram vistos e considerados nessa dinâmica.

Renata Lopes Marinho de Almeida
Graduando/Universidade do Estado do Rio de Janeiro

As coadjuvantes do Iluminismo francês: contribuições da mulher na difusão do saber

O Iluminismo francês é conhecido pela sua preocupação frente a difusão de conhecimento e ruptura para com alguns paradigmas da sociedade durante a transição para a modernidade. Preocupa-se em propagar novas ideias e refletir acerca do mundo, conceitos e lugar do indivíduo na sociedade. Entretanto, ainda afirma-se como um lugar predominantemente masculino, permitindo aos homens e mulheres experimentar do movimento de formas distintas.

Assim, podemos pensar sobre a diferenciação de responsabilidades e oportunidades entre homens e mulheres, onde a elas, cabe definir o “bom” gosto e articular encontros, além de partilhar de maior quantidade e qualidade de leituras e informações, ou seja, não estando tão a margem daquele período.

Com base em autores como Elizabeth Badinter, Michel Vovelle, Madame du Châtelet, Adília Maia Gaspar, dentre alguns outros, busco no trabalho em questão refletir sobre o papel e relevância da mulher dentro do cenário das Luzes, analisando sua intelectualidade, participação e aceitação no meio letrado. Partindo da experiência dos *Salões* e da busca individual pelo conhecimento.

Sarah Alves de Andrade
Graduada/Universidade Federal de Minas Gerais

“República das Moças: participação política, estereótipos femininos e sua ambígua correlação” (1879)

A presente comunicação se ocupa de duas edições do periódico “República das Moças”, que circulou na cidade do Rio de Janeiro em outubro de 1879. Tendo em vista que o jornal era editado por mulheres e propunha a participação feminina na política, espaço então considerado masculino, será avaliada a abrangência social do discurso jornalístico no intuito de sabermos como o periódico propunha o alargamento do espaço de atuação feminina e se, ao mesmo tempo, reafirmava as limitações políticas impostas às mulheres. Até o presente momento foi possível concluir que, apesar da proposta de expansão da atuação da mulher na sociedade, o jornal, de maneira ambígua, acabava por desnaturalizar a presença feminina em determinados espaços. Essa desnaturalização pôde ser observada pela recorrência de termos e expressões que atribuíam lugares e comportamentos próprios às mulheres, e assim, reforçavam o velho estereótipo. Deste modo, a mensagem defendida e propagandeada pelas editoras do “República da Moças”, ao mesmo tempo em que conclamava as mulheres a uma imersão na política, não se desvinculava dos arraigados valores tradicionais, dando uma sombra conservadora à sua proposta revolucionária.

Stella Ferreira Gontijo
Graduada/Universidade Federal de Minas Gerais

Lídia Maria de Abreu Generoso
Graduada/Universidade Federal de Minas Gerais

Marcela Coelho
Graduada/Universidade Federal de Minas Gerais

Y Dios me hizo mujer: o ser mulher revolucionária em Vilma Espín e Gioconda Belli

O presente trabalho analisa as obras *La Gesta Revolucionaria: Acciones y Heroes* (1990) de Vilma Espín Guillois e *Linha de Fuego* (1978) de Gioconda Belli, com o intuito de refletir sobre as narrativas e percepções das autoras sobre suas experiências revolucionárias e o papel da mulher na revolução na América Latina. Vilma Espín foi uma mulher proeminente da Revolução Cubana, participou ativamente do Movimento Revolucionário 26 de Julho e tornou-se líder da Federação de Mulheres Cubanas durante boa parte de sua vida. Gioconda Belli, intelectual nicaraguense, foi membro da Frente Sandinista de Libertação Nacional durante o processo revolucionário e, posteriormente, membro da Comissão Político-Diplomática do governo da FSLN (1984 - 1990). Acreditamos que ambas obras, ao tratarem do processo revolucionário a partir das perspectivas de mulheres, permitem compreender melhor as experiências invisibilizadas das mulheres nos processos Revolucionários da América Latina. Buscaremos trabalhar o gênero, portanto, como uma categoria de análise histórica relevante para a construção de novas perspectivas sobre a participação e o papel das mulheres na revolução.

Tiago Duarte Tudeia
Graduando/Universitário UNA

Débora Francisca Notorio Silva
Graduanda/Universitário UNA

As múltiplas relações afetivas no mundo contemporâneo: perversão ou expressão livre do sujeito pós-moderno

A legislação vigente no Brasil estabelece limites para a união civil, o Art. 1.521 define um impeditivo: “Não podem casar: VI - as pessoas casadas” (BRASIL CF/88); Já a Bíblia (Novo Testamento), outro referencial para o comportamento de nossa sociedade e também de grande parte da cultura ocidental cristã, cita: “E serão os dois uma só carne; e assim já não serão dois, mas uma só carne” (Marcos 10:8). Em linhas gerais a bíblia condena de forma indireta o adultério e as relações extras conjugais, deixando implícito qual o comportamento aceitável. As relações afetivas sempre estiveram reguladas pelas religiões e pelos Direitos Constitucionais. Mas, o que ambas definem como aceitável nem sempre é o padrão comportamental de uma dada sociedade. Cada sujeito tem sua própria identidade formada pelos seus gostos, desejos e opções subjetivas. Em uma sociedade há vários sujeitos na busca individual do prazer e o que o satisfaz será muito diversificado. Nesse sentido, ocorrem quebras no comportamento desse sujeito que está em busca do que deseja. Porém se encontra inserido em um contexto em que será cobrado e julgado, mesmo que não legalmente, mas no âmbito da moral. Contudo, quando analisamos historicamente, podemos perceber de modo complexo as disparidades das relações entre gêneros, etnias, classes, religião, entre outros, além do contexto sócio-cultural e espaço-temporal em que o sujeito se encontra inserido. Nesse sentido, o recorte privilegiado para a investigação nesse trabalho é descrever uma análise histórica dos aspectos das relações afetivas e sexuais com objetivos de perceber as múltiplas formas pelos quais o ser humano já se relacionou. Vamos apresentar as formas de relação na Roma Antiga, no Egito Antigo, entre os Índios do Brasil, na cultura Islã e vamos mostrar como as relações monogâmicas chegaram até o atual formato, sob influência do cristianismo. Para tanto, concentraremos nossos esforços em três expressões: relacionamento aberto; poliamor; e relações livres. Na tentativa de entender as relações afetivas e sexuais que encontram, segundo Norbert Elias (1994), domadas e domesticadas pelo sentimento de vergonha, levantamos dados que nos levem questionar se o sujeito está satisfeito com sua forma de relacionar sexualmente na sociedade. Os dados apontam que no cenário de 48% das pessoas, somando quem não é monogâmico, juntamente com o monogâmico que já traiu, demonstra um comportamento fragmentado, de pessoas que não estão adaptadas ao modelo existente. Analisando o número de pessoas que traem em pensamento (64%), concluímos que é um número surpreendente, frente ao comportamento idealizado de nossa sociedade judaico cristã. A conclusão que chegamos que, o sujeito na atualidade, está em busca de sua identidade. As diversidades em nossa sociedade precisam ser respeitadas para um convívio em que os limites de cada um e sua subjetividade prevaleça.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 6: Patrimônios culturais olhares diversos

**Coordenadores: Denis Pereira Tavares
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais**

**Gabriella Diniz Mansur
Graduada/Centro Universitário da Faculdade Estácio de Sá**

**Adebal de Andrade Júnior
Doutorando/Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Sara Glória Aredes Moreira
Mestre/Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais**

Alessandro Ferreira Costa
Doutor/Professor adjunto da Escola de Ciência da Informação - UFMG

Coleções pessoais e a materialização das histórias individuais

Os objetos recolhidos por um indivíduo em seu percurso de vida revelam muito mais que o valor intrínseco à sua natureza material: acabam por demonstrar, também, o valor simbólico atribuído pelo colecionador a cada um daqueles itens colecionados, como um “texto” que narra histórias passíveis de leitura e interpretação. Àquele que se coloca diante desse acervo, enquanto recurso de informação e subsídio à pesquisa, cabe o desafio de se manter o mais fiel possível à linguagem original estabelecida por seu titular de forma a possibilitar uma compreensão mais pormenorizada daquele indivíduo, do seu tempo e da própria cultura. Neste contexto, a presente comunicação tem por objetivo tornar público os resultados parciais da pesquisa acadêmica "A coleção pelo olhar do colecionador: o que dizem os acervos pessoais", que busca compreender as vertentes emocional e pragmática envolvidas no processo de formação de coleções, como requisito básico para uma aproximação e apropriação mais eficaz do observador-leitor de uma dada coleção pessoal, otimizando assim, a percepção do que efetivamente representa aquele acervo enquanto registro histórico.

Aline Rabello Ferreira
Especialista/Universidade Federal de Minas Gerais

Digitalizar é preservar?: reflexões e apontamentos sobre as relações entre o processo de digitalização, a materialidade dos acervos e o acesso virtual

A partir de dois questionamentos iniciais: “por que preservar?” E “por que digitalizar para preservar?” pretende-se, nesta comunicação, desenvolver algumas reflexões acerca do processo de digitalização de documentos visto como ferramenta para preservação e acesso a acervos de consulta restrita. Com o advento de novas tecnologias, a cada dia expande-se o número de acervos digitalizados, e, com ele, o aumento incontestável das possibilidades de pesquisa entregues ao pesquisador, muitas

vezes de maneira gratuita e à distância. Todavia, os profissionais que atuam nas instituições de salvaguarda – incluindo os historiadores – não devem perder de vista dois pontos essenciais que circundam esse processo: a conservação da materialidade dos documentos e um planejamento para arcar também com os custos advindos da digitalização. Para torná-la mais concreta, a discussão será amparada por breves excertos de relatos de experiência da autora no processo de digitalização de dois acervos distintos: A Coleção Linhares – acervo pertencente às Coleções Especiais da Biblioteca Universitária da UFMG; e o acervo documental do Museu Tipografia Pão de Santo Antônio, em Diamantina. A apresentação está fundamentada também em manuais e diretrizes nacionais e internacionais para digitalização de documentos, além de outras leituras e pesquisas. Ao final, destacar-se-á a importância de se considerar em primeiro plano as especificidades materiais e contextuais de cada acervo ao se optar pela digitalização. Porque digitalizar é preservar, mas é, ao mesmo tempo, criar um novo acervo que, por sua vez, precisará ser preservado.

Ana Beatriz Mascarenhas Pereira
Mestranda/Universidade Federal de Minas Gerais

Proteção do conjunto urbano de Santa Tereza: novas perspectivas

Refletir sobre o conceito de patrimônio - da consagração de monumentos históricos ao entendimento da cidade como patrimônio ambiental – é analisar sua amplitude e desdobramentos para identidade e memória de uma “comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar.” (CHOAY, 2006, p.18).

A conexão entre pessoas e lugares dentro das dimensões material, social e imaginativa é apontada por Hayden (1995), que afirma que a memória é naturalmente orientada pelo lugar ou, pelo menos, sustentada por ele. Sendo assim, a identidade está intimamente ligada à memória, tanto pessoal quanto coletiva ou social. As paisagens urbanas guardam essas memórias sociais, emoldurando a vida cotidiana. Renovações e requalificações urbanas agridem a paisagem de tal forma que as memórias coletivas se desvanecessem.

Em Santa Tereza, tradicional bairro de Belo Horizonte, a relação entre espaço e memória acaba por construir uma identidade coletiva, concentrando ações e símbolos, valores e história. Como construção social, o patrimônio é parte do processo de construção e manutenção da identidade e caráter local, assim como catalizador do desenvolvimento sustentável.

A proteção de Santa Tereza é autêntica na medida em que propõe-se preservar seu caráter urbanístico como meio de resguardar o peculiar modo de vida e práticas cotidianas bem diferentes às da vida contemporânea metropolitana.

Ana Carolina Pereira
Mestranda/Universidade Federal de Viçosa

Cidade e as memórias: o enquadramento de uma narrativa patrimonial

Pretende-se relatar a experiência de uma oficina realizada no município de Urucânia, durante o ano de 2009, intitulada “Cidade e Memória”. Tal atividade teve como objetivo atender ao critério exigido pela Deliberação Normativa do Instituto

Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) no tocante à Educação Patrimonial. Como o envolvimento e o interesse dos participantes em investigar e debater as memórias acerca da cidade foi intenso, o trabalho não ficou circunscrito ao cumprimento das exigências da instituição mineira de proteção dos bens culturais. Tal ação teve como desdobramento a produção de um vídeo no qual os inscitos mostraram a trajetória dos processos patrimoniais em Urucânia. O presente relato tenta, assim, perceber como a partir dessa oficina, como também do produto dela resultante, houve a aproximação entre as narrativas, a visão dos participantes e as memórias instituídas acerca da cidade e de seus patrimônios.

Arthur Oliveira Freitas
Graduado/Universidade Federal de Minas Gerais

Educação Patrimonial em Arquivos Municipais

Este trabalho pretende discutir as ações de Educação Patrimonial em Arquivos Municipais, tendo como marco teórico a proposta da educação libertadora de Paulo Freire, que valoriza o pensamento crítico construído num ambiente dialético onde educador e educando constroem o conhecimento juntos e de maneira crítica, possibilitando, assim, a modificação da realidade; e, a perspectiva apresentada por Adriana Koyama do florescimento do conhecimento a partir do assombro, por meio das contradições e ambiguidades dos discursos. As ligações entre História e Arquivos também são temas de debate. As influências da historiografia no funcionamento das instituições arquivísticas, a criação de um trabalho conjunto entre historiadores, professores de história e arquivistas no âmbito das ações patrimoniais, são fundamentais para a construção de uma efetiva Educação Patrimonial. Como metodologia para os arquivos, apresentamos o trabalho de Ivo Mattozzi com os “*arquivos simulados*”. Entendendo os Arquivos Municipais como lugar ideal para estas atividades por receberem alunos dos primeiros ciclos do ensino, devido a sua relação de proximidade com o ambiente dos estudantes facilitar uma ligação entre os documentos e seu dia-a-dia, sem perder de vista as ligações entre a História Local e a História Geral.

Camila Cristina da Silva
Mestranda/Universidade Federal de Minas Gerais

Ivana Denise Parrela
Professora da Escola de Ciência da Informação e Coordenadora do Curso de Arquivologia/UFMG

Evolução histórica do conceito de política para preservação do patrimônio nacional e as políticas públicas para arquivos

Pretende-se discutir a evolução do conceito de patrimônio nacional, com enfoque em sua importância para a preservação de acervos documentais e para o estabelecimento de políticas públicas para arquivos. A análise inicia-se com a construção do conceito de patrimônio e memória nacional no século XIX, considerando-se como marco a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Arquivo Nacional. A partir disso, discute-se a transformação desse conceito, da própria ideia do

que será preservado e de como isso será feito, notadamente através da criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Finalmente, chega-se no final do século XX e início do XXI, para refletir sobre a aplicação da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991 – que cria o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e busca estabelecer uma política nacional de arquivos – e da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – que regula o Acesso à Informação. Debater-se-á ainda a (in)existência de políticas públicas efetivas para a gestão e preservação de documentos arquivísticos enquanto patrimônio nacional.

Delson Aguinaldo de Araujo Junior
Pós Graduado/Associação de Professores Públicos de Minas Gerais

O descaso do Poder Público com a Igreja Matriz de São José de Alvorada de Minas

A Matriz de Itapanhoacanga em Alvorada de Minas em Minas Gerais foi tombada juntamente com todo o seu acervo de acordo com o Conselho Consultivo do SPHAN, de 13 de agosto de 1985, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN. Livro de Belas Artes. Inscrição: 498/Data:28-9-1971 - Nº Processo:0839-T-71. Construída como Capela filial da Matriz do Serro (na época Vila do Príncipe) provavelmente já estava pronta em 1785, os forros da capela-mor e nave são de abóbada facetada e de forma apainelada, com bela pintura, de trama rococó, decorada com bases em estampas / gravuras europeias com doze painéis em forma retangular ocupando todo o espaço da nave. As cenas ali representadas narra à vida de Cristo, segue tradições medievais de narração sequenciada. A igreja esta em péssimo estado de conservação, escorada com madeiras, já alguns anos o Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional com sede no Serro através de sua chefia imediata, acompanha passo a passo a ruina desta importante Matriz, símbolo da identidade do povo brasileiro/mineiro. O descaso do poder publico é lastimável, o forro da capela-mor já se perdeu completamente e o forro da nave esta caindo, os altares e imaginarias também segue no mesmo quadro de ruina. Localizada no distrito rural de Itapanhoacanga - Alvorada de Minas – MG. O pintor Manoel Antônio da Fonseca atuou na pintura do forro da nave e capela--mor, onde pode observar a pintura da circuncisão do menino Jesus. Nesta representação há sobre uma mesa um livro aberto escrito o nome do encomendante e do artista que a produziu. Essa pintura tem grande familiaridade com a pintura do forro da capela-mor da Capela de Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, da cidade do Serro.

Gabriella Diniz Mansur
Graduada/PUC-Minas /Centro Universitário FESBH

Educação Patrimonial: estudo de caso das experiências educativas realizadas em arquivos públicos mineiros

Educação está ligada a um processo de aquisição de conhecimentos e aptidões, e uma formação contínua que visa à atualização do saber individual. Seguindo essa definição, e pensando neste processo dentro dos Arquivos Públicos, que além da guarda de documentos que ajudam a lembrar do passado, ajudando na construção da identidade local, comprovando também presente, para projetar o futuro. E pensando na importância

de ampliar dentro destas instituições arquivísticas o seu público, que em via de regra, é constituído por pesquisadores que buscam respostas nos inúmeros documentos dos acervos de um Arquivo. Para a ampliação deste público e desmitificação do conceito de que um Arquivo é "só um lugar de papel velho", a Educação Patrimonial atua no sentido de envolver a rede escolar, bem como a comunidade local e tantos outros cidadãos que desconhecem o principal papel da instituição, como órgão público e sua representatividade perante a história e a sociedade. Tratando do entendimento comum, sobre a Instituição Arquivo, alguns autores reconhecem a sua importância como fonte primária aberta à exploração, utilizando como recursos educacionais, aplicando a metodologia em consonância com a Educação Patrimonial. Podendo ser tratada como um instrumento de "alfabetização cultural", possibilitando ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, fazendo conta do universo socio-cultural e da trajetória histórico-temporal que está inserido. Neste sentido utiliza-se como estudo de caso, uma investigação realizada dentro de dois Arquivos de Minas que possuem grande valor histórico para a capital e para o povo mineiro em geral: o Arquivo Público Mineiro (APM) ligado a Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais e o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) que faz parte da Fundação Municipal de Cultura, que possuem grande procura de escolas, com visitas identificadas como monitoradas, profissionalizantes e técnicas, observando como as políticas do Estado e Município contribuem por meio de suas normas, estruturas, planejamentos e leis que regulam a educação patrimonial, se condizem com cada público e qual a periodicidade que acontecem. O objetivo do presente artigo é analisar as experiências que são promovidas pelas duas instituições, comparando e verificando a aplicabilidade e sucesso junto ao público que se destina.

Juliana Maria Sampaio Faria
Graduada/Centro Universitário UNA

Gisele Gonçalves Dias Pinto
Graduando/Universidade Federal de Minas Gerais

A construção histórico-arquitetônica do dossiê de tombamento do distrito de Marzagão

O panorama da preservação do patrimônio cultural no Brasil tem passado por grandes evoluções favoráveis nas últimas décadas. A lei federal (8.313/91), Lei Rouanet, de incentivo a cultura é uma grande representante desse fenômeno, que viabiliza a aplicação de incentivos fiscais na promoção e preservação da cultura no país. Diante dessa possibilidade, os municípios devem reconhecer e catalogar seu acervo cultural a fim de apresentar aos órgãos competentes (IEPHA – Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico) uma proposta de aplicação da verba. Como objeto de estudo, o presente trabalho averigua o caso do distrito de Marzagão, localizado no município de Sabará, Minas Gerais, relevante por ser um polo econômico, histórico e cultural e que atualmente se encontra em processo de descaracterização de seus marcos históricos tornando-se cada vez menos um lugar de memória. Para tanto se torna necessário a busca de documentos históricos e relatos orais da população local,

identificando os marcos representativos da história da área estudada. A partir desses relatos propõem-se a criação de mapas e modelos arquitetônicos (maquete eletrônica) cujo intuito é representar o passado para propor intervenções para a restauração e conservação da memória atual, dando origem ao dossiê de tombamento, o qual deve ser pautado no processo de reconhecimento e catalogação cultural e construído através de um mediador entre a forma concreta (os marcos históricos) e a realidade sensível, expressando a memória, a passagem do tempo, a realidade estudada, e as transformações na atualidade. Dessa forma, prevê-se que o dossiê se torne um mecanismo de interação entre história e arquitetura, no intuito que este salvasse a memória do distrito e sirva de instrumento de consulta interativa e multimídia, viabilizando a ação de tutela, conservação e valorização do patrimônio cultural.

Izadora Pereira Acypreste
Mestranda/Universidade Federal de Goiás

Patrimônio Alimentar: passos para a garantia da sociobiodiversidade e segurança alimentar

O trabalho, fruto da disciplina Antropologia da Alimentação, cursada no programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás, pretende discutir a relação entre patrimônio/tradição alimentar e a noção de que, o processo de patrimonialização e conservação da tradição também estão ligadas a outros fenômenos mais complexos, como a preservação da sociobiodiversidade, os problemas ecológicos e também a segurança alimentar. Com a mudança do sistema de produção e o surgimento das monoculturas de exportação, houve um aumento considerável da produção mundial de alimentos, ao mesmo tempo em que desapareceram numerosas variedades de alimentos. Essa situação coloca em risco nossa segurança alimentar e torna necessária uma discussão mais profunda sobre o tema. Para isso, utilizaremos referências da antropologia da alimentação, patrimônio, cultura e tradição como base teórica para nossa discussão. Um dos autores usados, Jesus Contreras (2005), por exemplo, discute a patrimonialização como um fenômeno que busca a preservação da tradição dentro do contexto de globalização. Além das referências bibliográficas, utilizaremos também, como exemplo etnográfico, a experiência de uma colônia de pescadores para ratificar o argumento.

Julienne do Valle Tardeli Cruz
Mestre/Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Novos Desafios: Patrimônio Imaterial, Cidadania e o papel do historiador

A partir da década de 1980 novos conceitos emergiram no campo do patrimônio. No Brasil, este processo foi marcado pelo período de redemocratização, tendo como destaque a elaboração da constituição de 1988. A constituição representou grande avanço na área de proteção ao patrimônio, visto que os artigos 215 e 216 distendiam a noção de patrimônio. Os anos de 1980 e 1990 foram marcados pela abertura política e pelo surgimento de novos desafios. A partir deste momento a questão central não era mais a relação entre cultura e desenvolvimento, ou coesão nacional e sim como a cultura poderia garantir a cidadania. O presente artigo visa refletir sobre como as ações

de patrimonialização vem se configurar como uma garantia de direitos culturais e humanos em geral. Mediante a ampliação da noção de patrimônio, os debates sobre proteção patrimonial foram estendidos, possibilitando a inserção da sociedade civil nos processos de elaboração das políticas culturais. Este processo ampliou ainda o conceito de cidadania, pois passou a reconhecer direitos culturais de grupos diferentes. A extensão destes conceitos proporcionou ainda a valorização de patrimônios locais e regionais, diferindo das ações patrimoniais anteriores, que visavam à coesão nacional através da formação de uma identidade comum. Uma política sobre o Patrimônio Cultural de face Imaterial no Brasil vem se concretizando desde o decreto 3.551 de 2000. Neste sentido, este trabalho aborda a temática da atuação de historiadores no campo dos estudos do patrimônio como maneira de revisitar os processos do passado, relacionando às conjunturas presentes; mostra assim, quais os significados as ações de patrimonialização podem ser remetidas. Dado isto, o presente se põe como esforço de problematização das novas perspectivas sobre a proteção de patrimônio no Brasil, sua relação com a cidadania e o papel crítico em que os historiadores devem desempenhar.

Luís Gustavo Molinari Mundim
Mestre/ Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

Paulo Ricardo Silva Rodrigues
Graduando/História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Os sistemas culinários no sertão mineiro: História, alimentação e patrimônio cultural

A alimentação vista sob a ótica sociocultural corresponde a correlações interdependentes com representações identitárias e culturais. Esta categoria, segundo José Reginaldo Gonçalves, exerce uma função inconsciente uma vez que não se trata apenas de escolher ou eleger determinados alimentos, e sim perceber como os mesmos nos escolhem através destas interações. Para José Reginaldo e Roberto DaMatta, os estudos sobre sistemas culinários e alimentação apontam que eleger determinados alimentos como característica que constitui a identidade de uma região pode acarretar em uma individualização deste sistema que precisaria ser tratado como uma ‘mistura’. Porém, em alguns casos, alimentos são apropriados por uma determinada região como elemento simbólico e identitário no cotidiano (Certeau) e na longa duração (Braudel).

Este trabalho tem como objetivo apresentar estes processos através das pesquisas para o inventário de patrimônios culturais imateriais do “Projeto São Francisco” do IEPHA/MG em parceria com a UNIMONTES. O Projeto visa identificar e registrar as manifestações culturais de municípios lindeiros ao rio São Francisco, e muitas destas estão ligadas a alimentação como os derivados da cana, da mandioca, a carne de sol e as receitas com pequi. Outro objetivo, é pensar como as pesquisas históricas surgem para legitimar os significados simbólicos da alimentação enquanto traço cultural, identitário do sertão mineiro e, sobretudo, enquanto patrimônio cultural.

História, Memória e Patrimônio– um olhar sobre os espaços cemitérios oitocentistas

Esta comunicação tem como objetivo apontar e analisar as características inerentes aos espaços fúnebres que se configuram nos cemitérios oitocentistas. Estes, pertencendo ao seu tempo, refletem a mentalidade e o imaginário no qual estão inseridos. As obras e imagens, neles incorporadas, revelam-se como um acervo instigante para a compreensão da sociedade e das relações que se estabelecem entre os homens. Nascidos na confluência de uma série de fatores que perpassam pela reordenação social, política e mental; a urbanização, a absorção e aplicação dos discursos médicos e higienistas; a consolidação da burguesia como classe dirigente, a supremacia do individualismo e a adoção de novas condutas em relação aos mortos e à morte; os espaços de enterramento transfiguram-se em lugares de especial significado para o entendimento dos sentimentos e do imaginário. Pretende-se apontar alguns aspectos que propiciam a reflexão sobre os significados incorporados pelas necrópoles oitocentistas. Para percorrer este caminho serão destacados: os epitáfios, os elementos decorativos que ornamentam os túmulos – fotografias, estatuária, adereços, dentre outros e a utilização destes lugares como marcos da memória dos grandes, a construção de mitos e imagens que distinguem os poderosos dos outros mortais. Serão apontados, igualmente, o potencial dos cemitérios como local de trabalho e espaço para manifestação do talento artístico de artistas e artesãos. O propósito é destacar a relevância destes espaços como lugares da construção da memória, destacando-se, contudo, o acervo neles guardados, indicando a necessidade de se compreender sua dimensão patrimonial e a urgência no estabelecimento de ações, sejam privadas ou públicas, no sentido de protegê-los e torná-los locais devidamente apropriados pelas sociedades nas quais se inserem.

Marco Alexandre Nonato Cavalcanti
Mestrando/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Educação patrimonial como prática para o ensino de História

O ensino de História na Educação Básica em nossa realidade atual não pode se basear apenas em livros. Os conteúdos apresentados pelos manuais didáticos não consideram a realidade local e a diversidade cultural brasileira. Desta forma, esse trabalho pretende debater a importância da Educação Patrimonial, como forma de transmissão e apropriação de conhecimento e enriquecimento, tanto do indivíduo como de sua comunidade. Por meio do contato direto com os objetos e manifestações, o aluno passa a fazer uma leitura do mundo, e passam a se apropriar dos conteúdos propostos pela História, como área de estudo, produzindo e adquirindo conhecimento, pois os objetos e o processo histórico passam a ter significado. O aluno passa a se perceber como um agente do processo histórico em que está inserido. Uma maneira de assegurar que o ambiente escolar seja um espaço de encontro entre as diferentes formas de ser, de pensar e de sentir, um processo de ensino e aprendizagem em História mais atrativa e

significativa para os alunos através da ligação entre essa área do conhecimento e a Educação Patrimonial.

Vinícius Scoralick
Graduando/Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Palimpsesto: O tombamento do Maracanã como um ato classista

O presente trabalho visa a compreensão da importância do tombamento do Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã, para o fortalecimento da cultura popular brasileira e como a negligência, ou interesse político, levou a destruição do mesmo e subsequente construção de um “novo” Maracanã, servindo aos interesses das altas classes não só financeiramente, mas socialmente. Concomitantemente, há a crença de salvação da ideia de cultura popular no tombamento da torcida do Clube de Regatas do Flamengo. Não obstante, apresentarei que o fator metafísico em nada obtém auxílio do ato do tombamento, visto que a torcida é multimorfa e, conseqüentemente, possui um ideal do ato de torcer bastante diverso. O puro ato de amar e torcer pela instituição termina sendo influenciado por um espelhamento social que pode ser explicado pela tríade do Real Lacaniano, levando a um imaginário de comunidade própria e ética Humeniana, fatos estes que podem ser considerados a base do torcer ideal e popular. Assim, o tombamento de uma torcida não passa de um sofisma, visto que a elitização que carrega o “novo” Maracanã impede o Real torcedor de adentrar o âmbito festivo e teatral que é o Estádio.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 7: História e Inquisição história inquisitorial, fontes inquisitoriais e suas aplicações nos estudos sobre religião, política e sociedade

**Coordenadores: Igor Tadeu Camilo Rocha
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais**

**Natália Ribeiro Martins
Doutoranda/Universidade Federal de Minas Gerais**

Angelo Adriano Faria de Assis
Doutor/Universidade Federal de Viçosa

O polvo e a salamandra: perseguição inquisitorial e resistência religiosa na América portuguesa

Os caudados, entre eles as salamandras, têm a capacidade de regenerar os membros e a cauda, caso estes forem decepados. Os cristãos-novos - judeus convertidos à força ao catolicismo em Portugal em 1496, e seus descendentes -, da mesma forma, tiveram, ao longo dos quase três séculos de perseguição movida pelo Tribunal do Santo Ofício, a capacidade de se reinventar, disfarçando a crença judaica dos antepassados no invólucro de fiéis católicos, denominados, por isto, de criptojudeus. A Inquisição, por sua vez, já foi por alguns detratores e pesquisadores, denominada de polvo, por sua capacidade de onipresença, alcançando com seus braços infinitos aos que iam contra a norma católica, tendo nos cristãos-novos suspeitos de judaizar, suas principais e mais recorrentes vítimas. Esta comunicação tem como objetivo, a partir de alguns estudos de caso, analisar o processo de resistência judaica na América lusitana a partir das fontes produzidas sobre o Brasil pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição durante as visitas de 1591-95 e 1618-1620.

Cássio Bruno de Araujo Rocha
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais

**Sodomia na Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil: o caso do mameluco
Marcos Tavares – 1592-1593**

Esta comunicação objetiva analisar o processo inquisitorial movido contra o jovem mameluco Marcos Tavares pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça durante a Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil por crime de sodomia. Serão dois os focos de análise do processo. O primeiro diz respeito às práticas sexuais desviantes do réu e a análises de gênero que podem ser feitas pelo historiador a partir das narrativas contidas no processo. Sendo ainda jovem, Marco Tavares, que tinha 22 anos ao ser processado, praticara a sodomia com dois irmãos (Antônio e Sebastião de Aguiar) em diversas oportunidades – crime que, através da denúncia dos irmãos, o conduziu às barras do Santo Ofício. Os relatos das denúncias e das confissões são ricos em detalhes acerca das circunstâncias dos encontros sexuais entre os jovens, o que permite desdobrar uma história das condições concretas de certos tipos de relacionamentos homoeróticos na Salvador seiscentista. Mais profundamente, o caráter narrativo do documento permite levantar questões sobre a performatividade de gênero desenvolvida

pelos sujeitos envolvidos no processo – com destaque para a figura de Marcos Tavares. Ademais, as práticas sexuais dos três rapazes permitem comentar alguns significados das categorias sodomia e sodomita no período. O segundo foco de análise da comunicação será sobre o desenvolvimento do processo. Debruçar-me-ei sobre as partes do processo montado pelo visitador para pensar a profundidade de ação da Primeira Visitação na América portuguesa. A historiografia sobre esta Visitação destaca sua maior força no agir persecutório, o que teria justificado, aos olhos do visitador (mas não necessariamente aos da Inquisição de Lisboa) sua grande extensão temporal. Procurarei contextualizar o fato de Heitor Furtado ter movido um processo completo (inclusive com condenação e grave penalização do réu – açoitamento público e degredo) com as características próprias e peculiares da Primeira Visitação.

Diogo Tomaz Pereira
Mestrando/Universidade Federal de Juiz de Fora

Blasfêmias e Proposições Heréticas: a boca maldita dos Padres presos pela Inquisição de Lisboa

Em 2012 quando iniciei a leitura dos processos inquisitoriais, especificamente dos crimes de blasfêmia e proposições heréticas no acervo *on-line* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, me depararei com várias camadas sociais detidas pelo Santo Ofício português. Índios, escravos, lavradores, sapateiros, donas de casa, crianças e, também, haviam os religiosos acusados de declarações infames em relação à fé. E serão estes últimos, e suas transgressões, o ponto principal do meu trabalho.

As blasfêmias e proposições heréticas eram dois crimes que, ainda que relacionadas à fala, possuíam suas diferenças. As proposições heréticas eram críticas, questionamentos ou indagações feitas contra a Igreja como instituição ou aos seus membros. As blasfêmias eram uma demonstração de grosseria, rusticidade ou ignorância; “uma prática nascida do hábito, da ironia, do humor, da raiva ou da decepção”. Mas em comum, todas as duas faziam parte do rol de crimes combatidos pelo Tribunal do Santo Ofício.

Nos processos dos religiosos presos pelo Santo Ofício que transcrevi e analisei para o presente trabalho, pude verificar que de alguma maneira, certo pontos doutrinários e a validade dos sacramentos foram em algum momento objeto de questionamento por parte dos encarcerados. Devemos ressaltar a deficiente formação cultural e ausência de vocação religiosa de boa parte do clero, tanto português quanto o brasileiro. O descrédito em relação aos eclesiásticos talvez fosse atizado ainda mais pelo número considerável de padres conhecidos pelo mau viver.

Pior do que colocar a alma de alguém em risco, as proposições e blasfêmias poderiam influenciar outras pessoas e desencadear escândalos, ninguém mais propício do que os religiosos para conseguirem isso. Eles representavam uma ameaça à frágil harmonia social de um mundo que apoiava seus pilares sobre o solo ainda firme da religião.

Libertinos, Tolerância religiosa e Inquisição sob o Reformismo ilustrado luso-brasileiro

Trata-se de um trabalho baseado em minha dissertação de mestrado intitulada *Libertinos, Tolerância religiosa e Inquisição sob o Reformismo ilustrado luso-brasileiro: formulações, difusão e representações (1756- 1807)*, defendida em fevereiro de 2015, na UFMG. Neste trabalho, procurou-se investigar as formulações, ideias e representações a respeito da tolerância religiosa sob o Reformismo Ilustrado no mundo luso brasileiro, tendo como hipótese geral de que as reformas institucionais tocantes à Inquisição, Igreja e cleros regular e secular criaram, ainda que de forma indireta, condições para que uma defesa da tolerância religiosa fosse difundida mais amplamente. A investigação, em um primeiro momento, partiu de uma discussão historiográfica sobre o tema da tolerância religiosa, entre seu “surgimento” no limiar da Idade Moderna até a Ilustração, com o objetivo de pensá-la como tema de reflexão histórica, além de se apresentar possíveis particularidades sobre seu estudo no contexto luso-brasileiro. Concentrando-se entre a segunda metade do século XVIII e primeira década do XIX, a referida dissertação se centrou na análise da defesa da tolerância religiosa contida nas falas dos *libertinos* que caíram nas malhas da Inquisição portuguesa, dentro de um contexto de amplas mudanças institucionais em Portugal e suas colônias. Notamos, ao longo da pesquisa, diversos pontos congruentes entre debates iluministas e um substrato cultural pre-existente na mentalidade e religiosidade luso-brasileiras, que de alguma forma dialogaram com o projeto de modernização empreendido no referido contexto após as reformas pombalinas, criticando a centralidade da Igreja na vida social e institucional, além de formulações expressas nas proposições consideradas heréticas que remetiam a uma defesa mais ampla e, muitas vezes, radical, de formas mais livres de viver a religiosidade. Em diversos pontos, ainda, essa defesa da tolerância religiosa assumiu colorações políticas ao se colidir com um projeto de sociedade de Antigo Regime, baseado na unidade entre trono e altar.

Marcus Vinicius Reis
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais

Para além dos espelhos: subversão feminina e construção de autonomia nas “práticas mágico-religiosas” a partir da Primeira Visitação do Santo Ofício à América portuguesa (1591-1595)

Ao desembarcar na Capitania da Bahia em 1591, a chegada do Visitador Heitor Furtado de Mendonça pode ser considerada como a inauguração de um novo contexto de relações entre o Tribunal do Santo Ofício português e o Novo Mundo na medida em que essa interação se tornaria mais incisiva com os passar das décadas. Vale lembrar que essa presença inicial fora motivada, principalmente, pela presença maciça de cristãos-novos residentes na América e os inúmeros receios vindos das autoridades civis e religiosas de que esses indivíduos, recém-convertidos ao catolicismo, pudessem estar ainda dialogando com sua antiga religião, o judaísmo. Entretanto, mesmo com o peso conferido a esse olhar em torno dos possíveis judaizantes, é importante destacar que essa mesma Visitação assumiu outros contornos durante os cinco anos em que vigorou

na América. Nesse sentido, os delitos de blasfêmias, bigamia, sodomia, bestialismo, luteranismo, islamismo, bem como os desvios do próprio corpo clerical além de todo e qualquer erro de doutrina foram alvos da mesma. Para este trabalho, interessa-nos o foco em torno do crime de *feiticeira*, que teve na participação da mulher o grande elemento relacionado a esse delito. Destarte, com base na documentação resultante da Visitação, incluindo denúncias, confissões e dois processos contra Maria Gonçalves e Felícia Tourinho tendo em vista o delito citado, partimos, enfim, do interesse em investigar essa problemática voltada para a interação entre as mulheres e o interesse por práticas *mágico-religiosas* voltadas para a intervenção no sobrenatural no contexto em questão, propondo um debate voltado para a reconstrução de suas trajetórias, análise sociológica não somente das acusadas mas de todo o microcosmo construído com base nessas interações além de propor um debate voltado às relações de gênero como forma de analisar os papéis sociais relacionados a homens e mulheres no período e como esses se consolidaram com base na documentação aqui mencionada.

Natália Ribeiro Martins
Doutoranda/Universidade Federal de Minas Gerais

“Amigos, amigos... negócios à parte”. Os cristãos-novos e as contendas comerciais: um estudo de caso

Este trabalho tem como proposta discutir a questão da cooperação em uma rede comercial formada por cristãos-novos atuantes no circuito mercantil mineiro durante as primeiras três décadas dos setecentos. O que chamamos aqui de cooperação, como define o sociólogo Robert Axelrod, se trata do comportamento que emerge em um grupo quando os indivíduos ali integrados possuem interesses próprios, individuais, e que enxergam em seus pares a possibilidade de se beneficiarem de algo por meio dos laços que os unem. Em suma, o espaço de cooperação exige um comportamento em que uma das partes esteja disposta a ceder para receber em troca – para o caso aqui abordado, o objeto de troca é o capital financeiro.

Porém, apesar dos aspectos positivos, a cooperação também abrange polaridades negativas no campo das sociabilidades destas redes, capazes de dissolver estas relações comerciais e abalar as estruturas dos laços. São estas feições desfavoráveis da cooperação que desejamos ter aqui como foco. Com base nos processos inquisitoriais destes comerciantes da praça de Minas Gerais setecentista, pretende-se realizar um estudo de caso sobre as contendas comerciais – sobretudo questões envolvendo dívidas e “calotes” – entre estes indivíduos e como estas repercutiram na rede como um todo. Distanciando-se da análise que privilegia a horizontalidade e harmonia das relações comerciais e suas sociabilidades, o objetivo deste trabalho é tentar demonstrar o outro lado destes laços, que poderiam tomar feições agressivas entre estes indivíduos. Desta forma, pretende-se discutir sobre quais seriam os mecanismos que dão a estes grupos uma lógica organizacional para os negócios e como se comportavam frente aos aspectos negativos do comércio.

Censura inquisitorial e análise de fenômenos celestes em Portugal (1744-1745)

A proposta deste trabalho é discorrer sobre o posicionamento do Tribunal do Santo Ofício português em relação ao estudo de fenômenos celestes, no intuito de compreender o que levou esse tribunal a censurar determinadas análises desta matéria e expor os delitos que eram repreendidos pela Inquisição portuguesa nesse sentido. Tal análise terá como base o ofício de Oliveira de Azemeis, enviado ao Conselho Geral do Santo Ofício em 21 de março de 1745, em que justifica não haver motivos para a censura em razão do estudo do cometa que passou no ano de 1744.

Sabrina Alves da Silva
Mestranda/Universidade Federal de São João del Rei

Atos ilícitos, palavras amorosas e tocamentos torpes no confessionário. O Crime de Solicitação nas Minas Setecentistas

Nem toda doutrinação tridentina, nem toda preocupação com a castidade e com a confissão surtiram efeito esperado. O crime de solicitação acontece quando um padre aproveita do momento da confissão para assediar ou seduzir seus fiéis através de meios “torpes obscuros”, gestos, palavras amorosas ou cartas que tinham como finalidade incitação ou sedução da (o) penitente. A confissão se tornava muitas vezes uma “faca de dois gumes”, confessores se deparavam com descrições pormenorizadas do cometimento de alguns pecados de natureza sexual, o que muitas vezes os levava a luxúria. A solicitação foi tão perseguida não porque quebrava o voto de castidade, mas porque desrespeitava o sacramento da penitência. Em minha pesquisa, que se encontra em andamento, analiso os crimes de solicitação ocorridos em Minas Gerais no século XVIII, abarcando como universo de análise os padres que foram denunciados e processados, dando ênfase na discrepância entre número de denúncias e número de processos, e as (os) penitentes vítimas e cúmplices, suas origens sociais e outras características que nos ajudem a entender a diferença entre as investidas amorosas e sexuais de alguns padres.

Thaís Tanure de Oliveira Costa
Graduanda/Universidade Federal de Minas Gerais

Degredo inquisitorial no Império Português: entre o controle social e o purgatório

Este trabalho pretende analisar o degredo inquisitorial como prática punitiva no Império Português, colocando em perspectiva seus dois principais aspectos: o controle social e a penitência. Prática difundida por toda a Europa, presente nas leis do Reino português, o degredo foi incorporado pela Inquisição portuguesa como principal pena para os réus pecadores. Degredar, que vem do verbo degradar, significava também morte social para o desterrado. Distante de todo o seu mundo, o degredado precisava reinventar o mundo ao atravessar seu martírio. Havia uma chance de regeneração através da penitência, como no Purgatório, intermediário entre o inferno e o céu.

Presente em todo o Império, o degredo contribuiu para a colonização, povoamento e controle social do Reino através da remoção dos súditos indesejáveis; mas também possibilitou a circulação de práticas, saberes, pecados e culturas.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 8: Arte e sociedade novas perspectivas de análise sobre o fazer artístico

**Coordenadores: Leandro Gonçalves de Rezende
Mestrando/Universidade Federal de Minas Gerais**

**Kellen Cristina Silva
Doutoranda/Universidade Federal de Minas Gerais**

Alex Fernandes Bohrer
Doutor/Instituto Federal de Minas Gerais

A Talha do Estilo Nacional em Minas Gerais: trânsito de artistas e oficinas em Minas Gerais no primeiro quartel do século XVIII

O retábulo do Estilo Nacional Português foi alcunhado por Robert Smith em célebre livro sobre a talha em Portugal. Em Minas é possível encontrar traços deste estilo em raríssimas peças de fins do XVII. No século XVIII, em especial até 1725, o uso destas estruturas se tornaria comum. O Nacional Português nas Minas marca o berço de uma fervilhante produção plástica, nos legando obras de inestimável valor. Todavia, desde as tentativas de sistematizar, catalogar e classificar nossos retábulos feitas por Germain Bazin e Lúcio Costa, o interesse pelo Nacional Português praticamente se estagnou no Brasil, causando um retardamento danoso no entendimento dos primeiros anos de exploração aurífera e sua produção criativa. Elaboramos um estudo sistemático de retábulos desta tipologia, com abordagens estilísticas e iconográficas, propondo escolas ou oficinas atuantes entre Portugal e Minas Gerais no início do século XVIII. Daremos especial enfoque às possíveis rotas de entrada dos entalhadores nas minas recém descobertas, seus deslocamentos e a repetição ou adaptação de padrões morfológicos reinóis. Esse tipo de estudo nos auxiliará a dar nova abordagem sobre os primórdios da História de Minas Gerais, lançando mão desses retábulos, até agora tão pouco estudados. O objetivo final será elucidar a trajetória desses mestres anônimos (cujos nomes podem eventualmente ser descobertos após comparações minuciosas com a produção portuguesa subsistente), bem como rever de forma crítica algumas posições clássicas sobre esse tipo de talha.

Alexandre Daves
Mestre/Universidade Federal de Minas Gerais

Ars Moriendi: A Morte Barroca como Obra de Arte

Esta comunicação busca apresentar a produção artística centrada no motivo da morte como tema carro-chefe da composição de obras de arte produzidas nos séculos XV ao XVIII na Europa e no Brasil. Denominadas por Ars Moriendi são elas: Naturezas Mortas, Tema das “Vanitas Vanitatum”, uso de parcas, esqueletos, tábias, imagens da morte voadora, livros de horas, relicários, Memórias (joias), etc... frequentes na cultura barroca em geral, e particularmente na arte sabarense e ouro-pretana do século XVIII e XIX.

Carolina Vaz de Carvalho
Graduada/Universidade Federal de Minas Gerais

André Onofre Limírio Chaves
Graduando/ Universidade Federal de Minas Gerais

Fontes iconográficas e textuais no estudo de coleções do século XVII

A História das Coleções e dos Museus é um campo de estudo de interesse multidisciplinar, de importância incontestável seja dentro da Museologia, da Arte ou da História. Com o intuito de fomentar a pesquisa nessa área, contribuir na compilação e produção de material sobre o assunto e complementar a formação de alunos da graduação, o Grupo de Estudos em História das Coleções e dos Museus foi criado em 2013 com o apoio da PROGRAD/UFMG.

Uma das linhas de ação do grupo é o estudo de colecionadores e coleções do século XVII. Dentro dessa linha de pesquisa, vários projetos estão sendo desenvolvidos, como o estudo da coleção do conde Johan Maurits van Nassau-Siegen, o estudo em contraste da coleção de um comerciante holandês, Mathijs van Keulen, e a construção de um banco de dados sobre as coleções do século XVII. Além de consultar uma bibliografia recente sobre o assunto, no desenvolvimento dessas pesquisas buscamos informações em diferentes fontes documentais de época, como imagens, tratados, catálogos de coleções, inventários e relatos de viagem em diários e correspondências. As diferentes fontes nos dão acesso a uma grande variedade de dados. Por exemplo, um inventário pode nos fornecer não apenas uma listagem de objetos que comporiam uma coleção, mas por vezes seu valor monetário, sua origem e mesmo sua localização no espaço de um imóvel. As imagens, sejam ilustrações de textos ou obras independente, indicam os tipos de objetos colecionados e oferecem pistas sobre sua ordenação, os meios de exposição, e mesmo indícios sobre a circulação dos mesmos.

Partindo da análise do uso de documentos de natureza variada no desenvolvimento de nossas pesquisas e da reflexão sobre questões metodológicas e epistemológicas levantadas no processo, propomos uma discussão sobre as potencialidades e limitações no uso de algumas fontes iconográficas e textuais para estudos em História das Coleções.

Fernanda dos Santos Silva
Graduanda/Instituto Federal de Minas Gerais-Ouro Preto

Julia Isenschmid
Graduanda/Instituto Federal de Minas Gerais-Ouro Preto

Matriz Santo Antônio de Itatiaia, Ouro Branco-MG: História, Arte e Iconografia

A história da Matriz Santo Antônio de Itatiaia, que remete ao começo do século XVIII, é uma das primeiras igrejas de Minas Gerais. Sua arquitetura e ornamentação, junto aos documentos analisados são fontes de uma leitura arquitetônica e iconográfica neste trabalho.

Ainda preserva a capela primitiva cuja influência do Vale do Piranga é evidente. Já sua porção principal remete a Serra de Ouro Preto. Os documentos pesquisados no IPHAN-BH referentes aos pagamentos de obras da construção da Igreja, indicam Manuel Ribeiro Roza como responsável pela pintura e douramento de toda a igreja. Pintor de grande valor em Minas Gerais trabalhou na composição dos trabalhos artísticos durante a construção da matriz, em 1792. O novo processo de restauração que teve início em novembro de 2014 pode diagnosticar essas pinturas durante as obras. Tombada desde 1984 a Matriz é de grande valor para a história da comunidade de Itatiaia e para o patrimônio histórico, arquitetônico e artístico de Minas Gerais. E novos estudos sobre os artistas que trabalharam ali e sua iconografia podem ajudar a compor a história dessa importante igreja da arte barroca de Minas Gerais.

Ianick Takaes de Oliveira
Mestrando/Universidade Estadual de Campinas

***Virtus in medium est* — O diagnóstico da arte em *Art and Anarchy* (1963) de Edgar Wind**

A obra "*Art and Anarchy*" (1963) do filósofo e historiador da arte alemão Edgar Wind é de difícil posicionamento na paisagem da historiografia e crítica de arte do século XX. O livro em questão, resultado de um ciclo de seis palestras realizadas em 1960 nas anuais Reith Lectures, trata do fato, que o autor julga fundamental para o fenômeno artístico, que “as potências da imaginação, das quais o artista retira sua força, têm um poder perturbador e caprichoso que ele deve manejar com economia” (Wind), sob pena de destruir a arte e a si próprio. As conferências gravitam em torno dessa tensão, interna e constitutiva do fenômeno artístico no pensamento de Wind, entre ordem e transgressão (de onde a noção de anarquia). A obra expõe em seus seis capítulos como sua dura tese central a perda de relevância da arte para o espírito humano, processo cujas marcas mais flagrantes teriam se apresentado durante o novecentos e se intensificado no século XX.

O juízo de Wind se estabelece desde o princípio — no homônimo primeiro capítulo “*Art and Anarchy*” — como um diagnóstico da arte; dialoga, portanto, com Platão e Hegel, pensadores que julga os maiores precedentes na diagnose da natureza artística que lhes era coeva. No entanto, ao contrário do filósofo grego, não vê na arte uma questão de valor pedagógico negativo; e ao revés do idealista alemão, não entende que o processo histórico da arte tenha se satisfeito. A análise de Wind, que concerne em última instância a relação entre arte e sociedade, pretende-se como corretivo das práticas artísticas modernas, às quais via, a grosso modo, como demasiadamente formalista. Seu pleito, ocasionalmente posto às claras ao longo da obra, é o de um equilíbrio entre dois vetores que podem — sumariamente — ser conceituados como “forma” e “conteúdo”. Deve-se situar a obra nos conflituosos anos 60, em que o debate em torno da arte girava em torno de polos em oposição e que orbitava, em geral, a favor da abstração e da “arte pura”. Pretende-se, portanto, nessa comunicação tanto (1) a exposição das ideias fortes de Wind quanto (2) uma reflexão a respeito do contexto de *Art and Anarchy*.

O caminho real das Flores – arte e mobilidade durante o século XIX

Esta comunicação tem como finalidade apresentar substratos para a pesquisa iconológica da “Escola de Artes da Comarca do Rio das Mortes”. Para tanto, precisamos delinear o possível caminho percorrido pelo artista Joaquim José da Natividade pela capitania de Minas Gerais em fins do século XVIII e início do XIX. Acreditamos que o pintor pode ter atuado na realização da pintura de forro da igreja matriz de Santo Antônio do Pirapetinga, antiga Bacalhau, distrito da freguesia de Guarapiranga e realizado um caminho, marco por diversas obras de arte, até o sul de Minas. Desta maneira, pretendemos expor um panorama das diversas obras realizadas por ele, que delimitam um caminho. Ao conjecturarmos sobre a atuação de um importante pintor para a região da Comarca do Rio das Mortes na construção pictórica do forro da igreja de Bom Jesus de Matosinhos, pertencente à Comarca de Vila Rica, demonstraremos como o ambiente colonial era dinâmico e propulsor de contatos entre as mais diversas camadas sociais que se encontravam no interior dos canteiros de obras. Durante muito tempo, a obra de José Joaquim da Natividade foi confundida com a de Manuel da Costa Athaide. Sendo assim, nossa comunicação visa apresentar as bases para esse trabalho de doutoramento, que, em parte, é uma busca pelo artista José Joaquim da Natividade e suas trocas culturais no ambiente colonial regido por dinâmicas das mais diversas, entre elas a da mestiçagem.

Leandro Gonçalves de Rezende
Mestrando/Universidade Federal de Minas Gerais

Na igreja dos Pardos, um pedaço do Céu: o repertório iconográfico da Capela de São José dos Homens Pardos ou Bem Casados de Ouro Preto

Recentemente, a Capela de São José dos Homens Pardos ou Bem Casados de Ouro Preto foi restaurada, trazendo à tona preciosas obras de arte que, por mais de duas décadas, ficaram ocultas aos olhos atentos de devotos e turistas. O conjunto arquitetônico e artístico dessa capela é de surpreendente beleza e harmonia, enaltecido pela sua singular história.

A Irmandade do Senhor São José surgiu em Ouro Preto ainda na primeira metade do século XVIII, agregando em seu seio as “gentes de cor” da Vila (homens e mulheres crioulos, pardos e mestiços), em especial os artistas e artífices, que se aliavam a proteção em seu patrono, o Senhor São José. Instituída a irmandade, tratou-se logo de edificar e ornamentar o templo próprio, no qual se realizavam os ofícios divinos.

Nessa oportunidade, analisaremos o repertório iconográfico presente nesta capela, diferenciando a iconografia do padroeiro, a de Nossa Senhora e a dos santos. Para a Igreja Católica, os santos são aqueles que viveram uma vida exemplar, em conformidade com os preceitos cristãos. Por serem mediadores entre os homens e a divindade, os santos são dignos de especial veneração, sendo representados em pinturas e imagens, pois estas representações aproximam o fiel da figura de culto, permitindo

uma relação pessoal, lembrando-o da santidade, de modo a rememorar os feitos e as virtudes dos eleitos.

Na capela de São José essa veneração não ficou esquecida, ao contrário, em seu interior imagens, pinturas, alfaias e músicas foram elaboradas com o intuito de louvar e agradecer. Nesse sentido, dois casos chamam a atenção e serão por nós ponderados: a pintura do forro da capela-mor e a imagem de São João Nepomuceno. O forro é de autoria do pintor marianesse Manoel Ribeiro Rosa, cuja documentação completa contempla desde o ajuste inicial, em 1779, no qual se descreve como deveria ser a obra até o termo de entrega (1783) e os recibos; já imagem de São João Nepomuceno traz em sua base uma incomum inscrição, na qual se menciona a autoria a datação da peça. Logo, buscaremos reconstituir brevemente a trajetória dessas duas obras, na medida em que analisamos a história da capela, da irmandade e dos seus membros.

Luciana Braga Giovannini
Mestranda/Universidade Federal de São João del Rei

Projeto de Pesquisa: Estudo iconológico na pintura de forro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de São José del Rei, Minas Gerais – 1804 a 1828

O presente projeto pretende realizar um estudo iconológico da pintura de forro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de São José Del Rei, Minas Gerais, para tentar compreender um pouco da experiência religiosa existente no interior da confraria e sua relação com o meio externo.

O objetivo da pesquisa é, a partir de um estudo iconológico da obra, verificar a presença e/ou ausência de símbolos que representem as interações culturais no campo da religiosidade e compreender como ocorre na Vila de São José, a reestruturação da identidade religiosa e cultural africana a partir da imposição da doutrina cristã aos escravos.

Investigar o estilo artístico do período, Barroco e Rococó, e compreender de que maneira o estilo de Manoel Victor de Jesus, caracterizado pela sua suavidade e leveza, contribuiu para a transmissão da mensagem aos fieis da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Verificar como ocorre o processo de doutrinação dos negros no período colonial mineiro e analisar a relação entre a sua religiosidade, a Irmandade do Rosário e a devoção a Nossa Senhora do Rosário.

O quadro metodológico do projeto está baseado nas Teorias de Peter Burke e Ervin Panofsky. Peter Burke em seu livro, *Testemunha Ocular*, afirma que a imagem constitui evidência histórica e é testemunho de formas de religião, de costumes e conhecimento relativos a uma determinada época. “Elas registram atos de testemunha ocular” (BURKE, 2004). A metodologia de Erwin Panofsky proporciona uma análise aprofundada das imagens. O método de análise de Panofsky compreende três etapas: um estudo pré-iconográfico, a iconografia propriamente dita e um estudo iconológico que constitui a evidência histórica para o pesquisador.

É preciso também considerar o gosto dos comitentes; o estilo artístico do período e do artista e o grupo a quem a obra se destina, ou seja, o propósito da produção

artística. Panofsky afirma a importância de o historiador somar à sua análise imagética o estudo de todos os documentos históricos relacionados à obra a ser investigada.

Ludmila Machado Pereira de Oliveira Torres
Mestranda/Universidade Federal de Minas Gerais

O cotidiano de trabalho mecânico e aprendizagem na Vila de Sabará (1750-1800)

Os estudos da história da arte não abrangem mais somente a obra em se, em uma perspectiva da história social tornou-se necessário compreender a relação dos artesãos/artífices com o seu meio social. Em nossa pesquisa analisaremos diversos casos de oficiais mecânicos na Vila Real de Sabará e seu termo, na segunda metade dos setecentos, que possibilitem compreender o cotidiano de trabalho e de aprendizagem. Partimos do pressuposto que o ofício mecânico era necessário ao cotidiano de sobrevivência da sociedade e era ao mesmo tempo uma forma de sustento a um oficial mecânico. O Trabalho mecânico na sociedade mineira setecentista apresenta distinções do reino não havia corporações de ofícios, a regulamentação era realizada pelas câmaras das vilas. No entanto, a principal distinção era a grande presença de escravos que modificou as dinâmicas de trabalho e aprendizagem, como também, as concepções de que se tinham do trabalho manual. A escravidão permitiu que alguns oficiais mecânicos diversificassem as suas ocupações e atendessem há uma maior demanda, o que possibilitou a alguns uma ascensão econômica e até prestígio. Há diversos trabalhos acadêmicos que utilizam alguns casos para demonstrar a mobilidade e ascensão econômica de artífices sejam eles de distintas qualidades e condições. Porém são casos isolados há muitos oficiais mecânicos pobres e escravos que tinham o seu “saber fazer” como uma única forma de sustento. Torna-se assim necessário estudar estes oficiais negligenciados pelos trabalhos recentes através do uso de documentação cartorial, principalmente inventários *post-mortem* e justificações.

Maria Clara Caldas Soares Ferreira
Doutoranda/Universidade Federal de Minas Gerais

A programação iconográfica da Capela do Santíssimo do templo de Nossa Senhora dos Anjos em Mariana

A data de início das obras de construção da Capela de Nossa Senhora dos Anjos em Mariana ainda hoje é uma incógnita. A primeira menção ao templo aparece no regimento interno da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco no ano 1779. Provavelmente, a construção da capela primitiva se iniciou logo após a fundação da agremiação em 1760.

Localizado na Rua D. Silvério, o templo é simples e modesto, demonstrando que foi erigido por uma agremiação religiosa formada por devotos de poucos recursos. O frontispício chanfrado, decorrente de modificação do partido original, e a ausência de adro denunciam as alterações arquitetônicas sofridas no decorrer dos anos.

No interior do templo estão dispostos elementos devocionais relacionados à Paixão de Cristo, ao culto franciscano e às devoções mestiças, como é o caso de Santo Antônio do Categeró (negro) e de São Francisco Solano (representado com um nativo

americano junto aos pés). Porém, é possível observar também ornamentação mais recente, como as pinturas presentes nas paredes da Capela do Santíssimo, datadas das primeiras décadas do século XX.

Por acolher o Santíssimo Sacramento durante a Quinta-Feira Santa, esse ambiente pode ser denominado de Sepulcro, configurando-se como lugar reservado, onde o fiel faz suas preces com tranquilidade. Não são todos os templos que possuem este espaço, mas há predileção das igrejas em Mariana de adotar o ambiente em sua arquitetura, como no caso das igrejas de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo, que ficam nas imediações do templo dos arqui-confrades. Ali, a capela do Santíssimo é formada por dois espaços conjugados que receberam pinturas de programação iconográfica distinta, mas complementares. No primeiro ambiente estão treze painéis que representam, em sua maioria, os apóstolos identificados pelos atributos ou indicação de nome. No outro espaço, estão cinco pinturas com fingimento de moldura, à moda de *tondo*. Na temática representada, dominam os significados eucarísticos e cristológicos. A presente comunicação pretende discutir o programa iconográfico adotado nesta Capela do Santíssimo por volta de 1920.

Michel Mingote Ferreira de Ázara
Doutor/Universidade Federal de Minas Gerais

O homem e o mundo: paisagens contemporâneas

O relato da célebre subida de Francesco Petrarca ao Monte Ventor, realizado em 1336, é considerado um marco para a teoria da paisagem moderna (ocidental). Situado no limiar da modernidade, o ato do poeta italiano é paradoxal: ao mesmo tempo que Petrarca teria subido o Monte com o mero intuito de contemplar a paisagem – o que não era comum à época – ao chegar ao cume, o poeta abriu ao acaso as confissões de St. Agostinho, que recriminavam aqueles que se abandonam a si mesmos para admirar as belezas do mundo. No entanto, mesmo que o olhar do poeta ainda fosse marcado pela meditação religiosa, ele teria colocado em evidência um olhar direto sobre o mundo, ou seja, forjado a conquista de um ponto de vista elevado que fundou a experiência paisagística moderna. A vista captada a partir de uma elevação, nesse sentido, engendra um imaginário que se arraigará nas primeiras definições do conceito de paisagem e permeará durante muito tempo o pensamento paisagístico. Assim, a paisagem, enquanto concepção clássica, remeteria sempre a um ponto de vista, a um observador que captaria uma porção do espaço do alto de um elevado. No entanto, caberia a indagação, seria possível pensar a paisagem para além dessa concepção? Para além do ponto de vista de um sujeito? Nesse sentido proporemos, em nossa comunicação, após uma breve explanação a respeito do surgimento da paisagem no ocidente, demonstrar como algumas práticas artísticas contemporâneas, como a literatura e as artes visuais, apontam para novas perspectivas de abordagem do tema. Dessa forma, consideraremos as assemblagens da artista francesa Laura Lamiel e a poesia do português Al Berto, em diálogo com a pintura oriental e também com a práxis do pintor francês Paul Cézanne, para pensarmos a respeito de um pensamento-paisagem na contemporaneidade, que implica proximidade, mais do que distanciamento, imersão, imanência, e não uma subjetividade, um olhar soberano que projetaria, do exterior, os elementos paisagísticos. Por fim, pensadores e filósofos como Gilles Deleuze, Maurice Merleau-Ponty, François Cheng, Jean-Marc Besse e Michel Collot orientarão nossa leitura.

Pamela Emilse Naumann Gorga
Mestranda/Universidade Federal de Minas Gerais

A distribuição dos elementos escatológicos na busca do Purgatório - Estudo de caso comparativo na Germânia e nos Países Baixos dos séculos XV-XVI

O presente trabalho aborda o estudo do Purgatório desde um enfoque histórico-cultural. Procurar-se-á demonstrar como foi decodificado e plasmado artisticamente o sentido de um conceito tão abstrato e etéreo como o conforma este local de purificação das almas. Para tal fim, foram escolhidas três fontes pictográficas dos séculos XV e XVI. As mesmas tratam-se de: *O Ultimo Juízo* (1435), de Stephan Lochner, *O Ultimo Juízo* (1467-1471) de Hans Memling e *O Ultimo Juízo* (1570) de Marten de Vos. A partir de uma análise iconográfica comparativa, nelas buscar-se-á desmembrar os elementos que auxiliaram na construção desse “terceiro local”, leia-se: o sentido das cores, a distribuição e escolha de personagens e demais elementos escatológicos, no intuito de auxiliar a compreensão da lógica do imaginário da Baixa Idade Média e do começo da Moderna diante da morte e do Purgatório.

Vanessa Cerqueira Teixeira
Mestranda em História/Universidade Federal de Juiz de Fora

Para além do estilo, uma cosmovisão: por uma revisão da cultura barroca a partir das práticas devocionais

Estilo artístico que se expandiu enquanto expressão cultural, o Barroco foi originado em fins do século XVI na Itália para vigorar até o século XVIII em diferentes localidades, mantendo uma padronização em suas características, porém adicionando especificidades em relação ao espaço, tempo e sociedade em que se manifestara. Segundo Hauser (2010), por ter se manifestado de formas distintas de um lugar a outro, sendo conflituoso caracterizar elos em comum para denominá-lo como tal, o estilo em questão exemplifica a influência das questões sociais na expressão artística, assim como das especificidades locais em relação aos materiais, técnicas e artistas. O tema proposto aqui se refere à discussão do conceito de cultura barroca através das visões de Maravall (1997) e Campos (2013): o primeiro, ao tratar especificamente o caso espanhol, também legitimou a presença cultural barroca nas terras recém-povoadas a partir da colonização, enquanto a segunda propôs que a colonização possibilitou um convívio intercultural que se estabeleceu sobre valores e práticas espirituais, além de uma visão de mundo barroca. Portanto, nosso objetivo é propor uma análise da visão de cultura barroca e discutir as possibilidades de apropriação para o contexto colonial brasileiro. Maravall (1997) desenvolveu sua análise em torno do contexto e da consciência de instabilidade na Europa do século XVII, tendo Igreja e Estado como fontes de respostas que tomariam para si a responsabilidade do controle social. Através das artes se constituiria um método baseado em sedução e convencimento por meio dos sentimentos e da sensibilidade, e exemplificaremos aqui o âmbito da arquitetura religiosa. Como visto em Argan (2004) e Francastel (2001), a Igreja reavaliaria seu próprio programa e finalidade, e atuaria junto ao Barroco como fonte influente nos comportamentos sociais. Na colônia, ele auxiliaria com a manutenção da doutrina religiosa, caracterizando uma cultura própria formada pelo conjunto de comportamentos e práticas de uma sociedade movida por questões hierárquicas e devocionais.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 9: História das Ideias e Ideologias

Coordenador: Pedro Henrique Barbosa Montandon de Araújo
Mestrando/Universidade Federal de Minas Gerais

Allysson Fillipe Oliveira Lima
Mestrando/Universidade Federal de Minas Gerais

A “compaixão” de Rousseau mobilizada na canção revolucionária francesa (1792-1794)

Pretende-se analisar como o conceito de “compaixão” de Jean-Jacques Rousseau é mobilizado na canção *Carmagnole*, expressa por movimentos populares, ao longo da Revolução Francesa (1792-1794).

Prática comum na Paris do século XVIII, as canções populares são um dos principais suportes utilizados na circulação de ideias durante a Revolução. Tal qual um “jornal falado”, as canções informaram e foram informadas pela Revolução, estando presentes em cafés, clubes, mobilizações populares, ruas, ou ainda em salões da nobreza.

Neste trabalho, tomamos as partituras das diversas versões dessa canção como fontes. Entretanto, é importante mencionar que o trato delas envolve uma metodologia específica que as levará em conta não só por suas totalidades – letra, melodia, ritmo, timbres, execução, etc. -, como também por meio de suas conjunturas de produção, execuções e usos dos mais diversos.

Pretende-se, a partir da canção, analisar quais são os valores, expectativas e regras implícitas que expressaram e moldaram as intenções e ações coletivas durante o processo revolucionário, tendo como partida a história dos debaixo, do homem comum que não frequentava a Assembleia e nem a Convenção.

Em relação à *Carmagnole*, a sua definição no Dicionário da Academia Francesa, de 1878, aponta tanto para um tipo de casaco curto, quanto para uma canção do período revolucionário francês. Sabe-se que tal casaco foi traje característico dos *sans-culottes*. Sabe-se também que a canção apareceu pela primeira vez durante o ataque ao Palácio das Tulherias (1792) e, partir disso, circulou intensamente nas ruas de Paris - inclusive foi levada para além das fronteiras durante as guerras revolucionárias francesas. Assim, a minha apresentação pretende articular uma canção de ampla circulação durante a Revolução, com importantes personagens para ela (os *sans-culottes*), imaginando que tal relação implica em uma mobilização do conceito de “compaixão” de Rousseau. Tal mobilização envolveria e facilitaria uma identificação dos cantantes com ideias veiculadas durante a Revolução Francesa, sobretudo pelos *sans-culottes*.

Átila Siqueira Martins Lopes
Mestrando/Universidade Federal de Minas Gerais

O Orientalismo e o racismo representados em alguns clássicos da literatura ocidental no final do século XIX e no início do século XX

Esse artigo tem por objetivo produzir uma breve investigação sobre algumas das principais, mais vendidas, mais lidas e mais bem conceituadas obras da literatura

ocidental produzidas na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, buscando estudá-las e abordá-las historicamente, com o objetivo de encontrar, classificar e contextualizar inúmeras representações do pensamento orientalista nessas obras.

O objetivo é entender como o Orientalismo apareceria representado em todas essas obras, como o fruto de um clima histórico, de um modo de pensar comum que permeava toda a intelectualidade ocidental, sendo objeto de interesse, ao lado dos grandes modelos de teorias raciais e sociais. Ao mesmo tempo, buscar-se-á também a conexão entre esses diversos autores, que não foram escolhidos ao acaso, mas sim sobre o critério de serem eles grandes romancistas no gênero aventura, muito lidos, considerados mesmo em suas épocas e também posteriormente como geniais tanto pelo público leigo, como pela crítica especializada.

Uma abordagem histórica relacionando esses autores, suas trajetória intelectuais, as suas leituras e influências comuns, os seus contatos, suas formações, as teorias científicas que circulavam na época, a ideologia imperialista que pregava a superioridade do homem branco; pode ser importante para se compreender melhor o contexto de produção dessas obras e o pensamento imperialista, orientalista e racista que as marcaria. Através do entendimento dessas fontes literárias como fontes históricas, como vestígios históricos criados em um determinado contexto, pode-se compreender melhor como os homens e em especial a intelectualidade daquele tempo abordado pensava e com quais temas se via frente a debater.

Os autores a serem estudados serão Julio Verne; Robert Louis Stevenson; Henry Rider Haggard; Aloísio de Azevedo; Rudyard Kipling; Arthur Conan Doyle; Edgar Rice Burroughs; James Hilton; C. S Lewis; J.R.R Tolkien, ou seja, alguns ingleses e outros franceses.

Igor Tadeu Camilo Rocha
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais

Um Iluminismo periférico? História das Ideias e a Ilustração em Portugal

Dentro de modelos analíticos tradicionais, que remetem a autores como Paul Hazard, Peter Gay e Erns Cassirer, Portugal, bem como Espanha e suas respectivas colônias, fizeram parte de uma periferia no que tange o contexto intelectual e sociológico das Luzes. Tais modelos privilegiam a posição francesa como central e a inglesa como uma espécie de precursora, e o desenvolvimento do Iluminismo se deu, mais ou menos, a partir de ecos da circulação da *Encyclopédie* ou de autores como Rousseau e Voltaire. Entretanto, especialmente após a publicação da obra *Utopia e Reforma do Iluminismo*, de Franco Venturi, na qual se defende a tese de que a Ilustração fora uma cosmopolitização da linguagem do republicanismo dos *levelers* ingleses após a Revolução do final do XVII, abriu-se caminho para o desenvolvimento de modelos que mudaram drasticamente a geografia e cronologia do Iluminismo. No que tange o caso português e luso-brasileiro, tradicionalmente colocado como um “Iluminismo periférico”, tal renovação da historiografia permitiu discussões que foram além da busca pelos motivos do “atraso ibérico” em relação às ideias em desenvolvimento, especialmente no século XVIII, nos Alémpirineus. O objetivo aqui colocado é discutir como essa mudança de perspectiva toca em questões centrais de uma historiografia recente sobre a Ilustração Portuguesa e luso-brasileira.

O 3º Conde de Ericeira e as linguagens políticas da Restauração Portuguesa

A presente comunicação visa entrelaçar abordagens teóricas e empíricas, tendo como ênfase o período da Restauração Portuguesa e os conflitos políticos a ela inerentes. No plano teórico utilizarei as obras de John Pocock e Quentin Skinner utilizando o importante conceito de “linguagens políticas” para melhor expressar os diversos jogos políticos entre os nobres cortesãos portugueses, tentando mapear suas linguagens entre 1640 e 1668. Entre as fontes elencadas para a pesquisa tomaremos em análise a importante obra do 3º Conde de Ericeira, D. Luís de Meneses, notável nobre português e membro preeminente da Academia Real de História. Ericeira em sua principal obra, *História de Portugal Restaurado*, relata os diversos conflitos políticos do período em especial aqueles que envolviam os dois irmãos reais, D. Pedro e D. Afonso, que disputavam a coroa. A trama se complexifica quando percebemos que Ericeira apoiava claramente o infante D. Pedro, tornando aquela linguagem política marcada pelo desejo de reconhecimento e ascensão social por parte de D. Pedro. Assim, para contrapor as memórias do conde utilizaremos outras fontes da época como *Catasprophe* e *Anticatastrophe de Portugal*. Como desfecho dessa trama temos ainda o suicídio do conde, que segundo as fontes sofria de “ataques de melancolia” e a marcante ascensão de D. Pedro ao trono.

Pedro Henrique Barbosa Montandon de Araújo
Mestrando/Universidade Federal de Minas Gerais

Humanismo Cívico: Perspectivas Interpretativas

Em 1955 Hans Baron lança o seu mais importante trabalho "The crisis of the early Italian Renaissance: civic humanism and republican liberty in an age of classicism and tyranny" onde denomina a experiência cívica florentina do começo do século XV como "Humanismo Cívico". Em um momento de crise numa guerra contra Milão (representante do modelo principesco), Florença se afirmaria como herdeira da tradição republicana romana e propagaria valores como amor à pátria, participação política, respeito às leis, liberdade e igualdade.

O sucesso da perspectiva baroniana fez com que este também recebesse críticas, como a de James Hankins, que via no fenômeno cívico florentino uma espécie de retórica política de manipulação das camadas populares da cidade que, durante o século XIV lutavam por maior participação política. Complementando as críticas de Hankins, Lauro Martines traçaria as origens sociais desses atores políticos e descobriria que, com raras exceções, todos vinham de uma camada elitizada da polis, os "grandi".

Recentemente John Najemy tentaria fazer um balanço da proposta baroniana em contraste com as críticas de Hankins e Martines. Desse balanço Najemy afirmaria a existência do humanismo cívico como ideologia, comportando o seu uso como manipulação, mas também como impulsionador político no enfrentamento político contra os principados circundantes.

Rotacionando a perspectiva do objeto, J. G. A. Pocock, se eximiria da polêmica ao focar no nascimento de uma nova linguagem política que se difundiria por todo o período moderno, atravessando fronteiras e oceanos, manifestando-se em revoluções e processos

de independência.

A proposta desta comunicação é contrapor as propostas elencadas a fim de erigir uma nova, a do humanismo cívico como cultura política. Este novo olhar possibilitaria o entendimento do fenômeno como prática, ideário e linguagem, evidenciando uma disputa na polis, em que paixões e manipulações fariam parte do cotidiano florentino.

Tiago Oliveira Tardin
Graduando/Universidade Federal de Viçosa

O mundo natural em suas relações com o mundo social – Política e Cultura na Inglaterra seiscentista

O presente trabalho é resultado de um projeto de pesquisa (em andamento), financiado pela CNPQ. A proposta dedica-se a analisar a sociedade inglesa no século XVI, e a participação do espaço natural enquanto um instrumento para a formação desse Estado – destacando as dimensões da Política e Cultura letrada. A exemplo de John Manwood – um jurista inglês que escreveu um tratado sobre as Florestas Reais – e orientado por intelectuais que aprofundam a problemática do espaço natural, Keith Thomas, Simon Schama e John Cox, pretende-se apontar para a existência desse debate, pautado na preservação e valorização da memória britânica, no âmbito jurídico e histórico, numa época em que a conjuntura da Inglaterra, bem como da Europa, convergia-se para a aplicação de uma expansão marítima, comercial e científica, a saber, o período moderno.

Tomaz Pedrosa de Tassis
Graduando/Universidade Federal de Minas Gerais

O Samurai Contra Clio: Tempo e Eternidade em Yukio Mishima

"A vida humana é finita, mas eu gostaria de viver para sempre", escreveu o escritor, crítico, diretor, ator e artista marcial japonês Yukio Mishima, pseudônimo de Kimitake Hiraoka (平岡 公威 Hiraoka Kimitake, 1925-1970), na manhã do dia 25 de novembro de 1970. Pouco depois Mishima se suicidaria espetacularmente praticando o tradicional ritual *seppuku* após tentar, em cooperação com sua milícia particular *Tate-no-kai* (Sociedade do Escudo), um golpe de estado em nome do imperador. O presente trabalho pretende abordar a significação do suicídio simbólico de Mishima e suas ideias políticas, sociais, estéticas e filosóficas em relação ao processo de ocidentalização e modernização pelo qual passou a sociedade japonesa ao longo do século XX, principalmente após 1945, tendo como eixo as ideias do escritor nipônico sobre a natureza do tempo e do que correntemente denominamos por "história". Usaremos como fontes tanto as obras literárias de Mishima quanto a vasta bibliografia de comentadores de sua vida e obra, sobretudo Henry Scott Stokes e Marguerite Yourcenar. Também nos apoiaremos nas ideias de Mircea Eliade e seus estudos sobre a dialética do sagrado e sua relação com o tempo e a história para articular o caráter da oposição de Mishima ao tempo da modernidade e sua ânsia pela união derradeira com a eternidade e o vazio.

A História do Declínio e Queda da Política

Espera-se de todo historiador que ele tenha clareza em duas proposições de sua disciplina: (i) acontecimentos históricos contam com boa dose de acaso; (ii) tais acontecimentos jamais se repetem. Porém, na contramão desses preceitos, estamos vivendo uma hiperpolítica do mundo. Pululam campos como biopolítica (Foucault), antropologia política (Clastres) e ciência política, que alçam a Política a mero estatuto de predicado de outras sendas do conhecimento. Assim, descaracterizam-na enquanto fenômeno histórico e imputam-lhe odores universais, atemporais.

A comunicação tentará *mostrar* as razões deste ocorrido, no intuito de restituir à Política o estatuto de esfera autônoma. Para tanto, é preciso uma teoria histórica descritiva e indiciária (Ginzburg), ao invés de uma história das *ideias* políticas perpetrada pelo contextualismo de Cambridge (Skinner/Pocock) ou pela história dos conceitos (Koselleck). Tais correntes, embora mapeiem bem a pluralidade do termo ao longo dos séculos, pouco nos ajudam a entender o que foi a *experiência da política*.

Com a apresentação d'um breve panorama da sociedade grega Arcaica e Clássica, por análise de média duração (Braudel), elucidarei os principais elementos para o seu surgimento e manutenção. Depois, abordarei seu declínio a partir da condenação de Sócrates e da fundação da Teoria Política por Platão. Esta Tradição representa a decadência da Política (Nietzsche/Arendt), e é sob ela que toda gama de pensadores políticos modernos assentam-se-á.

Vinicius Garzon Tonet
Graduando/Universidade Federal de Minas Gerais

O Tempo e a República: Usos políticos da escrita da história no humanismo cívico italiano

Nesta apresentação procuraremos refletir, a partir dos escritos político-filosóficos produzidos por humanistas do século XIV, mais especificamente aqueles do Chanceler de Florença, Coluccio Salutati (1331-1406), como a história é mobilizada tornando-se parte do ideário político humanista. Buscaremos compreender os sentidos políticos dessa escrita da história no contexto florentino e evidenciar como o seu uso aponta para uma possibilidade de apreensão do tempo que está diretamente ligada à sustentação do regime republicano na cidade. Procuraremos explicitar, ainda, como a noção de identidade é construída fazendo com que ela seja ponto chave para que essa forma de representação do tempo seja apreendida pela comunidade política.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 10: Imagens como fontes Usos e leituras

**Coordenadores: Helaine Nolasco Queiroz
Doutoranda/Universidade Federal de Minas Gerais**

**Márcio dos Santos Rodrigues
Mestre/Professor da FaE/Universidade Federal de Minas Gerais**

**Marina Helena Meira Carvalho
Mestranda/Universidade Federal de Minas Gerais**

Carlos Vinicius da Silva Taveira
Doutorando/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

A história presente nas obras de Adriana Varejão

O objetivo dessa comunicação é pensar nas formas e usos de imagens e temas considerados clássicos na área historiográfica e que se encontram presentes em alguns trabalhos da artista plástica contemporânea carioca Adriana Varejão. Desde já, a principal ideia é analisar parte da poética visual proposta pela artista como uma grande contribuição em forma de indagações para a disciplina da história.

A disciplina da história ou seus processos são um dos pontos de inspiração na construção do trabalho da artista, não pensando em ilustra-lo, mas em interroga-lo, de propor novas possibilidades de leitura, de pensar em como que outros pontos de vista são totalmente válidos. Em alguns de seus trabalhos obras de arte de artistas como Debret são desconstruídas mediante vários intervenções, mapas mundiais do século XIV são cortados e suturados, paisagens de viajantes do século XVIII possuem sua tela cortada e suas partes servidas em pratos com símbolos da companhia das índias orientais, ou mesmo murais de conventos ganham novas significações e sentidos com as ações da artista.

Em cada obra uma narrativa que parecia cristalizada em uma imagem, ganha toda uma variedade de novas informações com o processo de fragmentação gerando uma nova infinidade de leituras. Para auxiliar nessa comunicação será estabelecido um diálogo com algumas reflexões do historiador da arte e filósofo francês Georges Didi-Huberman, sobretudo com os livros *A pintura encarnada* e *O que vemos e o que nos olha*, que tratam de temas pertinentes da relação entre a obra de arte em seus diferentes suportes e o espectador da imagem.

Por fim, a comunicação tentará em um curto espaço de tempo apresentar como a história surge mediante a arte de Adriana Varejão, problematizando questões que afetam campos de conhecimentos variados como o da história e o da arte e também outros da humanas como estudo da ficção e da filosofia.

Documentando Ali: Muhammad Ali, boxe e as representações étnico-identitárias a partir de documentários esportivos

Partindo da análise dos combates do pugilista norte-americano Muhammad Ali e da perspectiva que seus oponentes tinham do boxeador, a presente pesquisa procura investigar os diferentes discursos pelos quais uma identidade negra foi construída e ressignificada a partir da figura de Ali e da prática esportiva do boxe nos EUA nas décadas de 1960 e 1970.

Para tanto, serão analisadas algumas produções e filmes documentário sobre a prática do boxe que possui a figura de Muhammad Ali, e de outros boxeadores pesos pesados das décadas de 1960 e 1970, em destaque. Observando-se alguns documentários oriundos de produtoras americanas, como os episódios biográficos da série *Beyond The Glory, Sports Century HBO sports*, temos a construção da imagem de Muhammad Ali enquanto um “caluniador”, a partir dos ressaltos dados pelas películas aos constantes comentários enérgicos de Ali contra seus oponentes. Em contrapartida, as produções biográficas que se detém apenas sobre a figura de Ali—sem maiores ressaltos em seus adversários—, apresentam sua vida através de seus posicionamentos políticos e momentos de ruptura, como sua recusa em lutar na guerra contra o Vietnã, sua conversão à religião do islã e a revogação de seu título de campeão mundial dos pesos pesados em fins da década de 1960. Esses últimos documentários foram produzidos, em sua maior parte, por produtoras canadenses e contribuem para outra construção representativa de Ali: a do herói negro. De herói a caluniador, as representações de Muhammad Ali através dos documentários variam de acordo com o país proveniente das produtoras das películas.

Por que produtoras norte-americanas representam a figura de um boxeador negro, norte-americano, da década de 1960, de maneira tão distinta das produtoras canadenses? O que essas diferentes representações implicam nas narrativas que são construídas junto ao público telespectador? É por meio do questionamento dos motivos pelos quais as representações de um lutador variam de acordo com o país produtor dos documentários que a presente pesquisa busca fundamentar sua problemática e desenvolvimento.

Elias Theodoro Mateus
Mestrando/Universidade Federal de Ouro Preto

Representando a dor dos outros: fotografias da Enchente de 1974 (Tubarão-SC)

Entre a Serra Geral e o litoral sul catarinense, corre o rio Tubarão, alimentado por inúmeros afluentes. No final de março de 1974, o transbordamento deste rio provocou a maior catástrofe natural registrada na região, causando grande comoção em nível nacional, como inferimos a partir dos relatos e, sobretudo, pelo volume de doativos que não cessava de chegar de diversas partes do país para atender à população flagelada. Por ocasião da enchente, fotojornalistas produziram considerável número de fotografias que enquadravam em si diversos ângulos do cenário desolador. O objetivo deste trabalho é analisar algumas dessas fotografias que circularam em periódicos da época, de modo a evidenciar usos (emprego e finalidade pedagógica da imagem) e consumos (nível da apropriação da mensagem fotográfica) das mesmas fotografias à luz de conceitos emprestados da psicanálise, especialmente no que concerne à dimensão

traumática deste evento crítico. Ao fim, tentaremos mostrar como a dimensão traumática foi enquadrada pelos fotógrafos a fim de repercutir amplamente, por meio da difusão das imagens, a dor dos flagelados da Enchente de 1974, como ficou conhecida e, através desta estratégia, despertar o sentimento de solidariedade nos não-afetados pela catástrofe.

Gabriel Duarte Faria
Mestrando

Gabriela Silveira Meireles
Doutoranda

Leitura de imagens nos livros didáticos de História

O livro didático ainda tem sido um artefato cultural e um recurso pedagógico bastante utilizado nas escolas públicas brasileiras. Contudo, poucas vezes olhamos de maneira mais atenta para o conteúdo e as imagens destes livros que nós professores e alunos manuseamos cotidianamente. Muitas vezes usamos um texto e sequer olhamos para a imagem que o acompanha. Essas imagens nos educam e também educa aos nossos alunos. Temos percebido o uso cotidiano do livro didático. Muitas vezes estas imagens assumem um caráter meramente ilustrativo ou iconográfico. Por isso, este trabalho tem como proposta a problematização do conhecimento construído nas aulas de história a partir das imagens nos livros didáticos de história. A problemática anunciada é a seguinte: Que relações de ensino e aprendizagem as imagens dos livros didáticos de história possibilitam aos professores e alunos? O principal objetivo deste trabalho consiste em analisar os usos feitos das imagens contidas nos livros didáticos de história. Este trabalho utiliza dos estudos da Cultura Visual, com base em Fernando Hernández (2010), que compreende a função educativa das imagens. Diante das observações realizadas, foi possível perceber que as imagens anunciam concepções de história, quais períodos ou fatos são priorizados e como essas imagens se relacionam aos textos propostos pelo livro didático. Ao analisar os livros didáticos, notamos uma ênfase no uso das imagens, com uma apresentação diversificada de fontes visuais, como pinturas, mapas, desenhos, fotografias, recortes de jornais e monumentos, geralmente referentes a períodos históricos específicos.

Helaine Nolasco Queiroz
Doutoranda/Universidade Federal de Minas Gerais

Imagens da vanguarda argentina: a revista *Martín Fierro* e as artes plásticas

A revista *Martín Fierro* tratou-se de um empreendimento editorial criado e mantido pela vanguarda argentina entre 1924 e 1927, cuja materialidade extrapola a simples reprodução de textos. Seu projeto gráfico, como o de outros empreendimentos do mesmo tipo, revela escolhas relativas à quantidade e tamanho de páginas, qualidade do papel, tipos e tamanhos de títulos, subtítulos e textos, divisões de conteúdo, apresentação de filigramas e de motivos indoamericanos como felinos, flores e arabescos, dentre outras. Além das citadas características que contribuem para a formação da sua imagem pública, o periódico contém em suas páginas mais de seiscentas imagens, de tipos diversos: caricaturas, fotografias, desenhos, reproduções de

pintura, de escultura, de cenas de cinema e teatro, de projetos arquitetônicos e de capas de livros, além de desenhos relacionados à comercialização de produtos diversos. Intenta-se apresentar, no VI Encontro em Pesquisa de História da Universidade Federal de Minas Gerais, uma reflexão sobre a reprodução de obras de artes plásticas na revista. Apesar do caráter primordialmente literário, a revista, ao longo de sua circulação, investe cada vez mais na discussão e da difusão de obras artísticas, apresentando vários artigos de crítica e de esclarecimento sobre movimentos e acontecimentos ligados às artes plásticas, tais como exposições e prêmios. Assim, das mais de seiscentas imagens apresentadas no periódico, a maioria é composta por reproduções de obras de artes plásticas de argentinos, uruguaios, mexicanos, espanhóis, italianos, franceses, suíços, russos, suecos, alemães e holandeses. A contribuição ao Encontro visa, portanto, pensar na importância desempenhada pelas artes plásticas na revista, analisando a escolha de determinados artistas e exposições e sua contribuição para a definição de sua imagem pública enquanto periódico cosmopolita e defensor do que de mais atual ocorria no panorama artístico americano e europeu.

Josiane de Paula Nunes
Mestre/Universidade Federal de São João Del-Rei

Tempos de censura: O papel das representações visuais na leitura da ditadura militar no Brasil e na Argentina

Inserido em um projeto a respeito das representações verbais e visuais sobre os regimes militares no Brasil e na Argentina, veiculadas no *Jornal do Brasil* e no *Última Hora*, nas décadas de sessenta e setenta, este artigo se concentrará nas possíveis relações que editoriais, matérias e charges poderiam apresentar como um entendimento sobre a realidade brasileira. Para tanto, partiremos principalmente dos contornos de fatos históricos específicos, no momento que antecede a promulgação do Ato Institucional nº5, marco da censura no Brasil, e logo após a sua oficialização, sendo estes: os golpes militares de 1966 e 1976, na Argentina. À medida que o contexto político se transformava, após o AI-5 e, posteriormente, com o Decreto-lei n.º 1.077, de 26/01/1970, as charges passaram a assumir um papel central nos noticiários sobre a Argentina nos dois periódicos analisados, demonstrando vínculos estreitos com os posicionamentos sobre a situação brasileira. Nos artigos, notas, matérias e charges analisados, as representações em relação às ações políticas no país vizinho, não eram unicamente sobre o regime da Argentina; as semelhanças e os direcionamentos entre os governos militares nos países foi apontada, diversas vezes, como fenômenos similares, até mesmo, reproduzidos e apropriados de um modelo para outro. O que não podia ser “dito” passou a compor as entrelinhas presentes nos discursos visuais. Nas abordagens sobre o golpe em 1976, na Argentina, as caricaturas/charges/cartuns tornaram-se muito representativas, ocupando a maior parte dos editoriais referentes ao país.

Classes Dominantes em Busca do Requite Europeu: Análise de Pinturas em Fazenda Mineira do Século XX

Nesta comunicação pretendemos partilhar o percurso da investigação sobre as pinturas murais localizadas na Fazenda Paciência, conhecida popularmente como Mandembo, na região de Pains, centro-oeste de Minas Gerais. Essa fazenda pertenceu ao distinto Sr. Juca Maneca, que foi uma figura proeminente na política, na economia, na vida religiosa e social da cidade, na primeira metade do século XX. Procuraremos explorar, principalmente, os aspectos artísticos e devocionais relacionados à capela de Nossa Senhora de Lourdes, localizada na propriedade, bem como as pinturas parietais encontradas no interior da sede da fazenda; todas elas feitas pelo artista italiano Hilário Olivieri. Estudos indicam que era comum, tanto nas fazendas, como no solares das cidades, pinturas decorativas, que tinham um significado especial para os abastados proprietários. Influenciados por costumes europeus, esses aristocratas buscavam destacar seu papel na sociedade, com uma intensa busca pela sofisticação visual dos seus espaços sociais. Entrelaçam-se dessa forma, as possibilidades das fontes escritas, orais e iconográficas, na representação das histórias e tradições da família Maneca, visando compreender os símbolos que conferiam forte distinção aos seus proprietários e demonstravam a posição social dos mesmos.

Márcio dos Santos Rodrigues
Mestre/Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

O anticomunismo católico nas séries em quadrinhos da *Treasure Chest of Fun and Fact*

O objetivo deste trabalho é o de compreender em que medida as formas narrativas construídas através das Histórias em Quadrinhos participaram na produção/conformação de visões e divisões de mundo acerca do Anticomunismo, percepção política que identifica o “perigo vermelho” como a principal ameaça aos valores historicamente construídos por sociedades liberais e burguesas. Para tanto, tomo como objeto de reflexão duas Histórias em Quadrinhos publicadas nas primeiras décadas do período tradicionalmente conhecido como Guerra Fria: a curta HQ “*Civics clubs in action*” e a série “*This Godless Communism*” (em português, *Este Comunismo Ateu*). Ambas foram publicadas nas páginas da revista *Treasure Chest of Fun and Fact*: a primeira, ilustrada por Lloyd Ostendorf, consta no Vol. 9, Nº. 11, de janeiro de 1954. Já a segunda, publicada a partir do Vol. 17, Nº. 2, de setembro de 1961 a junho de 1962, contou com ilustrações de Reed Crandall. Produzidas por editores e artistas de orientação católica e supervisionadas por autoridades políticas e comitês de universidades religiosas norte-americanas, as edições da *Treasure Chest* foram distribuídas em larga escala em escolas paroquiais e instituições públicas, com vistas a propagandear aquilo que seus idealizadores e financiadores interpretavam como sendo o “perigo vermelho”, inimigo dos valores cristãos. Trato aqui da oposição entre o cristianismo e a ideologia comunista, reforçada e veiculada por meio de produções como as selecionadas. Em termos teórico-metodológicos, considero duas premissas caras à chamada História Social da Linguagem: a de que a linguagem expressa o social, ao mesmo tempo que procura moldá-lo. Para o desenvolvimento deste trabalho levo em conta reflexões apresentadas em obras como *Comic Books and the Cold War, 1946–*

1962. *Essays on Graphic Treatment of Communism, the Code and Social Concerns* (2012) e em *Graven Images: Religion in Comic Books and Graphic Novels* (2010).

Marina Helena Meira Carvalho
Mestranda/Universidade Federal de Minas Gerais

Elos com o nosso passado: índios representados em propagandas comerciais e a consolidação de uma comunidade imaginada (1937-1945)

Os anúncios comerciais, muito mais que vender produtos, divulgam também ideias, valores, sonhos, hábitos, traços de uma cultura geral, tornando-se interessantes fontes para os historiadores. Podemos matizar a circularidade temática entre representações publicitárias, as quais imbricam textos verbais e não verbais, e diversas outras formas de manifestações culturais. Segundo Roland Barthes, “a todo instante, de modo natural, a publicidade apela para nosso saber e nos propõe um elo com nossas artes, nossas literaturas, nossas mitologias, ou seja, em definitivo, com nosso passado.”(2005, p.114-115) Nesta apresentação, nos propusemos, em primeiro lugar, realizar um levantamento bibliográfico de como as pesquisas históricas tem trabalhado as imagens nas publicidades. Logo em seguida, faremos um estudo de caso acerca de como o passado brasileiro foi representado em anúncios comerciais, contribuindo para a consolidação de uma *comunidade imaginada*. Para isso, selecionamos o personagem histórico que com maior frequência apareceu representado em nossas peças publicitárias: o índio. Pesquisamos anúncios comerciais em revistas de variedades de circulação nacional (A Cigarra, Fon-Fon e O Cruzeiro) durante o Estado Novo (1937-1945).

Michel Justamand
Pós-Doutor/Universidade Estadual de Campinas

Imagens representando falos nas cenas rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara, São Raimundo Nonato – PI/Brasil

O Parque Nacional Serra da Capivara esta localizado no estado brasileiro do Piauí. Desde os anos 70 do século passado se intensificaram as pesquisas no Parque, conduzidas por Niède Guidon. Ainda hoje uma missão científica francesa atua na região, agora liderada por Eric Boeda. As imagens rupestres foram o deflagrador do investimento científico no local. Esse fato permitiu ao Parque o reconhecimento nacional e posteriormente internacional. Tornando-se patrimônio universal da humanidade reconhecido pela UNESCO, desde 1991. Ali são realizadas pesquisas de todas as áreas. Elas mostram que a presença humana foi longa, podendo chegar a milhares de anos. Parte dessa história esta contada, parece-nos, nas imagens pintadas nas rochas do parque. Tais pinturas apresentam uma infinidade de formas, estilos, tradições e surgem em muitas cenas. Estudiosos identificaram três grandes tradições rupestres, a Agreste, a Nordeste e a Geométrica. A Tradição Nordeste, é a que mais apresenta cenas com possibilidades de compreensão e interpretação. Nessa tradição se notam cenas de sexo, parto, andanças, lutas coletivas, amamentação, animais e plantas das mais variadas. Lembramos que as três tradições rupestres estão sendo revistas e reavaliadas, conforme Niède Guidon e Gabriela Martin em: *As onças e as orantes*. Tratam nesse texto das influências ocorridas nas pinturas ao longo dos anos e em seus diversos espaços geográficos no Brasil. Nessa apresentação oral, no simpósio, destacaremos as cenas com antropomorfos masculinos e a presença simbólica imagética dos falos. Tivemos como objetivo, no processo de buscas pela temática rupestres das representações das genitálias, apreenderem o que levava os

artistas/comunicadores a produzirem essas imagens e não outras. Para tanto, serão apresentadas uma seleção dessas cenas independentemente das tradições rupestres durante o simpósio.

Rafael Barbosa Fialho Martins
Mestrando/ Universidade Federal de Viçosa

Marcos Vinícius Meigre e Silva
Mestrando/ Universidade Federal de Viçosa

O estilo televisivo como proposta de análise de produtos audiovisuais

Nosso trabalho objetiva contribuir com a análise da imagem em História apresentando a metodologia do estilo televisivo. Proposto por Jeremy Butler (2010), tal metodologia apropria-se dos já consagrados métodos de estudo estilístico no cinema (BORDWELL, 2008). Todavia, Butler vai além e reconhece o potencial estético da TV, já que encara estilo como uso sistemático de técnicas expressas em imagem e som de modo a cumprirem uma função dentro do texto; ou seja, uma variedade de elementos formais que são usados em todos os gêneros para comunicar significados e obter respostas dos telespectadores – encenação, movimento de câmera, edição, som e artes gráficas (MITTELL, 2010); (BUTLER, 2010). Alguns estudos (ROCHA e MARTINS, 2014) têm mostrado que tal metodologia é eficaz para o estudo da televisão e permite uma articulação entre aspectos formais e contextuais. Isso porque tomamos a imagem e o som como parte de processos sociais mais amplos, que dão a ver e atuam em dinâmicas culturais – tal como a História.

Assim, neste trabalho apresentamos os passos da metodologia, as funções do estilo televisivo e exemplificamos com uma análise aplicada ao estudo de um evento histórico: a ditadura militar, representada por uma telenovela nacional (*Amor e Revolução*, SBT). A partir desse caso, foi possível concluir que a conjugação sonoro-imagética é importante não apenas para transmitir significados, mas para conformar sentidos e histórias sobre a História, com base em duas perspectivas: uma delas remetendo ao momento passado – à época da ditadura – que pode ser notado pelas imagens; e outra perspectiva em sintonia com o momento presente, o contexto atual de produção de tais imagens.

Thaís Lanna Junqueira
Graduada/Universidade Federal de Minas Gerais

Para transporte ou passeio? As propagandas brasileiras de bicicletas (décadas de 1950-1970)

A bicicleta é uma invenção do século XIX e chegou ao Brasil pouco antes do início do século XX. Apesar de ter sofrido poucas modificações em sua parte física desde então, seu papel social ao longo das décadas mudou muito. Inicialmente um luxo reservado aos ricos, que a utilizavam para a prática do ciclismo nos modernos velódromos, a bicicleta rapidamente se popularizou e passou a ser utilizada para outros fins, como passeio e transporte, se tornando elemento marcante no meio urbano brasileiro. O processo de popularização do automóvel no país, que se iniciou na década de 1950, entretanto, contribuiu para uma mudança no imaginário social das classes

médias urbanas a respeito da bicicleta. Cada vez mais, sua função de transporte era denegrida, associada à pobreza, e o discurso publicitário, dialogando com o seu público, passava a representá-la como instrumento para o lazer. Neste artigo, nos propomos a investigar como se deu a sucessão de diferentes representações sobre a bicicleta entre as décadas de 1950 e 1970, utilizando como fonte propagandas de bicicletas veiculadas em revistas de grande circulação.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 11: Religião e Religiosidades: entre práticas e institucionalizações

**Coordenadores: Vanderley de Paula Rocha
Mestrando/Universidade Estadual de Ponta Grossa**

**Ronualdo da Silva Gualiume
Mestrando/Universidade Estadual de Ponta Grossa**

Alexandre Assuane Duarte
Graduando/ Instituto Master Presidente Antonio Carlos - Araguari

Gilma Maria Rios
Doutora/Instituto Master Presidente Antonio Carlos - Araguari

Curandeiros e profetas em Joanesburgo: diversidade religiosa entre práticas e conflitos

Esta pesquisa faz parte de um estudo que se iniciou a partir da observação da religiosidade na África do Sul, precisamente, nas cidades de Joanesburgo e Pretória. Tal apreciação ocorreu de uma visita nestas cidades, quando anfitrião pelo Projeto “Life for All” (Vida Para Todos). Deste modo, este estudo busca analisar as mais frequentes práticas religiosas – profetas e curandeiros, e suas influências na vida, na conduta e no bem-estar da população de Joanesburgo e Pretória. Para alcançar o intento proposto foram feitas visitas a grupos religiosos e levantamento dos textos escritos e que circulam no espaço social das referidas cidades com o intuito de embasar as análises da investigação. Em toda a África, a fé e a religiosidade fazem parte da cultura dos povos tribais e não tribais. A África do Sul é o país mais desenvolvido e se destacada pelo apoio de espaços destinados à espiritualidade. Joanesburgo é o centro econômico e financeiro da África do Sul, com grandes Igrejas, onde se destaca também, os populares profetas e curandeiros tradicionais. A religiosidade e as culturas tradicionais são fatores que influenciam diretamente a vida da grande maioria da população africana. A procura por profetas e curandeiros consiste na influência de relatos de conhecidos na busca de respostas e de melhores condições de vida e na procura de ancestrais espirituais mediados por curandeiros tradicionais. As grandes igrejas são, em sua maioria, cristãs e podem usar o sensacionalismo para atrair fiéis. As consultas religiosas são pagas, e há permissão para comercializar artigos/produtos nas Igrejas. Os curandeiros tradicionais utilizam diversos objetos místicos em suas consultas para evocar os ancestrais da clientela. Os resultados obtidos revelam que também no universo religioso é possível reforçar e criar diferentes maneiras de se relacionar com o sagrado, e de formas de expressar sentimentos e descobertas nas “entrelinhas dos não ditos ou do silêncio” procedentes da interpretação dos profetas e curandeiros. Diante deste panorama há uma crise de valores e nas práticas religiosas institucionalizadas, facilitando a propagação de um novo modo de vivenciar a religião e a religiosidade no cotidiano dos indivíduos.

Amanda Alexandre Ferreira Gerales
Mestre/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

A Procissão do Fogaréu: tradição e religiosidade popular na Cidade de Goiás

De origem medieval, a Procissão do Fogaréu que acontece durante as celebrações da Semana Santa, é uma manifestação da religiosidade popular católica e em sua encenação simboliza a busca e prisão de Jesus pelos soldados romanos. A procissão é tradição na Cidade de Goiás desde 1745 e foi introduzida pelo padre espanhol João Perestrello de Vasconcelos Spínola. O ritual inicia-se à meia noite da Quinta-feira Santa ao som de tambores e à luz de tochas portadas pelos farricocos, devotos e penitentes, que são quarenta homens vestidos com indumentárias coloridas e caracterizadas por uma longa túnica e um capuz cônico e pontiagudo. Os farricocos marcham descalços pelas ruas de pedra do centro histórico cidade ao ritmo da fanfarra, buscando Jesus para crucificá-lo.

Anna Karolina Vilela Siqueira
Graduanda/Universidade Federal de Viçosa

Reformar para Evangelizar: A região da Zona da Mata Mineira no contexto de Reforma de D. Frei José da Santíssima Trindade

A presente comunicação versa discutir acerca das atuações de D. Frei José da Santíssima Trindade, na região da Zona da Mata Mineira. Tentaremos demonstrar as reformas evangelizadoras do prelado com intuito de compreender o desenvolvimento das contribuições e influências do Bispo, na tentativa implementação dos preceitos Tridentinos na região. Utilizaremos nesse trabalho os relatos de algumas freguesias que o Prelado visitou, a fim de compreender as ações de D. Frei José frente às regiões, onde podemos observar significativas contribuições à formação da Igreja Católica. Pretendemos, portanto, examinar as principais diretrizes do bispado no que tange a este aspecto, mostrando as intervenções aplicadas nas freguesias por onde D. Frei José passou, bem como sua contribuição para um projeto de reforma católica no início do século XIX.

Bruno Rodrigues Pimentel
Mestre/Universidade Estadual do Rio de Janeiro

“Temas de Candomblé”: A representação do universo religioso a partir dos desenhos de Carybé

Neste trabalho discorreremos sobre as representações de Carybé sobre os cerimoniais e rituais do candomblé nagô/iorubá. Para isso, suscitaremos, brevemente, momentos específicas do *Espaço de Experiência* do artista para tornar possível a leitura de parte de sua produção artística. A Coleção Recôncavo é composta de 10 números, cada número desenvolve uma diferente temática do cultura baiana. “*Temas de Candomblé*” é o nome do número 9 da coleção. Este número possui 27 desenhos sobre o universo religiosos do candomblé e por meio da análise dessa obra é possível perceber a maneira como Carybé representou esse universo e se sua representação estava ou não em consonância com os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos no campo artístico e acadêmico naquele momento. Cabe destacar que a Coleção foi lançada em 1951 período em que a imagem de Exu passava por uma mudança. Ele deixava de ser associado, como era com mais frequência até a primeira metade do século XX, ao diabo e começava a ser

compreendido como o mensageiro entre o orun e o aiyê, ou seja, o mensageiro entre o mundo imanente e o mundo transcendente.

Carolina de Almeida Silva
Graduanda/ Universidade Federal de Viçosa

O Caraça de Padre Julio Clavelin e sua nova política de ensino e de educação religiosa: influência neogótica nas Minas do Oitocentos

Este trabalho desenvolveu-se a partir da compreensão de que a religião surge como legitimador do aparelho social, além de ser um meio de concretizar as condutas que têm como fim último a crença no sagrado. Portanto, este estudo procura entender a influência do Neogótico no Brasil a partir do século XIX, através das obras do missionário lazarista e arquiteto francês, Pe. Julio Clavelin (1834–1909); discutindo as peculiaridades deste estilo no território brasileiro, no que se refere à nova política de ensino e educação religiosa, além da paisagem neogótica, que estão conectadas ao Catolicismo e ao Gótico (estilo francês), através da construção da Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens, primeira igreja neogótica edificada no Brasil, em 1883, que tornou-se parte integrante do complexo arquitetônico do Santuário do Caraça, em Catas Altas/MG. Verifica-se que Gótico enquanto conceito histórico, reportar-se à Idade Média, apesar de sua linguagem (em termos artísticos e religiosos) não permaneça limitada ao medievo, o que permite sua presença no século XIX. Porém, não se pode reviver ou recriar uma conjuntura histórica, já que os períodos são dispares. Tudo isso nos leva a pensar que Clavelin, enquanto superior no Caraça, implantou o Neogótico no Santuário para justificar uma nova metodologia de ensino e de formação (mentalidade) religiosa, baseadas nos princípios fundamentais da Igreja Tridentina. A arquitetura da igreja, nesta ocasião veio materializar uma nova fase do pensamento religioso naquele local; contrastando com um modelo constituído anteriormente: o Barroco colonial. Em relação a isso, precisamos examinar: que tipo de filosofia religiosa, os missionários lazaristas aspiravam implantar nessas terras que satisfariam seus objetivos religiosos?

Catarina Maria Costa dos Santos
Doutor/Escola de Ensino Fundamental e Médio Tenente Regos Barros/I COMAR

História de vida e Identidade Narrativa: A história da missão Batista na Amazônia Paraense (1968-1978)

A História da missão batista na Amazônia Paraense é um estudo a respeito do poder que a linguagem bíblica exerce na formulação da identidade narrativa nas Igrejas Batistas Brasileiras. A missão se constitui o centro das articulações entre os projetos locais e os globais de identidade e ainda o principal elemento de confluência das políticas de expansão das igrejas locais. Nas décadas que antecederam as comemorações do centenário da missão no Brasil, a Convenção Batista Brasileira publicou o livro de História dos Batistas no Brasil. Esta comunicação analisará a construção desta história, partindo da premissa de a identidade é antes de tudo narrativa e que a linguagem desta narrativa, em se tratando da missão batista é devedora de um repertório de metáforas bíblicas que dão sentido à missão em tempos e espaços diferentes como o da Amazônia

Paraense no período do regime militar, renovando e reatualizando os usos da História na construção das identidades e das missões religiosas.

Felipe José Flausino Santiago
Mestrando/Universidade Federal de Ouro Preto

Tecendo redes de poder: a Ordem Terceira do Carmo de Vila Rica e as Presídias da Comarca do Rio das Mortes. (1750-1810)

As Ordens Terceiras foram instituições religiosas de extrema importância para a vida social, econômica e cultural dos habitantes das minas coloniais. Seu caráter rígido e elitista se constituiu em local de prestígio para os homens nobres da hierarquia colonial, permitindo a essas agremiações a construção de templos suntuosos, os quais se destacam dentre as arquiteturas religiosas existentes até a atualidade. Durante a segunda metade do século XVIII uma das ordens mais importantes das minas foi a Ordem Terceira do Carmo de Vila Rica, que congregou entre seus irmãos inúmeros professos, sendo alguns influentes na administração e no cotidiano econômico da Capitania, tornando a ordem carmelita em uma das associações mais significativas do período. O presente trabalho pretende ampliar os estudos em torno dessa associação, demonstrando que sua articulação estava para além da vila ao qual se estruturava. Através das *presídias*, espécie de filiais da Ordem, os carmelitas puderam se estender pelo vasto território em formação, ampliando suas redes de influência e poder, burlando determinações régias e eclesiásticas. Veremos que a ordem carmelita terceira constituía-se em uma instituição altamente organizada, formadora de grande rede de filiados onde o objetivo primordial destinava-se na aquisição de recursos para a construção da Capela, e ao mesmo tempo, ampliava os domínios da fé carmelitana. Desse modo, nos centraremos nas presídias formadas na Comarca do Rio das Mortes, investigando os interesses da Ordem sediada em Vila Rica em dominar essa diversa e distante região.

Flávio Augusto de Freitas Teixeira
Graduado/Universidade Federal de Viçosa

A paisagem religiosa na gênese das cidades na Zona da Mata mineira oitocentista

A religião Católica deixa sua marca no espaço. Seus locais de culto e suas práticas religiosas dominam muitas das paisagens de Minas Gerais, estado brasileiro em que evidenciamos um número considerável de municípios que possuem, como principais atrativos turísticos, signos e representações do religioso. Basta lembrarmos que este estado é o que possui o maior número de edificações religiosas tombadas como patrimônio cultural brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN. Mas, o que pode explicar esta presença do religioso nas paisagens dos municípios mineiros? Porque há um número considerável de pessoas dispostas a visitar estes municípios impregnados de uma atmosfera religiosa, a ponto de impactar a economia e o ambiente de determinados lugares? Qual foi e qual é o papel da religião nestes municípios? Tais reflexões são algumas daquelas que norteiam nossos estudos, ainda em desenvolvimento, para a produção de dissertação no Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV. Este programa, recentemente criado, possui como principal característica indeniária o diálogo entre História e Geografia e trabalhos

que analisem a construção, desconstrução e reconstrução do patrimônio cultural e natural enquanto discurso e fonte de pesquisa. Nesse sentido, propomos a análise da paisagem religiosa relacionando-a com o processo de formação e povoamento das cidades na mesorregião da Zona da Mata mineira durante o século XIX, destacando a gênese do arraial de São Sebastião de Pedra do Anta, hoje o pequeno município de Pedra do Anta. O diálogo interdisciplinar proposto pela chamada Geo-História nos fornece instrumental teórico e metodológico. Autores como Pierre Deffontaines, Zeny Rosendahl e Sérgio da Mata figuram entre as referências deste trabalho que congrega o olhar sobre a história e a geografia do religioso, fator este que parece ter sido foco de menor atenção nos estudos sobre o processo de ocupação da Zona da Mata mineira.

Guidyon Augusto Almeida Lima
Graduando/Universidade Federal de Minas Gerais

Where churches meet to praise and pray – Uma análise sobre o processo de interiorização da igreja, na estrutura social puritana da Nova Inglaterra

O objetivo desta comunicação é analisar o processo de interiorização do papel da Igreja, dentro das estruturas sociais puritanas, em suas comunidades da Nova Inglaterra no período colonial, através de quatro hinos selecionados do livro: “The Puritan Hymn and Tune Book” - 1859. Esta seleção - advinda da compilação produzida pelo Boston: Congregational Board of Publication - visa conceber o aporte documental necessário para que seja instituída a depuração e análise do intrínseco diálogo entre a ordem social e a estrutura religiosa. Buscaremos fazer tal discussão a partir da noção de ideologia elaborada por Antonio Gramsci, além do papel da Igreja na sociedade e a influência que tende a possuir na base de construção de uma comunidade. Em linhas gerais, o trabalho apresentará uma breve discussão das características gerais do puritanismo de meados do século XVI, expondo como a figura da Igreja, influiu no direcionamento da organização social, pautando através das características do calvinismo de viés puritano, perspectivas na formação de intelectuais, debates e diretrizes políticas, moral cívica e alinhamento ideológico.

Idênia Gomes Passos Faluba
Graduada/Universidade Federal de Minas Gerais

Colonização Espanhola e o Milagre de Guadalupe

Em 1521 cai o ultimo imperador Asteca e começa oficialmente a colonização espanhola sobre a região da meso-América. Em meio a muitas epidemias e guerras entre espanhóis e indígenas pró espanhóis contra os astecas, Quatemalteco, não consegue resistir e a cidade de Tenochitlan cai sob domínio espanhol.

Durante os primeiros anos havia muitas incertezas no imaginário dos indígenas sobreviventes, que se encontravam descontentes com seus antigos deuses, devido as doenças e a dominação subsequente a derrota para os espanhóis. Os quais supostamente teriam perdido uma guerra no panteão dos deuses, para o Deus cristão.

Neste contexto, em 1531 um índio já convertido, minoria até então, supostamente têm visões de uma virgem Maria em meio a um deserto que ficava próximo da antiga Tenochitlan. A virgem pedia ao índio rebatizado como Juan Diego, que este

comunicasse ao bispo seu desejo de que se construísse uma catedral naquele local em sua homenagem. Quando Juan Diego comunicou ao bispo essa visão, o mesmo pediu que o índio lhe entregasse alguma prova desta aparição. Então ele voltou ao local e encontrou várias rosas, que eram bastante incomuns em um deserto inóspito próximo a uma colina. Juan Diego então recolheu as rosas e as levou em seu manto até o bispo. Ao abrir seu manto, feito em tecido de agave, roupa comum entre os indígenas, havia nele uma imagem de uma Nossa Senhora com feições possivelmente mestiças e códigos indígenas.

A imagem continha vários símbolos que remetiam as antigas deidades e crenças adoradas e conhecidas pelos nativos, como os raios de sol saindo por trás da imagem, a lua sob os pés, uma flor de quatro pétalas, o símbolo o símbolo de Omeyocan (a morada de Deus. Pai e Mãe).

O objetivo da pesquisa é demonstrar possíveis alterações no comportamento dos nativos após o milagre de Guadalupe. Estas mudanças podem ter beneficiado a conversão e assim consolidando o domínio cultural imposto pelo império espanhol.

Janderson Bax Carneiro
Doutorando/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Ancestralidade, tradição e conectividade: líderes religiosos afro-brasileiros e os desafios da Contemporaneidade

As chamadas religiões afro-brasileiras constituem um universo plural, que tem no Candomblé e na Umbanda as suas mais conhecidas e prestigiadas expressões. Ao menos do ponto de vista normativo, o Candomblé é concebido como uma religião exclusivamente dedicada ao culto dos orixás, divindades africanas associadas aos diversos elementos da natureza. Por outro lado, a Umbanda apresenta um sistema simbólico vastíssimo no que concerne à variedade tipológica dos entes sagrados reverenciados nos terreiros. Dotado de notável plasticidade, o panteão umbandista abarca, para além das divindades invocadas no Candomblé, um conjunto de entidades majoritariamente inspiradas em tipos sociais nacionais marcados pela subalternidade. A despeito da diversidade que recobre as modalidades religiosas em questão, o culto às divindades e entidades se dá, em grande parte, em instituições auto representadas como sendo, antes de tudo, casas “tradicionalistas” e ciosas de sua “ancestralidade”. Se, por um lado, é propriedade característica da verdade religiosa a preservação da noção de imutabilidade; por outro, as instituições religiosas são dotadas de adaptabilidade e dialogam com a sociedade mais ampla no que concerne às inquietações do tempo presente. Neste *paper*, pretendemos discutir os possíveis sentidos atribuídos à manutenção do “legado ancestral” por pais e mães de santo diante das vicissitudes do século XXI. Em outras palavras, pretendemos explorar as tensões, ambivalências e acomodações desenvolvidas no seio das comunidades “tradicionalistas” em seus diálogos com os imperativos da Contemporaneidade. Sob essa perspectiva, lançaremos mão de uma revisão bibliográfica dos estudos acerca das religiões de matrizes africanas e suas interfaces com a sociedade mais ampla, bem como de dados extraídos de exercícios etnográficos pertinentes à pesquisa exploratória em andamento.

Karina Aparecida de Lourdes Ferreira
Graduanda/Universidade Federal de Viçosa

Sociabilização, Distinção e Fé: irmandades leigas e família parental na organização dos ritos fúnebres em Mariana (1748-1848)

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre atitudes perante a morte entre a população testamentária marianense de meados do setecentos a meados do oitocentos. Analisamos as atribuições das comunidades religiosa e familiar no que se refere ao conjunto de cuidados entendidos como capazes de conduzir à salvação da alma. Nossa abordagem parte da consideração de que um dos pilares a mobilizar a redação dos testamentos era a preocupação em garantir o melhor destino para a alma frente à certeza da morte. Além disso, o sucesso na empreitada da salvação dependia não só da postura do testador, mas da atuação de terceiros. Dessa forma, o documento se torna espaço para a emergência de expressões demonstrativas de sensibilidades religiosa e familiar, indicativas de laços de sociabilidade, envolvimento e confiança, o que buscamos investigar na análise. Objetivamos demonstrar de que forma a Família e a Igreja se articulavam na promoção do enraizamento populacional, interferiram na configuração das relações sociais e culturais, e na forma como os indivíduos se expressavam na redação dos relatos testamentais.

Leonildo José Figueira
Mestrando/Universidade Estadual de Ponta Grossa

A fé e os medos no medievo: As inquietações frente aos acontecimentos do mundo e sobre as expectativas futuras na obra de Georges Duby

As inquietações frente aos acontecimentos do mundo e sobre as expectativas futuras, há dez ou mais séculos não eram menores que as atuais. Nesse sentido, partindo das reflexões propostas por Georges Duby, verificaremos os medos, as incertezas, a fé e as inquietações que faziam parte do cotidiano medieval, especialmente suas impressões e sentimentos em relação à chegada do ano mil, na obra de Georges Duby. No medievo os homens temiam a miséria, o outro, as epidemias, a violência, o além, entre outros tantos medos que ainda não foram superados e podem ser observados na contemporaneidade. Evidentemente não seria possível esgotar todas as questões caras aos temores do homem medieval, pois trata-se de um campo de abordagem e análise bastante extenso, tal como afirmara Duby.

Miriã Noeliza Vieira
Especialista/Universidade Estadual de Ponta Grossa

A Representação da Mulher na Sagrada Escritura no Antigo Testamento

Este artigo se propõe a analisar a representação da mulher na Sagrada Escritura no Antigo Testamento. Partiu-se da hipótese de que a Bíblia Sagrada como um documento histórico é pertinente para compreender o espaço de sociabilidade e explorar as representações que associam a mulher. Para isso selecionamos três mulheres, Joquebede, Ana e Ester no qual demonstram características peculiares entre si, mas ao mesmo tempo o ser mulher aparece em destaque entre elas.

A partir das reflexões de conceito de gênero abordadas por Joan Scott (1995), Maria Izilda Santos de Mattos (1997), Rachel Soihet (1997), Margareth Rago (2003), Joana Maria Pedro (2005). Que definem gênero como uma categoria multidisciplinar de reconstruir as experiências das excluídas da história tradicional. Outro conceito que dá a base teórica para análise neste artigo é a da Representação Social de Serge Moscovisi (2003), Celso Pereira de Sá (1995), segundo os quais, a representação social possibilita a compreensão das relações dos mundos sociais e individuais numa sociedade em constante transformação. Por fim trouxemos algumas considerações finais sobre a análise realizada sobre estas três mulheres na Sagrada Escritura e quais a representatividade delas como mulher, uma vez que cada uma delas se destaca em papéis específicos na sociedade na qual estavam inseridas.

Rodrigo Rougemont da Motta
Mestrando/Universidade Federal do Rio de Janeiro

As influências do romantismo sobre os movimentos Nova-Era

A proposta deste trabalho é pensar as influências do romantismo sobre o que vem sendo chamado por alguns antropólogos atualmente de movimento Nova-era. Estes movimentos segundo o filósofo italiano e historiador das religiões Aldo Natale(1996), seriam “movimentos religiosos percebidos no irracional, na superação da experiência cotidiana do viver, na tensão para uma nova síntese religiosa holística e no desejo de voltar atrás para um equilíbrio ecológico e espiritual”. Esta forma de religiosidade dita pós-moderna seria o resultado de uma cultura moderna que viu ruir seus mitos, valores e ideologias e que estaria mais voltada para “sensações do que ideias, vontade de crer do que convicções, pluralismos indefinidos do que apego às tradições”.

Tomando como base a perspectiva apresentada por Duarte(2004) de que o romantismo surge para exercer uma espécie de contraposição ao modelo individualista e racionalista levado a cabo pelo iluminismo, denunciando os “males da civilização” e vendo o progresso como algo ameaçador, a proposta deste trabalho é compreender como as premissas românticas de revalorização da natureza em detrimento de um avanço do artifício industrial contribuiu para o surgimento dessas formas religiosas contemporâneas de caráter mais difuso, conhecidas como “movimentos nova-era”.

Filiado a pressupostos como o do retorno a algo que foi perdido e o valor em relação ao “holismo” que segundo Duarte aparece as vezes com a conotação de “uma unidade primordial a partir da qual pode se ter dado as diferenciações históricas”, a proposta é tentar compreender como estes ideais românticos de retorno à natureza, valorização da experiência em detrimento do pensamento racional e do conhecimento subjetivo em relação ao objetivo, parecem ter tido grandes influências sobre os movimentos religiosos que hoje conhecemos como “Nova-Era”.

Simone Aparecida Dupla
Mestranda/Universidade Estadual de Ponta Grossa

O abraço sagrado da Senhora das Batalhas: representações da deusa Inanna na Antiga Mesopotâmia

A cultura mesopotâmica apresentava o elemento feminino ocupando papéis centrais na criação do universo e na organização da vida econômica, política e cotidiana. Entre as diversas divindades presentes nessa sociedade, a deusa Inanna parece ser uma das mais complexas. Tanto que seu status dentro do panteão tem sido nas últimas décadas revisitado. Este trabalho analisou as representações acerca da sexualidade divina presentes no culto a Inanna. Para tal utilizamos textos datados do final do terceiro milênio e do período babilônico antigo que fazem menção a essa deusa, além de ex-votos dedicados a ela. Por meio da noção de representação de Chartier (1990) e de sagrado de Eliade (1992) buscou-se salientar as características do culto à Inanna e sua intervenção nas relações sociais. Percebeu-se que divindade se apresentava como um elo entre diferentes substratos sociais, seus devotos variavam de reis a pessoas comuns, as preces transitavam entre o pedido inflamado do soberano pelo êxito nas campanhas, a destruição dos inimigos e a conquista de novos territórios. Mas também agregavam suplicas por justiça aos fracos, um desempenho positivo no intercuro sexual, a conquista de uma mulher casada ou o desejo de que o filho gestado viesse a nascer com as características do marido. Monarcas, clérigos, mulheres desesperadas, adúlteros, solteiros, casados, travestis, pederastas, conquistadores, jovens núbeis, guerreiros, o repertório dos devotos eram tão variados quanto às personificações da divindade que não tinha um parâmetro estabelecido para circular. As fontes apontam que Inanna não se enquadrava, rompia; não se submetia, conquistava. Os símbolos denunciam as múltiplas facetas da divindade e seus muitos domínios, apontam a sexualidade como uma categoria do sagrado e insiste que novos olhares sejam lançados à velhos conceitos. Pois as relações sexuais, o amor e o erotismo seriam formas de contato e expressão do sagrado na Mesopotâmia, modelos de conduta a ser seguidos.

Talita Leal Santos
Graduanda/Universidade Federal de Minas Gerais

Razão e revelação na teologia segundo Paul Tillich

Reconhecido como uma das personalidades mais eminentes da teologia do século XX devido, sobretudo, ao seu diálogo sempre nas fronteiras dos conhecimentos, Tillich firmou-se como referencial nos debates intelectuais. O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre os conceitos de razão e revelação propostos Tillich em sua *Teologia Sistemática*. Segundo o autor, estes dois aspectos compõe toda forma teológica e devem ser compreendidos a partir de cuidadosas considerações críticas. Ao propor uma reflexão sobre esses temas, Tillich se interroga sobre importantes questões como quais os limites da razão na definição da teologia, quais devem ser as fontes e os critérios da teologia sistemática e em que medida é possível precisar o caráter racional das preposições teológicas.

Thales Contin Fernandes
Graduando/Universidade Federal de Viçosa

Flávio de Freitas Teixeira
Mestrando/Universidade Federal de Viçosa

A Congregação da Missão de São Vicente de Paulo e o processo de reforma da Igreja Católica nas Minas oitocentista

Criada no século XVII por São Vicente de Paulo, a Congregação da Missão ganhou fama por suas obras missionárias ao redor do mundo e na reforma do clero francês. Herdeira de uma religiosidade peculiar e um apelo à chamada “moral evangélica”, foi caracterizada pelo seu forte apelo missionário, ao mesmo tempo em que sustentava uma moral acética e severa, herdeira do monaquismo medieval. No Brasil, esta Congregação se destacou por participar de forma muito efetiva no processo de reforma da Igreja Católica ocorrido durante o século XIX e, em especial, na Diocese de Mariana. A educação preconizada pelos padres lazaristas tanto em seminários quanto em colégios foi um vetor importante para a irradiação da reforma, assim como também foram as missões no oitocentos. O polo desta irradiação era o Colégio do Caraça, educandário, centro de missões e local de peregrinação fundado em 1820 sobre as bases de um antigo eremitério na Serra do Caraça. Entre os padres lazaristas que atuaram no Brasil, o mais citado é o bispo da Diocese de Mariana, Dom Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875), tomado como o modelo dos padres reformadores da Igreja brasileira em sua época. Entretanto, apesar desse importante feito, tratados por autores como José Ferreira Carrato, Riolando Azzi, David Gueiros Vieira, dentre outros, percebemos que as atuais pesquisas, apesar de suas contribuições, não deram ainda a devida importância para as origens e os códigos de valores que regiam a Congregação da Missão e os seus demais membros. Através de pesquisa em documentos produzidos pelos padres Lazaristas como sermões, cartas e até mesmo as normas que regiam a Congregação, escrita por Vicente de Paulo, o presente trabalho analisa as origens da Congregação da Missão e propõe uma reflexão de como seus códigos de valores influenciou, neste caso, a reforma da Igreja Católica nas Minas oitocentista, mérito esse que muitas vezes é legado a um “pioneirismo” de Dom Viçoso.

Thales Moreira Maia Silva
Graduando/Universidade Federal de Minas Gerais

Deméter e a Deusa-Mãe em Elêusis – Uma introdução aos estudos feministas da religião antiga

A mitologia está repleta de variações na temática da dominante deusa-terra e seu amante masculino que morre e renasce para assegurar a ressurreição das safras de almas mortais. O nome de Deméter pode significar “mãe-terra”, mas seu mito e aquele de Perséfone introduz uma impressionante e drástica variação a esse arquétipo eterno e universal. A evidência sexual do mito é substituída por um conceito mais refinado e puro de maternidade e amor entre mãe e filha. Nesse “traje”, com nobreza e humanidade, a deusa-mãe e o matriarcado sustentaram sua dominância no mundo antigo.

O advento do feminismo (e suas vertentes) nos estudos clássicos reforçou a constatação do poder universal do culto matriarcal de Deméter no mundo greco-romano. Detalhes de seu mito continuamente desafiam a autoridade patriarcal e explicam o ciclo místico da morte e renascimento através de uma história que acomoda um específico rito religioso matriarcal, prometendo alegria nessa vida e na próxima: os mistérios de Elêusis, uma inspiradora força espiritual que se tornou a grande religião de mistério universal do mundo antigo. De fato, o matriarcado estava bem e muito vivo no mundo patriarcal dos Gregos e Romanos.

Thiago Lima Pereira
Graduando/Universidade Federal de Minas Gerais

Os deuses como força política

O presente artigo tem como objetivo identificar a influência que as religiões pagãs exerceram na cultura guerreira dos povos escandinavos. Para isso será analisado a forma que essa população exercia sua religiosidade e até mesmo se havia algum tipo de culto “rival” a esse que aparenta ser o principal. O grande obstáculo para comprovação dessa influência é a escassez de fontes, sendo necessário uma análise na própria mitologia, que é bastante fragmentada, e fazer a busca de poemas contanto os feitos de seus líderes. Outro local rico em tais fontes seria uma pouca da história da unificação inglesa em que o contato com os vikings é mais vastamente documentado.

Vanderley de Paula Rocha
Especialista/Universidade Estadual de Ponta Grossa

Festa e religiosidade: as celebrações em honra ao Divino em Ponta Grossa/PR

Em Ponta Grossa/PR a devoção ao Divino Espírito Santo teve início em 1882, quando, segundo a tradição, foi encontrada uma imagem sua, representada por uma pomba, gravada em madeira. Portanto, o ponto principal de abordagem desse trabalho liga-se a festa em honra ao Divino Espírito Santo, analisada enquanto um momento de afirmação da comunidade religiosa e como um espaço de sociabilidade na cidade de Ponta Grossa. Outro ponto abordado diz respeito às relações observadas entre os devotos e o clérigo local, o primeiro representante de um catolicismo devocional e popular, o segundo constituído do catolicismo institucional, buscando identificar como os pressupostos eclesiais do projeto de romanização, instituído pela Igreja Católica no mundo todo, foi colocado em prática na referida cidade. Tivemos como objetivos: Entender o movimento devocional por meio da festividade religiosa e identificar a relação que a Igreja Católica estabeleceu com essas práticas. Para tanto, utilizou-se como fontes periódicos locais, ex-votos, folhetos das festas e entrevistas. Partiu-se dos pressupostos teóricos de Michel de Certeau e Roger Chartier, sobretudo os conceitos de Táticas/Estratégias e Representação. A partir da análise das fontes aparada no quadro teórico apresentamos nossas considerações sobre a temática abordada: compreendemos que é, através das rezas, das novenas, das procissões e das festas que os devotos do Divino estabelecem ligação com o mundo sagrado. Através das fontes constatamos que mais que um momento de homenagear o Divino, a festa é um dos instantes em que a unidade da comunidade é assegurada, mesmo que momentaneamente, numa

sincronização que se opõe a dispersão e a diversidade do cotidiano. Percebeu-se que a “Casa do Divino”, onde ocorrem às celebrações dedicadas ao Espírito Santo em Ponta Grossa possui suma importância para os devotos, pois é considerado um “lugar sagrado”, usado pelos fiéis como elo entre o mundo terreno e o mundo sagrado. Esse espaço solidifica a fé. Por fim compreendemos que a festa no decorrer dos anos foi apropriada pela Igreja que, efetivamente, determinou os espaços de ocorrência e as formas de expressão da mesma, remete, portanto, para o entendimento do exercício dos poderes estabelecidos, do reconhecimento de papéis sociais, das hierarquias, mas também de que as pessoas tecem redes de sociabilidade, se envolvem e compartilham regras e valores que são socialmente construídos e reafirmados. Assim, foi possível perceber que o corpo de fiéis também possui um poder frente a essa instituição, pois esse poder foi reconhecido a partir do momento em que a Igreja buscou essa aproximação, fazendo dessas festividades parte do calendário religioso institucionalizado.

Victor Augusto Lage Pena
Mestrando/Universidade Federal de Ouro Preto

A construção do movimento jeovense enquanto movimento messiânico

O movimento jeovense consiste em um movimento agrário ocorrido em uma região litigiosa entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, tendo o foco na vila de Cotaxé, hoje distrito de Ecoporanga – ES. O movimento ocorreu nas décadas de 1940 e 1950 e tinha como objetivo criar um novo estado da federação, o Estado de União de Jeovah. O movimento, liderado por Udelino Alves de Matos, se aproximava das lutas de reforma agrária, pois buscavam uma distribuição igualitária das terras entre os que ali viviam e utilizavam dela para seu sustento, através de uma agricultura majoritariamente de subsistência. Vale ressaltar que o movimento não utilizava o termo “reforma agrária” para tratar de seus objetivos, pois não havia uma ligação direta com os outros movimentos agrários no Brasil. Sobre o movimento jeovense, é comum encontrar na bibliografia existente sua representação como um movimento messiânico, colocando Udelino como um líder político e religioso. Este trabalho busca compreender o processo de construção dessa representação, além de compará-los com outras representações existentes. Para compreender o que seria um movimento messiânico, utilizamos, inicialmente as contribuições de Maria Isaura Pereira de Queiroz e Maurício Vinhas de Queiroz, para assim traçarmos um conceito base de movimento messiânico e de líder messiânico, comparando com as representações do Estado de União de Jeovah e do seu líder Udelino. Para fazer tal análise utilizamos como fontes, documentos do governo estadual e da Assembleia Legislativa, ambos do Espírito Santo, além da memória oral dos moradores de Cotaxé e região. A análise destes documentos foi comparada com a bibliografia sobre o movimento, em especial o romance *Cotaxé*, de Adilson Vilaça, sendo a obra de maior circulação no Espírito Santo sobre o movimento.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 12: Dinâmicas da conquista: identidades, etnicidades e mestiçagens nos domínios ibéricos

**Coordenadores: Adriano Toledo
Doutor/Universidade Federal de Minas Gerais**

**Juliana Sabino Simonato
Doutoranda/Universidade Federal de Minas Gerais**

Adriano Toledo
Doutor/Universidade Federal de Minas Gerais

A Catequese indígena e a concessão de mercês régias nas Minas Gerais (século XVIII)

Em nossa comunicação não discutiremos as filigranas da administração indígena, mas vamos abordar os discursos sobre os trabalhos dos descendentes dos paulistas nas Minas Gerais na catequese. Para tanto, rastreamos as relações estabelecidas entre os discursos destes homens e os sertanistas do passado. Ao instrumentalizar o sertanismo, os trabalhos na captura e na administração dos índios tornaram-se importantes serviços prestados à Coroa nos setecentos. A participação na catequese e administração indígena era um mecanismo eficaz para conseguir as permissões para as entradas, a documentação necessária para as armações, a possibilidade de conseguir algum financiamento da Real Fazenda, ou ainda, alcançar as tão desejadas mercês régias. Em síntese, as expedições consorciaram os processos de conquista aos deslocamentos das populações nativas das suas aldeias para os aldeamentos.

Ana Paula Sena Gomide
Mestre/Universidade Federal de Minas Gerais

O mundo em conexão: a experiência colonial portuguesa em Goa e sua relação com demais domínios ultramarinos

A presente comunicação tem como objetivo central analisar a presença portuguesa na Índia, e em especial a religiosa, tendo a Companhia de Jesus como eixo de investigação, na formação do denominado império português no Oriente. A partir das noções de *mundialização e dimensões planetárias* discutidas por Serge Gruzinski, iremos tomar a cidade de Goa, centro da presença política e religiosa de Portugal na Índia, como espaço privilegiado de análise para compreender a existência de processos de afrontamentos, negociações e mestiçagens biológicas e culturais, sobretudo através das ações de evangelização de missionários jesuítas diante das diversidades culturais e religiosas das populações que ali conviviam. Assim, pretendemos inserir a realidade do domínio português em Goa, e no Oriente como um todo, no contexto da expansão ibérica ultramarina, identificando como as diversas realidades coloniais estavam em constante diálogo, seja através da instalação de instituições administrativas, político e religiosas bem como de práticas de conversão e evangelização.

André Onofre Limírio Chaves
Graduando/ Universidade Federal de Minas Gerais

Objetos Brasílicos: pinturas, gravuras e mapas na coleção do comerciante Mathijs van Ceulen (Amsterdã, 1644)

Em 4 de maio de 1644, era registrado, pelo notário Willem Hasen, o inventário de bens móveis provenientes da residência do recém-falecido comerciante Mathijs van Ceulen. Dentre os itens arrolados, considerados valiosos para o mercado de arte holandês, encontravam-se diversos objetos provindos do Brasil. Pinturas, mapas e gravuras com temática brasílica e outros itens da coleção de van Ceulen foram inventariados e valorados visando sua liquidação em um leilão de arte.

A presença de itens de origem brasileira nessa coleção teve, como ponto de origem, a participação do comerciante na administração da ocupação neerlandesa do nordeste brasileiro, entre 1634 e 1640. Com a criação da Companhia das Índias Ocidentais, o anseio por conseguir o controle do comércio de produtos do Novo Mundo fez com que, em 1630, essa região da América Ibérica fosse tomada e ocupada. Com a ocupação, diversos homens migraram para o Brasil com o objetivo de atuar no comércio e na administração, dentre eles, um Diretor da Companhia, Mathijs van Ceulen.

Responsável por controlar a investida holandesa em terras brasileiras, além de cumprir seu cargo, van Ceulen interessou-se pelo novo ambiente. Atentou-se para objetos antes pouco vistos no Velho Mundo. Ao retornar para sua pátria, além de sua experiência vivida como um diretor da empreitada, levou consigo incríveis objetos para que pudessem compor a decoração de sua casa, de modo a fazer ver e admirar por pessoas de seu entorno, aspectos de sua vida naquele mundo o desconhecido.

A prática colecionista foi comum entre sujeitos de posses que vieram para o Brasil, durante a ocupação holandesa. Através dos inventários, é possível perceber como o novo e o desconhecido se tornaram objetos de admiração e auto representação. Portanto, essa comunicação pretende abordar o inventário de Mathijs van Ceulen, apresentando as possibilidades de interpretação de como um sujeito podia constituir uma coleção de material brasílico refletindo seus interesses e história de vida.

Bento Machado Mota
Mestrando/Universidade Federal Fluminense

Velhos selvagens, novos tapuias: jurisdições imperiais ibéricas e a as novas hierarquias ameríndias e africanas na América portuguesa (1545-1592)

A comunicação busca compreender a gênese das novas categorias sociais na jurisdição do império português da segunda metade do século XVI. Dar-se-á destaque às seguintes dimensões: servidão, escravidão e a cor Tais tópicos serão trabalhados do ponto de vista moral-teológico, jurídico, legal e institucional no tocante aos ameríndios e africanos na América portuguesa. Procura-se investigar as hierarquias sociais presentes entre ser livre, por um lado, e escravo por outro. A intenção de iluminar o quadro social complexo do contexto colonial desde a primeira entrada da Companhia de Jesus em Angola (1545) até os escritos de Gabriel Soares de Souza (1592) está alicerçada em recente bibliografia e fontes pertinentes à proposta. Os trabalhos de António Manuel Hespanha, Carlos Moura Zeron, John Manuel Monteiro, Silvia Lara, e Ronald

Raminelli, contrapostas às cartas dos primeiros jesuítas do Brasil e de Angola, tratados teológico-morais e estatutos legais servirão de alicerce para as ideias a serem defendidas nesta comunicação.

Para tanto, a comunicação se dividirá em três partes. Em primeiro lugar, os dispositivos morais, administração e os limites jurídicos dos impérios ibéricos serão evidenciados, atentando-se para as mudanças que os gentios do ultramar provocaram na concepção social da *civitas* de tradição romana. Em segundo, a construção histórica do trabalho ameríndio e africano quinhentista será disposta, considerando as bulas, os debates entre missionários na América e teólogos europeus, as ‘leis indigenistas’ e às relativas ao tráfico africano. Em terceiro, as relações entre as categorias legais advindas dos debates morais e do direito e as novas categorias surgidas em contexto colonial mesclaram-se, configurando o quadro complexo da sociedade colonial portuguesa na América dos quinhentos.

Carolina Vaz de Carvalho
Graduada/Universidade Federal de Minas Gerais

Objetos como agentes mediadores: a coleção de Johan Maurits van Nassau-Siegen

Os objetos materiais têm papéis culturais que ultrapassam o que a categoria ‘objeto’ pode sugerir. Longe de meros suportes ou auxiliares da ação de sujeitos, os objetos participam da construção e desconstrução social das pessoas e suas identidades, bem como do estabelecimento, definição e reconfiguração de relações entre elas.

Pensando no universo da colonização das Américas, palco de encontro de sujeitos nas fronteiras entre o que poderíamos chamar de ‘grandes blocos’ culturais, em várias situações podemos identificar a atuação de objetos materiais como agentes mediadores de identidades, imaginários e relações. A circulação desses objetos indicia a formação de redes interpessoais e interinstitucionais, marcando encontros e desentendimentos culturais, econômicos e políticos.

Tomo como caso de análise uma circulação especial de objetos em torno da figura do conde Johan Maurits van Nassau-Siegen. O conde de Nassau governou os domínios brasileiros da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais entre 1636 e 1644. No Brasil, formou uma vultosa coleção de espécimes animais e vegetais, artefatos “etnográficos” e obras artísticas e científicas relacionados ao Brasil e à África, grande parte da qual foi levada para a Europa em seu retorno. Elementos significativos dessa coleção chegaram ao conde por meio de presentes e trocas diplomáticas com sujeitos das Américas e da África. Uma vez na Europa, muitos itens dessa coleção foram dispersos através de doações e presentes com caráter diplomático, circulando por vários países, de forma relativamente bem documentada.

Proponho, assim, refletir sobre a formação e dispersão da coleção de Johan Maurits van Nassau-Siegen em sua relação com as dinâmicas coloniais de circulação de pessoas, objetos, saberes e práticas culturais, nos contextos brasileiro e europeu. Argumento que essas ações de colecionamento de objetos e de trocas de presentes podem ser percebidas como momentos de encontro, mediação e produção de significados e sujeitos, em que os objetos aparecem como agentes mediadores.

Mobilidade e Miscigenação: conformação sócio familiar nas freguesias de Russas e Aracati, Ceará – 1720/1820

A capitania do Ceará, além de outras sertanejas, a exemplo do Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte, iniciaram o processo de colonização a partir do século XVII, haja vista a implementação das fazendas de criar e ao desenvolvimento da agricultura. De modo geral, nesses espaços se desenvolveram uma formação social baseada no trabalho livre e escravo. No período de 1740 a 1820, mas precisamente nas freguesias de Russas e Aracati, partes integrantes da ribeira do Jaguaribe no Ceará, estudos sobre os registros paroquiais têm possibilitado perceber como essa realidade social foi construída e/ou reconstruída por diferentes agentes que viviam e frequentavam esses espaços sertanejos de fronteiras tênues, sobretudo, a partir do século XVIII e início do XIX: homens e mulheres de “origens” – europeus, africanos, indígenas e brasílicos -, de “qualidades” - brancos, negros, índios, crioulos, mulatos, pardos, cabras, mamelucos, cafuzos, caribocas, entre outros -, e de condições sociais - livre, liberto e escravo – que marcavam múltiplas relações e conformações biológicas e culturais. Considerando as experiências dessa população, especificamente, a par das atas de casamentos e batismos do período e da produção historiográfica sobre o assunto, objetiva-se compreender como os elementos sociais de naturalidades, qualidades e condições sociais variadas foram, através da mobilidade geográfica ao emaranhar-se pelos percursos dos rios, se entrecruzando, se miscigenando biológica e culturalmente, conformando e transformando uma sociedade mestiça.

Juliana Sabino Simonato
Doutoranda/Universidade Federal de Minas Gerais

Linhagens mestiças: as dinâmicas de mestiçagens na formação das famílias ibero-americanas (1534-1640)

O presente ensaio se propõe a analisar a *mestiçagem* como um processo de organização do mundo ibero-americano, utilizando-se como referência espacial a Capitania do Espírito Santo, a Audiência de Charcas e Buenos Aires. O intuito é demonstrar como as estratégias matrimoniais foram utilizadas na construção e hierarquização da sociedade, interligando diferentes partes do mundo, e concomitantemente, vislumbrar como essas conexões forjadas contribuíram para as atividades de ocupação territorial e dos negócios no universo colonial. O período sobre o qual nos debruçamos, corresponde ao momento de constituição dos primeiros núcleos de povoamento do espaço ibero-americano, entre os anos de c.1534 a c.1640, predominantemente marcado pela política da União Ibérica. A reflexão procura analisar o conceito de "dinâmicas de mestiçagens" através da formação de *linhagens mestiças* no seio das elites e dos grupos sociais mais poderosos das sociedades ibero-americanas. Tal conceito não será apenas aplicado na sua concepção biológica, mas, sobretudo, cultural. Além disso, procuraremos analisar o surgimento dos *mestizos* oriundos de relações extra-conjugais, ou seja, aqueles que possuíam uma condição jurídica de ilegitimidade. O conceito de identidade étnica também será utilizado, por ser considerado determinante, no engendramento de mecanismos de formulação de laços de pertencimento, de resistência e de negociação, assim como pelo lugar que ocupa no imaginário social das sociedades coloniais ibero-americanas.

Mariana Rabêlo de Farias
Graduada/Universidade Federal de Minas Gerais

Acervos em Marfim em Minas Gerais: documentos, estética, materialidade e trânsitos

Catalogar os acervos em marfim de Minas Gerais, e analisar a origem e circulação dessas peças no século XVIII, são os objetivos desta comunicação, cuja pesquisa faz parte do projeto internacional entre UFMG e Universidade de Lisboa, *The Luso-African Ivories: Inventory, Written Sources, Material Culture and the History of Production*.

Foram realizadas pesquisas em acervos do IEPHA/ MG, IPHAN/ MG e Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte. Além desses acervos, ainda serão pesquisados os arquivos da Casa Borba Gato, em Sabará, que conta com documentos administrativos dos séculos XVIII e XIX, produzidos pelo Cartório do 1º e 2º Ofício da Comarca do Rio das Velhas.

Destacam-se nessa primeira fase da pesquisa, a catalogação da origem e circulação das peças, com predominância da imaginária em marfim do Cristo Crucificado. Os resultados obtidos até o momento ainda não permitem fazer afirmações conclusivas sobre a origem das peças encontradas em Minas Gerais. Porém, apontam para as hipóteses que auxiliarão na classificação e análise dos marfins, em termos de tipologia, procedência e circulação.

Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira
Doutor/Professor de História do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Bandoleirismo nas áreas de fronteiras: Os “redutos de dominação bandoleira” nos sertões de São Bento do Tamanduá

Nosso trabalho, parte de nossa tese de doutorado recém defendida na UFMG, tratará da formação dos “redutos de dominação bandoleira” nas fronteiras da capitania de Minas, entre os anos de 1790 a 1805. Escolhemos para discussão os sertões de São Bento do Tamanduá por se tratar de uma área tradicionalmente ocupada por poderosos potentados e por bandidos de diversas composições sociais. Em geral, nesta região o fenômeno do bandoleirismo foi comum no decorrer dos setecentos e dos oitocentos, sendo ali constituído áreas de mando lideradas por bandidos –potentados, cuja expressão máxima foi o bando de Januário Garcia Leal, o “sete orelhas”.

Defendemos que este bando armado teria constituído nos sertões de Tamanduá um “reduto de dominação bandoleira” – conceito este empregado para exemplificar a constituição de áreas de domínio privado em pequenas ou extensas regiões por bandidos nas áreas de fronteiras do Império Ultramarino Português. Estes redutos teriam, principalmente após a “Lei da Boa Razão”, de 1769, colocado em xeque a supremacia do poder real nestas áreas pouco institucionalizadas pelo poder oficial. Em síntese, temos a constituição de poderes locais fortes e atuantes internalizado na figura do bandido. Ou seja, o bandoleirismo nas Minas foi parte integrante de um poder privado forte o suficiente para constituir poderosas redes clientelares e garantir o seu domínio através do poder político, do medo e da intimidação.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 13: Política, Cultura, Economia e Sociedade nas Américas nos séculos XIX e XX

**Coordenadores: André Mascarenhas Pereira
Doutorando/ Universidade Federal de Minas Gerais**

**Carolina Paulino Alcântara
Mestranda/ Universidade Federal de Minas Gerais**

**Raphael Coelho Neto
Mestrando/ Universidade Federal de Minas Gerais**

**Thiago Henrique Oliveira Prates
Mestrando/ Universidade Federal de Minas Gerais**

**Wanessa Pires Lott
Doutoranda/ Universidade Federal de Minas Gerais**

**Warley Alves Gomes
Doutorando / Universidade Federal de Minas Gerais**

Ana Luisa de Castro Coimbra
Doutoranda/ Universidade Federal de Minas Gerais

Bahia cinematográfica: entre o moderno e a tradição

Na primeira metade do século XX houve uma produção substancial de filmes documentais produzidos na Bahia e que pouco é explorado. Embora, muitas vezes, rudimentares em sua feitura, os filmes revelam através das imagens não só o desenvolvimento do cinema no estado, como também os aspectos sociais, históricos e culturais da época em que foram concebidos. Desse período, destaca-se a figura de Alexandre Robatto Filho que por mais de três décadas se dedicou ao cinema da Bahia imprimindo na película imagens do estado ainda fortemente marcado por traços coloniais. É importante ressaltar que o período correlato às obras de Robatto Filho foram anos cruciais para as discussões que tinham a Bahia como palco central de ações governamentais, principalmente pelos aspectos da estagnação econômica e populacional e pela fraca industrialização do período. Nessa perspectiva pretendemos analisar o acervo documental robattiano tomando como campo de observação o contexto no qual os seus filmes foram produzidos percebendo de que modo revelam uma memória documental significativa sobre uma Bahia imbricada em uma teia de relações dinâmicas entre a tradição e o moderno.

André Barbosa Fraga
Doutorando/Universidade Federal Fluminense

A Inconfidência Mineira no governo Vargas: batalhas de memória e construção de representações

Ao longo do governo Vargas (1930-1945), houve um investimento no fortalecimento de um nacionalismo de teor cívico-patriótico, que chegou ao ápice durante o Estado Novo. Para estimular, na população, o amor pelo Brasil, era preciso fazê-la conhecer o país, seu passado histórico e os “grandes homens” que o habitaram. Com base nisso, procuramos analisar as políticas culturais desenvolvidas para valorizar a Inconfidência Mineira e heroificar os envolvidos nesse movimento. Dentre elas, destacam-se o repatriamento dos restos mortais de seus artífices ao Brasil; a publicação dos volumes dos Autos da Devassa, contendo parte dos documentos reunidos em torno do processo judicial elaborado contra os inconfidentes; e a construção do Museu da Inconfidência. Mostraremos como as atividades em torno das comemorações do 21 de abril expandiram-se e diversificaram-se nos anos 1930 e 1940 e tinham como principal incentivador e patrocinador o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. No entanto, apesar de tal valorização, havia no período versões distintas sobre a Inconfidência, que rivalizavam com a que estava sendo construída pelo governo Vargas, possibilitando o aparecimento de batalhas de memória.

Bruna Reis Afonso
Mestranda/ Universidade Federal de Minas Gerais

A ditadura Stroessner e os movimentos de resistência

O regime Stroessner é considerado uma das mais longas e autoritárias ditaduras da América Latina. Alfredo Stroessner Matiauda (1912- 2006) governou o Paraguai de 1954 a 1989, 35 anos. A longevidade do regime pode ser explicada por diversos fatores dentre eles o uso constante da repressão e do terror, que conseguia desmobilizar e paralisar as forças opositoras. A articulação com o partido Colorado também foi uma ferramenta importante para a consolidação do regime, o partido tinha uma base nacional ampla e através de suas seccionais e subseccionais criou-se uma estrutura de clientelismo, espionagem e delação. Em um processo denominado “coloradização” o partido ocupou os principais postos da esfera pública, para ser considerado cidadão (principalmente para as forças policiais) era necessário ser filiado ao partido. O regime aderiu à doutrina de Segurança Nacional, adotando o lema “democracia sem comunismo.” Através do estado de sítio e da lei de “Defesa da democracia.” Stroessner empreendeu uma violenta perseguição aos seus opositores. Entretanto, movimentos de oposição organizaram-se, os mais conhecidos são o Movimento 14 de maio (M-14), a Frente Unido de Liberación Nacional (FULNA) e Organización Politico Militar (OPM), que adotaram a luta armada como estratégia de combate ao governo. Este trabalho pretende discutir os mecanismos de repressão utilizados por Stroessner, bem como as estratégias utilizadas pelos grupos de oposição, baseado em uma ampla discussão bibliográfica de estudos produzidos por pesquisadores paraguaios, argentinos e brasileiros. Tendo como objetivo fomentar a discussão sobre esse regime autoritário que ainda é pouco estudado no Brasil.

Padre Eustáquio: o Bairro e o Beato

O bairro Padre Eustáquio, em Belo Horizonte, surge no fim da década de 1940 através da união de vilas operárias que existiam no território da ex-colônia agrícola Carlos Prates. Seu surgimento está intimamente relacionado à presença, entre os anos de 1942 e 1943, do Padre Eustáquio von Lieshout. Hoje beatificado, Padre Eustáquio chega a Belo Horizonte em um momento de sua vida em que seus supostos dons curativos já haviam se tornado conhecidos em várias localidades do Brasil. Suas aparições públicas em geral se tornavam eventos que reuniam uma grande quantidade de fiéis, esperançosos em obter a cura para suas doenças. Desta forma, seu estabelecimento em Belo Horizonte acaba por transformar o espaço urbano da localidade onde vive, transformando uma região quase rural em um ponto de convergência de pessoas de todas as regiões da cidade, sempre em busca da cura de seus males. Desta forma, pretende-se compreender como a figura do Padre foi fundamental na construção do bairro e na criação de certa identidade comum ao modo de vida de seus moradores.

Camila Similhana Oliveira de Sousa
Doutoranda em História/ Universidade Federal de Minas Gerais

Percursos da repressão criminal urbana no Brasil (1880 – 1940)

Ainda que a emergência da república brasileira tenha se mostrado um produto da articulação política de tradicionais latifundiários aliados à emergente burguesia urbana e industrial, mantinha-se o temor de possíveis radicalizações e consequente perda do controle social. Para evitar que tais problemas se concretizassem, as elites citadas atuaram de forma profundamente conservadora, pautando-se por valores que viam as camadas populares como indivíduos potencialmente perigosos a serem controlados e não como sujeitos detentores das rédeas de sua própria história. Seguindo essa lógica, a república trouxe uma aproximação ainda maior do Estado com a questão criminal, seja por meio de novas leis, pela rearticulação dos aparatos policiais ou pela reorganização das prisões. Já que não mais podiam contar com o uso dos chicotes e dos grilhões de outrora, as elites provinciais usavam a autonomia possibilitada pela política federalista para criar e aplicar leis criminais visando à acusação e à detenção das camadas populares em nome de uma suposta manutenção do status quo. Tendo em vista tal contexto, sugere-se que seja feita uma reflexão acerca do elo entre as codificações penais aprovadas na Primeira República, as elites estaduais e as políticas de repressão às camadas populares urbanas mediante o estudo do sistema punitivo que vigorou entre 1880 e 1940.

Caroline Maria Ferreira Drummond
Mestranda/ Universidade Federal de Minas Gerais

Exílio e literatura: os escritos de Carlos Victoria e Reinaldo Arenas na revista Mariel

Este trabalho investiga, comparativamente, os discursos construídos acerca da experiência do exílio nas narrativas literárias dos escritores cubanos exilados Carlos Victoria e Reinaldo Arenas na revista Mariel. Trata-se de uma publicação fundada por intelectuais exilados da Geração de Mariel, da qual esses autores faziam parte, e circulou de 1983 a 1985 em Miami e Nova Iorque. A revista possuía claro posicionamento político contra o regime castrista e tinha como objetivo divulgar a literatura e a arte cubana – principalmente a produzida por marielitos, se colocando como elo identitário entre os intelectuais exilados dessa geração e conformando um ambiente de sociabilidade intelectual. O exílio se tornou uma condição da cultura cubana, principalmente após a revolução de 1959, e a produção literária dos exilados se constituiu como forma contundente de oposição política e de reflexão sobre a experiência do desterro. Além disso, aqueles que saíram da ilha durante o Exílio de Mariel, no ano de 1980, foram marginalizados e estigmatizados tanto na sociedade cubana, como na estadunidense, de modo que alguns chegaram a se considerar “exilados totais”. Dessa forma, entendemos que é pertinente compreender quais debates e reflexões essa experiência suscitou nos autores aqui mencionados e como ela se manifestou em suas produções na revista.

Carolline Martins de Andrade
Mestranda/ Universidade Federal de Minas Gerais

Uma leitura histórica das novelas da Revolução: La Sombra del Caudillo (1929) e El atentado. Los relámpagos de agosto (1962)

Na América Latina os intelectuais desempenharam papel importante como atores do debate público ao longo do século XIX e XX. Diversos foram os formatos em que se expressaram e manifestaram publicamente, sendo um desses importantes veículos a literatura. Dentro desta perspectiva, o presente trabalho propõe a problematização e reflexão dos usos da literatura pela história, ao mesmo tempo em que a analisa como veículo de ideias e posicionamentos políticos. Tal análise se dará a partir de duas novelas da Revolução Mexicana – subgênero da literatura mexicana dedicado às memórias e romances cujo tema principal são os conflitos revolucionários e os anos subsequentes a eles –, *La Sombra del Caudillo* (1929), de Martín Luis Guzmán, e “*El atentado. Los relámpagos de agosto*” (1962), de Jorge Ibarra.

Cabe lembrar que a literatura não deve ser analisada pelo historiador(a) como espelho da realidade, antes deve ser problematizada como um espaço portador de ideias e como acesso privilegiado ao imaginário, às sensibilidades de um dado período histórico. Assim, entendemos que as duas novelas mexicanas analisadas nesta proposta, ainda que produzidas e publicadas em momentos distintos da história mexicana, são inspiradas por disputas políticas da década de 1920 e nos possibilitam o acesso aos posicionamentos políticos dos autores em relação às elites dirigentes originadas dos conflitos da década de 1910 e que durante a década seguinte disputariam a manutenção, permanência ou a ascensão ao poder central.

Groussac e a literatura de viagem: considerações acerca de *Del Plata al Niágara*

O presente trabalho tem como objetivo principal realizar uma breve análise da obra *Del Plata al Niágara*, escrita pelo intelectual franco-argentino Paul Groussac, tendo como pano de fundo a questão da literatura de viagem como um importante gênero literário na América Latina, no final do século XIX. O livro relata a viagem feita pelo autor aos Estados Unidos em 1893, e foi publicado pela primeira vez em Buenos Aires, no ano de 1897.

A viagem possibilitou uma convivência maior com os norte-americanos e as impressões de Groussac, de modo geral, não foram positivas. Através do livro, o autor ganhou grande notoriedade nos círculos intelectuais argentinos durante a Guerra Hispano-Americana, em 1898. A travessia do continente, para chegar aos Estados Unidos via México, permite-nos ainda vislumbrar a passagem do autor por muitos países e suas opiniões acerca desses locais, o que contribui para compreendermos suas considerações acerca do continente que lhe é familiar, e não a visão mais recorrente de europeus acerca da América Latina.

Sendo assim, o trabalho propõe a discussão de como intelectuais americanos, especificamente Groussac, escreveram sobre a América Latina e Estados Unidos, e como essas viagens influenciaram sua produção intelectual e sua posição política no período.

Emmanuel dos Santos
Graduando/ Universidade Federal de Minas Gerais

Batalhas de representações nos periódicos chilenos *La Nación* e *El Mercurio*: desinstitucionalização e legitimidade democrática no governo da Unidade Popular

Neste trabalho, analisaremos de forma comparada as representações e as discussões levadas a cabo em dois dos principais veículos da grande imprensa chilena durante os últimos meses do governo presidido por Salvador Allende. Nesse período, a Unidade Popular (1970-1973) – caracterizada por seu projeto de via pacífica, institucionalizada e democrática ao socialismo – enfrentava uma conjuntura de forte crise e polarização social. Para tal análise, as questões relacionadas à legitimidade democrática, à desinstitucionalização da *experiência chilena* e à ruptura do consenso democrático constituem o eixo central do estudo. Utilizamos como fontes primárias os periódicos *La Nación*, órgão estatal que expressava a pluralidade de opiniões da Unidade Popular, assim como suas tensões políticas internas; e o jornal *El Mercurio*, abertamente oposicionista e que teve nítida influência na articulação e criação de um ambiente político propício ao golpe pinochetista.

“A arquitetura de Díaz como o herói nacional: o Porfiriato pelas lentes de Bernardo Reyes”

Porfirio Díaz tornou-se presidente constitucional do México em 1877. Manteve-se no governo, por meio de reeleições (mesmo que discutíveis), até o ano de 1911; época em que renunciou devido à eclosão da Revolução Mexicana –1910. O período correspondente aos seus anos de governo é conhecido como Porfiriato. Pretendo analisar e discutir as interpretações sobre o Porfiriato na obra *El General Porfirio Díaz*, escrita em 1902 por Bernardo Reyes. Este nasceu em Guadalajara (1850-1913) e iniciou sua carreira militar ainda jovem, lutando sempre a favor do grupo liberal. Durante a presidência de Díaz assumiu o cargo de governador do estado de Nueva León e, em 1900, foi nomeado ministro de Guerra. Verificaremos em seu livro como o governo de Díaz foi representado como um período de estabilidade, necessário ao crescimento do país. Segundo a historiografia especializada, Reyes ficou conhecido como um dos pilares do presidente.

O livro teve como escopo construir uma síntese da vida de Díaz, objetivando apresentar sua biografia pública – tanto como general, quanto primeiro magistrado – à posteridade. O escritor visava consolidar uma memória do presidente mexicano. A biografia de Reyes assemelhava-se ao gênero épico, apresentando os eventos heroicos de Díaz. A construção da imagem do presidente equiparou-se ao herói moderno, consagrado como matriz de pensamento a partir, principalmente, do livro de Thomas Carlyle: *Don Porfirio era o homem predestinado a transformar o México e guiá-lo à uma atmosfera de ordem e estabilidade*.

Diante dos sangrentos campos de batalha entre liberais e conservadores, Don Porfirio emergia regando bens e fazendo florescer naquele solo, em que tantos indivíduos morreram, um novo país. Diante de tanto sacrifício e bravura, apenas este grande homem poderia ter empreendido todas as ações modificadoras à sua pátria. Deste modo, Reyes arquitetou uma obra considerada por historiadores atuais como “porfirista”. Para o tapatío, o presidente reconstruiu o México, e, no palco da História, sua figura estava destinada a ser lembrada como um grande homem.

Guilherme Henrique Silva Pinto
Graduando/ Universidade Federal de Minas Gerais

História do Automóvel: a crise do petróleo, as novas tecnologias e o surgimento de um novo conceito de carro popular

Os anos da crise internacional do petróleo podem ter colaborado com o surgimento de um novo conceito de carro popular no Brasil. Este trabalho pretende levantar questões sobre as transformações observadas nos automóvel por influência de aspectos econômicos e sociais ao longo das décadas de 1980 e 1990. Tem-se em vista o automóvel anunciado por campanhas publicitárias como um bem de consumo que promove prestígio e status social. Essa nova categoria passou a dominar o mercado e encher as ruas desde então. Propõe-se, primeiro, a tentativa de definição de "carro

popular" e em seguida levantar questões sobre as principais características e inovações tecnológicas, o novo público alvo, os meios de aquisição etc.

Henrique Rodrigues de Paula Goulart
Graduação/ Universidade Federal de Minas Gerais

Historiografia, usos políticos do passado e Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos

O século XX estadunidense construiu e desconstruiu, a partir das lutas de resistência de sua população negra à violência e segregação racial institucionalizadas, significados, símbolos, eventos e personagens em um processo de constante construção da memória. Ao longo do tempo, a questão da narrativa acerca do passado de luta negra estadunidense revelou-se – tanto nas celebrações nacionais e populares quanto na historiografia que aborda o tema – uma complexa arena de disputas de grande relevância simbólica. Neste sentido, e a partir destes embates, o presente trabalho tem como objetivo traçar um esboço da pluralidade interpretativa que caracteriza as correntes historiográficas do que se convencionou chamar de “Movimento pelos Direitos Civis”. Em um segundo momento, buscar-se-á compreender – na esteira de algumas produções mais recentes acerca do Movimento – as maneiras pelas quais os usos políticos deste passado contribuíram para a cristalização de uma narrativa dominante acerca deste período a partir da década de 1970.

Ian Anderson Maximiano Costa
Graduando/ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Wellerson Barbosa Silva
Graduando/ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Bruna Neto Soares
Graduanda/ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Epistolários indígenas: a (des)construção da memória

O objetivo deste trabalho é a desconstrução da memória edificada pelo general Simón Bolívar em relação aos indígenas durante os processos de independência da América Espanhola, de sujeitos “dóceis” avessos à história. Para tanto, resgatamos a agência dos indígenas através de cartas produzidas desde o final do século XVIII e largamente utilizadas durante todo o século XIX. O foco central é analisar como os indígenas se apropriam de um suporte da comunicação largamente utilizado no século XIX como meio de agência, isto é, a capacidade desses atores históricos de apreender e diagnosticar sobre condições sociais, culturais e políticas no cenário em que elas se movem.

Sandinismo: história, teoria e prática

A presente pesquisa tem o objetivo de identificar os aspectos principais do pensamento político que informou a Frente Sandinista de Libertação Nacional e, conseqüentemente, a Revolução Nicaraguense vitoriosa em 1979. Para tal análise serão utilizadas fontes bibliográficas produzidas por intelectuais sandinistas, além de fontes documentais referentes à atividade política do grupo guerrilheiro e partido político FSLN. Através do estudo da produção ideológica levada a cabo pelos principais dirigentes da revolução, dos documentos que expressam a posição política da direção revolucionária e da memória dos que participaram efetivamente do processo revolucionário, o objetivo é apontar o que tornou o Sandinismo uma ideologia tão própria da realidade nicaraguense. Entender o Sandinismo como algo que habita o pensamento, em maior ou menor grau, dos que se envolveram na revolução, requer a retomada da própria história do país, para que seja possível um entendimento da situação social, econômica e política que se fez presente durante o amadurecimento do pensamento em questão.

Isabelle dos Santos Portes
Mestre/ Universidade Federal do Rio de Janeiro

“Diploma de pobre é a marmita”: Moreira da Silva e os símbolos no imaginário trabalhista (1945-1954)

Este artigo pretende discutir através das canções *Diploma de pobre* (1953) e *Olha o Padilha* (1952), ambas de Moreira da Silva, o imaginário pertinente ao trabalhismo entre dois momentos: o Queremismo em 1945, como movimento social complexo e o período de Jango a frente do Ministério do Trabalho no decorrer do segundo governo Vargas, na intensificação de sua crise. E, sobremaneira a marmita como símbolo catalisador dos trabalhadores, capaz de traduzir, além das contradições econômicas e sociais do país, seu forte cunho político. A marmita foi uma força motriz, nesse contexto, para os trabalhadores, pois empregou-lhes dignidade e unidade de classe.

O imaginário, conceito norteador nesse artigo, conjuga relações entre sentido e poderio, portanto o modo como seus símbolos são apropriados e utilizados são capitais, segundo Backzo, e eficazes se assentados em comunidades de imaginação, com potencial para modelar comportamentos, mobilizar energias, e mesmo legitimar violências, seja no cotidiano ou em esferas institucionais, justamente porque trazem em seu cerne uma organização dialética. Ultrapassam a impermeabilidade entre saber e prática, guardam, pois um vínculo direto com a experiência. Nesse caso específico, a experiência dos trabalhadores relatada pelo cancionista popular, Moreira da Silva, também um trabalhador, já que além de músico foi funcionário público por mais de 27 anos, conjugando os dois ofícios.

Além disso, as marmitas e os marmiteiros como uma representação que exprimia a luta de operários estiveram presentes em vários segmentos sociais nesse momento: na música popular, na caricatura, e principalmente nos cartazes das manifestações populares. Mesmo alguns anos depois do movimento social queremista, durante os anos cinquenta, sua força simbólica permite adentrar na discussão sobre cidadania e trabalho

que permeou o período. Ou seja, na construção de uma experiência de cidadania política para defesa da cidadania social, através dos direitos trabalhistas.

Isadora Bolina Monteiro Vivacqua
Graduanda/ Universidade Federal de Minas Gerais

Vídeo-arte e literatura de testemunho no Chile: um estudo da obra *El padre mío*

A comunicação objetiva analisar o vídeo-arte (1985) e a obra literária (1989) que compõe o trabalho *El padre mío*, elaborado em conjunto pelas artistas Diamela Eltit (1949 -) e Lotty Rosenfeld (1943 -) entre os anos de 1983 e 1989, no Chile. Integrantes do *Colectivo Acciones de Arte (CADA)*, Eltit e Rosenfeld desenvolveram variadas obras em que desejavam romper com a linguagem artística tradicional e realizar uma produção engajada em prol do fim da ditadura de Augusto de Pinochet (1973-1990) e do reestabelecimento da democracia no Chile. *El padre mío* é um trabalho de destaque neste contexto visto que lida diretamente com os depoimentos de um sujeito marginalizado socialmente tanto pela sua condição econômica quanto psicológica. Por meio dos discursos de um homem esquizofrênico que habitava um terreno baldio as artistas denunciaram diversas formas de repressão que haviam sido impostas pelos militares desde 1973, e os traumas remanescentes no país após um governo autoritário e violento. Por fim, destacaremos como o vídeo-arte e a publicação literária podem auxiliar no *trabalho de memória*, mantendo vivas e de modo crítico, histórias que alguns desejam esquecer ou apagar.

Júlia Melo Azevedo Cruz
Mestranda/ Universidade Federal de Minas Gerais

Sem rosto, mas não sem voz: identidade e discurso político no Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)

Este trabalho tem o objetivo de analisar alguns dos principais componentes do discurso político e da identidade do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), movimento indígena que surgiu no estado de Chiapas, no México, na década de 1980 e que luta, principalmente, pelos direitos indígenas e contra os efeitos da globalização neoliberal. A princípio, surgiu como uma insurreição local na região do sudeste mexicano e, posteriormente, expandiu suas demandas, suas estratégias de ação e seu alcance político para o âmbito nacional e até mesmo internacional. Em meados dos anos 2000, já era um movimento bastante diferente daquele que havia feito sua primeira aparição pública em 1994 e contava com comunidades zapatistas espalhadas por diversos países do mundo. Com foco nas transformações pelas quais passou o repertório de ação política do grupo – que deixou a luta armada e passou a adotar uma estratégia de ação civil e pacífica – procuramos traçar algumas das características do discurso político e da identidade zapatistas. Apesar de ser um movimento majoritariamente indígena, os integrantes do EZLN utilizam uma máscara para cobrir o rosto (o *pasamontañas*) e defendem a ideia de que todo e qualquer um pode ser zapatista. Não têm rosto, mas têm voz: com um discurso quase poético que dialoga com diversos interlocutores (as comunidades indígenas, a sociedade civil nacional e internacional, o governo, os intelectuais mexicanos, as minorias, dentre outros), o Exército Zapatista de

Libertação Nacional encontrou sua maior força nas palavras.

Leonardo Ribeiro Gomes
Doutorando / Universidade Federal de Minas Gerais

Os clubes juvenis rurais no Brasil, Argentina e Costa Rica e seus diálogos com os 4-H norte-americanos - Décadas de 1950 a 1970

Proponho uma apresentação da pesquisa em fase inicial na qual busco investigar as relações de complementaridade e possíveis tensões entre os clubes agrícolas de jovens rurais do Brasil (Clubes 4-S), Argentina (Clubes 4-A) e Costa Rica (Clubes 4-S), com os clubes 4-H dos Estados Unidos. Tais clubes fizeram parte de iniciativas educacionais e formativas promovidas por agências de desenvolvimento como a *American International Association – AIA*, para a juventude rural latino-americana a partir de fins da década de 1940. Partimos do pressuposto que a organização desses clubes estava ancorada em um espectro de ações que envolvia interesses econômicos e culturais norte-americanos em relação à América Latina. Assim, objetivos como a formação e qualificação da mão-de-obra rural, o aumento da produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida da população do campo, ligavam-se aos arranjos e definições políticas e econômicas do pós Segunda Guerra no tocante aos papéis que caberiam à agricultura na América Latina. Pretendemos investigar até que ponto as trocas culturais entre os sócios dos clubes 4-H e os demais clubes congêneres na América Latina foram marcadas por continuidades, descontinuidades, rupturas e tensões. Defendemos a hipótese que nos países estudados os clubes de jovens rurais foram carregados de forte cunho moral e cívico buscando assim configurar sensibilidades que conformassem o público-alvo em uma visão de mundo considerado moderna pelos seus defensores. Nesse primeiro momento contamos com a análise de fundos documentais acerca da Extensão Rural e principalmente do trabalho com os clubes de jovens rurais localizados em Bibliotecas e Centros de Documentação em Belo Horizonte e da revista *Turrialba*, editada pelo Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas – IICA que se encontra digitalizada na sua totalidade desde o ano de 1950 a 1995, acrescidas das informações acerca da história dos 4-H a partir do portal da Fundação Nacional 4-H.

Maíra Máximo Nascimento
Graduanda/ Universidade Federal de Minas Gerais

A revista *La Quinta Rueda* e o debate sobre política cultural na “via chilena ao socialismo”

Em 1971, o governo chileno da Unidad Popular funda a Editora Nacional Quimantú e, em outubro do ano seguinte, sob o selo da editora, nasce a revista *La Quinta Rueda*. Publicada mensalmente, a revista é dedicada a debater temas tangentes à cultura, tais como educação, artes plásticas e visuais, literatura, música, cinema, teatro e patrimônio, refletindo sobre os variados aspectos da realidade social chilena. Composto por intelectuais de esquerda, seu conselho editorial posicionava-se de maneira crítica ao tratamento dado à cultura pelo o governo de Salvador Allende.

O ponto central dos discursos veiculados pela revista, especialmente em seus primeiros números, é a ausência de uma política cultural sistematizada pela Unidad Popular. Nesse

sentido, este trabalho tem por objetivo analisar o que os membros da equipe editorial e os colaboradores esporádicos de *La Quinta Rueda* entendiam, então, por política cultural. Por meio dos editoriais, artigos e entrevistas do periódico buscaremos compreender qual o papel conferido à cultura no momento peculiar que foi a experiência da Unidad Popular e qual o lugar de uma política cultural na chamada “via chilena ao socialismo”.

Mahira Caixeta Pereira da Luz
Graduada/ Universidade Federal de Minas Gerais

A revista *Chiapas* e o Exército Zapatista de Libertação Nacional: o debate sobre a questão agrária no sul do México

Esse trabalho investiga de que forma a questão agrária mexicana é debatida por intelectuais na revista *Chiapas*, criada em 1995 na Universidade Nacional Autónoma do México – UNAM. A revista, com caráter multidisciplinar, tem como objetivo compreender a realidade do estado de Chiapas, que foi palco do levante indígena promovido pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em 1994. O levante atraiu a atenção da mídia e de intelectuais no plano nacional e internacional, sendo a questão agrária um dos muitos elementos que foram longamente debatidos na revista *Chiapas*. Pretendemos, então, analisar alguns volumes da revista para melhor compreendermos as interpretações que os intelectuais que colaboram com a publicação deram para a questão da terra e sua relação com o EZLN.

Mariana de Moraes Silveira
Doutoranda/ Universidade de São Paulo

O direito a favor da “fraternidade continental americana”: uma análise de dois momentos da produção intelectual de Afrânio de Melo Franco (1917 e 1923)

Em 1917, o então já veterano político e diplomata Afrânio de Melo Franco foi enviado à Bolívia como representante brasileiro nas solenidades de posse do novo presidente daquele país. Passando pela Argentina no retorno de tal missão, foi convidado pelo Colegio de Abogados de Buenos Aires para proferir uma conferência a seus membros. Sob o significativo título “Correlação do direito brasileiro e argentino”, a fala foi publicada pela *Revista Argentina de Ciencias Políticas*, de onde se extraiu, por ordem do Colegio de Abogados, uma separata. O discurso foi, ainda, posteriormente reproduzido seletivamente pela *Revista Forense*, importante periódico jurídico brasileiro. Franco realizou repetidos apelos à “confraternidade americana” e, significativamente, enfatizou o fato de que, em 1915, enquanto a Europa estava envolta em um conflito que “dilacerava toda lei escrita”, o Brasil dava os toques finais a seu Código Civil. Isso constituía, em seu argumento, prova de que, nas Américas, a paz e a ordem reinavam, permitindo que o direito florescesse mesmo naquela conflituosa conjuntura. Mais à frente, afirmou que a “interpenetração de ideias” era um fator crucial para o estabelecimento de uma “solidariedade crescente”, fato que buscou exemplificar pelo amplo conhecimento de obras de juristas argentinos por seus colegas brasileiros, e vice-versa. A preocupação com o papel do direito na aproximação continental também

ganharia destaque em momentos mais oficiais da atuação de Afrânio de Melo Franco. Isso ocorreu, por exemplo, em suas falas como chefe da delegação brasileira enviada à V Conferência Pan-Americana, realizada em Santiago em 1923, publicadas no ano seguinte em luxuosa edição da Imprensa Nacional sob o título *Pela fraternidade continental americana*. Nesta comunicação, pretendemos realizar uma análise conjunta e contrastada desse volume e da separata publicada na Argentina. Esperamos, com isso, contribuir para a compreensão do lugar que o pensamento jurídico ocupou em meio aos debates em torno dos diversos americanismos que se travaram ao longo das primeiras décadas do século XX.

Natália Iglésias da Silva Scheid
Graduada/ Universidade Federal de Minas Gerais

O feminino no cinema cubano a partir da análise dos filmes: *Hasta cierto punto* (1983) e *Retrato de Teresa* (1979)

Em Cuba, após a Revolução, o cinema foi adotado como ferramenta na construção da nova sociedade. Devido ao seu caráter de comunicação em massa, o cinema foi extremamente valorizado pelo governo revolucionário na empreitada de formar o novo cidadão cubano. Assim, em 1959 se deu a criação do *Instituto Cubano del Arte e Industria Cinematográficos*, o ICAIC, que entre outras funções serviu para o Estado ter controle sobre a mensagem produzida e difundida pelo cinema cubano.

Entre as temáticas tratadas pelos filmes está a da mulher cubana. O foco do presente trabalho é justamente a representação da mulher feita pelo cinema cubano no pós-Revolução. Mostraremos como tal representação foi utilizada pelo Estado, que se apropriou de um discurso de igualdade entre os gêneros e combate ao machismo para na realidade alcançar seus objetivos, dentre eles a inserção das cubanas no mercado formal de trabalho.

Para desenvolver o tema, assim como para compreender como a mulher cubana foi representada nas telas, escolhemos dois filmes: *Hasta cierto punto* (1983), do diretor Tomas Gutiérrez Alea, e *Retrato de Teresa* (1979), de Pastor Vega. Optamos por esses títulos não só por terem como personagens principais mulheres e tratarem de questões específicas do que era ser mulher em Cuba e do machismo recorrente na ilha, mas também porque ambos os filmes foram lançados após a fundação da *Federación de Mujeres Cubanas* – FMC, em 1960, e da promulgação do Código da Família, em 1975. Acreditamos que a FMC e o Código da Família influenciaram de maneira inegável a produção fílmica cubana entre as décadas de 70 e 80; sendo este nosso recorte temporal.

Através da análise dos filmes escolhidos, buscaremos entender e mostrar qual foi a imagem construída das cubanas pelo cinema, e que essa construção atendeu a interesses e demandas do governo revolucionário.

Natália Roberta da Cruz Ribeiro
Graduanda/ Universidade Federal de Minas Gerais

Representações de “homen de ciência” na história da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. A trajetória científica de Ezequiel Dias (1905-1922)

Busca-se compreender as representações do que é ser “um homem de ciência” para a medicina, a partir da trajetória do médico e professor Ezequiel Dias, um dos personagens da introdução da ciência biomédica em Minas Gerais. Atuou na área da Microbiologia e medicina experimental na filial do Instituto Oswaldo Cruz e na Faculdade de Medicina em Belo Horizonte (FMBH). No Rio de Janeiro, trabalhou no Instituto Soroterápico Federal como assistente de Oswaldo Cruz. Em 1905, ele se muda para Belo Horizonte e é convidado para dirigir a primeira filial de Manguinhos. Analisa-se discursos sobre e do próprio professor durante suas atuações e post-mortem para discutir as representações do perfil psicológico, atributos cognitivos, sociais, políticos e institucionais que caracterizavam um “homem de ciência” para a cultura médico-científica mineira. Nosso argumento é que a sua trajetória científica foi construída em associação e à sombra do mito do Oswaldo Cruz. A relação entre Ezequiel Dias e Oswaldo Cruz revela a tentativa de legitimar e equiparar a medicina mineira com o ideal de modernidade e cientificidade proveniente da microbiologia.

Pedro Henrique Leite
Doutorando/ Universidade Federal de Juiz de Fora

Trajetórias literárias na Cuba revolucionária: os casos de Alejo Carpentier e Severo Sarduy

Amparado na perspectiva da história comparada este trabalho tem por objetivo refletir sobre os diferentes caminhos tomados por dois intelectuais cubanos da segunda metade do século XX, ligados ao contexto da Revolução Cubana (1959), e a sua possível relação com a produção literária do período. São eles: Alejo Carpentier e Severo Sarduy, e seus romances: *Os Passos Perdidos* (1953) e *O Século das Luzes* (1962), de Carpentier, e *Cobra* (1972), de Sarduy. Preocupa-me em um primeiro momento entender em que medida cada um desses autores esteve vinculado ao projeto revolucionário, para mapear, em seguida, as trajetórias de cada um após o sucesso da Revolução e, por fim, verificar as implicações dessas distintas escolhas na produção literária desses intelectuais. Pautado na relação entre textos e contextos, busco refletir sobre as possibilidades e estratégias encontradas por cada um para a publicação de seus romances, tentando perceber em igual medida a relação dessas obras com questões mais gerais, como identidade e barroco latino-americano, que foram preocupações comuns entre os dois autores.

As representações sociais de Havana nas obras de Pedro Juan Gutierrez: “Trilogia sucia de la Habana” e “El rey de la Habana”

A presente proposta de trabalho é analisar as obras “Trilogia sucia de Habana” (1998) e “El rey de la Habana” (1999) do escritor cubano Pedro Juan Gutiérrez, buscando uma relação entre a situação social e política de Cuba na década de 90, com as representações da cidade de Havana abordadas em sua escrita. As obras selecionadas para a pesquisa integram em uma série de publicações denominada “centro Havana”, um conjunto de cinco livros de contos e romances, os quais têm como cenário a cidade de Havana, representando personagens que vivem em um contexto de miséria e violência. Os contos de “Trilogia sucia de la Habana” e o romance “El rey de la Habana” tem seu contexto de produção e narrativo na década de 90, período no qual a Ilha enfrentou extrema carência financeira e material, levando a depreciação dos recursos básicos oferecidos a população cubana e denominado “período especial”. Este momento histórico vivenciado pela Ilha é decisivo para o futuro do Regime Socialista e para a continuidade das conquistas sociais da Revolução, impactando diretamente a população e, conseqüentemente, sua relação com o Regime. Proponho, portanto, analisar os personagens e situações criadas no estilo “auto-ficcional” de Pedro Juan destrinchando como este representa a população de Havana e como esta se posiciona frente ao regime; buscando nesta literatura não o retrato da sociedade havanense, mas um dos possíveis imaginários da mesma.

Priscila Bermudes Peixoto
Mestranda/Universidade Estadual Paulista – Franca

Um fator de degeneração racial: a sífilis sob a perspectiva médica-eugenista

O objetivo deste trabalho consiste em analisar o discurso médico eugenista acerca da sífilis. No início do século XX muitos médicos brasileiros aderiram à eugenia, ciência de Francis Galton que estimulava o aprimoramento da raça através da obtenção de gerações sadias, garantindo assim o progresso da nação. A sífilis, devido à crença de sua hereditariedade e da multiplicidade de outros males que ocasionava, foi considerada um fator de degeneração racial, pois comprometia não só o indivíduo enfermo, mas também toda a sua prole. Os médicos por se considerarem neste período as autoridades mais competentes para impor padrões normativos, hábitos higiênicos e civilizados à população, irão buscar implantar uma série de medidas profiláticas contra a sífilis, entre elas a defesa da castidade antes do casamento e a educação sexual. Alguns mais radicais irão defender o exame médico pré-nupcial ou até mesmo a esterilização daqueles que fossem considerados incapazes de regenerar-se. Sendo assim, o propósito deste estudo é compreender a relação raça-saúde pensada pelos médicos eugenistas e também refletir sobre a grande intervenção social por eles ambicionada em nosso país.

Rafaela Alves Marinho
Graduanda de Psicologia/ Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento
Docente do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/
Universidade Federal de Minas Gerais

Flaviane da Costa Oliveira
Doutoranda/ Universidade Federal de Minas Gerais

Jaíza Pollyanna Dias da Cruz Rocha
Mestre / Universidade Federal de Minas Gerais

Bárbara Gonçalves Mendes
Mestranda/ Universidade Federal de Minas Gerais

Janaína Campos de Freitas
Mestranda/ Universidade Federal de Minas Gerais

Thayna Larissa Aguiar dos Santos
Graduanda/ Universidade Federal de Minas Gerais

Clara Gomes Machado
Graduanda/ Universidade Federal de Minas Gerais

Contribuição dos blogs “HIJOS” na construção de memórias sobre as ditaduras na América Latina

Os regimes de exceção que assolaram a América Latina na segunda metade do século XX provocaram o surgimento de diferentes espaços de mobilização política, ampliando as possibilidades de atuação dos movimentos sociais. Este trabalho se dedica á investigação de conteúdos divulgados no ciberespaço, em especial, nos blogs HIJOS, criados por organizações de filhos de ex-militantes políticos das ditaduras militares latino-americanas. Estes espaços virtuais foram fonte para a análise psicossocial das questões vinculadas à memória e identidade de “ser filho de militante político”. A partir da coleta de dados nas publicações das seções “informes”, dos blogs HIJOS da Argentina, Chile, Colômbia, Guatemala, México, Uruguai, Paraguai e Peru, realizou-se a análise de conteúdo temática. As categorias reveladas foram: Crítica; Reconhecimento e avanço; Convocações, apoio e articulação; Herdeiros; Identidade e nova geração. Acredita-se que estes blogs se configuram como espaços de construção e elaboração de memórias coletivas latino-americanas, podendo contribuir com a ampliação de acervos documentais de memórias históricas sobre o período.

Warley Alves Gomes
Doutorando/ Universidade Federal de Minas Gerais

Leituras da Antiguidade na Revolução Mexicana

O trabalho buscará discutir as formas de apropriação da Antiguidade Clássica por Francisco Madero – um dos principais líderes políticos da Revolução Mexicana – e

pelo Ateneu da Juventude – grupo intelectual que atuou de maneira significativa para a construção da “cultura nacional” mexicana na década de 1920. Enquanto Francisco Madero se apropriou da política romana republicana para criticar o regime ditatorial de Porfirio Díaz e propor um modelo de república para o México, os ateneístas se apropriaram da filosofia grega para estabelecer uma ruptura com a filosofia positivista hegemônica no país em finais do século XIX e inícios do século XX.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 14: História da educação e das práticas educativas no Brasil: diálogos interdisciplinares na construção do ensino

**Coordenadores: Elisgardênia de Oliveira Chaves
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais**

**Fabrcio Vinhas Manini Angelo
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais**

**Leidimar Rodrigues de Sousa Lima
Doutoranda/Universidade Federal de Minas Gerais/Profa. Assistente da
Universidade Estadual Vale do Acaraú**

**Andre Ricardo Barbosa Duarte
Mestre/Universidade do Estado de Minas Gerais/Prefeitura Municipal de Contagem**

Projeto “Ceasa Cidadã”: dialogo interdisciplinar na construção do ensino de História

O presente trabalho tem como objetivo relatar as práticas educativas baseadas no dialogo entre História e Matemática. Os temas abordados neste trabalho versam sobre a experiência interdisciplinar entre as referidas áreas de conhecimento realizado no projeto escola Ceasa Cidadã. O Projeto “Ceasa Cidadã” foi criado em 2001 por meio de uma parceria entre a Central de Abastecimento de Minas Gerais (CEASAMINAS), ASCAR (Associação dos Carregadores Autônomos da CEASAMINAS) e a Prefeitura Municipal de Contagem/MG com o objetivo de oferecer o Ensino Fundamental aos carregadores e chapas (no próprio local de trabalho) na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), abrangendo a partir de 2006 o atendimento para os educandos das comunidades do entorno do entreposto. Essa iniciativa proporcionou a um significativo número de pessoas concluírem a educação básica e dar continuidade aos estudos, além de criar um espaço de socialização de experiências de vida que congrega crenças, saberes, memórias, amizades, trabalho, afinidade, lazer, satisfação..., tanto para os educandos, quanto para os educadores. Assim sendo, cabe ressaltar que esse projeto acumulou um hall de memórias individuais e coletivas que descreve a trajetória de pessoas que almejam, por meio da retomada dos estudos, destituir as marcas da exclusão (analfabetismo, subemprego, preconceitos) que estão impressas na vida e na memória de cada um, como um resultado inapelável de uma sociedade construída, historicamente, sob os pilares da exploração do trabalho. Desta maneira, para atender a demanda desse público alvo, o corpo docente optou por trabalhar com um currículo interdisciplinar. Assim, esse trabalho apresenta alguns resultados do diálogo entre a História e Matemática, por meio da elaboração e utilização de exercícios que abordam a História de Minas Gerias, a História da Matemática e as quatro operações fundamentais. Vale ressaltar, que essa experiência já foi compartilhada em minicursos realizados no “VII Encontro Nacional Perspectivas para o Ensino de História” na Universidade Federal de Uberlândia (UFU)/2009 e no II e III “Congresso de Práticas Educacionais: Novas Formas de Ensinar e Aprender” promovido pela Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores (MAGISTRA)/2013-2014.

Filosofia da Educação: uma história da disciplina na formação de professores para a educação básica (1969 – 1983)

O objetivo é investigar a constituição histórica da disciplina de Filosofia da Educação na formação docente, buscando compreender seu desenvolvimento no interior do curso de pedagogia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a partir de 1968, ano em que coincidem dois movimentos fundamentais para a compreensão do processo de estabelecimento da referida disciplina, a saber, a fundação da Faculdade de Educação da UFMG e a Reforma Universitária. A pesquisa pretende se estender até a década de 1983, ano que marca uma reforma dos cursos de licenciatura. A proposta é explorar, por meio da utilização e articulação de fontes variadas - documentos oficiais, programas da disciplina, etc. - uma história da referida disciplina no currículo de formação de professores para a educação básica, no regime militar, investigando as relações entre a disciplina e os aspectos políticos, sociais e culturais que influenciaram na organização da estrutura curricular do curso de pedagogia. A pesquisa aspira oferecer reflexões para os problemas contemporâneos relativos à educação, ao processo de escolarização e à sua história, considerando como elementos-chave os conceitos de disciplina, cultura, experiência e formação. Para essa análise foram escolhidas, inicialmente, três abordagens historiográficas: as propostas metodológicas de Edward Thompson, com o intuito de captar aspectos culturais, sociais e políticos; e duas abordagens historiográficas dentro do campo da História das Disciplinas: o viés de André Chervel, na medida em que se servirá de suas definições sobre disciplina e cultura escolar; e a historiografia de Ivor Goodson, uma vez que, se reportará às suas teorias sobre o currículo como um artefato social e político e a constituição das disciplinas acadêmicas. A análise de uma história da disciplina na formação docente pretende compreender as relações entre diretrizes curriculares, instâncias legais e institucionais, programa da disciplina, projeto político pedagógico, etc., que são muitas vezes marcadas por tensões que remetem às experiências sócio-históricas que as viabilizam.

Conceitos e métodos para uma pesquisa histórica de reconstituição de trajetórias de professores do sertão leste da Capitania de Minas Gerais

O objetivo dessa comunicação é apresentar as noções conceituais e as propostas metodológicas orientadoras da pesquisa de mestrado em andamento que pretende reconstituir a trajetória de professores que atuaram em aldeamentos indígenas dos sertões da região leste da Capitania de Minas Gerais. Tem-se como princípio a concepção de que as sociedades estão em constante processo de conformação mobilizado pelas articulações entre os sistemas normativos e os indivíduos, ou seja, pelas diversas e assimétricas relações estabelecidas entre as pessoas e os diferentes contextos sociais, econômicos e culturais aos quais estão inseridos. Utiliza-se a microescala de análise social para que seja possível visualizar o comportamento humano diante dos sistemas normativos que o constroem, ao mesmo tempo em que

apresentam brechas e espaços de ação autônoma. Diferentes tipos de documentos históricos possibilitam traçar os caminhos percorridos e reconstituir as relações sociais estabelecidas pelos professores: das folhas de pagamento têm-se o registro dos valores dos ordenados, dos períodos e locais de atuação; dos testamentos obtêm-se dados acerca das localidades de nascimento, dos bens e posses, dos familiares e dos status sociais conferidos e alcançados por esses indivíduos; outros textos permitem interpretar as estratégias discursivas elaboradas pelos professores em suas petições diante dos setores da administração colonial dos estudos menores, da igreja e dos aldeamentos indígenas. A pesquisa documental segue o método onomástico em que o nome próprio dos professores é usado como elemento de orientação da busca em arquivos e tipos documentais diversificados de indícios que permitam traçar as relações desses sujeitos em diferentes contextos sociais. Como hipótese de pesquisa, acredita-se que a atuação desses professores estaria relacionada a, pelo menos, dois processos macrosociais: a expansão da fronteira colonial e a implantação da reforma educacional pombalina na Capitania. Compreender como a ação desses sujeitos conformou, diacrônica ou sincronicamente, tais processos é o objetivo da pesquisa.

Gabriel Bueno da Silva
Graduando/Universidade Federal de Minas Gerais

Gabryel Augusto Teófilo Batista Real
Graduando/Universidade Federal de Minas Gerais

Das páginas à grande tela: A transposição midiática do universo Marvel e seus possíveis diálogos com o ensino de história na educação básica

A recente ascensão da cultura nerd e as frequentes adaptações cinematográficas de personagens oriundos de HQs, trouxe de maneira categórica ao grande público um importante ícone da cultura pop norte-americana: os super-heróis.

Partindo dos personagens Homem de Ferro e Capitão América, o presente trabalho se propõe a analisar, através de atividades destinadas à educação básica, a transposição do universo Marvel das HQs para a grande tela. Longe de se apresentar apenas como um produto de entretenimento desprovido de intencionalidades por parte de seus criadores, o deslocamento desse universo das páginas dos quadrinhos para a tela de cinema, carrega importantes questões históricas, sociais e culturais. Pensar em sala de aula essa transposição abre espaço para situar diferentes produções culturais em seus contextos históricos de constituição e comparar problemáticas atuais com outros momentos históricos, além de entender como essas mídias podem atuar como instrumentos difusores de crenças políticas de seus criadores, retirando desses produtos da cultura pop seu caráter de documento-prova em sala de aula e abrindo espaço para a subjetividade dos documentos.

Gizele Maria dos Santos
Graduada/Universidade Federal de Minas Gerais/Serviço Social da Indústria – Sistema
FIEMG

Maria Clara Caldas Soares Ferreira
Doutoranda/Universidade Federal de Minas Gerais/Serviço Social da Indústria –
Sistema FIEMG

Formação profissional para indústria: a primeira Escola SENAI em Minas Gerais

A educação profissional assumiu extrema importância a partir do avanço do desenvolvimento industrial no Brasil, já nos anos 30. O problema da formação de mão de obra qualificada para atuar nas indústrias tornou-se latente. Na tentativa de sanar esta carência, o governo brasileiro ofereceu mecanismos para que a iniciativa privada, representada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), se responsabilizasse pela qualificação de seu operariado.

As Federações de Indústrias, cada uma em seu estado, ficaram responsáveis pela implantação do SENAI (então denominado Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários), instituído oficialmente no ano 1942. Ao SENAI competia instalar e administrar em todo o país escolas de aprendizagem para os industriários.

É nesse contexto que surge a Escola de Aprendizagem de Belo Horizonte. Os dois primeiros cursos noturnos, Leitura de Desenho e Tornearia, começaram a ser ministrados em abril de 1943, na Escola de Engenharia da UFMG. As aulas práticas eram realizadas nas oficinas Cristiano Ottoni. O Curso de Aprendizes e de Trabalhadores Menores foi implantado no final daquele mesmo ano. Com 420 inscritos, a demanda acentuada por capacitação evidenciou o pioneirismo do SENAI para a formação profissional.

Em novembro de 1944, a primeira Unidade própria do SENAI em Minas é inaugurada, oferecendo os cursos de: Torneiro Mecânico, Ajustador, Carpinteiro e Marceneiro. Esta primeira Escola, hoje denominada Centro de Formação Profissional – Américo Renê Giannetti, serviu de incubadora para inúmeros cursos que, aos poucos, foram sendo transferidos para novas Unidades, como as Escolas instaladas em Juiz de Fora, Nova Lima e Sabará no ano 1945.

A presente comunicação investiga a contribuição das primeiras Escolas SENAI para o desenvolvimento industrial, através da capacitação da mão de obra do operariado. Enseja ainda divulgar o acervo histórico (material didático, relatórios, fotografias, bibliografia especializada) preservado no Centro de Memória do Sistema FIEMG, relevante para pesquisas acerca da educação profissional no Brasil.

Instrução Pública em Minas Gerais na primeira metade do século XIX: discussões sobre métodos de ensino no âmbito da Escola Normal de Ouro Preto

O presente trabalho faz parte de uma investigação de Mestrado em curso, e possui como objeto principal a Escola Normal de Ouro Preto, no contexto da primeira metade do século XIX no Brasil. A partir de pesquisa bibliográfica e documental, com a utilização de fontes primárias e secundárias (sobretudo legislação, pronunciamentos dos presidentes da Província mineira e jornais da época) este trabalho possui como objetivo refletir sobre as discussões que ocorreram em âmbito local, provincial e nacional, a respeito dos melhores e mais eficientes métodos de ensino que deveriam ser ensinados nas recém-criadas Escolas Normais do Brasil, e em Minas Gerais, na Escola Normal de Ouro Preto. Pela bibliografia consultada e pelas fontes analisadas até o momento, é possível chegar à conclusão preliminar que o melhor método de ensino para as crianças estava em pauta amplamente nos discursos das autoridades na primeira metade do século XIX em Minas Gerais, e que, em um primeiro momento, o domínio método mútuo era exigido para o exercício da docência, mesmo antes da criação do instituto normal ouro-pretano. Entretanto, com o envio de dois professores da Província para estudos a esse respeito na França, estes constataram e trouxeram ideias referentes a um novo método de ensino considerado mais moderno naquele momento, o simultâneo. Ainda assim, é possível observar que este método não foi adotado de imediato pelo instituto normal da então capital mineira, e que questões referentes à instrução pública sempre estiveram postas em discussão, em um momento em que ainda não estava concretizado o processo de formação e profissionalização docente no Brasil e, em especial, em Minas Gerais.

Laura Jamal Caixeta
Graduanda/Universidade Federal de Minas Gerais

Adair Rodrigues Amaral Junior
Graduando/Universidade Federal de Minas Gerais

Gabryel Augusto Teofilo Batista Real
Graduando/Universidade Federal de Minas Gerais

Meiriele Cruz
Graduada/Universidade Federal de Minas Gerais

O futebol como tema histórico na Educação de Jovens e Adultos

Este trabalho tem por objetivo abordar o futebol como tema histórico na Educação de Jovens e Adultos a partir da contextualização e da problematização da trajetória desta prática esportiva no Brasil. As reflexões são orientadas pela relação estabelecida entre o futebol e os conceitos de identidade, trabalho e lazer, buscando favorecer a aproximação entre os contextos de popularização desse esporte no Brasil e a realidade dos alunos do Projeto de Ensino Fundamental – 2º Segmento do Centro Pedagógico da UFMG (PROEF2 – CP/UFMG). A escolha do futebol como tema norteador de questões históricas mais amplas se deve ao fato dessa prática esportiva ser

amplamente difundida no Brasil – visto que o futebol se tornou um elemento valorizado da cultura brasileira – e permitir a discussão de conteúdos próprios da História através de um tema que faz parte do cotidiano da maioria dos alunos.

Luã A. S. Lança
Mestrando/Universidade Federal de Minas Gerais

Psicologia Científica em benefício às boas práticas educacionais: difusão dos saberes científicos na educação mineira – 1925 a 1940

A pesquisa busca compreender o processo de circulação e difusão dos saberes sobre a Psicologia científica na Escola Normal de Belo Horizonte, a partir de uma análise da literatura científica. No período que vai de 1925 a 1940. Analisando as políticas educacionais, a ciência da psicologia da época, relacionando com debates a cerca do projeto liberal de educação, o ideal de civilização, a questão racial e o controle da ordem social.

Orientando-se dentro dos preceitos da metodologia histórica conjugada a reflexão teórica, o estudo abrange o momento das reformas educacionais em Minas Gerais; identificando os argumentos políticos e educacionais sobre o a Psicologia científica em benéfico às boas praticas educacionais.

Por fim, a pesquisa almeja responder questões como: quais as obras de Psicologia começaram a circular na educação mineira; se tais literaturas foram utilizadas como ferramenta de controle político; e qual a relação de interesses sobre esses saberes no contexto das reformas educacionais a nível estadual e nacional.

A presente comunicação apresentará uma breve revisão bibliográfica sobre a temática da psicologia da educação em Minas Gerais no período.

Luíza Rabelo Parreira
Graduanda/Universidade Federal de Minas Gerais

Gabriel Afonso Vieira Chagas
Graduando/Universidade Federal de Minas Gerais

Introduzindo documentação manuscrita nas aulas de História – Ensino básico

A Oficina de Paleografia-UFMG é uma iniciativa discente e voluntária, que une alunos da Graduação, Pós-Graduação e Egressos do Departamento de História. O principal objetivo da Oficina é sanar uma lacuna no curso de História: a falta de disciplinas que discutam o suporte documental e a sua transcrição. Por isso, a Oficina promove treinamento na leitura de fontes manuscritas pertinentes à história luso-brasileira. Após três anos de experiência com o ensino superior, iniciamos o projeto “A Oficina vai à escola”, propondo colocar os alunos do Ensino Básico em contato com documentos manuscritos e com noções de paleografia. Neste texto, discutimos os desafios e possibilidades do projeto, à luz da experiência realizada com estudantes do Ensino Médio, na Escola Estadual D. Pedro II, em Belo Horizonte. O evento ocorreu no formato de Minicurso, adaptado para o público, durando ao todo 6 horas, divididas em 3 dias. O sucesso desse evento, e a crítica dos alunos, nos induz a repetir a experiência

em outras escolas. Queremos colocar em questão novas formas de didática para docentes em História, considerando a necessidade de atrair a atenção e o gosto dos discentes pela disciplina.

Marcus Vinicius Rodrigues Martins
Mestre/Universidade Federal de Minas Gerais

“Livros para nossas crianças”: prescrições e uso dos livros escolares sob a ótica escolanovista (1920-1940)

O presente trabalho analisa as prescrições para os livros escolares que compunham os acervos das bibliotecas e de sala dos grupos escolares de Belo Horizonte nos anos de 1920-1940. O decurso é marcado por discursos educacionais e políticos que construíram um modelo escolar que conformava ideias modernas, republicanas e civilizatórias e que modificaram os tempos, espaços, práticas e métodos escolares sob a luz das teorias advindas do movimento “escola nova”. O ideal renovador pedagógico tinha como objetivo reestruturar a instituição escolar. Para os adeptos do escolanovismo, práticas consideradas arcaicas e tradicionais deveriam dar lugar às concepções educacionais baseadas na biologia, sociologia e psicologia. A amplitude dos discursos em relação aos modos e práticas escolares acarretaram mudanças em relação à materialidade escolar, dessa forma, os livros obtiveram novo formato tanto no seu uso, prática e modos de ler. Outra mudança significativa foi a seleção dos livros que comporiam os acervos das salas e bibliotecas. Para que fossem selecionados os materiais passavam por prescrições, que partiam da Secretaria do Interior e também de artigos da “Revista do Ensino”, importante periódico educacional que circulava ideias do movimento “escola nova”. Metodologicamente, analisaram-se leis, decretos, cartas, relatórios de diretoria e inspeção e o periódico educacional “Revista do Ensino”, no qual se procedeu a análise de artigos que tinham como tema: leitura e livros. Concluiu-se que o campo discursivo em torno do livro escolar conformava valores morais e sociais, ademais o imaginário republicano e modernista, o higienismo e o ideal da “escola nova” atravessaram as prescrições sobre as quais livros escolares deveriam ser adotados ou que permaneceriam nas escolas.

Maria Renata de Alvarenga Guimarães Teixeira
Mestranda/Universidade Federal de Minas Gerais

“A Microhistória como possibilidade de aproximações entre a Historiografia e o ensino de História do Brasil”

A presente comunicação tem por objetivo apresentar a pesquisa de Mestrado que vem sendo realizada no Programa de Mestrado Profissional da FAE – UFMG sob orientação do Prof. Dr. Pablo Luiz de Oliveira Lima. A pesquisa que tem como finalidade romper com os paradigmas tradicionais que ainda permeiam o ensino de História trazendo para a sala de aula uma nova abordagem teórico-metodológica: a microhistória.

Especialmente nas últimas décadas, novos eixos temáticos e metodológicos passaram a fazer parte da investigação e da prática historiográfica. Dentre eles, apresenta-se a “microhistória”, uma modalidade de pesquisa que nasceu da renovação epistemológica

e metodológica de um grupo de historiadores italianos, como Carlo Ginzburg, Edoardo Grendi e Giovanni Levi, que descreveram e interpretaram casos “minúsculos” e periféricos à luz de uma história mais geral, buscando registrar uma série de fatos significativos que seriam imperceptíveis e que, no entanto, foram interpretados por sua inserção em contextos mais amplos e relacionáveis.

Especialmente baseada na aplicabilidade prática de dois conceitos do pensamento de Carlo Ginzburg - circularidade cultural e a redução da escala de observação- a presente pesquisa pretende dialogar sobre o uso de fontes documentais escritas e não escritas no ensino de História, tomando como base os indícios, os vestígios, os sinais pouco perceptíveis aos olhos do pesquisador, mas que podem revelar áreas da produção cultural de agentes e sujeitos históricos, antes esquecidos pela História tradicional.

O diálogo entre a Historiografia e o ensino de História torna-se um dos focos de análise da pesquisa que parte da compreensão da aula como texto. Para a construção desse texto, os aportes teóricos e metodológicos da Historiografia se entrelaçam às práticas pedagógicas na construção da História Escolar.

Tem-se como objetivo a construção de sequências didáticas baseadas na análise trajetórias individuais dentro das temáticas trabalhadas em salas de aula da Educação Básica. Esse trabalho investigativo parte da compreensão das vivências e representações sociais e culturais de indivíduos para o entendimento de um contexto mais amplo.

Paula Ricelle de Oliveira

Mestranda/Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

O processo de escolha do livro didático de história: o ponto de vista dos professores

Esse trabalho consiste na apresentação dos resultados preliminares da pesquisa “Processo de escolha do livro didático de História numa perspectiva discursiva” no âmbito do mestrado em Estudos de Linguagens do CEFET/MG. Assim sendo, buscamos descrever, discutir e refletir sobre o processo de escolha dos livros didáticos de História nas escolas públicas de Belo Horizonte e Região Metropolitana, a partir do ponto de vista dos professores, organizado e desenvolvido no âmbito do PNLD/2014 (Ensino Fundamental) e/ou PNLD/2015 (Ensino Médio). Para tanto, utilizamos questionários disponibilizados on-line – elaborados e distribuídos pela ferramenta “Formulários” do *Google Docs* – para a realização da coleta de dados. A análise dos questionários coletados se pauta sob a técnica da *categorização temática* (GIBBS, 2009) que busca examinar as várias abordagens e as questões práticas relacionadas ao entendimento dos dados qualitativos. O livro didático hoje representa um importante objeto de trabalho e estudo de muitos pesquisadores, professores e alunos, sendo um dos motivos o fácil acesso há esse material, viabilizado pelo PNLD (Programa Nacional do Livro didático). Representa, também, a principal fonte de lucro de muitas editoras (SILVA, 2014). A escolha pelo livro didático como objeto dessa pesquisa se dá pela proporção que ocupa esse material na educação escolar, em muitos casos, o único livro que o aluno vai ter contato em toda sua vida (CASSIANO, 2013), ou, é o único livro de leitura obrigatória em nossa cultura (DIJK, 2012). Também é o principal material de trabalho utilizado pelos professores e alunos no processo de construção do ensino (COSTA, 1999; SOUZA, 2001; SOUZA, 1999). Pensando na importância que o livro didático ocupa na educação e, sendo direito do professor a escolha desse material que será utilizado em suas práticas docentes (BRASIL, 2008), destaca-se o fato de que esse

material se insere no conjunto das práticas escolares mediado pelas opções feitas pelo professor. Nesse sentido, o recorte privilegiado para a investigação nesse trabalho é descrever como os professores de História se organizam e desenvolvem ações para a escolha do livro didático, que será adquirido com verbas públicas e utilizado no interstício de três anos em suas práticas educacionais. Os resultados apontam que os processos de escolha dos livros são desencadeados muito mais por ações desenvolvidas pelas editoras do que pela própria escola. É recorrente a insatisfação dos professores, quanto à distribuição dos livros não obedecer à prioridade da sua escolha, recebendo obras que não consta nem na sua segunda opção.

Pedro Henrique Montebello Pereira Martins
Graduado/Universidade Federal de Ouro Preto

A configuração histórica do bairro Santo Antônio e seus reflexos na Escola Municipal Wilson Pimenta Ferreira. Um estudo interdisciplinar sobre a precarização do ensino básico público e a marginalização do espaço na cidade de Mariana - Minas Gerais

O presente trabalho tem por objetivo explicar as possíveis causas do sucateamento do ensino na Escola Municipal *Wilson Pimenta Ferreira*. Esta escola, situada em Mariana, interior de Minas Gerais, sofre as consequências de péssimas gestões e desestruturação há anos. Com base na experiência de estágio vivenciada nesta instituição escolar e na pesquisa histórica sobre o processo de ocupação do bairro em que a instituição se encontra (bairro Santo Antônio), tentaremos explicar os diversos fatores que contribuíram para a marginalização da escola e da comunidade em que está inserida. Nesta comunicação oral, tentarei esmiuçar os caminhos da pesquisa juntamente com os desafios encontrados. Apresentarei as conclusões encontradas neste estudo e as novas hipóteses levantadas. Esta pesquisa, em síntese, tenta a partir de várias áreas do conhecimento interpretar o espaço que é estudado. É um trabalho que a partir de uma problemática do presente, recua com o auxílio da história para o passado e tenta investigar as possíveis causas da marginalização daqueles locais: Escola Municipal Wilson Pimenta Ferreira e o bairro Santo Antônio (ou favela da Prainha).

Renata Garcia Campos Duarte
Doutoranda

“Imprensa Operária e Educação: um estudo sobre a educação de trabalhadores em Belo Horizonte durante a Primeira República (1897-1930)”

O trabalho pretende apontar os encaminhamentos iniciais do projeto de doutorado “Imprensa Operária e Educação: um estudo sobre a educação de trabalhadores em Belo Horizonte durante a Primeira República (1897-1930)”, que apresenta como objetivo central compreender os debates sobre educação de trabalhadores a partir da imprensa produzida por associações operárias – jornais *O Labor*, da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas, *O Confederal*, do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas, *O Operário*, da Confederação Católica do Trabalho, e revistas da Associação Beneficente Tipográfica –, desde a inauguração de Belo Horizonte em 1897 até o ano de 1930.

Para além do exame desses periódicos buscarei entender o processo de construção e desenvolvimento de Belo Horizonte, assim como o funcionamento das associações e o *fazer-se* dos trabalhadores no movimento operário, entre outras importantes questões.

A partir de vieses da História da Educação recorrerei a conceitos e interpretações da História Cultural e História Social, que auxiliarão na análise das fontes de pesquisa. Como fontes pesquisarei diversos materiais em arquivos como estatutos e documentos oficiais, além dos periódicos mencionados, que serão de grande contribuição para alcançar os objetivos propostos pela pesquisa, ainda em fase inicial.

Rúbia Carla
Graduanda/Universidade Federal de Minas Gerais

Luciana Lourenço de Souza
Graduanda/Universidade Federal de Minas Gerais

História, cinema e ensino: uma abordagem para a Educação Básica

O objetivo da nossa apresentação é compartilhar as experiências docentes realizadas na Escola Estadual Pedro II durante o último semestre de 2014. As aulas foram ministradas para alunos do 6º ano do ensino fundamental com o auxílio e orientação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Tendo como base o projeto político-pedagógico da escola e os métodos pedagógicos utilizados pelo professor Fernando Rosa, desenvolvemos um programa intitulado “História e Cinema”. O projeto tem como objetivo, inicialmente, introduzir de forma lenta e gradual uma nova concepção do que é cinema e sua relação com a História. Os alunos devem entender o cinema como um documento a ser analisado que possui todo um contexto histórico dotado de intencionalidade no interior de sua produção.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 15 - História da África e ensino no Brasil III

**Coordenadores: Raissa Brescia dos Reis
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais**

**Thiago Henrique Mota
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais**

Cintia Mary de Oliveira
Graduanda/ Universidade Federal de Minas Gerais

A construção do “Homem Novo”: o projeto nacionalista moçambicano pós-independência

Após a independência de Moçambique, ocorrida em 1975, diferenças políticas, étnicas e ideológicas se acentuaram dentro da sociedade moçambicana. Para manter a unidade conseguida através da luta armada era necessário definir um projeto nacional que buscasse a constituição de uma identidade nacional. Neste sentido, o grupo que assumiu o poder após a independência adotou um projeto político e ideológico que buscou criar um "Homem Novo", uma nova sociedade revolucionária, em contraposição com o passado colonial. Durante a comunicação pretende-se apontar as particularidades deste projeto, os instrumentos utilizados para colocá-lo em prática e ainda os seus problemas.

Diana Gonzaga Pereira
Mestranda/ Universidade Federal de Viçosa

Retratos de Angola: a reconstrução da identidade pela memória na representação da Luanda pós guerra através da escrita de Ondjaki

Parafraseando Jorge Luis Borges, em Elogio da sombra, ao afirmar que são ditosas as pessoas que sabem que o sofrimento não é uma coroa de glórias, iniciamos o assunto que será tratado neste trabalho: a nobreza de um povo que já viveu (e vive) na pele seu significado. Falaremos de Angola, da gente e de suas lutas. Falaremos de literatura angolana como a mais fiel representação da cultura e da sociedade no processo de formação de identidade desse país como nação independente. Assim sendo, para representar essa arte, ninguém melhor do que um escritor com um pseudônimo que significa “guerreiro”. Escolhemos Ondjaki, não só pela força do nome, certamente, mas por se tratar de um autor que é apenas dois anos mais novo do que a independência de sua terra natal. Ndalú de Almeida – seu verdadeiro nome – cresceu sobre os destroços da guerra civil que ultrajou Angola durante décadas, e suas obras, embora focalizem outros temas, tocam em questões políticas, econômicas e sociais do lugar. A partir de 1975, o país foi obrigado a se reerguer e traçar novos rumos para a sua consolidação enquanto nação. Em 1977, nasceu este autor que vem acompanhando todo este processo e o retrata, brilhantemente, na obra Bom dia camaradas, de 2001, fonte de estudo desta pesquisa, que é uma análise da trajetória de uma Angola independente, representada na obra desse jovem autor, enfatizando aspectos como a tradição oral e a construção da

memória coletiva desse país. Falaremos, portanto, da história verdadeira e da imaginada, esta última, contada pelas vozes de meninos, de avós, de pessoas comuns, e, a outra, entrelaçada nessas vozes, aparece explícita ou nas entrelinhas, marcando cenários e bairros de Luanda, aqui entendida como uma metonímia de Angola. Enquanto brasileiros e ex-colônia de Portugal sabemos o que significa ser colonizado e lutar por emancipação. Sabemos, também, o quanto custa para um povo se consolidar apesar dos estigmas de seu passado. Guardadas as peculiaridades, Angola segue os mesmos passos: um país que enfrentou seu destino e agora luta por sua afirmação, usando as mesmas armas dos brasileiros, suas origens, seu povo, sua cultura, o que, entre outros fatores, justifica a presença da literatura brasileira como base da formação de uma ainda incipiente, mas com enorme valor artístico, literatura africana de língua portuguesa. O fator humano, em Angola, deve ser considerado, pois é impossível não mencionar a garra, a persistência e a alegria de que são plenas as pessoas desse país. A definição de alegria como potência de ação, explicada por Spinoza, casa perfeitamente com o espírito do povo angolano que, contra todas as adversidades, enfrenta as dificuldades de sua reabilitação pós-guerra, mas nunca abandona o bom humor, a ironia e a alegria, mantém a leveza mesmo para tratar de assuntos pesados como a guerra e nos mostra uma bela lição de otimismo e resistência. A fundamentação teórica desta análise percorre as ideias propostas por Terry Eagleton, em seu livro *A ideia de cultura* (2011), como paradigma para o estudo da cultura angolana representada na obra de Ondjaki; Frantz Fanon (*Os condenados da terra*, 2005), que aborda as temáticas dos colonizados; Peter Burke (*Variedades de história cultural*, 2000) e Andreas Huyssen, (*Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*, 2004), que abordam questões fundamentais no sentido da construção da memória como formação da identidade, bem como Jacques Le Goff (*História e Memória*, 1990), no que diz respeito à monumentalização da história; Tânia Mecêdo, (*Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa*, 2006) com suas contribuições aos temas da guerra, indissociável da história angolana; a valorização do idoso como fonte de conhecimento e propagação da memória oral, a partir do filósofo malês Hampâté Bâ (*O correio da Unesco*, 1982), Ana Mafalda Leite (*Oralidade & escritas*, 1998) e Laura Padilha (*Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX*, 2007) e os conceitos de memória e suas consequências na formação da identidade refletidos por Inocência Mata (*Contatos e Ressonâncias – Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, 2003).

Edgleice Santos da Silva
Graduando/ Universidade Federal de Ouro Preto

Estruturas de poder em Angola entre os séculos XVII-XVIII

O objetivo desta comunicação é demonstrar em linhas gerais como se deu a ocupação dos portugueses entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII. E como se deram as relações entre as três diferentes frentes de poder que estiveram presentes no Reino do Ndongo - atual Angola; os representantes da Igreja Católica procedentes de várias partes da Europa, representantes da Coroa Portuguesa e as autoridades locais, representado pelo Ngola e seus emissários os sobas. A estrutura política, religiosa e econômica colonial colidiu com as já existentes em Angola e alterou o modo de vida dos Mbundus. Os regimentos portugueses tentaram moldar os hábitos na colônia criando diversos mecanismos de controle. Podemos visualizar isso, através da bibliografia especializada que faz uso dos documentos produzidos entre o século

XVII e XVIII, principalmente pelos missionários que mostram como se deram tais transformações. Obviamente não podemos acreditar na fidedignidade absoluta desses relatos, pois era uma escrita estavam dispostas a vangloriar os feitos dos colonizadores.

Felipe da Silveira Malacco
Mestrando/ Universidade Federal de Minas Gerais

O Oeste Africano e o Comércio Atlântico: um estudo de caso

O oceano Atlântico conecta comercialmente a África, a América e a Europa desde o século XVI. Esta conexão da região do Mundo Atlântico é configurada não apenas pelo oceano que lhe dá o nome, mas também pelos rios que nele deságuam, e que permitiram o contato entre agentes dos três continentes para além das suas respectivas fronteiras com o oceano. Um destes rios é o Gâmbia, cujo curso era navegado a partir do Atlântico desde o século XV e é um local estratégico para o estudo tanto do comércio Atlântico quanto do comércio intra-africano, por ser uma fronteira natural entre dois diferentes domínios morfoclimáticos. O estudo de caso de diferentes regiões africanas e seu contato com o Atlântico é importante para fugirmos da armadilha das generalizações e desconstruirmos a imagem que correntemente é vinculada a África, de simples repositório de mão de obra escrava para as plantações e minas americanas. Ao contrário, este comércio é amplo e variável de acordo com a região africana em questão. A partir de um estudo do comércio Atlântico feito no Rio Gâmbia, que se baseará em fontes escritas produzidas entre 1580 e 1630, pretendemos fazer uma análise dos vários agentes participantes deste comércio: navegantes portugueses, cabo-verdianos, ingleses, holandeses, agentes missionários, lançados, e a agência africana, nomeadamente Fula, Mandinga e Jalofa, que era preeminente nestes contatos comerciais.

Giovanni Garcia Mannarino
Graduado/Universidade Federal Fluminense

Uma análise da religiosidade na África pós-colonial a partir do romance *No longer at ease* de Chinua Achebe

Diversos romances produzidos por autores africanos ao longo do século XX se constituíram enquanto parte fundamental de um amplo movimento de resistência à colonização, de luta pela libertação e de construção das novas nações africanas. Eles tomaram para si a responsabilidade de retratar a história e a cultura de seu povo, abandonando o olhar estereotipado e preconceituoso que os romances produzidos por europeus sobre a África tinham até então. Nesse contexto, a religiosidade será um tema constantemente presente. Isso ocorre por este aspecto ter sido fundamental tanto durante o período colonial quanto após os processos de libertação na África. Colonizadores e colonizados reivindicam o sagrado em seus discursos, seja para justificar e consolidar a dominação ou para resistir e se adaptar a ela e isso é retratado de diversas formas pelos escritores. Nesse sentido, esse trabalho busca refletir sobre como essa temática é tratada na literatura pós-colonial, tomando como base o romance *No longer at ease* (1960) do escritor nigeriano Chinua Achebe. Neste, o personagem principal é Obi, um jovem

nigeriano que volta ao país depois de concluir seus estudos na Inglaterra. Ao longo do livro, ele vive uma série de dinâmicas seja com seus familiares ou com os membros da sua aldeia natal que retratam os embates entre o cristianismo e a religião nativa.

Jeocasta Juliet Oliveira Martins de Freitas
Mestranda/ Universidade Federal de Minas Gerais

As práticas religiosas e suas conexões com os aspectos sociais, políticos e jurídicos na Guiné

Esta apresentação terá como foco de estudo a compreensão e análise de narrativas e representações a respeito das práticas religiosas dos Barbacins, Casangas, Banhuns e Buramos, na região da Guiné, a partir da literatura de viagem produzida sobre a região, no século XVI e início do XVII. Para tanto, foram selecionados três autores principais para a investigação: André A. Almada (1594), Padre Baltasar Barreira (1604-1612) e André Donelha (1625).

Durante a apresentação pretendo demonstrar que embora eu tenha classificado uma série de práticas sociais dos povos da Guiné, como práticas religiosas, é legítimo destacar que esta classificação é externa. As sociedades estudadas não utilizavam este termo e não concebiam as práticas que classifico como religiosas, como uma esfera da vida social diferenciada. Ao contrário, tais práticas (ritos funerários, culto aos antepassados, oferendas e sacrifícios destinados a Chinã) conectavam-se com uma multiplicidade de relações sociais, relações de poder, de parentesco e de justiça. É compreensível, que estas não fizessem parte de um sistema de significados coesos e claros, já que as práticas se definiam através da experiência, através da participação dos membros da sociedade. Desta forma, mais do que determinações sistematizadas, importava a dimensão comportamental e o engajamento corporal, importava pertencer a esta experiência.

Leonam Maxney Carvalho
Doutorando/ Universidade Federal de Minas Gerais

‘Quebrando a Cabeça’: Identidades e representações centro-africanas num processo de homicídio por decapitação: Oliveira, Minas Gerais, 1846

Alguns historiadores afirmam que as representações culturais que se instalaram no Brasil, se reconstruíram unindo vetores africanos, europeus e nativos das Américas, tendo em comum algo que os separava, e também os unia, o “Mundo Atlântico”. Russel-Wood descreve o mundo atlântico como uma interface entre África, Américas e Europa, entendendo que, a partir dos descobrimentos, seja no estudo comercial, político ou cultural, “nenhuma parte possa viver em isolamento” (RUSSELL-WOOD, 2009: 21), devendo ser integradas em suas múltiplas dimensões. Apresenta-se ensaio sobre a história de dois africanos que assassinaram seu senhor por decapitação, na Vila de Oliveira, Minas Gerais, em 1846. Neste texto, se discute sobre as representações das culturas jurídico-penais em suas experiências de vida, considerando um passado cultural mestiço: “africanizado” e, ao mesmo tempo, “crioulizado”. O processo de crioulização foi caracterizado por James Sweet como uma criação cultural nova, “[...] uma reação à escravidão — um mecanismo de defesa, criado nas Américas e praticamente

independente dos elementos específicos do passado africano”(SWEET, 2007: 141). Em muitos casos e dependendo do contexto, servirá como uma ponte de facilitação do processo de africanização, “levando à criação de formas marcadamente ‘africanas’ de cultura escrava”(SWEET, 2007: 158). Ventila-se sobre as ligações entre as representações culturais destes réus e aquelas registradas em regiões centro-africanas em busca dos significados políticos e religiosos para a decapitação de um senhor por seus escravos. Considerando as especificidades das fontes criminais, e as violências e vicissitudes do escravismo mineiro, foram identificadas representações sobre infortúnio e desventura na espiritualidade angolana e congoleza que podem ter se materializado num cativo violento que constantemente colocava senhor e escravo em disputas armadas, e cuja solução política e ritual, ao mesmo tempo, pode ter sido influenciada pela espiritualidade mestiça destes réus, chamados Joaquim Benguela e Francisco Congo.

Lorena Dias Martins
Graduando/Universidade Federal de Minas Gerais

A província de Moçambique e o trabalho forçado

As críticas à escravidão foi uma pauta crescente no colonialismo de finais do século XIX e a demanda pela utilização de mão de obra livre ganhou espaço neste contexto, apesar de realizar-se sob formas de dominação que não excluía abusos e excessos. A compulsividade do trabalho foi um modo de exploração de mão de obra largamente empregado por Portugal para o desenvolvimento e colonização da província de Moçambique e contribuía para o desarranjo tanto social, quanto político e econômico dessas sociedades autóctones. Nesse sentido, procuro apreender as circunstâncias do prolongamento de práticas que podem ser consideradas por muitos como vestígio do escravismo, através de uma legislação desqualificadora da população nativa e aberta à execução de trabalhos forçados.

Mariana Rabêlo de Farias
Graduanda/ Universidade Federal de Minas Gerais

Vanicléia Silva Santos
Professora do Departamento de História da UFMG

Acervos em Marfim em Minas Gerais: documentos, estética, materialidade e trânsitos

Catalogar os acervos em marfim de Minas Gerais, e analisar a origem e circulação dessas peças no século XVIII, são os objetivos desta comunicação, cuja pesquisa faz parte do projeto internacional entre UFMG e Universidade de Lisboa, *The Luso-African Ivories: Inventory, Written Sources, Material Culture and the History of Production*.

Foram realizadas pesquisas em acervos do IEPHA/ MG, IPHAN/ MG e Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte. Além desses acervos, ainda serão pesquisados os arquivos da Casa Borba Gato, em Sabará, que conta com documentos administrativos dos séculos XVIII e XIX, produzidos pelo Cartório do 1º e 2º Ofício da Comarca do Rio das Velhas.

Destacam-se nessa primeira fase da pesquisa, a catalogação da origem e circulação das peças, com predominância da imaginária em marfim do Cristo

Crucificado. Os resultados obtidos até o momento ainda não permitem fazer afirmações conclusivas sobre a origem das peças encontradas em Minas Gerais. Porém, apontam para as hipóteses que auxiliarão na classificação e análise dos marfins, em termos de tipologia, procedência e circulação.

Paula Miranda de Oliveira
Graduanda/Universidade Federal de Minas Gerais

África e Brasil africano: um estudo de caso sobre a abordagem da cultura afro-brasileira no ensino básico

Pretendemos analisar os resultados de um trabalho realizado no ensino básico sobre as relações étnico-culturais brasileiras. África e Brasil africano objetivou abordar da história da África e sua relação com a do Brasil, a fim de promover o debate sobre a cultura afro-brasileira. Tendo como fio condutor as relações de comércio estabelecidas entre Brasil e África Atlântica a partir do século XVI, o curso conteve três partes: a primeira contemplou a história da África para além da diáspora; a segunda destinou-se ao estudo da escravidão, explicitando que ela esteve presente em diferentes tempos e sociedades e não apenas na África; a terceira se centrou na presença africana no Brasil e suas influências na conformação da cultura e do contingente populacional brasileiro, buscando promover um olhar crítico sobre a discriminação da cultura afro-brasileira. Para a análise foram consideradas as atividades realizadas pelos estudantes, as discussões promovidas em sala, e as subjetividades expressas durante o curso. Pretende-se traçar um panorama da recepção desta temática no ensino básico, bem como identificar a urgência de certos debates na sociedade brasileira.

Priscila Angélica Aguiar Marra
Graduanda/Universidade Federal de Minas Gerais

Uma breve análise do Arquivo Histórico de Moçambique: constituição, organização do acervo e adversidades

O presente trabalho resulta da minha participação no Programa de Mobilidade da CAPES – AULP, realizado ao longo do 2º semestre de 2014 na Universidade Eduardo Mondlane. A estadia em Maputo possibilitou o mapeamento do acervo do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), baseado nos inventários disponibilizados aos pesquisadores na unidade do campus universitário. Sendo um dos arquivos mais importantes da África Subsaariana, não é comum encontrarmos informações sobre os tipos de documentos que estão no AHM. O objetivo ao mapear os inventários dos fundos do Arquivo era o de contribuir, sobretudo, para a comunidade acadêmica e para os interessados na História de Moçambique. A partir de um breve histórico do AHM, passando pela sua constituição, aspectos do acervo e adversidades que se apresentam à instituição – e conseqüentemente aos pesquisadores – o trabalho busca problematizar questões como os assuntos tratados nos documentos, os principais períodos cobertos e a classificação documental.

Política editorial e identidade negra: o programa da *Présence Africaine* em seu primeiro número (1947)

Este trabalho procura compreender a proposta editorial e política presente no primeiro número da revista francesa e senegalesa *Présence Africaine*, lançado em 1947. Produzida em meio a um cenário de mudança nas políticas coloniais das antigas potências europeias, impactadas pelas novas dinâmicas pós-Segunda Guerra Mundial, a nova publicação representava uma elite intelectual africana e caribenha francófona presente em Paris. Apresentada por seu primeiro diretor, o senegalês Alioune Diop, em seu artigo inaugural “Niam n’goura ou les raisons d’être de *Présence Africaine*”, como um fórum de discussão e ponto de congregação da multiplicidade dos homens e projetos políticos e literários interessados em promover a revalorização da presença africana na Modernidade ocidental, o órgão que então dava seus primeiros passos seria mais tarde conhecido como a primeira e maior instituição voltada para o mundo cultural francófono africano e negro.

Em 1947, porém, a *Présence Africaine* entrava em cena disputando, a partir da reivindicação do papel de veículo de uma ideia de identidade negra relacionada com o fazer intelectual, ligada ao movimento da *Négritude*, o protagonismo no cenário intelectual francófono. Tomava forma um projeto de fundação intelectual e política para a África e os africanos cujo núcleo duro era formado por uma racialização formal da cultura e da política advindas do discurso negritudiano mobilizado. A argumentação fundamentava-se na construção de imagens do que seria uma “autenticidade africana” em oposição a uma “africanidade cindida”, representada tanto pela imagem do intelectual não-engajado, quanto do “assimilado” ou do “mestiço”, sujeitos marcados pela dupla-identidade e pela negação de uma via dita negra. Esses elementos encontrados no primeiro número em textos de autores como Léopold Sédar Senghor e Abdoulaye Sadjji, em uma “essencialização” dicotômica e normativa do papel do africano em sua libertação cultural e política, seriam parte de uma escolha e seleção, uma política editorial cujo destino e envergadura só seriam definidos ao longo da década seguinte.

Thiago Henrique Mota Silva
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais

A universidade moçambicana na Guerra Fria (1975-1992): internacionalização, conflitos e circulação de ideias na Universidade Eduardo Mondlane

Nesta comunicação, apontarei a emergência do processo de internacionalização das esquerdas políticas e seu impacto em Moçambique, bem como a posterior expansão inflexão do país no campo capitalista, nos anos finais da Guerra Fria. Discutirei a universidade como locus da produção/divulgação/superação de ideias, em constante comunicação com o Estado e a sociedade, no plano nacional e internacional. O recorte cronológico diz respeito à emancipação política moçambicana, em 1975, e o fim da guerra civil que eclodiu no pós-independência, em 1992. Ambos os eventos norteadores são vistos à luz do conflito global, muito evidente na documentação moçambicana: a Guerra Fria, em especial a “Segunda Guerra Fria” (1979-1985), período marcado pelo aumento das hostilidades entre Estados Unidos e aliados e a União das Repúblicas

Socialistas Soviéticas. A seleção do recorte também lança luzes sobre o ingresso de Moçambique independente na dinâmica internacional e, neste íterim, destaco a adesão ao Marxismo-Leninismo em 1977 e, em 1984/5, o ingresso do país em organizações internacionais estatais pró-capitalistas, como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Foram realizadas pesquisas nas unidades do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) e no Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), em Maputo. Ademais, foram realizadas entrevistas com professores e pesquisadores brasileiros e moçambicanos que estão/estiveram vinculados à UEM, a fim de mapear a natureza das relações intelectuais construídas no contexto da formação do Estado pós-colonial moçambicano. Para tanto, dedico especial atenção às dinâmicas internacionais, a fim de compreender as relações entre a principal universidade de Moçambique, as redes de circulação de pessoas e ideias e os impactos desta circulação sobre as políticas do Estado moçambicano, bem como as implicações das políticas adotadas pelo governo sobre a universidade.

Viviane de Souza Lima
Mestranda/ Universidade Federal de Minas Gerais

O Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) (1961 a 1974) e a campanha de apoio à independência dos povos africanos

A luta pela libertação das colônias portuguesas em África nos anos de 1960 não era travada apenas em território local. No Brasil, mais especificamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, havia uma agitação política em apoio às lutas pelas independências das “províncias ultramarinas”. Dentro deste contexto, nasceu, em 1961, o Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA), uma rede de ativistas que reuniu, além de brasileiros e portugueses anticolonialistas, estudantes africanos.

Muitos desses africanos vieram ao Brasil com bolsas de estudos concedidas pelo Governo do presidente Jânio Quadros (1961), uma das ações da Política Externa Independente que tentava aproximar o Brasil do continente africano, opondo-se à política colonial de Portugal. As bolsas de estudo contemplaram não só estudantes de países africanos já independentes, mas também estudantes das colônias portuguesas.

Alguns dos militantes do MABLA foram estudantes da Casa dos Estudantes do Império, em Portugal, por onde passaram nomes que se tornariam líderes das independências das colônias como Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade. Após o início da luta armada nas colônias portuguesas, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) intensificou a perseguição a pessoas consideradas subversivas. Nesse contexto, vir para o Brasil era uma oportunidade para esses estudantes e outros ativistas de movimentos de libertação continuarem a lutar contra o colonialismo português.

Entre seus principais objetivos, o MABLA tentava persuadir a sociedade e o Estado brasileiros a apoiarem a luta pela independência das colônias africanas. Um dos principais instrumentos usados foi a imprensa. Muitos ativistas escreviam artigos de opinião nos jornais O Estado de S.Paulo, Portugal Democrático, e Última Hora, relatando as atrocidades cometidas por Portugal na guerra colonial e divulgavam os efeitos para os povos africanos de anos de subjugação e exploração econômica.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 16 - Família livre, família escrava: múltiplas perspectivas e múltiplos olhares

**Coordenadores: Mateus Rezende de Andrade
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais**

**Fabício Vinhas Manini Angelo
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais**

Ana Caroline Carvalho Miranda
Mestranda/ Universidade Federal de Ouro Preto

Sociabilidades e relações econômicas de mulheres forras na Vila de Pitangui (1750-1820)

O presente projeto de mestrado tem como objetivo central investigar as relações sociais e econômicas das mulheres forras da vila de Pitangui, no período de 1750 a 1820. Para tanto, utilizamos como fontes primárias de nossa pesquisa testamentos, inventários post mortem, ações cíveis, banhos matrimoniais e de batismo e livros de notas, com o intuito de investigar o perfil econômico, os ofícios, bem como as redes de sociabilidades tecidas pelas mesmas na sociedade escravista de Pitangui, importante núcleo comercial e de abastecimento de gêneros alimentícios da capitania de Minas Gerais nos setecentos. Ao lançar mão de tais fontes, buscamos compreender se a alforria foi uma condição social que permitiu tais mulheres, egressas do cativo, constituir padrões sociais intermediários e acumular pecúlio.

Eliane Aparecida Duarte Batista
Mestranda/ Universidade Federal de Ouro Preto

Estrutura agrária e fundiária: O caso da Vila de Piranga (1831-1856)

O presente trabalho tem como objetivo analisar a estrutura agrária e fundiária de uma área da Zona da Mata mineira, Vila de Piranga. Este estudo, delimitado dentre os anos de 1831-56, utiliza-se de informações contidas nos Registros Paroquiais de Terras e nos Inventários post-mortem, pertencentes a esta Vila.

Utiliza-se como base referencial estudos direcionados a história agrária, familiar e demográfica. Cujo método estabelece o cruzamento de dados da documentação indicada. O trabalho consiste num levantamento das localidades presentes na região e a distribuição das propriedades entre elas, num estudo que analisa a natureza dessas propriedades em relação ao tamanho, produção e acesso.

Percebe-se pelas indicações documentais uma dinâmica agrária, além de variados mecanismos de acesso a terra e estratégias utilizadas na manutenção das propriedades, num contexto escravista.

Os casamentos endogâmicos na Família Ferreira da Fonseca

Este trabalho dedica-se a acompanhar e analisar as escolhas matrimoniais realizadas por uma família específica, de sobrenome Ferreira da Fonseca, realizados nas Minas entre 1750 e 1890. A família em questão se estabelece através do casal João Ferreira da Fonseca e Maria da Conceição antes de 1730, mas se expande e ganha notoriedade na Região da Capela de Nossa Senhora da Lapa dos Olhos D'água, Freguesia de Prados, já em meados de 1750 e ali acumula considerável fortuna que é transmitida geracionalmente tendo-se como estratégia principal, os casamentos endogâmicos.

O foco do trabalho é delinear estes casamentos que na quarta geração (entre 1825 e 1847) chega a atingir a marca de 69,04% dos matrimônios realizados por essa família. Se não bastasse esse considerável índice, percebemos que a região da Freguesia mais próxima, Santo Antônio da Lagoa Dourada (erigida em 1832) possuía para o período (1828-1856) apenas 17,97% de endogamia familiar, atingido seu maior índice, 47,13% apenas no período 1856-1893. Nesse último período em questão a família Ferreira da Fonseca, em sua quinta geração (1847-1891) chega a realizar 83% dos matrimônios dentro do próprio grupo familiar.

Keli Carvalho Nobre de Souza
Mestre/ Universidade Federal de Ouro Preto

Tecendo Redes e Construindo Histórias: o apadrinhamento dos escravos adultos no Distrito Diamantino entre os anos de 1744 a 1758

A comunicação pretende apresentar os resultados finais da pesquisa de mestrado intitulada: “Tecendo Redes e Construindo Histórias: o apadrinhamento dos escravos adultos no Distrito Diamantino entre os anos de 1744 a 1758”, defendida na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) no ano de 2013. O objetivo da pesquisa foi verificar quem escolhia os padrinhos dos escravos adultos e as estratégias de quem assim o fazia. Para tanto, utilizei os registros de batismo, cartas, requerimentos, testamentos, alvarás, ordens régias e a genealogia das principais famílias do Distrito Diamantino. A perspectiva metodológica empregada para identificar algumas das estratégias dos que escolhiam os padrinhos dos cativos adultos foi a micro história italiana. A conclusão a que cheguei foi que na maior parte dos casos os senhores foram quem escolheram os padrinhos de seus escravos com a estratégia de expandir suas relações sociais ou reforça-las.

Lucilene Macedo da Costa
Mestranda/ Universidade Federal de Ouro Preto

Vidas femininas na reconstituição das relações familiares e sociais em Minas Gerais, século XVIII-XIX

Através dos métodos da demografia histórica, da História da família e tomando gênero como uma categoria de análise, o principal objetivo desse trabalho é o estudo

das relações sociais e de gênero em Minas Gerais, mais precisamente na região de Guarapiranga, em fins do século XVIII e na primeira metade do século XIX. A reconstituição do contexto demográfico e econômico dos distritos de Manja Léguas e Piranga, seguida de análise da trajetória de vida de duas mulheres compõe o nosso objeto de pesquisa. Os Inventários post-mortem, Testamentos, Listas Nominativas, Registros de Batismo e Processos Matrimoniais constituem-se na base primária dessa pesquisa. As análises quantitativas nos permite uma reconstituição de um contexto social, enquanto as análises qualitativas nos proporciona o estudo das relações familiares, conjugais e de gênero, fazendo com que os dados estatísticos ganhem novo sentido através das relações constituídas pelos sujeitos históricos. Tomando a família como estrutura básica para a vivência social no período analisado, nos propomos a demonstrar como a atuação dos sujeitos históricos demarcam os diversos tipos de organização familiar. A partir da trajetória de indivíduos conseguimos delinear uma rede de relações que vai para além da família e ilustra toda uma trama social através das relações de vizinhança e compadrio.

Mateus Rezende de Andrade
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais

“Honra a teu pai e a tua mãe”: a família na obra de Alcântara Machado

Compreender a história da família no Brasil enquanto um campo autônomo da produção historiográfica perpassa por ter bem demarcado o problema do patriarcalismo na formação da sociedade brasileira e na conseqüente produção acadêmica que dele sucedeu.

Apesar do nome de Alcântara Machado figurar entre os autores que fundaram uma tradição interpretativa e ideológica sobre a família no Brasil, ter sua obra reconhecida como a primeira monografia da moderna historiografia brasileira, pouca ênfase foi dada ao seu pensamento e seus escritos. Entre as principais revisões bibliográficas sobre a História da Família no Brasil, não há um estudo detido na dimensão histórica de sua obra e pensamento como há para autores como Gilberto Freyre e Oliveira Vianna.

Busca-se neste ensaio revisitar a família na obra Vida e Morte do Bandeirante e estabelecer sempre que possível o diálogo com a historiografia da família no Brasil, destacando os diversos elementos da família contidos na obra de Alcântara Machado que foram continuamente utilizados no pensamento social brasileiro.

Pedro Henrique Mourthé de Araújo Costa
Mestrando/ Universidade Federal de São Carlos

Movimentos de expropriação territorial: história, etnografia e circulação de famílias de ex-escravos no Sertão Norte Mineiro

Vítimas de um violento processo de expropriação territorial desde meados de 1930, os quilombolas de Brejo dos Crioulos seguem na luta pelo seu território. Reconhecida como "remanescente de quilombo" em 2004 pela Fundação Cultural Palmares (FCP), a comunidade localiza-se no sertão do Norte de Minas Gerais, na divisa de três municípios - São João da Ponte, Verdelândia e Varzelândia. Neste

trabalho, proponho abordar a "história fundiária" desta comunidade a partir dos temas recorrentes nas narrativas e no acionamento de eventos e marcos da memória deste coletivo. A partir de uma descrição etnográfica, procuro destacar os movimentos de expropriação territorial vivenciados, assim como, suas conexões com outras famílias do "território negro da jahyba" (COSTA, 1999). Como fio condutor deste texto, descrevo o trânsito das famílias de ex-escravos pela mata da Jaíba. Em suas movimentações, essas "redes de irmandade" (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010), como observou Costa (1999, 2001, 2012), procuravam áreas nas quais pudessem manter contato com a sociedade escravocrata sem o risco de serem apanhados e entregues novamente a escravidão, o que possibilitou que essas famílias se fixassem principalmente, mas não exclusivamente, no interior da mata existente no vale do rio que, posteriormente, passou a ser denominado de Verde Grande. Com a fixação nas terras inicia-se a ocupação da área. O período é designado pelos meus interlocutores como tempo da fartura. Além de discorrer sobre este período, em conexão com o tema das famílias, procuro refletir sobre os períodos posteriores, que se desdobram na chegada dos fazendeiros e na fragmentação do território quilombola através da grilagem e invasão das terras por estes. As categorias nativas que são acionadas para lembrar este período são o tempo da divisão e o tempo dos fazendeiros.

Rodrigo Ferreira da Silva
Mestrando/ Universidade Federal da Paraíba

O cotidiano da família escrava no Brasil do século XIX, através da poesia "Tragédia no Lar" de Castro Alves

A Historiografia brasileira está repleta de discussões a cerca da escravidão e principalmente quando nos referimos aos clássicos da historiografia, temos uma visão paternalista de família e escravidão no Brasil do século XIX. Diante das várias análises a que se propõe a história em estudar a escravidão, neste presente estudo tem por finalidade perceber analisar as leituras feitas pelo poeta Castro Alves sobre o cotidiano da família escravizada no Brasil Imperial do século XIX, tomando por base a poesia "Tragédia no Lar" escrita em junho de 1865. Metodologicamente, foi realizado uma levantamento bibliográfico sobre a temática da relação entre a história e a literatura concernente as suas relações de sentidos e possibilidades quanto ao uso das poesias literárias como fontes documentais para a História, bem como, a influência que o poeta teve no Romantismo da terceira geração, tida como a geração condoreira e as reais leituras e intencionalidades do poeta para com a causa da família escravizada em sua poesia escrita para a classe dominante e letrada do país. Cada vez mais, a literatura vem recebendo um forte acolhimento entre os historiadores e as suas releituras através das artes vem possibilitando novos olhares e novas perspectivas a cerca da escravidão por exemplo. Diante deste contexto, destacar a literatura de cunho social a que se propôs Castro Alves é também dar visibilidades aqueles que através dos folhetins jornalísticos do século XIX, puderam provocar ao debate uma sociedade escravagista e tradicional que era a brasileira no Oitocentos. Neste cenário, não pode-se limitar os olhares ou deixar a cargos dos livros tradicionais suas visões e percepções sobre o processo de escravidão vivenciado no Brasil, mas também, não pode-se assumir como verdade as escritas em que os poetas e romancistas fizeram, mas sim, fazer uma análise de suas contribuições e de certo apropriações a cerca da temática, notando assim, a história em suas redações.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 17 - O oitocentos de crise a crise: dinâmicas culturais, sociais, econômicas e políticas no Brasil (1808-1889)

**Coordenadores: Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa
Mestrando/Universidade Federal de Minas Gerais**

**Ana Tereza Landolfi Toledo
Mestranda/ Universidade Federal de Minas Gerais**

**Marcella de Sá Brandão
Mestranda/ Universidade Federal de Minas Gerais**

**Lucas Samuel Quadros
Mestrando/Universidade Federal de Ouro Preto**

**Wéllington Rodrigues e Silva
Mestrando/Universidade Federal de Ouro Preto**

**Adriano Soares Rodrigues
Mestrando/Universidade Federal de Ouro Preto**

Adriano Soares Rodrigues
Mestrando/Universidade Federal de Minas Gerais

À busca de liberdade: fugas de escravos em São Paulo, Zona da Mata e Centro de Minas Gerais (1871-1888)

Neste trabalho apresentaremos algumas conclusões parciais da pesquisa que estamos desenvolvendo no âmbito do mestrado. O objetivo geral da nossa pesquisa é identificar e comparar os padrões de fugas e perfis sócio-demográficos dos escravos fugitivos em três localidades distintas: Oeste da província paulista, Zona da Mata e Centro da província de Minas Gerais, entre os anos de 1871 e 1888. Porém, nesta comunicação, deteremos nossa análise sobre um aspecto específico do padrão de fugas, as motivações. Alguns anúncios de fugas nos fornecem indícios que possibilitam a visualização sobre os possíveis fatores que levaram o escravo a buscar a fuga como meio de liberdade. A indicação de fatores, tais como, o uso da violência física, a ruptura de conquistas geradas pela venda dos escravos para outro senhor e região, as tentativas de retorno ao local de procedência, terra natal ou pela permanência de laços familiares, além da busca pela inserção no mercado de trabalho livre eram recorrentes nos anúncios. Estas séries de informações quantificadas nos dão uma dimensão de como os fugitivos organizaram suas vidas na tentativa de experienciar a liberdade clandestina.

A representação das Cortes: a nação portuguesa entre brasileiros, europeus e toda casta de gente

A Revolução do Porto de 1820 marca de maneira acintosa a história luso-brasileira. Não pela violência – que não se verifica – ou por uma ruptura brusca e permanente – o que seria questionável – mas pela tomada do governo de Portugal. Assim pressionou-se o retorno de D. João VI, obrigando-o jurar uma nova constituição, que se faria através das Cortes convocadas, instaurando-se um novo paradigma. As Cortes não seriam mais a representação dos três Estados, convocadas pelo rei, mas uma reunião dos representantes da nação que, como tais, convocam o rei. Há portanto uma inversão: D. João VI, então soberano, sujeita-se à um novo poder – a soberania da nação, exercida através de seus deputados.

O presente trabalho pretende analisar o que é essa nação, fonte de soberania. Essa definição envolve variadas questões. Aqui me restringirei àquelas que dizem respeito às dificuldades encontradas pelas Cortes em desenvolver um texto constitucional capaz de estabelecer quem faria parte dessa nação portuguesa, tendo nela voz e participação efetiva. Em se tratando de um Reino Unido, com homens nascidos na América, Europa, Ásia e África, nativos de cada uma de suas possessões, escravos e ex-escravos, além de imigrantes e mulheres, definir quem seria português, quem teria cidadania e que cidadania seria essa, foi crucial para os rumos seguidos pela nação portuguesa. Espera-se, por fim, reconhecer em que medida os ruídos oriundos dessa representatividade contribuíram para a formação de uma nação brasileira independente.

Ana Tereza Landolfi Toledo
Mestranda/Universidade Federal de Minas Gerais

As cartas da Independência: uma breve análise dos debates políticos da Independência no Brasil

O traslado da família real portuguesa para América foi um marco vivenciado de distinta maneira dos lados do Atlântico que compunha o Império Luso-brasileiro, inaugurando novos tempos que redirecionava o poder de Lisboa para o Rio de Janeiro. É interessante observar que essa alteração no equilíbrio das relações entre metrópole e colônia afetaria nos pesos políticos no Império. Diante deste desequilíbrio de forças, não tardou em eclodir o que ficou conhecido como a Regeneração Vintista, em 1820, que previa, grosso modo, a substituição das práticas políticas típicas do Antigo Regime pelas medidas liberais, submetendo o Rei a uma Constituição, convertendo, assim, o Império Luso-brasileiro em uma Monarquia Constitucional.

A partir do desdobramento deste processo, percebe-se uma atmosfera de agitações políticas em solo brasileiro, que orbitavam ao impacto da entrada das ideias constitucionais no Brasil, do diálogo das Cortes de Lisboa com os deputados brasileiros e, por fim, da questão do rompimento do Brasil com Portugal e do tema da manutenção da unidade brasileira na montagem do Império. Neste sentido, o clima político experimentado no Brasil propiciou um vasto debate político em uma esfera pública incipiente, e os panfletos foram o meio pelo qual os atores se propuseram a participar

dos rumos que o Brasil deveria tomar. Logo, os panfletos; compreendidos, dentre outros, por cartas abertas, tiveram grande peso no jogo político na época da independência.

Deste modo, a fim de perceber a ação dos atores sociais neste período, propomos analisar as cartas como elemento de debate político. Elegemos para tal a carta endereçada ao príncipe regente enviada pelo padre Manoel Rodrigues da Costa, bem como a missiva destinada ao ouvidor interino Cassiano Esperidião de Melo Matos e outra redigida pelo próprio ao redator da Gazeta do Rio de Janeiro. A partir da análise de tais Cartas abarcaremos discussões relacionadas a defesa da unidade da nação sob a batuta de d. Pedro I, a implantação do constitucionalismo em detrimento ao despotismo e a dificuldade da implantação dos governos provisórios nas províncias.

Caio Cesar Cardoso
Mestrando/ Universidade Federal de São João del Rei

Versos no Sete d’Abril: do liberalismo ao regresso (1833-1836)

O Período Regencial (1831-1840) ficou marcado como a fase conturbada da História do País e motivos não faltam para exemplificar, a saber: as trocas de regentes, os motins, os embates na imprensa, na Câmara dos Deputados e nas ruas eram constantes. Contudo, como aponta Marcello Basile, existem amplas possibilidades de estudos para o período e um número de campos pouco explorados pela historiografia. Nesse sentido, buscando contribuir para o debate sobre o período, a presente comunicação visa apresentar resultados referentes à minha monografia, intitulada “Versos no Sete d’ Abril: Do Liberalismo ao Regresso – (1833 - 1836)”, na qual procurei trabalhar com o uso de versos no periódico Sete d’Abril - este era impresso na Corte do Rio. Para tanto, busquei através da análise dos versos, demonstrar a mudança política do periódico supracitado de Liberal à Regressista.

Felipe Augusto Lopes Moreira
Graduado/Universidade Federal de São João Del Rei

Reorganizar e mudar para manter tudo no mesmo lugar

O presente trabalho tem como objetivo analisar as articulações feitas por setores das elites políticas do interior de Minas Gerais, durante o período final do processo de abolição da escravatura e nos anos subsequentes à abolição, que foram realizadas objetivando resguardar e garantir seu poder e prestígio moral, social e político. Através da análise das medidas legislativas promovidas por estes grupos, poderemos deslumbrar os valores que orientaram e legitimaram tais práticas.

Gabriel Abílio de Lima Oliveira
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais

Religião e política no Império Brasileiro: a Regência de Feijó e o Regresso Conservador (1835-1840)

O trabalho pretende analisar a relação entre os universos da política e da religião no Império Brasileiro, a partir do protagonismo de Diogo Antônio Feijó, um dos principais líderes do clero reformista e integrante dos Liberais Moderados. Destaca-se ainda o movimento do Regresso Conservador, que tomou fôlego em meados da década de 1830 e formou uma sólida oposição à Regência de Feijó (1835-1837), sobretudo a partir das figuras de Bernardo Pereira de Vasconcelos, líder da ala regressista, o qual teve o apoio de Dom Romualdo Antônio de Seixas, Arcebispo Primaz do Brasil. Primeiramente, dar-se-á ênfase às principais propostas do padre regente e do clero reformista com relação às reformas da Igreja brasileira, propostas estas que visavam maior autonomia ante os preceitos da Santa Sé. Em sequência, pretende-se um exercício de compreensão dos termos em que a oposição a Feijó e suas ideias se formou e de que modo ela defendeu os anseios de Roma no tocante às questões da relação entre Estado, Igreja e sociedade no Império brasileiro. Por fim, o trabalho busca refletir sobre um contexto em que uma série de discussões e propostas relativas ao embrionário Estado nacional brasileiro circulava na esfera pública, tal como a apropriação dos preceitos do liberalismo em sua pluralidade de manifestações. Neste ínterim, religião e política davam a tônica de debates que envolviam a Igreja e o clero, agentes politicamente ativos e divergentes em suas percepções sobre o lugar da religião na sociedade brasileira.

Glauber Miranda Florindo
Doutorando/ Universidade Federal Fluminense

Bernardo Pereira de Vasconcelos e o Estado: a trajetória de uma construção

O trabalho tem por objetivo pensar de forma crítica a naturalização da teoria das elites nos trabalhos que tratam do processo de estruturação do Estado no Brasil Imperial. Tal teoria considera que os rumos da política brasileira foram definidos por um grupo, que devido a homogeneidade de treinamento, foi capaz de lidar com as clivagens dos demais grupos espalhados pelo Brasil e manter a unidade do país, e, determinar a construção do Estado a partir de escolhas tomadas dentre restritas opções. Para tanto, faremos uma análise da trajetória de Bernardo Pereira de Vasconcelos, líder do Regresso Conservador, mas também participante ativo da Maré Liberal. Vasconcelos foi um dos autores do Ato Adicional em 1834 e em seguida um dos mais vorazes críticos desta lei e principal líder da sua reforma, a Lei de Interpretação do Ato Adicional em 1840. Se no Senado do Império em 1839, o político mineiro defendeu a necessidade da revisão do Ato Adicional, citando o relatório do Ministério da Justiça de 1835, afirmando que a liberdade para se criar empregos por parte das assembleias legislativas provinciais estava prejudicando a ordem entre as províncias e a Corte. Anos antes, em 1835, enquanto vice-presidente da província de Minas Gerais, Vasconcelos regulamentou uma série de leis promulgadas pela Assembleia Provincial de Minas Gerais, criando empregos e alterando cargos criados em nível nacional. Nesse sentido, a questão: até que ponto o comportamento de Vasconcelos enquanto um membro da dita

elite política imperial é distinto dos demais sujeitos políticos, principalmente dos que desempenharam suas carreiras em âmbito municipal e provincial, mas nunca tiveram expressão nacional? Defendemos ser um caminho promissor, pensarmos atores, tais quais Bernardo Pereira de Vasconcelos como representantes de classes e de frações de classes, sendo o resultado de suas práticas políticas, como postula Bourdieu, dados em função do campo sob os quais estes atores estariam inscritos. Dessa maneira esperamos lançar novas nuances sobre a história do processo de estruturação do Estado no Brasil Imperial.

Guilherme Guimarães Martins
Pós-graduando/Universidade Federal de Juiz de Fora

A Imprensa Científica e os cientistas do século XIX

O presente artigo tem por finalidade desvendar quem eram os homens que “faziam Ciências” nos periódicos científicos publicados na Corte durante a segunda metade do século XIX. Ao recuperar os debates e conceitos presentes nesta imprensa de cunho cientificista, este trabalho pretende analisar como era propagada uma cultura científica na sociedade imperial.

É importante salientar que a pesquisa será canalizada para os discursos científicos que incorporavam práticas instrutivas visando o crescimento nos setores industriais, da agricultura e do comércio e, em conseqüências, o desenvolvimento social e econômico aos moldes das nações européias.

Embora seja possível encontramos uma gama de periódicos que remetem ao tema desde os primeiros decênios do século XIX, o enfoque do trabalho está direcionado para a segunda metade do século. O direcionamento do olhar para essa temporalidade se deve à efervescência das produções científicas nesse período que estavam associados à estabilidade política e social, acompanhada das reformas institucionais no âmbito econômico da conjuntura do Segundo Reinado.

Isabela de Oliveira Dornelas
Graduanda/ Universidade Federal de Minas Gerais

Santo Remédio: Uma análise das dietas da Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei no século XIX

O tema da alimentação tem ganhado cada vez mais espaço dentro dos estudos em História, este pode ser notado como um dos importantes aspectos a ser mais explorado nas agendas da História Cultural ainda mais especificamente, na História da Saúde. Para além do insosso e monótono atual cardápio hospitalar de secundária importância terapêutica, no contexto do século XIX a dieta do paciente é o principal recurso do qual dispunham os estabelecimentos hospitalares para restaurar a saúde perdida e sustentar o paciente convalescente, o que nos move à essa pesquisa que . Esse trabalho busca uma primeira análise sobre o tema da alimentação terapêutica dos hospitais a partir da documentação levantada no arquivo da Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei em Minas Gerais em diálogo com a historiografia que contempla o contexto social, econômico e médico-científico do período para mapearmos essa rotina alimentar terapêutica em consonância com as dinâmicas sociais do contexto.

A organização e o funcionamento da Assembleia Legislativa da província de Minas Gerais em 1835

Em Agosto de 1834, a Câmara dos deputados decretou o Ato Adicional à Constituição política brasileira. A partir desse momento foi determinado que, em cada uma das províncias do Império do Brasil, deveriam ser instaladas Assembleias Legislativas provinciais. A organização do território em províncias dotadas de poderes autônomos estava, ainda, em consonância com o projeto liberal que se afirmava no ocidente, sobretudo, a partir das Revoluções de finais do século XVIII e das primeiras décadas do oitocentos cujo objetivo era superar a complexidade corporativa do Antigo Regime estabelecendo a divisão dos poderes em executivo, legislativo e judiciário. O objetivo desse trabalho é refletir sobre a organização e o funcionamento da Assembleia de Minas Gerais, partindo de seu Regimento Interno aprovado no dia quatro de fevereiro de 1835. É preciso questionar a percepção de que as decisões políticas eram tomadas exclusivamente na Corte do Rio de Janeiro, “cabeça da Monarquia”. Ignorar a diversidade dos interesses políticos expressados no âmbito provincial é perder de vista que se tratava de um Império das Províncias, para usarmos os termos de Maria de Fátima Gouvêa. Torna-se, assim, imprescindível entender como a criação das Assembleias provinciais contribuiu para a formação do Estado nacional brasileiro que exigia unidade, tanto política como territorial.

Lucas Samuel Quadros
Pós-graduando/Universidade Federal de Ouro Preto

A Fisicatura-Mor nas Minas oitocentistas: políticas, funcionários e atuações

O presente trabalho tem como proposição discutir as principais questões e reflexos da medicina em Minas Gerais durante o período que perdurou a atuação da Fisicatura-Mor no Brasil, a saber: entre os anos de 1810 e 1828. O período privilegiado se configura como essencial para a compreensão das empreitadas de legitimação da medicina aos moldes científicos do Iluminismo nas vastidões territoriais do Brasil do início dos oitocentos. Para tanto, toma-se as experiências individuais dos sujeitos envolvidos com as práticas e legislações medicinais na Capitania/Província de Minas Gerais como fio condutor de compreensão do complexo contexto medicinal das Minas nos fins do período colonial e início do Império. Entendo-se que a Fisicatura-Mor é a última instituição de regulação das práticas medicinais no Brasil ainda gestada no Império Português, o trabalho visa entender, concomitantemente, quais foram as influências da Ilustração Lusitana nas práticas de medicina nos domínios brasileiros, trazendo à luz da discussão não apenas os impactos profissionais, como também as questões que dizem respeito ao benefício da saúde dos povos das Minas. Portanto, o intuito é trazer à apreciação os principais fatores e encargos que permeavam o cotidiano desse seguimento profissional em Minas no século XIX, conjugando o esforço do governo das Minas em instruir e instituir uma medicina nos moldes da Ilustração em seus domínios e explorando como realmente as práticas, leituras e legislações

medicinais se davam na vastidão geográfica e nas diversidades culturais e naturais das Minas no período a se tratar.

Marcony Lopes Alves
Graduando/Universidade Federal de Minas Gerais

Notas sobre cachimbos de barro no Brasil (séc. XVIII-XIX)

Os cachimbos de barro (chamados também de “cachimbos de terracota” ou, simplesmente, “cachimbos cerâmicos”) são parte importante do registro arqueológico dos séculos XVIII e XIX, sendo objetos de fascínio de muitos curiosos que criaram grandes coleções. Os cachimbos até o momento não foram alvo de nenhuma pesquisa sistemática em história ou arqueologia, mas são elementos importantes para se pensar a vida cotidiana das camadas mais baixas da sociedade colonial e imperial. Este trabalho busca apresentar algumas considerações sobre manufatura, decoração e uso de cachimbos de barro a partir de uma revisão bibliográfica, da análise de 4 coleções museológicas e do material escavado pela Scientia Consultoria em Conceição do Mato Dentro (MG). São conjugados relatos escritos de viajantes (Saint-Hilaire, príncipe Maximilian, etc.) e iconografia (Debret, Spix, etc.) para se pensar alguns aspectos do uso dos cachimbos de barro, geralmente associados à população escrava. A pesquisa focou-se em um padrão decorativo de cachimbos de barro, chamado de “duas caras”, e acabou por aproximá-los de representações barrocas – algo já sugerido por outros pesquisadores.

Marina Leão de Aquino Barreto
Graduanda/ Universidade Federal da Bahia

“Diz Anastacio, africano liberto”: luta por autonomia e protagonismo negro nos atestados de conduta de 1857

No século XIX no Brasil, notadamente após a Revolta dos Malês em 1835, diversas leis e regulamentos foram criados para regular a autonomia e a circulação de negros libertos e escravos no espaço público. Com o aumento da população liberta no país, as relações entre brancos e negros, que anteriormente eram estabelecidas no âmbito das relações privadas entre senhores e escravos, passam a ser exercidas cada vez mais pelo Estado, sobretudo a esfera municipal. É nesse contexto que se insere a Postura da Câmara Municipal de Salvador de 1857 que estabeleceu a obrigatoriedade da matrícula de todos os ganhadores da cidade. Para se matricular, os ganhadores libertos necessitavam que um senhor branco atestasse sua conduta. Após a regulamentação da lei, inúmeros ganhadores africanos, escravos e libertos, se organizaram em uma greve que assolou as ruas da cidade durante mais de uma semana. Este trabalho partiu da análise de 209 atestados de conduta emitidos em 1857, buscando traçar o perfil dos africanos libertos envolvidos no espectro da lei e avaliar os impactos da postura e da greve negra de 1857 na frequência do registro dos atestados de conduta.

Natália Cristina Rezende da Silva
Graduanda/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E a pena traça Artur

O intelectual, literato, comediógrafo e jornalista Artur Azevedo, nascido em São Luiz do Maranhão, no ano de 1855, era dotado de um espírito crítico inclinado à valorização do popular e, sendo assim, retratou nos palcos e jornais as sensibilidades de uma época, traduzindo ao público os limites, as modificações e as ambiguidades de toda uma sociedade.

Por ter tido suma importância no cenário teatral, literário e artístico da época, a figura de Artur Azevedo foi caricaturada por diversos chargistas da época, como Julião Machado, Angelo Agostini, Calixto Cordeiro e Bernadelli. É pensando nessas representações que propomos um estudo a respeito das caricaturas, a fim de evidenciar possíveis menções à própria personalidade de Artur e à imagem que se propagou dele através do olhar crítico dos chargistas da época.

Nathália Tomagnini Carvalho
Mestranda/Universidade Federal de Minas Gerais

Representações de doença e cura: uma análise histórica da obra *Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros (1844)*

O trabalho a ser apresentado trata-se de projeto de mestrado em desenvolvimento no programa de pós-graduação em História da UFMG, na linha de Ciência e Cultura na História. Tenho como objetivo realizar uma análise histórica da obra *Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos índios brasileiros (1844)*, escrita pelo viajante naturalista Carl Friedrich Philipp von Martius – que esteve no Brasil entre 1817 e 1820 – e publicada na cidade de Munique no ano de 1844. No livro, Martius descreve, a partir de pressupostos da ciência do século XIX, as características físicas dos povos indígenas brasileiros, as doenças que mais os acometiam e suas implicações e formas de tratamento. Além disso, dedica-se ao estudo dos principais remédios utilizados e das práticas e rituais curativos. Pretendo, em minha análise, dar enfoque especial às representações de “doença” e “cura” construídas tanto pelos povos indígenas descritos pelo autor, como pela comunidade de cientistas e viajantes da qual fazia parte. Também espero conseguir compreender a construção histórica de um discurso científico a respeito de uma cultura diferente da europeia do século XIX.

Nívea Carolina Guimarães
Mestranda/ Universidade Federal de Ouro Preto

A Aurora Fluminense: a repercussão do movimento miguelista no Brasil

Ao partir da temática do simpósio “O oitocentos de crise a crise”, busca-se apresentar os resultados parciais da pesquisa de mestrado “O movimento miguelista nas páginas do *Aurora Fluminense (1828-1834)*”, tendo em conta o momento de experimentação política que caracteriza as primeiras décadas do século XIX. Esta pesquisa tem por finalidade investigar as referências ao movimento miguelista em um

dos jornais de maior tiragem na capital do Império, A Aurora Fluminense. O período compreendido nesta pesquisa se mostra como momento de efervescência política no qual se destaca o papel da imprensa periódica em sua íntima ligação com a construção de um espaço de discussão pública. Quanto a Portugal, os anos de 1828 a 1834, momento em que D. Miguel assume o trono, se mostram carregados de embates entre aqueles adeptos da antiga ordem e os que defendiam a Constituição. As ideias do grupo de apoio a D. Miguel, os miguelistas, repercutem no cenário internacional e no caso do Brasil são discutidos à luz do complexo processo de experimentação política, acima referido. Ao expor os resultados parciais da pesquisa, pretende-se elencar fontes que permitam explorar os modos como o miguelismo é apresentado no periódico Aurora. O estudo e problematização dessas referências podem auxiliar na compreensão dos debates públicos no Brasil sobre o governo de D. Miguel e seus adeptos. Esta pesquisa, que propõe estudar as discussões sobre as ações dos miguelistas, através de um dos periódicos de maior circulação na Corte, constitui importante oportunidade para compreender as formas de apreensão desse movimento no Brasil, aspecto ainda pouco explorado pela historiografia.

Raissa Gabrielle Vieira Cirino
Doutoranda/Universidade Federal de Juiz de Fora

Entre a "pátria" e o Império: dinâmica política regional do Maranhão e sua importância para a construção da nação (1825-1831)

Em meio ao processo de revisão historiográfica, as análises acerca das dinâmicas políticas regionais vem ganhando espaço por proporcionarem frutíferas contribuições sobre a Independência e o posterior processo de construção do Estado e da nação. A estruturação das bases administrativas, especialmente as adaptações e renovações das novas e velhas instituições para adequar-se às acepções do poder central, é uma das vias que vem auxiliando a compreender melhor o moroso e complicado processo que transformou as antigas "pátrias" locais em uma nação. Esse intercurso foi ainda mais complexo se considerarmos províncias que, num primeiro momento, se opuseram ao projeto independentista capitaneado pela região centro-sul, como o Maranhão. Visando apresentar esse quadro e suas implicações para o processo de constituição do Estado nacional, analisaremos os trabalhos das duas principais instituições provinciais estabelecidas no Maranhão durante o Primeiro Reinado (1822-1831), o Conselho de Presidência e o Conselho Geral, e suas contribuições para adequar a dita província no imenso mosaico imperial.

Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa
Mestrando/Universidade Federal de Minas Gerais

O crédito na freguesia de Guarapiranga: Uma análise econômica e espacial (1830-1865)

Esse trabalho tem por objetivo analisar o sistema creditício na Freguesia de Guarapiranga durante os anos de 1830 a 1865. Acredita-se que esse sistema foi utilizado como uma forma de controle social, uma vez os devedores estavam vinculados de forma indireta aos credores enquanto as dívidas não fossem salgadas. Além disso, era um

importante mecanismo de manutenção da proeminência social, visto que estratégias sociais como o casamento e batismo eram concomitantes à atividade creditícia. Utilizou-se para a realização dessa pesquisa os inventários post-mortem localizados na Casa Setecentista de Mariana e no Arquivo do Fórum de Piranga, além das Listas Nominativas de 1831/32 e 1838. Por meio de técnicas específicas da demografia histórica foi possível conhecer e entender as dinâmicas populacionais e econômicas da freguesia. Cruzando nominalmente os dados referentes aos credores e devedores da região foi possível, através da Análise de Redes Sociais, a construção de redes que evidenciaram a dinâmica creditícia local. Foi detectada a existência de seis atores centrais ao longo do período analisado. Esses atores eram pessoas vinculadas às atividades comerciais, mas também às atividades agropastoris. Eram senhores de escravos e tinham o crédito como uma atividade complementar para o seu enriquecimento. Além disso, esses atores estabeleceram estratégias matrimoniais entre si, com o intuito de preservação do prestígio social.

Rute Guimarães Torres
Mestranda/ Universidade Federal de Minas Gerais

A crítica ao sistema escravista e a orientação econômica no Brasil Império nas narrativas sobre a degradação da paisagem

Durante todo o século XIX, os viajantes naturalistas estrangeiros adentraram o então território brasileiro e relataram seus estudos sobre a natureza e as comunidades por onde passavam. Ao descreverem a paisagem das regiões percorridas, suas anotações ficaram repletas de críticas às técnicas de mineração e de agricultura, que devastavam matas e encostas dos morros. Dentre os fatores apontados, que contribuíam para a degradação da paisagem, estava as técnicas rudimentares de exploração dos recursos naturais e ao sistema de trabalho ainda vigente no Brasil, a escravidão.

Seus estudos sobre os elementos naturais do país, suas críticas à maneira como se dava a exploração da natureza e a necessidade urgente de se adotar técnicas modernas, utilizando também o trabalho livre, serviram de referência para diversos intelectuais e políticos brasileiros em seus discursos a favor da abolição da escravatura e nas propostas de reorganização econômica do país. Estava em pauta a ideologia do progresso, com auxílio da ciência, e a visão de que um país civilizado e moderno deveria conhecer sua natureza, defender seu território e ter controle sobre seus recursos naturais.

Nossa análise, portanto, privilegia as conexões históricas entre algumas representações da paisagem construídas nos relatos dos naturalistas e nos escritos de políticos e literatos brasileiros e as críticas tanto ao sistema escravista como as orientações econômicas do Brasil Império. Tal abordagem discute também como as interações entre as sociedades e a natureza são realizadas na atribuição de novos valores e significados aos elementos naturais, construindo historicamente as paisagens, e na reorganização social e econômica do país. Para tanto, serão utilizadas as literaturas de viagem, de romance e as de teor político; também jornais e relatórios científicos que trazem para o centro do debate a questão da degradação do ambiente e as propostas de uso das riquezas nacionais de acordo com os princípios científicos próprio das culturas mais modernas.

Política nos semanários de moda: Rio de Janeiro e Buenos Aires nos anos 1830

No intuito de evidenciar de que forma a política estava imbricada em tal evento social, a proposta para esta comunicação é analisar os elementos que compõe a arte cênica no oitocentos, partindo da ida ao teatro, das notícias sobre as representações e dos textos sobre a etiqueta das práticas e regras do teatro. Uma das formas de mapear esses costumes é estudar os periódicos dedicados à moda, ou seja, tudo aquilo referente aos costumes culturais e sociais de uma dada comunidade. Nesse sentido, as principais fontes aqui escolhidas para reconstituir essa específica rede de sociabilidade são os semanários *La Moda* e o *Correio das Modas*. A revista bonaerense *La Moda*, foi lançada num momento de tensão entre o governo de Rosas em Buenos Aires e a tentativa de consolidação da república argentina através de acordos (sempre fracassados) entre as demais províncias. Já o *Correio das Modas*, publicado no Rio de Janeiro traz em seu contexto o governo de Pedro Araújo de Lima na Regência e com ele o fim das políticas liberais, o que acirrou o centralismo político, diminuindo assim, a autonomia das províncias. Os redatores dos dois periódicos utilizavam moda e literatura para comentar as tensões sociais que vivenciavam; e também para desferir críticas políticas, por vezes mascaradas. Trata-se de investigar os títulos das obras e temáticas em cena, bem como a crítica feita às apresentações, para, ainda que de maneira parcial, responder às perguntas: de que maneira os periódicos literários e dedicados à moda abordavam o teatro? Haveria uma relação entre a moda, aqui entendida como conjunto de costumes comuns a uma determinada comunidade (ou parte dela), e os textos e crítica teatrais?

Wélington Rodrigues e Silva
Graduado/Universidade Federal de Ouro Preto

Os tratados de 1810 nos debates da imprensa periódica da emigração em Londres

Com a vinda da família real portuguesa para o território brasileiro em 1808 e a abertura dos portos do Brasil às nações amigas, as trocas comerciais envolvendo o império luso-brasileiro e as outras nações europeias se intensificam. É amplamente discutida pela historiografia sobre o tema a situação de serviência assumida pelo Estado português perante a Inglaterra, principalmente pela quase total dominação inglesa no comércio de produtos manufaturados. Este quadro se agrava com a assinatura, em 1810, dos “tratados de cooperação e amizade”. O conteúdo dos tratados de cooperação e amizade favoreciam, claramente, a nação inglesa frente às outras nações, tendo como um dos maiores pontos de discussão entre luso-brasileiros da época, a cobrança de alíquotas alfandegárias maiores para navios portugueses (16%) que para navios ingleses (15%). O objetivo desta comunicação é apresentar um recorte dessa discussão sobre os resultados dos tratados de 1810. Pretendemos compreender, a partir dos periódicos da chamada imprensa periódica da emigração em Londres, como os resultados dos tratados foram discutidos pelos periodistas àquele momento. Mais especificamente focaremos nossas análises nos primeiros anos que seguem da publicação dos tratados de 1810 nos periódicos *O Correio Braziliense*, que teve como editor Hipólito da Costa; *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, editores Bernardo José de Abrantes e Castro e

Vicente Pedro Nolasco da Cunha e O Portuguez redigido por João Bernardo da Rocha Loureiro. Sobremaneira cada um dos redatores publicaram em seus periódicos críticas aos tratados de 1810 ligadas, basicamente, aos interesses que cada um deles defendiam neste debate. Por estarem publicando de Londres este periodistas compartilhavam de um clima privilegiado para compreendermos as distintas culturas políticas que se contrastam nesta discussão.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 18 - Relações de Poder: Conflitos e Negociações em uma perspectiva histórica no século XX

**Coordenadores: Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Mestrando/Universidade do Estado da Bahia**

**Italo Nelli Borges
Mestrando/Universidade do Estado da Bahia**

**Rosana de Jesus Andrade
Mestrando/Universidade do Estado da Bahia**

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Mestrando/ Universidade do Estado da Bahia

**As abordagens da Ditadura Militar (1964- 1985) no âmbito do regional e do local –
uma breve abordagem**

O presente trabalho é fruto da disciplina “História e Região” oferecida pelo Programa de Pós- Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia. Este tem por objetivo trazer uma breve discussão das relações entre a historiografia que trabalha no âmbito do regional e do local com as questões voltadas à Ditadura civil militar brasileira (1964- 1985). Segundo Muniz (2007), a muito tempo que a história de regiões como o Sul e o Sudeste possuem uma visão de história nacional em relação à áreas como o Nordeste. Além disso, no próprio trato da ditadura com as imagens ou os fatos que marcaram aquela época, as abordagens regionais e locais estão ligadas as relações de poder e de uma perpetuação de histórias ditas nacionais. Nessa conjuntura os livros didáticos funcionam como um ente multiplicador de imagens históricas e de seus fatos. Logo, a presente comunicação também pretende problematizar a localização da história regional e local dentro das discussões sobre os anos de Chumbo no Brasil.

Bruno Vinícius Leite de Moraes
Mestrando/ Universidade Federal de Minas Gerais

***Estreitando o Mundo Negro: a formulação de uma identidade racial de caráter
global e a mobilização negra internacional no século XX***

O estudo do século XX comumente é demarcado pela divisão ideológica do mapa geográfico político mundial entre partidários do modelo capitalista e os partidários do modelo socialista. A partir da Revolução Russa de 1917 a novidade da existência concreta de uma nação na qual imperava a tentativa de estabelecer um modelo socialista se tornará uma espécie de farol a iluminar e inspirar os anseios revolucionários pelo mundo afora. Diversas outras revoluções de esquerda vão se tornar vitoriosas na implantação de experiências políticas alternativas ao modelo liberal-capitalista consolidado no século anterior, de modo que, conforme Emília Viotti Costa

(na sua introdução à coleção “Revoluções do século XX”), se o século XIX foi o século das revoluções liberais, o XX foi o século das revoluções socialistas.

Apesar do enorme poder e repercussão das revoluções de esquerda e a aparente divisão do mundo entre duas grandes esferas político-ideológicas (conforme Eric Hobsbawm em seu influente *A Era dos Extremos*, na década de 1970 mais de 1/3 da população do planeta vivia sob um governo que se dizia socialista), o tema desta comunicação é outro projeto político de enorme destaque e repercussão no século XX: o que se refere à formulação de uma identidade negra de abrangência global. Se no decorrer dos séculos XVIII e XIX a razão iluminista dotou o racismo de um fundamento pretensamente científico, o chamado racialismo, este buscou conceder legitimidade moral a projetos como as leis raciais segregacionistas nos EUA e o colonialismo europeu em África através de um mito de uma inferioridade natural dos negros.

No século XX vemos movimentos negros nos dois lados do Atlântico que partem da percepção de uma discriminação que atinge a todos os negros para criar uma identidade positiva que abrangesse os negros tanto do continente quanto da diáspora. Seja pelo Panafricanismo, o Négritude, ou a consciência negra dos EUA, fala-se de uma identidade negra que se pretende global e que repercutiu nos movimentos de independência africana, nos direitos civis dos EUA e mesmo em lutas contra discriminação racial no Caribe e Brasil.

Glauber Eduardo Nascimento Ribeiro Santos
Mestre/Pontifícia Universidade Católica-Minas Gerais

O discurso reformista e a prática constitucionalista: a atuação dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores na década de 1990

O texto tem como objetivo analisar o reformismo como método de ação política pela perspectiva do Partido dos Trabalhadores (PT) na década de 1990. Os anos 1990 foram marcados pelas propostas reformistas neoliberais e sociais no Brasil. As reformas sociais foram defendidas pelas esquerdas, e principalmente pelo PT, através da luta democrática, institucional e política no país.

As fontes utilizadas são os discursos encontrados no Diário do Congresso Nacional, Seção I e no Diário da Câmara dos Deputados, publicado entre os anos de 1990 e 1998 e disponíveis no site da Câmara dos Deputados. Os deputados federais petistas analisados foram Adão Pretto, Eduardo Jorge e Paulo Paim que atuaram ativamente no plenário da Câmara dos Deputados com a finalidade de defender e regulamentar os itens inclusos na Constituição Federal de 1988 como: a reforma agrária, a previdência social e pelo salário mínimo.

Em termos de análise bibliográfica, os principais trabalhos analisados foram o de Carlos Novaes (1993), Caio Navarro Toledo (1994), Ana Melo (1998), Alan Lacerda (2002), Paulo Leal (2005), Paulo Henrique Martinez (2007) e Sônia Ranincheski e Nathália Cordeiro (2008). Tal literatura dimensiona a opção das esquerdas para a democracia com Caio Navarro Toledo (1994), e do Partido dos Trabalhadores para a ordem com Paulo Henrique Martinez (2007) e para a burocratização com Carlos Novaes (1993). Ana Melo (1998), Paulo Leal (2005), Ranincheski e Cordeiro (2008) analisaram em diferentes perspectivas como atuaram os deputados federais do PT na Câmara dos Deputados.

Pretende-se com este trabalho contribuir com a historiografia sobre a década de 1990, ressaltando a luta parlamentar e institucional travada na Câmara dos Deputados por meio dos discursos em defesa da efetivação da Constituição Federal de 1988 como à ação política e partidária do PT contra as propostas e as práticas neoliberais na década de 1990.

Guilherme Alonso Alves
Graduando/Universidade Federal de Minas Gerais

Uma breve introdução sobre as Brigadas Internacionais e a Guerra Civil Espanhola

Este trabalho é uma pesquisa incipiente não contando ainda com uma pesquisa documental, isto é, o trabalho proposto é pensando apenas a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema. Sendo assim, é apenas uma introdução para uma temática complexa e muito rica em conteúdo. As Brigadas foram uma organização militar cordenada principalmente pelo Partido Comunista Francês em solidariedade à República Espanhola. Cidadãos de 53 nações se envolveram no conflito espanhol através da Brigadas Internacionais, para essas pessoas o conflito não era algo nacional, mas a oposição entre fascismo e os regimes parlamentares. Tal visão é muito plausível devido à participação de tropas dos Exércitos da Alemanha e Itália nos agrupamentos franquistas. De certa maneira, o conflito espanhol e toda sua complexidade internacional eram uma caixa de ressonância para o cenário político europeu, naquela guerra civil estavam colocados os elementos que posteriormente iram implodir a Segunda Guerra Mundial.

Henrique Dias Sobral Silva
Mestrando/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Apontamentos sobre as práticas políticas e culturais dos colonos de Santa Cruz nas cartas ao presidente Vargas (Estado do Rio de Janeiro, 1930-1940)

O objetivo desta comunicação é discutir a relação de homens e mulheres com a política varguista, sendo eles, colonos no núcleo colonial de Santa Cruz, um projeto de colonização agrícola na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro no governo do presidente Getúlio Vargas. Nossa intenção é entender a gênese de negociações e estratégias na luta por direitos, por meio do estudo dos conflitos que moldaram as relações entre colonos e o governo federal. A investigação empírica partiu de um corpus documental, expresso em cartas dos colonos para o presidente, sob a guarda do Arquivo Nacional, referente às questões cotidianas do núcleo colonial de Santa Cruz. O período cronológico contemplado é do início da colonização oficial, em 1930, até a mudança na estrutura da política de colonização com o advento da constituição de 1946. A partir da produção acadêmica mais recente, que tem procurado auxiliar no entendimento do papel do campo e dos camponeses durante a Era Vargas (1930- 1945) nosso trabalho pretende ainda estabelecer contato entre a História política e as práticas culturais desses colonos, na intenção de construir um novo olhar para a relação desses camponeses com a política de então, buscando relativizar as interpretações que afirmam o afastamento simbólico e material do mundo rural durante o primeiro governo Vargas. As conclusões não se

encerram no núcleo de colonização ou na cidade do Rio de Janeiro, mas permitem pensar processos mais amplos no contexto da colonização oficial e a relação entre os trabalhadores rurais e o governo de Getúlio Vargas.

Ítalo Nelli Borges
Mestrando/ Universidade do Estado da Bahia

As Propostas de Glauber Rocha para o Cinema Novo

O Cenário cinematográfico nacional e internacional foi marcado pela obra de Glauber Rocha. Seus filmes foram feitos entre 1960 e 1980. Filmar, conhecer e percorrer diversos ambientes é uma característica presente nos filmes e na vida de Glauber. Nos filmes, temos os sertões representados em Deus e o Diabo na Terra do Sol (1964) e O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro (1969). O litoral candomblecista fica por conta de Barravento (1961). Terra em Transe (1967) contrasta província e capital de um país alegórico ao Brasil. É preciso também levar em consideração suas produções internacionais durante a década de 70. Em suma, sua obra fílmica nos proporciona um grande repertório de espaços históricos a serem, pela interpretação fílmica, desmistificados, postos em perspectivas.

Esses filmes podem ser considerados integrantes de uma corrente cinematográfica chamada Cinema Novo, movimento que durou até o final dos anos 60. No final da década de 1950 vários cineastas estavam interessados em propor um novo cinema para o Brasil. Esse cinema seria desatrelado a estúdios e estaria comprometido com temáticas políticas e sociais utilizando influências de filmagens europeias. Glauber Rocha é reconhecido como o maior expoente desse movimento, para ele o Cinema Novo teria que ser revolucionário propondo mudanças sociais profundos. Esse trabalho pretende analisar em que medida o Cinema Novo foi percebido por Glauber em seus discursos verbais e fílmicos.

O Cinema Novo, em grande medida, rompeu paradigmas de produções fílmicas no Brasil com obras que propunham uma nova consciência histórica para o povo brasileiro. Assim, compreender as noções de Glauber Rocha, ainda que ele tenha sido apenas um cineasta da corrente, se faz de considerável importância para o entendimento de boa parte do cinema brasileiro da década de 1960, uma vez que entre os cineastas cinema-novistas, ele foi o que mais atingiu diferentes públicos.

Marcus Vinícius Costa Lage
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais

A política de esportes varguista (1930-1945) e os clubes de futebol de Belo Horizonte/MG

As análises sobre as interações entre futebol e política comumente apresentam o primeiro governo Vargas (1930-1945), sobretudo após a promulgação do Estado Novo (1937-1945), como inaugurador de uma política oficial para os esportes no Brasil, entendida como sinônimo de educação física, cívica e eugênica. Assim, o intervencionismo varguista sobre os esportes preocupou-se em educar os corpos pelo país, preparando-os para o trabalho e para servir a nação. Nacionalismo que também era

fomentado por meio da censura, difusão e propaganda político-cultural sobre os satisfatórios desempenhos de atletas brasileiros em competições internacionais, com destaque para as representações nacionais de futebol, modalidade esportiva de maior popularidade em vários centros urbanos do país desde as primeiras décadas do século XX. Entretanto, a instrumentalização política varguista das representações nacionais de futebol só teria se viabilizado por meio da adoção de um modelo de organização dos esportes idealizado, em grande medida, pelos clubes “dissidentes” (1933-1937) e historicamente estabelecidos nesse setor, em oposição ao grupo governista articulado na Confederação Brasileira de Desportos. Mais ainda, como tentarei demonstrar, o êxito da propaganda nacionalista esportiva teria se pautado na ressignificação das estruturas esportivas preexistentes, que, no caso do futebol brasileiro, possuíam relação direta com o clubismo, identidade cultural urbana de adesão afetiva de um indivíduo a uma agremiação futebolística, que, naquela ocasião, restringia-se à esfera local. Nesse sentido, por mais que a Prefeitura de Belo Horizonte e o Governo de Minas Gerais tenham viabilizado a política pedagógica varguista para os esportes através da criação das Praças de Esportes a partir de 1933, as interações estabelecidas pelo poder público com os clubes de futebol da capital mineira evidenciam a permanência de práticas políticas estabelecidas ainda nos anos de 1920, reforçando a já existente hierarquização das agremiações esportivas em relação a oferta do espetáculo futebolístico.

Maria Visconti Sales
Mestranda/ Universidade Federal de Minas Gerais

Uma tentativa de compreensão: analisando os conceitos de liberdade, responsabilidade e culpa nos panfletos do grupo Rosa Branca

Rosa Branca foi um grupo de resistência passiva que surgiu em Munique, na Alemanha hitlerista, entre os anos de 1942 e 1943. Seus membros eram estudantes da Universidade de Munique, sendo estes: os irmãos Sophie e Hans Scholl, Christoph Probst, Willi Graf, Alexander Schmorell e o professor Kurt Huber. O grupo contou com os panfletos como forma de disseminar a resistência ao regime nazista, sem que seus integrantes fossem descobertos. Tais panfletos se dirigiam em sua maioria ao povo alemão, sendo, alguns, direcionados a estudantes e jovens.

O presente trabalho busca uma análise dos panfletos do Rosa Branca, dando maior enfoque aos conceitos de liberdade, responsabilidade e culpa, usados em seus escritos. Enquanto o primeiro é uma ideia de liberdade política, de expressão e liberdade individual, o segundo é fundamental para a necessária diferenciação entre culpa e responsabilidade; já que, segundo Hannah Arendt, a culpa é pessoal, enquanto a responsabilidade é política. Neste sentido, a culpa é um sentimento pessoal ligado, principalmente, à moralidade, enquanto a responsabilidade coletiva está inserida no campo político, dentro de uma comunidade.

Vargas e o jornal Correio da Manhã na campanha eleitoral de 1950

Com a chegada das eleições presidenciais no Brasil, marcadas para 3 de outubro de 1950, várias alianças partidárias já haviam sido estabelecidas e nesse momento vários nomes foram aventados para o pleito. No período de “pré-campanha eleitoral”, o nome de Getúlio Vargas foi cotado para a candidatura e o jornal carioca “Correio da Manhã” noticiou essa provável candidatura, tendo por finalidade a oposição ao “ex-ditador”, modo como o jornal se referia à Vargas. Nesse sentido o trabalho aqui proposto, parte da dissertação de mestrado em desenvolvimento junto à Universidade Federal de Ouro Preto, tem por intuito fazer uma análise de como o jornal construiu sua oposição à Vargas na campanha eleitoral de 1950, quais foram seus meios e recursos para isso. O Correio da Manhã foi conhecido por fazer grande oposição à Vargas, em 1950, e dentre seus modos de oposição podemos destacar aqui algumas questões que são peculiares nesse momento recente da democracia brasileira. Primeiro, o antivarguismo do Correio da Manhã se deu antes da homologação da candidatura de Vargas, ou seja, o Correio da Manhã antecipou as críticas à Vargas, o que indica a um só tempo o medo, ou receio, do jornal de Vargas voltar ao poder, e também que a possibilidade de Vargas ganhar o pleito não fosse algo tão improvável, caso contrário a oposição perderia a razão de ser. Segundo, diz respeito à forma como o jornal usou de personagens eminentes para tecer suas críticas e oposição à Vargas, como o ministro da guerra, general Canrobert Pereira da Costa, e José Thomaz Nabuco, sobrinho do abolicionista Joaquim Nabuco. Por fim, o modo de oposição do jornal também é manifestação a contragosto de sua imparcialidade, que se autodenuncia não só pela oposição à Vargas, mas, principalmente pelo explícito apoio à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional. Em síntese esses são alguns resultados pautados na investigação dos modos de oposição feita pelo jornal à campanha de Vargas em 1950, que representa um importante momento na democracia brasileira e da liberdade de imprensa recém-estabelecida nos fins de 1945.

Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos
Mestre/Universidade Estadual de Campinas

O conceito de “república sindicalista” na imprensa conservadora brasileira – origem e usos (1951-1955).

Como parte de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento, este trabalho analisa o conceito de “república sindicalista”. Amplamente difundida por políticos e pela imprensa conservadora brasileira a partir do segundo governo Vargas (1951-1954), essa representação era carregada de sentido negativo. Com efeito, imputava à esquerda trabalhista planos para o estabelecimento no país de um regime discricionário semelhante ao justicialismo argentino. Tendo como fontes os editoriais publicados por jornais conservadores como Tribuna da Imprensa, Correio da Manhã e O Estado de S. Paulo, acompanhamos a construção dessa representação no imaginário político brasileiro e observamos sua origem e seus usos em contextos de crise política, especialmente os meses finais do governo Vargas e o período anterior à eleição

presidencial de 1955. Como esperamos demonstrar, a ideia de uma “república sindicalista” esteve bastante ligada ao forte imaginário antiperonista fabricado desde o final da década de 1940. Teve papel de destaque nesse sentido o jornalista fluminense Carlos Lacerda (UDN-RJ), que costumava atribuir objetivos golpistas aos seus inimigos políticos como forma de justificar sua própria atuação profundamente autoritária.

Rosana de Jesus Andrade
Universidade do Estado da Bahia

O cinema em Cachoeira: Lugar das emoções e da memória em movimento

O presente trabalho pretende apresentar algumas reflexões teórico-metodológicas sobre História Regional e Local, aplicando-a a pesquisa em curso, que reflete sobre o Cine Teatro Glória na cidade de Cachoeira, a fim de observar como o nosso objeto se insere nesta perspectiva histórica. Assim pretendemos compreender como o público cachoeirano se apropriava deste local, como um espaço de entretenimento, entre as décadas de 1950 a 1970, tomado como objeto de pesquisa os possíveis mecanismos de distinção social presentes no referido cinema. O estudo tem como ponto de partida as memórias de alguns frequentadores do cinema e do jornal A Cachoeira, que circulou no período estudado.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 19: Ditadura e Transição Política no Brasil: sociedade, política e cultura no regime militar brasileiro (1964-1985)

**Coordenadores: Juliana Ventura de Souza Fernandes
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais**

**Gabriel Amato Bruno de Lima
Mestrando//Universidade Federal de Minas Gerais**

**Natália Batista
Mestre//Universidade Federal de Minas Gerais**

Alexandre Reis dos Santos
Mestre/ SEEDUC-RJ/CEDERJ

“Sou um menino de mentalidade mediana”: MPB, ufanismo e negritude.

O músico Jorge Duílio de Lima Meneses, o Jorge Ben, é um caso singular dentro da música popular brasileira. Mesmo compondo canções dotadas de um discurso crítico específico – a luta pela igualdade racial –, não foi visto ou retratado como um artista resistente. Sua posição em relação ao regime é ambígua, mas nem por isso foi enquadrado pela memória como um adesista. Analisar a trajetória deste artista nos ajuda a entender o posicionamento dos atores sociais que não estavam nem totalmente no polo da “resistência” nem no da “cooptação” pela ditadura. Outra singularidade deste artista trata-se de que, apesar de se afirmar enquanto negro através de suas canções e performances, não é retratado nem como aguerrido militante do Black Power, nem como “preto-que-ri”. No que concerne às relações raciais no Brasil, a análise da obra e da trajetória deste artista nos ajuda a compreender as especificidades e as lutas sociais e raciais do período. Jorge Ben, através de suas letras e canções, denuncia as desigualdades raciais, sem romper totalmente com a ideia de democracia racial. Ao mesmo tempo, por suas temáticas, nos revela como as histórias dos afrodescendentes eram contadas no campo musical.

Aline Monteiro de Carvalho Silva
Doutorando/Universidade Federal Fluminense

**O fim da ditadura militar e os primeiros anos da redemocratização na
dramaturgia de Dias Gomes**

A proposta desta apresentação é trabalhar com duas produções de Dias Gomes produzidas entre o final dos anos de 1970 e 1980, entre o declínio do regime militar brasileiro e a redemocratização do país. Tanto Campeões do Mundo, escrita em 1979, no final do regime militar, quanto Meu reino por um Cavalo, falam de intelectuais e sobre como percebem as mudanças e acontecimentos do período. Apesar da primeira peça ter um tom mais realista, enquanto a segunda usa de elementos fantásticos, ambas têm em seu texto as análises e perspectivas relativas ao tempo em que foram escritas.

Percebemos as marcas do contexto político e social em suas obras ficcionais. Suas produções, incontestadamente, foram marcadas pela realidade vivida e percebida por ele. Considero que os textos literários recebem essas influências, principalmente no caso de autores críticos da sociedade em que vivem. Não é possível deixar de lado a figura do escritor, também objeto desta reflexão, tendo uma relação estreita entre sua trajetória, o contexto político e social e as obras analisadas.

Dias Gomes faz, como outros autores, um esforço para representar, para idealizar o seu tempo, tendo na ficção um canal para a subjetividade. Em suas produções encontramos o imaginário e a representação de uma época em seu interior. As questões que aparecem nos textos estão atreladas as demandas do presente e as possibilidades que este dá para que o testemunho de sua época venha à tona

As transformações políticas e sociais que ocorreram nas últimas décadas do século XX afetaram Dias Gomes e uma geração de artistas e intelectuais a qual ele estava conectado, que partilhavam de seus ideais políticos, ideológicos, que pensavam sobre arte engajada, tendo eles sido, em boa parte, ligados à esquerda. Em resumo, misturando realidade e ficção, produzindo tanto uma reflexão para si como para os leitores e espectadores de suas obras, Dias Gomes trabalhou com a visão de um intelectual, de um artista em relação as suas vivências no contexto político e social entre o fim do regime militar e a volta da democracia plena no Brasil.

Anna Flávia Arruda Lanna Barreto
Pós-Doutorado/ Universidade Federal de Minas Gerais

Memórias resgatadas, infâncias violadas

No final dos anos de 1970, quando a ditadura militar brasileira anunciava as primeiras medidas de distensão democrática, os regimes militares do Cone Sul (Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile) praticavam medidas de recrudescimento do autoritarismo e de intensificação do aparato repressivo. Prisões arbitrárias, eliminação sumária de militantes políticos, cassações, exílio, banimentos políticos, invasões de domicílios, sequestros e desaparecimento de crianças filhas de militantes políticos ou opositores do regime eram práticas que endossavam a repressão política nos países do Cone Sul e usurpavam os direitos humanos de milhares de brasileiros, chilenos, argentinos, paraguaios e uruguaios. Nossa pesquisa analisa casos de crianças desaparecidas, sequestradas, apropriadas, presas e torturadas, filhas de militantes políticos e opositores das ditaduras do Cone Sul e do Brasil, registrados no Fundo do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul – Clamor (CEDIC –PUC/ SP), entre os anos de 1970-1990 e nos Arquivos do Terror, do Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos (CDyA) da Corte Suprema de Justiça do Paraguai. O argumento central desta pesquisa consiste na afirmação de que os documentos destes arquivos contribuem, de forma significativa, para o resgate da memória histórica do período autoritário e ditatorial no Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, como também para a conhecimento do envolvimento das autoridades militares brasileiras na ação conjunta realizada com os países do Cone Sul no processo de prisão, sequestro, tortura e desaparecimento de milhares de militantes políticos e seus familiares. Há um consenso na historiografia sobre o protagonismo do Brasil em ações de apoio e sustentação das ditaduras que se instalaram no Cone Sul após 1964. Este protagonismo incluía ações de repressão, sobretudo troca de informações, fornecimento de documentos, troca de prisioneiros,

treinamento em área de inteligência e em técnicas de “interrogatório” com a colaboração dos serviços secretos norte-americanos e britânicos.

Beatriz Küller Negri
Pós-graduanda/Universidade Federal do Paraná

Oficina de Músicas de Protesto: enfoque sobre o cantor Zé Ramalho

O tema deste artigo é as músicas de protesto no Brasil a partir principalmente do movimento da MPB (Música Popular Brasileira), que se iniciou em 1960 no Brasil, perpassando por um cenário não só artístico, mas também por um ambiente estudantil e de grandes divergências políticas. Neste contexto, é importante analisar as críticas do cantor Zé Ramalho e o seu olhar sobre as crises do país utilizando duas de suas músicas lançadas em contextos sociais diferentes. A primeira música analisada é de sua autoria Admirável Gado Novo, de 1979, do LP A Peleja do Diabo com o Dono do Céu. Foi lançada, após a aprovação do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), no programa Fantástico. Teve uma aceitação do público, mas foi somente em 1996, quando foi utilizada como trilha sonora de um casal de sem terras na novela Rei do Gado que efetivamente ela teve seu valor reconhecido. A segunda música O Meu País de autoria de Livardo Alves, Orlando Tejo e Gilvan Chaves, foi lançada em 2000, no CD Nação Nordestina. Neste momento, o país já não vivia a Ditadura Militar, mas a música foi alvo de críticas, e novamente o nome do cantor Zé Ramalho circulava no meio das músicas de protesto. Este trabalho se constitui de três momentos: primeiro uma retomada ao tema músicas de protesto como apresentado acima, o segundo é um relato das experiências da sala de aula e do desempenho dos alunos do Colégio Padre Arnaldo Jansen diante da oficina, muitos dos alunos nunca havia ouvido falar sobre músicas de protesto, durante todo o desenvolvimento da oficina eles conseguiram compreender o tema e fazer as associações das músicas de protesto durante a ditadura com as músicas de protesto atuais e o terceiro uma conclusão sobre a oficina com base nos questionários e na opinião expressa ao final da oficina pelos alunos.

Bruno Vinícius Leite de Moraes
Mestrando/ Universidade Federal de Minas Gerais

Alargando a Política: identidade e mobilização negra na canção brasileira no contexto da ditadura militar brasileira.

As reflexões e problematizações a respeito da memória social têm se demonstrado um terreno fértil para análises historiográficas quanto a diversos fenômenos, enriquecendo e diversificando as abordagens de vários objetos históricos no decorrer das últimas décadas. No tocante à ditadura militar brasileira, as abordagens de “memórias subterrâneas” quanto ao período pela historiografia receberam novo fôlego em meio a um contexto de revisão da abordagem sobre o período em uma nova batalha de memória que muitas vezes toma como eixo central a adesão ou resistência da sociedade brasileira ao projeto autoritário. Apesar desta aparente expansão dos estudos, diversos “silêncios” permanecem sobre o período, sendo um deles o da questão racial no Brasil no período dos anos 1960, década de intensa repercussão mundial de lutas pelo fim da segregação racial das leis Jim Crow nos EUA e a descolonização africana.

Nomes como o de Abdias do Nascimento permanecem como um exemplo impactante de escritores em atividade e repercussão preocupados com a questão racial. No campo historiográfico sobre a canção, destacado veículo de circulação de ideias no cotidiano brasileiro, torna-se sintomático a pouca referência a questões que fujam estritamente a uma resistência ao governo ditatorial e/ou referência a uma posição engajada em prol de um projeto político-social associado às propostas das esquerdas.

Deste modo, o objetivo desta comunicação é ressaltar elementos de um discurso reivindicatório em torno da identidade negra e denúncia de preconceito racial (portanto, uma contestação da imagem de democracia racial então hegemônica) em artistas de diverso respaldo popular, como Toni Tornado, Jorge Ben e, com maior destaque nesta apresentação, Wilson Simonal. Estes artistas, comumente distantes do universo ideológico das esquerdas, teriam demonstrado publicamente articulação a uma identidade negra antes da segunda metade dos anos 1970, momento no qual ocorre a rearticulação do movimento negro brasileiro com a criação do Movimento Negro Unificado (1978), em meio à chamada renovação dos movimentos sociais.

Caio Fernandes Barbosa
Mestre

“Entorpecentes”, Ditadura e moralidade: A ideologia militar no Brasil (1968-1974).

O presente trabalho tem como foco a dimensão culturalmente conservadora da ditadura brasileira que, do ponto de vista econômico, se reivindicava desenvolvimentista e modernizadora. O projeto de sociedade aplicado pelos governos militares intensificaram o processo de modernização urbano-industrial, a integração do país no circuito internacional do capital e o desenvolvimento do agronegócio no campo, em diversos aspectos, colidindo com a cultura e a moralidade cristã patriarcal e de base rural, amalgamada ideologicamente por valores tradicionais.

A modernização do Brasil aplicada pelos governos militares, mesmo conservadora, propiciou o maior contato da juventude brasileira com o imaginário juvenil e rebelde da contracultura que eclodia nos países ocidentais provocando uma série de questionamentos dos tradicionalismos e moralismos de origem católica.

Propomos construir nesse trabalho uma narrativa capaz de articular estas diferentes e contraditórias dimensões do regime militar brasileiro: desenvolvimentismo internacionalizante e subordinado na economia, com o tradicionalismo conservador na cultura e na moral. Para isso analisaremos a crescente preocupação entre os militares em relação à juventude e ao uso de substâncias psicoativas.

Desta forma, utilizaremos a questão das drogas como fio condutor da compreensão do conservadorismo militar entre 1968 e 1974.

Camila Barbosa Monção
Graduada/Universidade Federal de Minas Gerais

A grande imprensa e a ditadura militar brasileira: A legitimação do governo militar nas páginas do jornal O Globo

Este trabalho pretende discutir a relação entre a grande imprensa e a ditadura militar brasileira, especialmente a atuação do jornal O Globo durante o período. Para isso, foram analisados editoriais e algumas reportagens do periódico publicados nas décadas de 1960 e 1970.

O trabalho busca, portanto, entender O Globo enquanto veículo de comunicação que divulga e dissemina valores de uma dada cultura política de acordo com o seu público leitor e com seus interesses particulares, sendo sempre o primeiro dependente do segundo e vice-versa. Ademais, esta análise buscará verificar se o posicionamento da grande imprensa, sobretudo d'O Globo, sobre a ditadura militar pode ou não estar relacionado ao apoio de parte da população civil ao golpe em 1964 e à permanência dos militares no poder por mais de 20 anos.

Camila Gonçalves Silva Figueiredo
Doutoranda/ Universidade Federal de Juiz de Fora

Onde estão os comunistas? Um estudo sobre a vigilância ao PCB através das correspondências do DOPS em Minas Gerais entre os anos de 1945 a 1964

O trabalho apresentado é parte integrante das pesquisas para elaboração da tese de doutorado vinculada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Esta apreciação apresenta os resultados parciais das análises das correspondências provenientes do acervo do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais, que está sob custódia do Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte desde 1998. O trabalho realizado pelos agentes do DOPS resultou numa vasta documentação, que possui inúmeras correspondências enviadas e recebidas pela polícia. Dentre as tipologias de correspondências consultadas estão cartas, telegramas e informes oficiais produzidos pelos militares pertencentes ao DOPS mineiro, como, por exemplo, oficiais, investigadores e delegados. Esta comunicação utiliza-se de um montante de cem correspondências oficiais que, apesar do seu caráter formal, confidenciam a rotina dos profissionais que eram designados às ações de vigilância e repressão.

Gabriel Amato Bruno de Lima
Mestrando/Universidade Federal de Minas Gerais

Estudantes universitários e ditadura militar: notas sobre uma problemática de pesquisa

A história dos universitários durante a ditadura militar no Brasil é hoje lembrada por meio do recurso a acontecimentos e personagens que reafirmam a tese de que o estudante é um “oposicionista nato”, um resistente “natural” ao arbítrio estatal em tempos de autoritarismo. Essa narrativa memorialística, cujo marco fundador é a

publicação da segunda edição de O poder jovem por Arthur Poerner em 1979, têm sido reafirmada pela UNE desde a década de 1980 por meio de eventos, discursos, documentários e outras produções artísticas ou intelectuais. Além disso, esses exercícios da memória – seletivos, identitários e socialmente localizados como todo esforço de recordação – acabaram sobrepondo-se à historiografia acadêmica, conformando a própria consciência história contemporânea sobre os estudantes durante a ditadura. Partindo dessas reflexões iniciais, o objetivo deste breve ensaio é problematizar as relações entre os universitários brasileiros e a ditadura militar por meio da análise de acontecimentos relacionados ao programa de extensão Projeto Rondon. Dois estudos de caso, ambos ligados diretamente aos participantes do programa, foram selecionados para analisar a amplitude de possibilidades de comportamentos sociais dos estudantes diante da ditadura – ainda que sem nenhuma pretensão de esgotá-la.

Gisele Gonçalves Dias Pinto
Graduanda/Universidade Federal de Minas Gerais

Marcos Vinícios Corrêa
Graduando/Universidade Federal de Minas Gerais

As Relações entre História e Memória no Contexto da Ditadura Militar Brasileira

Dentre as diversas temáticas discutidas pela historiografia está a questão da memória. As discussões sobre a mesma dificilmente produzem conclusões, sobretudo quando se busca a relação da memória com a história. No entanto, é importante compreender o papel que ela assume nos eventos históricos, como no caso da Ditadura Militar brasileira – evento este que deve ser tratado com muita cautela devido sua proximidade com nossa época e, por consequência, suas feridas ainda manterem-se abertas na sociedade.

Buscar-se-á analisar a conturbada relação existente em discursos sobre a memória e a história (sobre o período supracitado) ressaltando a relação de proximidade que possuem e a importância da narrativa para o historiador, sendo essa tratada com muita cautela, pois, por mais que seja tecida com base metodológica sólida, jamais consegue alcançar a verdade.

Guilherme Alonso Alves
Graduando/ Universidade Federal de Minas Gerais

Os editoriais do Estado de Minas em 1964

Esse trabalho tem por intuito analisar os editoriais do periódico Estado de Minas entre Abril e Dezembro de 1964. Tem-se como ponto de partida o entendimento que o “editorial” é o espaço por excelência do discurso político nos meios de comunicação. Assim sendo, a análise detalhada da argumentação dos editoriais pode nos dar um rico entendimento sobre as argumentações empregadas na ocasião do golpe e as posições política defendida no momento de instauração da ditadura. Sem amenizar o papel das forças armadas no momento e na posterioridade do golpe, esse estudo visa à pluralidade explicativa para os atores desse episódio político, frisando o apoio de parte da sociedade

civil por meio da abordagem do principal veículo de imprensa de Minas Gerais na época.

Gustavo Bianch Silva
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais

O “projeto” educacional dos militares para a educação superior: entre o reformismo e o conservadorismo

O objetivo desta comunicação é discutir a concepção de educação preconizada pelos governos militares no contexto da modernização conservadora brasileira. Certamente, não havia um projeto único e bem delineado pela ditadura, sobretudo diante de uma elite heterogênea com diferentes ideais e interesses diante do governo que se iniciava com o golpe de 1964. Tampouco o anticomunismo comum aos grupos militares era suficiente para manter a coesão das elites envolvidas. A identificação da necessidade de reestruturação do ensino superior passava pelo levantamento de maiores recursos para as universidades para a qualificação de professores, aumento das pós-graduações, incremento da infraestrutura e principalmente, no aumento da oferta de vagas para o ingresso nas instituições. Diante disso, o acionamento da ajuda externa, embora não oferecesse consenso em todas as alas do governo, tornou-se elemento estratégico para o desenvolvimento das universidades. Organismos internacionais, tais como USAID, BIRD, Fundação Ford e Fundação Rockefeller, além de se apresentarem como doadores e credores de recursos financeiros para as universidades, os mesmos também atuaram como agentes ideológicos da modernização. Assim, diversas noções teóricas perpassaram as políticas públicas voltadas para a educação superior nas décadas de 1960 e 1970. A noção do capital humano associado ao desenvolvimento como resultado do crescimento econômico influenciou grandemente na composição dos trâmites decisórios das políticas educacionais. No entanto, a questão levantada nesta pesquisa busca problematizar até que ponto as noções conservadoras aplicadas à reforma universitária se hibridizou com o reformismo do período anterior ao golpe. Para responder esta problematização, a noção de conciliação-acomodação forneceu subsídios teóricos para a compreensão das contradições das ações governamentais para a educação superior no contexto da ditadura militar.

Hudson Leonardo Lima Públio
Graduando/ Universidade Federal de Minas Gerais

Abertura Política e Música Popular Brasileira: Um estudo sobre três canções do Clube da Esquina

A ideia da comunicação partiu do estudo das composições da formação cultural denominada Clube da Esquina e da percepção do papel político e cultural da música e da canção popular na história brasileira. Inseridas no recorte de tempo proposto, as canções Credo (Milton & Brant, EMI, 1978), Sol de Primavera (Guedes & Bastos, EMI, 1979), e Todo Prazer (Borges & Bastos, EMI, 1981) foram compostas por distintos membros do Clube e lançadas no momento de abertura política no Brasil (1974-1985). A análise das canções se debruçará sobre as gravações, considerando as letras, melodias, as escolhas de instrumentos, características da interpretação, entre outros

elementos. Percebem-se expressões de esperança e otimismo pretendidas pelos compositores, correspondendo às aspirações por liberdade e democracia. Considerando a intertextualidade, sugiro um diálogo com canções compostas no momento mais fechado da Ditadura (1968-1974), para perceber os contrastes nas relações entre canções e diferentes momentos políticos. Concluirei salientando como essa investigação proposta ajuda a refinar o entendimento sobre esse período do ponto de vista da história e da cultura.

Jessica Machado de Souza
Graduanda/Universidade Federal de Minas Gerais

Invasão da Faculdade de Medicina da UFMG: Uma análise crítica do inquérito policial

Este artigo busca compreender a importância do movimento estudantil durante a ditadura militar, destacando as discussões e reivindicações sobre a precarização do ensino superior. O principal enfoque será buscar compreender a luz de fatos marcantes do movimento estudantil nacional as especificidades da invasão da faculdade de medicina da UFMG. Tendo como fonte o relatório da comissão especial de inquérito enviado aos membros da congregação da faculdade em questão, o objetivo principal é compreender o movimento dentro de suas características buscando elementos que nos permita abranger estratégias de resistência contra a repressão e supressão de direitos que são características do regime militar.

Juliana Ventura de Souza Fernandes
Doutoranda/Universidade Federal de Minas Gerais

As relações entre política indigenista e repressão política em Minas Gerais (1966-1984): desenvolvimentismo, violência estatal e militarização no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985)

Nessa comunicação, tem-se por objetivo analisar as relações entre a política indigenista e a repressão a populações indígenas em Minas Gerais entre os anos de 1967 e 1984. Procuraremos destacar as peculiaridades nas estratégias de repressão mobilizadas contra populações indígenas, evidenciando as múltiplas dimensões políticas e culturais que as sustentaram. Uma delas relaciona-se à questão dos projetos desenvolvimentistas capitaneados pelo governo federal nesse período. Assim, a administração estatal dos indígenas tornou-se um tema político importante, já que várias etnias se encontravam em áreas de interesse estratégico. A escolha de Minas Gerais para nosso campo de análise se justifica, nesse sentido, pelas seguintes razões. Primeiro, a política indigenista aplicada ao estado por parte do órgão máximo da gestão das comunidades indígenas, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), retomou padrões estabelecidos pelo recém-extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Isso significa dizer que Minas, que estava fora de áreas estratégicas no que tange a implantação de grandes obras de infraestrutura durante a ditadura, teve a administração da questão indígena atribuída ao governo estadual mineiro. A negociação dessa transferência começou antes da criação da FUNAI, quando em 1966, o SPI definiu que o controle da Ajudância Minas-Bahia passaria à Polícia Militar de Minas Gerais. A partir desse

momento, o estado mineiro passou a protagonizar um processo de militarização da política destinada à tutela indígena por parte dos órgãos federais.

Marcelo Rodrigues Dias
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais

Os conflitos políticos e ideológicos da década de 60 na diocese de Campanha

A sociedade brasileira no alvorecer da década de 60 do século XX passava por um momento político turbulento. O mundo cristão e ocidental mostrava-se alarmado diante dos perigos reais e imaginários que o espreitavam. A Guerra fria e a alternativa comunista, a ameaça nuclear, as guerras de independência no terceiro mundo, as posições reformistas do Papa João XXIII, todos estes fatores balançaram as estruturas da sociedade e da Igreja Católica daquele momento.

Os embates e dilemas por que passaram o catolicismo no Brasil e no mundo também alcançaram a pequena diocese de Campanha no interior de Minas. É o que atestam as páginas do periódico católico Voz Diocesana, arauto das mensagens sagradas e terrenas naquela cidade, além do jornal Tribuna do Estudante de Três Corações. Os acervos da Mitra Diocesana de Campanha, do Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort e da Biblioteca Darcy Brasil de Três Corações revelam a encruzilhada por que o pensamento católico passava. O revolto panorama político brasileiro era repercutido intensamente e os tensos confrontos ideológicos aguçavam os imaginários e ânimos dos cidadãos daquela diocese.

Tal contexto tumultuado ganhava agravantes provenientes da realização do Concílio Vaticano II implementado pelo renovador Papa João XXIII e a publicação de encíclicas divulgadoras da Doutrina Social da Igreja como a Mater et Magistra (15 de maio de 1961) e a Pacem in Terris (30 de abril de 1963). Coincide com este momento histórico uma série de propostas de reformas urgentes que o presidente Governo João Goulart queria implementar na sociedade, as chamadas reformas de base.

Este presente estudo tem como foco os anos que permearam o golpe civil-militar de 1964, tendo os reflexos deste dado acontecimento como pontos altamente relevantes da pesquisa. Tanto o panorama que precedeu como o que sucedeu a quebra do regime democrático são abordados nos periódicos analisados. Simultaneamente à abordagem destes jornais regionais houve um acompanhamento pontual dos principais jornais do país na época com o intuito de contrabalançar as apurações sobre os temas repercutidos.

Mariana Rodrigues Rosell
Mestranda/ Universidade de São Paulo

Dramaturgia Brasileira nos anos 1970: reorganização e resistência

Desde o início do regime militar brasileiro, as artes foram um dos principais espaços onde se articularam as oposições ao governo autoritário. O teatro, especificamente, teve papel fundamental nesse contexto, dando voz a diferentes projetos políticos e manifestações de resistência e promovendo e refletindo importantes debates acerca dos diversos posicionamentos das esquerdas diante do regime autoritário. Essa comunicação visa apontar questões relevantes para a compreensão do lugar da dramaturgia comunista nesse contexto de resistência e observar como um projeto

cultural vinculado ao projeto político do Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve no teatro destacado meio de articulação, apesar do fracasso do PCB em formular uma política cultural durante todo o regime militar. Além disso, pretendemos investigar como dramaturgos já experientes em termos de teatro político buscaram se reorganizar nos anos 1970 para retomar os palcos e trazer de volta o público, colapsado após a experiência das encenações do teatro de agressão. Para isso, analisamos, principalmente, quatro peças paradigmáticas nesse sentido, tanto em termos dramaturgicos como em termos políticos: O Último Carro (1967/1976), de João das Neves; Um grito parado no ar (1973), de Gianfrancesco Guarnieri; Rasga Coração (1974/1979), de Oduvaldo Vianna Filho e Gota D'Água (1975), de Paulo Pontes e Chico Buarque.

Mauro Eustáquio Costa Teixeira
Doutorando/ Universidade Federal de Ouro Preto

Memória e silenciamento durante a transição: o caso Bete Mendes (1985)

Em agosto de 1985, acompanhando o Presidente José Sarney em visita oficial ao Uruguai, a deputada Bete Mendes, ex-militante da Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR – Palmares), presa e torturada em São Paulo, em 1970, reconheceu no adido militar brasileiro naquele país, Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o chefe de seus torturadores. Na volta ao Brasil, a deputada encaminhou carta ao presidente denunciando Ustra e pedindo sua remoção.

O episódio desencadeou reações bastante enérgicas por parte de altos oficiais do Exército – inclusive e principalmente o Ministro – que julgavam afrontosas as denúncias da deputada. Também entre lideranças políticas civis, bem como nos editoriais da grande imprensa, a recepção à iniciativa de Bete Mendes foi, predominantemente, muito negativa. De forma geral, podemos identificar, nestes três setores, variações de um discurso que propunha (ou buscava impor, conforme o caso) o silenciamento das lembranças da violência política dos anos 1960 e 1970, tido por eles como condição sine qua non para a superação da ditadura.

Em tais discursos, imiscuem-se conceitos sobre o passar do tempo e sobre as formas “corretas” ou “oportunas” de se lidar com o passado. Assim, aquelas falas fazem revelações importantes acerca da cultura histórica predominante nas elites políticas brasileiras no período da “transição democrática”. Esta cultura histórica, por sua vez, ilumina aspectos centrais das identidades político-ideológicas das referidas elites, permitindo, assim, um melhor entendimento dos rumos tomados pela “Nova República”.

Moniquele Silva de Araújo
Mestranda/Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Necessidade da arte em estados de exceção: em estudo do “Jornal da Poesia” de 1973

A pesquisa propõe uma articulação entre a poesia e o estado de exceção, entre a necessidade política e jurídica do estado de exceção e a necessidade poética, que chama atenção no Brasil da década de 1970 sob o regime ditatorial. As questões abordadas aqui colocam em perspectiva a compreensão de um estado de exceção em permanência

a partir da construção de um modelo de estado moderno que está em desenvolvimento nos dias de hoje. O “Jornal da Poesia” publicado dentro do caderno B do Jornal do Brasil em 1973 - nos meses de Setembro, Outubro e Novembro, organizado por Affonso Romano de Sant’Anna por recomendação do jornalista Alberto Dines – foi um dos importantes focos do surto poético brasileiro na década de 1970. Do contexto político de ditadura civil-militar e do “milagre econômico” surgiu o que foi chamado de “a necessária poesia”, conforme o texto de abertura do primeiro número do jornal, que chamava atenção para o período de efervescência poética e dizia ter por objetivo “fornecer um panorama da poesia brasileira” daquele tempo. Sendo assim, a proposta é pensar a necessidade da arte-poesia e sua relação com o estado de exceção ou a ditadura civil-militar brasileira.

Natália Cristina Batista
Mestre/Universidade Federal de Minas Gerais

Artistas ou intelectuais: engajamento artístico e político no Grupo Opinião

Pensar a produção artística produzida no período da ditadura militar sem enfrentar a discussão do papel do intelectual faz-se quase impossível. A participação dos intelectuais nesse contexto não pode ser subestimada e sugere-nos uma questão importante: quais os limites entre “ser intelectual” e “ser artista”? A divisão entre artistas e intelectuais era quase imperceptível, principalmente quando nos referimos à atuação de artistas engajados na esquerda comunista. Para perceber tais aproximações tomaremos como estudo de caso o Grupo Opinião, fundado na cidade do Rio de Janeiro em 1964. O Grupo Opinião pode ser considerado o principal representante do frentismo cultural do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as montagens assinadas pelo grupo frequentemente colocavam em cena a necessidade de uma política frentista para isolar o regime militar e possibilitar o retorno à democracia. O grupo, em sua formação inicial, foi composto por oito integrantes, todos vinculados ao partido comunista e oriundos do CPC da UNE. Eram eles: Armando Costa, Denoy de Oliveira, Ferreira Gullar, João das Neves, Oduvaldo Viana Filho, Paulo Pontes, Pichin Plá e Thereza Aragão. A própria formação inicial e as múltiplas características dos artistas que fundaram o grupo permitem-nos perceber o quanto as relações entre os campos foram complexas e ambíguas. Será nosso objetivo investigar as aproximações entre tais campos e construir possibilidades interpretativas que nos permitam compreender o conceito de “intelectual” no contexto analisado.

Philippe Maurice Hugo Marie Urvoy De Portzamparc
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais

Movimentos de bairros e luta pelo direito à cidade durante o regime militar brasileiro na cidade de Belo Horizonte

O presente trabalho pretende desenvolver uma reflexão acerca dos movimentos de bairros que eclodiram em Belo Horizonte durante o período do regime militar, tendo como pauta principal a luta pelo direito à moradia, em um contexto de forte repressão à moradia informal desempenhado pelo regime.

Após uma forte mobilização ocorrida nos bairros populares, entre os anos 1950 e o início dos anos 1960 a favor da reforma urbana e do direito à moradia, o Golpe de 1964 inaugura um período de repressão sistemática aos movimentos sociais e de erradicação das favelas nas grandes cidades brasileiras. Após a criação do Banco Nacional da Habitação inicia-se uma política que visa substituir o urbanismo informal pelos conjuntos habitacionais recentemente construídos, removendo as populações de diversas favelas para moradias construídas em áreas desvalorizadas, nas periferias dos centros urbanos.

Em Belo Horizonte, apesar da forte repressão sofrida pelos movimentos organizados de favelados no princípio do regime militar, alguns movimentos continuam a atuar de forma clandestina no decorrer dos anos 1960. Nos anos 1970, diversos movimentos de bairros passam a se organizar de forma mais concreta, não somente nas favelas mas também em bairros de classe média baixa, por vezes com a ajuda de setores progressistas da Igreja. Além da questão da moradia, emergem outras pautas, ligadas à necessidade de infra-estruturas básicas, à organização interna dos próprios bairros e ao direito à cidade em geral.

Como se organizam esses movimentos? De qual forma eles procuram desconstruir as relações de dominação e dependência impostas na estrutura social urbana desenvolvendo estratégias para atuar apesar da repressão desempenhada pelo regime?

Rafael Barbosa Fialho Martins
Mestrando/Universidade Federal de Minas Gerais

Gabriella Hauber Pimentel
Mestranda/Universidade Federal de Minas Gerais

Histórias de vida e visibilidade no debate político sobre a ditadura militar no Brasil: o caso da telenovela Amor e Revolução

O artigo analisa os depoimentos reais de pessoas envolvidas na luta contra a Ditadura Militar no Brasil, que foram exibidos na telenovela Amor e Revolução (SBT, 2011), os quais coadunam com os interesses da Comissão Nacional da Verdade e nos ajudam a compreender não apenas o período ditatorial vivido pelo país como também os desdobramentos do regime 50 anos depois, tendo em vista a íntima relação da telenovela com a sociedade brasileira. Para a discussão lançamos mão de reflexões teóricas sobre o papel das histórias de vida em situações de debate político, e nossa análise demonstra que, no caso em questão, tais histórias contribuíram principalmente para dar visibilidade ao tema da ditadura.

Renata Cristina Silva
Graduanda/Universidade Federal de Minas Gerais

Poluição do Ar: Uma ameaça invisível – O caso da fábrica de Cimentos Itaú Portland (1975 – 1988)

O objetivo da proposta é apresentar o andamento da pesquisa sobre poluição atmosférica no Brasil, a partir do evento ocorrido com a Companhia de Cimentos Itaú

Portland, em agosto de 1975, na cidade de Contagem, Minas Gerais. O então prefeito, Newton Cardoso, aliado à comunidade local decretou o fechamento da Itaú, até que a liminar que a obrigava a instalar filtros antipoluentes em suas chaminés fosse cumprida. O Caso Itaú ganhou repercussão nacional e teve grande cobertura das mídias impressas e de TV, até que o presidente Ernesto Geisel baixou o DECRETO-LEI Nº 1.413, de 14/08/1975, que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais e pôs fim àquele embate. Ao ocupar-se, em especial, da análise do acervo fílmico de reportagens da TV GLOBO, produzido entre 1975 e 1988 (ano de fechamento da fábrica), e disponível no Museu da Imagem e do Som, em Belo Horizonte, a pesquisa se propõe a refletir sobre a importância do episódio para que discussões acerca da preservação da qualidade do ar, do bem-estar e da saúde ganhassem coro no país naquele período através de uma abordagem que conflui história, sociedade, economia, política e natureza.

Thaís Fleck Olegário
Graduanda/ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

ADEMAT A Voz da Classe Produtora: Prelúdios do Golpe civil militar de 1964 em Campo Grande (MT)

A Ação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT) foi uma organização civil, criada em abril de 1963, composta por latifundiários mato-grossenses. A Ação estava vinculada ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), e o representava no plano regional. Esta pesquisa tem por objetivo, a análise da ADEMAT como instituição, destacando seu caráter de organização de classe, explorando sua formação, e o perfil dos seus integrantes, bem como, a abordagem do conteúdo ideológico anticomunista, divulgado pela Ação, nas publicações semanais de sua coluna no Jornal O Matogrossense, entre os anos de 1963 e 1964. Através do complexo: Ação Democrática e Imprensa, a ADEMAT tornou-se a “Voz da Classe Produtora”, e atuando sob a bandeira de defesa da democracia, conspirou para a derrubada do regime democrático. Em linhas gerais, este estudo trata da participação civil no golpe de 1964 no Brasil.

Valdeci da Silva Cunha
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais

O Suplemento Literário do jornal Minas Gerais e a ditadura militar no Brasil

A comunicação propõe-se a analisar o surgimento e a trajetória do Suplemento Literário do jornal Minas Gerais nos marcos temporais da Ditadura Militar no Brasil, com um recorte situado nas décadas de 1960 e 70. Surgido em Belo Horizonte no ano de 1966, período que Minas Gerais foi governado por Israel Pinheiro, eleito pela oposição ao regime militar, o Suplemento Literário configurou-se em um importante espaço para a expressão de escritores, artistas, cronistas, poetas, ensaístas, historiadores, dentre outros, em um projeto editorial que conseguiu ligar a capital do Estado tanto com as cidades do interior de Minas Gerais com o resto do país e para além de seus limites. Destacou-se a importância da constituição de um grupo de intelectuais e a elaboração e difusão de uma rede de saberes. Ao ter a frente do grupo o escritor Murilo Rubião, que

viria ocupar um importante lugar como intelectual/mediador cultural entre o projeto institucional de criação do impresso e os seus colaboradores, o projeto congregou nomes como Affonso Ávila, Laís Corrêa de Araújo, Aires da Mata Machado Filho, Márcio Sampaio, dentre outros. O interesse do estudo situa-se em entender, entre outras questões, como o impresso lidou com o período em questão no que diz respeito à censura, às práticas e formas de ser intelectual, às negociações, resistências e/ou adesões políticas, às estratégias discursivas elaboradas, os temas elaborados (e os não explicitados), enfim, que nos deem substratos para pensar o próprio itinerário de um impresso situado nos “anos de chumbo”. Como universo documental, serão de interesse da pesquisa a análise, por um lado, do conteúdo do impresso em questão e, por outro, depoimentos – colhidos durante e posteriormente à ligação dos principais personagens com a publicação –, memórias, cartas, biografias, a produção intelectual, dentre outras fontes possíveis, para a elaboração de uma narrativa histórica que nos ofereça um primeiro acesso, quiçá fragmentado e lacunar, sobre as relações entre a ação intelectual, uma publicação e o seu tempo.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 20: Cultura Intelectual Brasileira

**Coordenadores: Valdeci da Silva Cunha
Doutorando/ Universidade Federal de Minas Gerais**

**Tiago Lenine
Doutorando/ Universidade Federal de Minas Gerais**

**Raul Lanari
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais**

Beatriz Küller Negri
Pós-graduada/Universidade Federal do Paraná

Cultura pontagrossense nos Cine-Teatros

Os Cine-Teatros desde seu início vem sendo uma das melhores formas de lazer, trazendo na sua diversidade a diversão de todas as idades, exibiam filmes abrilhantados ao som de pianos e orquestras, peças teatrais e musicais. Em Ponta Grossa, no ano de 1906 surge a primeira casa cinematográfica Cine Recreio, para enriquecer a sessão do cinema mudo, Manoel Cirilo Ferreira fazia o acompanhamento musical. Posteriormente em 1911, era a vez de o Teatro Renascença abrir suas portas. Desde sua abertura até o ano em que ele fechou suas portas em 1964, foi um dos mais procurados Cine-Teatros de Ponta Grossa. Ele trazia para abrilhantar as sessões Jorge Holzmann e a Banda Lyra dos Campos. Mesmo quando em 1950 inaugura o Cine Ópera que vem para ser o grande inovador, o “Rena” continua sendo um dos preferidos, principalmente nas matines de domingo, além de ter sido o primeiro cinema no Paraná a exibir em 1931 filmes com áudio. Os cinemas vão surgindo e se ampliando a partir das necessidades da população. Durante a década de 60, Ponta Grossa vivia em um momento econômico favorável, sendo uma cidade do interior do Paraná bem desenvolvida, terra de entroncamentos rodo-ferroviário, e grande produtora de soja. Para atender a demanda cultural das pessoas que vinham para a “Princesa dos Campos” em busca de melhores trabalhos e condição de vida, Ponta Grossa contava com cinco cinemas: Caribe, Pax, Inajá, Ópera e Império. O cinema era muito mais do que somente o filme, o espetáculo ou o espaço, era o convívio da sociedade, e se estendia muito além do fim da sessão. As matines do “Rena” se iniciavam na Rua XV de Novembro com o passear das moças e os grupinhos de rapazes, aos poucos todos se reuniam para a sessão, e após o termino os adultos se reuniam para conversar e os jovens para as paqueras. Com o fechamento do Cine Inajá em 2001, e a abertura das salas de cinema no Cinesystem Shopping Total em 2000, Ponta Grossa perde um dos melhores espaços culturais da cidade, o shopping limitou muito seu público, as famílias que tinham como lazer ir ao cinema agora necessitam de novas maneiras de lazer, que as salas de cinema modernas não supriram.

Movimento Nacionalista Brasileiro e seus diálogos com a cultura intelectual brasileira

O presente texto pretende discorrer sobre a trajetória do movimento nacionalista no Brasil entre 1956 e 1964. Parte-se do pressuposto que o referido movimento político, apesar de desenvolver demandas em grande medida circunscritas a sua experiência temporal, carregava certas permanências construídas pela intelectualidade brasileira entre fins do século XIX e ao longo do século XX. Assim, paralelamente ao debate sobre a introdução do capital estrangeiro na Petrobrás, discutia-se o problema do atraso brasileiro – debate comum desde o fim do século XIX – sob a perspectiva da teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. Em síntese, pretende-se demonstrar que o movimento nacionalista brasileiro teceu permanente diálogo com – o pensamento social e político brasileiro – a cultura intelectual brasileira.

Henrique Brener Vertchenko
Mestrando/Universidade Federal de Minas Gerais

“Le Théâtre Brésilien”: (auto)representações do teatro brasileiro

O objetivo deste trabalho é a análise de algumas representações do teatro brasileiro no exterior, sobretudo na França, nas décadas de 1930 e 1940, por meio de escritos de agentes do meio teatral e de instituições. O período é crucial pelo que historiograficamente ficou conhecido como a “modernização” do nosso teatro e pela conformação de políticas culturais oficiais para o setor no governo Vargas, principalmente com a criação do Serviço Nacional de Teatro em 1937, assim como a maior integração de associações de classe, como a Casa dos Artistas, a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais e a Associação Brasileira de Críticos Teatrais. Para tanto, tratarei de três fontes-objetos: o relatório intitulado “Le Théâtre Brésilien” apresentado no “Xme. Congrès International de Théâtre à Paris” em 1937, pelo delegado oficial do Brasil Raul Pedroza, autor, diretor da “Associação dos Artistas Brasileiros” e secretário do “P.E.N. Clube do Brasil”; correspondências endereçadas a Paschoal Carlos Magno - agitador cultural e teatrólogo, fundador do Teatro do Estudante do Brasil em 1938 - no sentido de divulgação do teatro nacional, considerando o cargo de diplomata exercido por ele entre o ano de 1933 e meados da década de 1940 principalmente na Inglaterra; e cartas trocadas entre Brício de Abreu - crítico teatral, fundador da revista “Dom Casmurro”, próximo das instituições e cultura francesas - e figuras como Luiz Iglésias, em temporada teatral na Europa, o encenador Louis Jouvet, presidente da “Société d’Histoire Du Théâtre”, Léon Chancerel, presidente do “Centre Dramatique”, e o escritor Julien Benda. Esses fragmentos de diálogos dispersos entre intelectuais ligados ao campo artístico podem revelar aspectos da construção de uma identidade do teatro nacional, por meio da exposição e difusão de autoimagens e pelos trânsitos que envolvem a discussão de idéias, panoramas nacionais, associações, textos teatrais e traduções. Nesse sentido, a noção desses sujeitos de modernização e de um

desenvolvimento e progresso teatrais em curso aponta para a configuração de uma consciência histórica para o teatro.

Hugo Mateus Gonçalves Rocha
Mestrando/ Universidade Federal de Minas Gerais

Uma reflexão sobre “Parceiros do Rio Bonito”, de Antonio Candido: as relações com a obra de Caio Prado Júnior e com a tradicional Escola Sociológica Paulista

Este trabalho tem como objetivo propor uma reflexão de caráter historiográfico a partir da leitura da obra “Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida”, de autoria do sociólogo e crítico literário Antonio Candido de Melo e Souza. Defendida como tese de doutoramento no ano de 1954 junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e publicada posteriormente no ano de 1964, a obra propõe, de forma geral, uma análise da formação das sociedades caipiras ao longo do processo de povoação no interior de São Paulo e regiões adjacentes, como partes de Minas Gerais, Goiás e Paraná, desde os primeiros anos da expansão territorial portuguesa, entre os séculos XVI e XVIII, bem como uma análise dos processos de mudança às quais estas sociedades estiveram sujeitas essencialmente no século XIX e na primeira metade do XX.

A intenção é problematizar as opções assumidas por Candido no desenvolvimento de sua pesquisa no que diz respeito, sobretudo, às opções metodológicas assumidas no estudo, que apresentam, de forma articulada, os caracteres histórico, sociológico e antropológico, interrogando a obra acerca de sua historicidade bem como a sua importância no contexto de produção intelectual sobre a formação nacional. Para isso, optou-se por uma aproximação do debate existente acerca das características comuns entre importantes obras produzidas por autores formados dentro da tradição da escola sociológica paulista. Questões tratadas por Caio Prado Júnior, em “Formação do Brasil Contemporâneo”, tornaram-se centrais em nossa análise, por apresentarem perspectivas teóricas próximas às adotadas por Candido na escrita de “Parceiros”, tornando-se assim, instrumento para o desenvolvimento da presente reflexão.

A partir das questões apontadas e de outras que serão trabalhadas mais profundamente na apresentação e no texto final, tem-se o objetivo de contribuir com o debate que acerca da conformação do pensamento social brasileiro, caracterizado pelo diálogo constante entre campos distintos de conhecimento como a História, a Sociologia e a Antropologia.

João Batista Peixoto da Silva
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais

Narrativas de memória e cultura jovem brasileira no Brasil dos anos 80: usos do passado em Feliz Ano Velho, de Marcelo Rubens Paiva

O presente trabalho discute os significados da cultura jovem brasileira inscrita no recorte temporal do Brasil da década de 1980, a partir do estudo de caso da obra do Marcelo Rubens Paiva, intitulada Feliz Ano Velho, publicada originalmente em 1982 pela editora Brasiliense. A narrativa de memória, traduzida então a partir de sua dimensão de cultura escrita, agencia um conjunto diversificado dos usos do passado que

assumem expressão na narrativa autobiográfica de Marcelo Rubens Paiva a partir da permanente relação estabelecida entre memória individual e memória social, no universo da história de vida de um estudante universitário que se encontra marcado pelo trauma de um acidente que o deixou paraplégico numa cadeira de rodas. No contexto histórico do Brasil da abertura política e da redemocratização, a diversidade dos usos do passado e os significados atribuídos à cultura jovem brasileira dos anos 80 emergem enquanto facetas da modernização da cultura jovem brasileira, que ganha destaque na obra de Marcelo Rubens Paiva, permitindo, assim, uma análise problematizante e crítica em torno das narrativas confessionais de juventude no seu diálogo com as grandes questões colocadas no horizonte do Brasil da década de 1980.

Liszt Vianna Neto
Mestre/Universidade Federal de Minas Gerais

A Pró Arte e a política cultural nacional-socialista no Brasil

Muito investigou-se sobre a popularidade do Partido Nacional-Socialista no meio urbano brasileiro, sua sociabilidade em clubes e a posterior repressão de seus membros. Contudo, pouco ainda se investiga sobre sua política cultural no Brasil, especialmente fora de São Paulo e dos Estados do Sul do Brasil.

A Pró-Arte foi fundada em 1931, no Rio de Janeiro, pelo marchand alemão Theodor Heuberger, e integrou entre seus associados tanto artistas e intelectuais brasileiros quanto imigrados. Em 1935 a Pró-Arte organizou a revista bilíngue Intercâmbio, que divulgou obras do modernismo literário e artístico brasileiro em alemão para os leitores imigrados, assim como clássicos da literatura alemã para o público brasileiro.

A associação oferecia cursos de alemão, eventos de socialização, aulas de artes, e possuía uma importante “Deutsche Lesehalle”. A Pró Arte era provavelmente uma das maiores associações de artistas do Brasil, contando com cerca de 815 sócios e 512 inscritos em seu curso de alemão, oferecido pela embaixada. Ela chegou a abrir filiais em São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, e organizou importantes salões anuais de arte moderna entre 1931-1934, que contou com artistas brasileiros e alemães imigrados como Max Grossmann, Friedrich Maron, Hans Nobauer, A. Guignard, Di Cavalcanti, Candido Portinari, etc.

Por depender do financiamento da Embaixada Alemã, o conteúdo nazista passa a se tornar cada vez mais presente na Intercâmbio, em detrimento do conteúdo modernista, e um novo presidente é apontado pela embaixada - o historiador do IHGB Max Fleiuss. Apesar de sua delicada posição entre o nacionalismo do Estado Novo e do Nazismo, a Pró Arte foi por um breve período um exemplo bem sucedido de mediação cultural entre diversas dicções do modernismo brasileiro e alemão. Mais do que um exemplo da política cultural nazista no Brasil, a trajetória conturbada da Pró Arte e de seus associados mostra o processo de marginalização da cultura estrangeira imigrada pelo Estado brasileiro, que optara claramente por uma matriz modernista nacionalista propagada pelo Ministério de Capanema.

Experiência Intelectual e Modernismo Periférico: notas a partir de uma tese em sociologia.

Esta comunicação apresenta os resultados de minha tese em sociologia, intitulada Interesse e Virtude: a sociologia modernista brasileira dos anos 1930, defendida no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em dezembro de 2013, sob a orientação do professor Dr. Luiz Werneck Vianna. Refaço os caminhos trilhados e as dificuldades teóricas enfrentadas ao propor um estudo deste tipo. A tese enfrenta quatro desafios principais e toca em sete pontos centrais. Em primeiro lugar, se adentra nas configurações gerais do termo sociologia modernista em relação à sua inserção na história e desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. Em segundo lugar, se discute o suporte de escrita que este tipo de interpretação privilegiou, o ensaio. Em terceiro lugar, se relacionou os mundos da cultura e política no contexto da formação do modernismo brasileiro e sua imbricação direta com as florações da sociologia modernista. E por fim, se estabeleceu uma interpretação dos principais temas e dos argumentos expostos e debatidos pela sociologia modernista dos anos 1930.

Nestes termos, este trabalho diz respeito: a) a constituição de uma tradição sociológica periférica em relação ao sistema-mundo; b) a proposição da constituição de uma história da sociologia brasileira, múltipla e dinâmica, que leva em conta as diferentes imersões propostas por cada estilo de pensamento; c) a constituição do ensaio como suporte de escrita e modo de apresentação das ideias conectados à posição e experiência intelectual latino-americana em geral e brasileira em particular; d) a uma ampliação do conceito de modernismo e sua relação com a teoria social periférica; e) ao processo de modernização brasileiro e suas íntimas relações com o modernismo; f) à construção de uma interpretação de segunda ordem, que possibilite interpretar a teoria social advinda da sociologia modernista a partir da dupla perspectiva do cronótopo constituído: o tempo e o espaço; g) a caracterização da sociologia modernista a partir da concepção de cartografia semântica e figuração, como permeáveis à análise dos textos abordados.

Matheus Pimenta da Silva
Graduado/Universidade Federal de Minas Gerais

A construção da imortalidade e os debates sobre a república: reflexões a partir dos discursos e prêmios literários da Academia Brasileira de Letras entre 1909 a 1919

O trabalho tem como objetivo apresentar reflexões sobre os debates acerca da república brasileira e da construção da imagem, do lugar social e político da Academia Brasileira de Letras e de seus próprios membros entre os anos de 1909 a 1919. Assim, podemos relacionar e analisar as questões políticas e sociais brasileiras, principalmente no que toca em relação ao desenvolvimento da república como forma de governo, com as ações intelectuais, que pensamos ser indissociáveis. Os debates da sociedade brasileira de então não poderiam estar excluídos dos discursos daqueles “imortais” que pretendiam defender não apenas a língua pátria, mas também a cultura nacional. Seus prêmios literários serviriam para eleger e ao mesmo tempo instituir o que acreditavam

ser as melhores expressões das letras nacionais e simultaneamente as máximas correspondências de seus interesses políticos e sociais.

A princípio, a análise histórica que se propõe da prática de premiações e dos discursos da Academia e suas relações com a política nacional de então, quando a partir de seu primeiro concurso institucional em duas vertentes, em 1909, conferindo um título de melhor poesia ou prosa, e outro, para cinco peças teatrais a serem apresentadas no então recém inaugurado Teatro Municipal, visa, portanto, a este duplo caminho: o institucional (intelectual) e o debate mais amplo da sociedade comum (social e político). A partir do momento em que se iniciam os concursos não apenas a política de prêmios literários da Academia se funda, mas, principalmente, se inaugura efetivamente a construção e o exercício de seu pretendido lugar de chancelaria à produção literária e intelectual nacionais, como proposto desde sua criação, e de seu lugar político diante da sociedade brasileira.

Pedro Henrique Resende
Licenciado/Universidade Federal de Minas Gerais

Sínteses históricas, limites e possibilidades na contemporaneidade

Ao longo do século XX, diversos autores brasileiros, a partir de procedimentos sintéticos de análise, tentaram compreender o pensamento político, histórico e social brasileiro. Entre as mais célebres interpretações do Brasil estão Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre, Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Hollanda e Formação do Brasil Contemporâneo de Caio Prado Junior. No livro Identidades do Brasil, José Carlos Reis demonstra de que forma o momento histórico dá sentido a cada uma dessas interpretações. Escritas em realidades diferentes, portanto, com pressupostos teóricos diferentes, criam referências, modelos nacionais, com um passado e um futuro bem determinados pelo seu presente. O caráter sintético de tais obras não causa estranheza se considerarmos o momento em que foram escritas. Até meados dos anos 1970 a escrita da história admitia o modelo de história generalista, holística, uma história global não apenas no sentido Febvriano que ampliava as possibilidades de fontes históricas, mas na ambição de apreender o todo de uma época. Em 2000, o historiador José Murilo de Carvalho, lança o livro Cidadania no Brasil, um ensaio, com tema da cidadania, mas que lança mão da longa duração e descreve um panorama que vai do ano de 1822 até a virada para o terceiro milênio. Como compreender Cidadania no Brasil num momento de maior especificidade das produções históricas? É possível, no século XXI, uma síntese ser compreendida como uma interpretação do Brasil? José Murilo de Carvalho e sua obra Cidadania no Brasil foram escolhidos para que pudéssemos fazer questionamentos acerca da teoria e metodologia da história. Nosso objetivo é refletir sobre o papel das sínteses na historiografia brasileira e pensa-las na perspectiva do tempo histórico, além de problematizar as possibilidades desse tipo de escrita nos atuais modelos de escrita da história.

Entre técnicos e intelectuais: Mário Augusto Teixeira de Freitas e a formação de um “sistema estatístico nacional”

Propomos, nesta comunicação, a análise das mediações existentes entre “técnicos” e “intelectuais” no Brasil das décadas de 1930 e 1940 a partir de um caso específico: a atividade de Mário Augusto Teixeira de Freitas à frente do processo de unificação das estatísticas brasileiras que deu origem ao Instituto Nacional de Estatística (1935) e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1938). Procuraremos avaliar como Teixeira de Freitas se movimentou nos meios políticos, técnicos e burocráticos com o objetivo de afirmar a urgência de implantação de um projeto que chamou de “reorganização nacional” e que envolvia, além da uniformização estatística, medidas de amplo alcance como a redivisão territorial do Brasil, a redistribuição da população nos vazios territoriais a partir da criação de um Exército do Trabalho, a defesa do município como ente federativo central para a efetivação da exploração das riquezas do território e a educação rural como forma de fixar as populações na terra. Importa, no âmbito deste trabalho, identificar as aproximações e fronteiras entre o que se poderia chamar de uma “cultura tecnocrática” (formada pelos funcionários de órgãos burocráticos dedicados a tarefas de cunho técnico) e uma “cultura intelectual” (entendida como um conjunto mais amplo formado pelas representações sobre a nação, seus grupos sociais e o Estado, bem como pelos indivíduos, grupos e instituições responsáveis pela elaboração e difusão das mesmas) no Brasil das décadas de 1930 e 1940. Tais confluências e afastamentos teriam, em nossa opinião, contribuído para a formação de autoimagens a respeito de “técnicos” e “intelectuais” que, em termos analíticos, confundem mais do que esclarecem o pesquisador a respeito do “estatuto” dos intelectuais brasileiros no período em questão.

Rômulo Nascimento Marcolino
Mestrando/Universidade Federal de Minas Gerais

A “mistura maravilhosa de higiene e da estética”: O Urbanismo em Campanha durante a Primeira República.

Neste artigo buscaremos compreender como a partir da segunda década do século XX os debates sobre o espaço urbano e sua regulamentação se acentuaram na cidade de Campanha com o objetivo de inserir a cidade no mundo moderno. A pesquisa em curso têm nos ajudado compreender e visualizar a maneira pela qual se constituiu uma representação de cidade que englobava tanto uma perspectiva de intervenção sob o espaço físico da cidade quanto se idealizava também o habitante dessa cidade, sob as especificidades de uma cidade interiorana.

Caricaturistas e Cultura Intelectual: intérpretes da realidade nacional

A caricatura ocupou um espaço relevante na cultura intelectual brasileira nos anos 1870-1920. Objeto de concurso nos salões de arte, marca das primeiras páginas de vários jornais, arma principal das revistas ilustradas e, mesmo, produção feita sob encomenda para publicidade, o fazer caricatural era um importante veículo de comunicação, expressão e interpretação da realidade nacional. Vale a pena notar que artistas, como Di Cavalcanti, começaram pela caricatura. Raul Pederneiras, importante caricaturista, fora professor da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, sem mencionar Araújo Porto-Alegre, nome expoente do Romantismo, tido como primeiro caricaturista do país.

O poder expressivo da caricatura revela-se em seu lugar proeminente nos periódicos. Sua força expressiva, unindo imagem e discurso escrito, parecia constituir uma força ímpar na comunicação de interpretações sobre a realidade nacional. Ocupando as primeiras páginas de vários jornais, era uma espécie de cartão de visita, no qual os temas mais prementes eram interpretados pelos caricaturistas: figuras públicas, movimentos políticos, costumes sociais, condições sociais, eventos, etc. nada escapava à pena destes intérpretes. Não por acaso, em momentos de censura da imprensa, os caricaturistas foram reiteradamente retirados da grande imprensa. Na análise de apenas um periódico, notamos a contribuição de mais de vinte caricaturistas, contando apenas os nacionais. Somando as contribuições internacionais, o número iria para mais de quarenta.

A partir do conceito de Cultura Intelectual, o fazer caricatural deve ser observado no interior da dinâmica de produção intelectual no Brasil do período. Caricaturistas como Raul, Oswaldo e J Carlos sintetizavam os temas que ocupavam o debate público. Ao mesmo tempo, um debate acerca da caricatura se fez valer durante os anos 1910 e 1920. Questionava-se a finalidade da caricatura. Seria apenas criar o riso? Haveria outras finalidades? Esta e outras questões iremos abordar nesta comunicação.

Valdeci da Silva Cunha
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais

O Suplemento Literário do jornal Minas Gerais: surgimento, recepção e encenação intelectual

A comunicação propõe-se a analisar o surgimento do Suplemento Literário do jornal Minas Gerais, as formas de apresentação do mesmo ao seu público leitor e a sua recepção. Inaugurado no ano de 1966, período que Minas Gerais foi governado por Israel Pinheiro, eleito pela oposição ao regime militar, o impresso configurou-se como um importante espaço para a atuação de escritores, artistas, cronistas, poetas, ensaístas, historiadores, dentre outros, em um projeto editorial que conseguiu ligar a capital do Estado tanto com as cidades do interior de Minas Gerais quanto com outras localidades do país e para além de seus limites. O projeto congregou nomes como Affonso Ávila, Laís Corrêa de Araújo, Aires da Mata Machado Filho, Márcio Sampaio, dentre outros, e teve a frente do grupo o escritor Murilo Rubião, que viria ocupar um importante lugar

como intelectual/mediador cultural entre o projeto institucional de criação do impresso e os seus colaboradores constituindo, dessa forma, uma importante rede de saberes. Para esta apresentação, serão analisados depoimentos de alguns dos principais nomes envolvidos com o Suplemento e a correspondência, recortes de jornais e alguns documentos depositados no arquivo pessoal de Murilo Rubião, encontrados no Acervo dos Escritores Mineiros/UFMG. Buscarei estabelecer uma aproximação entre esse projeto e as possíveis relações que ele criou com as esferas de comunicação e espaço públicos em conexão com as temporalidades, a história e o jornalismo da cidade de Belo Horizonte.

COMUNICAÇÕES LIVRES

Alan de Faria Santos
Graduando/ Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Internet e o estudo da História

O homem como objeto de seu tempo está sempre sujeito aos meios nos quais a sociedade usa para se organizar e se comunicar. Com o desenvolvimento e os aprimoramentos das tecnologias foi possível que os meios de comunicação se desenvolvessem de maneira constante e surpreendente ao longo principalmente do século XIX, acompanhando mutuamente o desenvolvimento da sociedade moderna. Em virtude da necessidade de comunicação rápida, meios de comunicações contribuíram para uma nova organização do homem em sociedade. A rapidez na forma como o homem passou a se comunicar fez surgir novas fontes historiográficas, oriundas de tais meios. Rádio, televisão e internet produziram ao longo dos anos um grande e constante volume de material historiográfico. Visando atender à demanda dos conceitos de globalização, a internet dominou o cenário midiático e é atualmente o meio de comunicação mais usado pelo homem. No campo da história a internet também se tornou um mecanismo de ligação entre o homem e o conhecimento e é usada como intermédio do ensino. Este trabalho propõe um pensar acerca da internet, focando em seus desserviços legitimadores de vulgarismos, na massificação e nas distorções de conteúdos nos sites da web 2.0 onde a produção de conteúdos é livre.

André Matos de Almeida Oliveira
Graduando/ Universidade Federal de Minas Gerais

Stephanie Alves de Oliveira Silva
Graduanda/Universidade Federal de Minas Gerais

Hobbes, Hume e as Relações do contratualismo com a história

A tradição contratualista foi fundamental para o desenvolvimento do pensamento político moderno. Apesar de os contratualistas dificilmente descreverem seus “estados de natureza” como situações históricas reais, mas, ao contrário, como experimentos mentais, pode-se defender que suas concepções carregam em si uma relação íntima com a história e a explicação de seu modo de funcionamento. Hobbes, um nome representativo dessa tradição, concebeu uma situação em que os homens estão em guerra de todos contra todos e viu a criação de um estado absoluto, com poder centralizado, como a única dinâmica adequada para o desenvolvimento histórico da sociedade civil. Contrariando a linha hobbesiana, mas ainda dentro do contratualismo, outro autor importante, Hume, concebe o contratualismo mais como um modo de funcionamento das interações entre indivíduos numa sociedade do que como um pacto único originário. Para Hume, portanto, os processos de modelamento sociais históricos são interações contratuais constantes. O objetivo deste trabalho é abordar e comparar as concepções de contrato social e sua relação com a história para esses dois autores.

A crítica latino-americana de Ángel Rama e Antonio Cândido nas páginas da Revista *Argumento* (1973, 1974)

O presente trabalho pretende discutir dois artigos editados nas páginas da Revista *Argumento*, a saber: *Literatura e subdesenvolvimento*, de Antonio Candido, e *Um processo autonômico: das literaturas nacionais a literatura latino-americana*, de Ángel Rama, ambos publicados na 1ª edição da revista, que teve apenas quatro números, de 1973 a 1974. Nossa hipótese é de que ambos apresentam, em suas respectivas produções, uma dinâmica importante que permeava a crítica à época: a noção de uma unidade da cultura latino-americana pela marca comum de subdesenvolvimento, variedade étnica e dependência, reunindo-os às condições específicas de seus países enquanto “periferia do mundo”, mas também se preocupando com uma ideia de integração, sobretudo frente às dificuldades sociais no que tange aos Estados de exceção, no caso, as ditaduras civil-militares que estavam vigentes tanto no Brasil quanto no Uruguai nesse período. Pretendemos, portanto, discutir a revista como um espaço de produção de uma ideia de América Latina em consonância às condições específicas da vida no chamado Terceiro Mundo.

Carolina Silva Horta Machado
Graduanda/ Universidade Federal de Minas Gerais

Visões sobre o protestantismo através do filme “O vento será tua herança”

Essa comunicação busca analisar o filme “O vento será tua herança”, que foi lançado em 1960 e reconta o caso Scopes, um processo jurídico que ganhou grande repercussão nos Estados Unidos. O filme tem como plano de fundo as discussões entre as teorias evolucionistas e criacionistas, que dividiam o país, já que em alguns estados era proibido o ensino do evolucionismo.

Além de levantar as questões religiosas advindas das transformações da virada do século XIX para o XX, o filme suscita questões políticas, sociais e ideológicas, como a forte oposição entre o norte e o sul americanos e os conflitos com o autoritarismo e a intolerância intelectual, que permeavam o período.

Por fim, concluímos a análise percebendo que o filme remete a uma crítica a política governamental em vigor durante sua produção, o macartismo. Que realizava uma enlouquecida caça aos comunistas muitas vezes desrespeitando-se os direitos civis. Assim, levantando as polêmicas do início do século, sutilmente, o diretor Stanley Kramer faz um paralelo com a realidade vivenciada pelos americanos no momento da produção do filme, que trabalha as diferentes e possíveis relações entre passado e presente.

Débora Cristina Alves da Silva
Graduanda/Universidade Federal de Minas Gerais

Oliveira Viana: O papel da Escola na formação do povo brasileiro

Este trabalho objetiva analisar as discussões sobre os conceitos de raça, progresso e civilidade na obra *Evolução do Povo Brasileiros*, de Oliveira Viana. Problematizando como o autor apresenta a Escola no contexto de formação da identidade nacional no panorama do pensamento social brasileiro da passagem do século XIX para o século XX.

Fabiana Léo Pereira Nascimento
Mestranda/ Universidade Federal de Minas Gerais

Os capitães-generais e a resistência quilombola, de Antônio de Albuquerque a Dom Pedro de Almeida (1711-1719): a construção de um discurso contra a rebelião escrava nas Minas auríferas

A partir do estabelecimento da Dinastia de Bragança (1640-1820), a nobreza portuguesa em grande parte se consolida como um grupo que adquire prestígio através da prestação de serviço ao monarca. Com a baixa ocorrência de conflitos em que se guerrear após o fim da Guerra de Sucessão da Espanha (1702-1714), essa nobreza se verá restringida ao ambiente da Corte, condenada a se estranheirar em outros meios culturais europeus ou a partir para o ultramar em cargos de governança. O foco deste trabalho é a comunicação política dos governadores e capitães-generais na primeira metade do século XVIII na região das Minas, especificamente no tocante à guerra de guerrilha empreendida contra os “negros fugidos” e ao argumento da centralidade da manutenção da ordem sobre a população escrava na região mineradora como aspecto fundamental à manutenção do domínio português sobre o todo do seu império. Como se verá, na construção da narrativa a respeito do enfrentamento da rebeldia escrava se constroem também as representações que nos revelam indícios do imaginário social e da cultura política em que esses governadores estavam inseridos.

Fabiano Silva Santana
Mestrando/Universidade Federal de Uberlândia

Trabalho, saúde e normatizações: trabalhadores em frigoríficos (em especial na Sadia de Uberlândia de 2000 a 2010)

Este trabalho tem o objetivo de apresentar a historicidade da luta de classes por meio da experiência vivida em fábrica, ou seja, é pertinente ressaltar determinadas relações estabelecidas entre os trabalhadores e a empresa, ao evidenciar as mudanças nas relações produtivas, nas formas de sociabilidade entre os trabalhadores, e nas transformações nos modos de vidas, a partir de características atuais do trabalho operário. A Sadia Alimentos S.A., localizada em Uberlândia-MG, foi a empresa escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa. Neste íterim, buscamos apresentar o modelo de produção desta empresa tanto para o campo como para as fábricas nas cidades, com a perspectiva de compreendermos em qual ambiente esses trabalhadores estão inseridos. Em outro momento, encontraremos na rotina da fábrica a figura dos

trabalhadores recém-contratados, como elemento fundamental no aumento da produtividade e no que concerne às organizações das relações de trabalho. Por fim, desbravamos na análise do documentário, Linha de Desmontagem: Uma Pausa para o Humano.

Felipe Novaes Ricardo
Graduando/Universidade do Estado de Minas Gerais

Acervo Maestro Chico Aniceto: Edição de Obras Raras e Revisão do Catálogo

O projeto Acervo Maestro Chico Aniceto: Edição de Obras Raras e Revisão do Catálogo, em concordância com os padrões editoriais da musicologia atual, visa a restauração, revisão e edição de manuscritos autógrafos e cópias de reconhecidos compositores mineiros dos séculos XVIII e XIX, tais como Lobo de Mesquita e Castro Lobo. Fundamentando-se no processo metodológico de análise documental, as obras disponíveis no acervo, são submetidas aos processos de digitalização, revisão e compilação das partes, sendo em seguida, editadas através do software Finale. Foram editados os Motetos ‘Das Dores’, ‘Lauda Sion’, ‘Pater Mihi’, ‘Popule Meus’ e ‘Tota Pulchras’, pertencentes à pasta MOT – 01. As peças ‘Lauda Sion’ e ‘Tota Pulchras’ apresentam vestígios da prática de moteto solista, na qual uma melodia é acompanhada por baixo contínuo com elementos imitativos, divergindo da prática polifônica.

Observando que em uma mesma geração de uma mesma sociedade, reina uma similitude de hábitos e técnicas, a pesquisa possui o intuito de investigar a sociedade mineira do período colonial a partir da restauração e reconstituição de obras de relevância histórico musicais.

Fernando Altoé
Graduando/Universidade Federal de Viçosa

João de Barros na relação com Nicolau Maquiavel: um estudo do vocabulário político do Panegírico de D. João III

Nossa pesquisa tem como foco de análise o *Panegírico de D. João III* (1533), um escrito do humanista português João de Barros (1496-1570). Radicados no gênero oratório, os panegíricos são definidos como composições literárias em prosa ou verso voltadas para o elogio de um determinado indivíduo. No caso do *Panegírico de D. João III*, foi escrito e endereçado ao monarca D. João III e lido em Évora em 1533 perante o rei, a corte e os cidadãos daquela cidade. Além do caráter elogioso, o *Panegírico de D. João III* se destaca pelas ideias políticas que possui e por um vocabulário político que evidencia a percepção de João de Barros acerca do Estado moderno português. O autor se empenha por apresentar ao rei um conjunto de ações ou modos de atuar à frente do seu governo com vistas a alcançar o bem estar e a segurança do Estado, discutindo temas como a conservação do Estado, a relação do rei com seus súditos, os conselheiros e as virtudes do governante, as empresas da guerra e a relação entre Estado e religião. Devido a uma estrita ligação que unia a Península Ibérica à Itália, foi possível a Barros ler as principais obras de Maquiavel (os *Discursos*, publicados em 1531, e *O Príncipe*, de 1532) e, em seu *Panegírico*, pôde reproduzir algumas ideias do escritor florentino ou mesmo contestar. Nosso objetivo é, pois, analisar o vocabulário político do Panegírico

dentro do contexto em que foi elaborado, levando em conta a relação entre Barros e Maquiavel.

Guilherme Estevão de Lima Maciel
Graduando/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Estudos pré-urbanos brasileiros: a colaboração de Henrique de Beaurepaire na construção de um saber

Uma série de estudos a partir da década de 1960 vem lançando luzes sobre a historicidade do urbanismo. Este, uma disciplina com ambição científica, que toma por objeto as cidades e que se consolidou apenas no início do século XX. Dentre os estudos, observa-se também um interesse em relação ao nascimento desse saber, o que autores chamaram de "pré-urbanismo". Especificamente no Brasil, pode-se dizer que o ele possuía raízes no desenvolvimento de uma cultura de construção de cidades que perpassa diversos debates, como o reconhecimento e o desenvolvimento do território, partindo da colônia ao período imperial, bem como, o desejo de melhorar as condições de vida ao longo desses anos.

Dentre diversos atores que ajudaram a fomentar esses debates, o presente trabalho centra-se na figura de Henrique de Beaurepaire Rohan (1812-1894), engenheiro militar cuja atuação reflete o perfil de um verdadeiro humanista. Analisaremos parte de sua variada obra, ao focar aquelas que buscam descrever e propor intervenções em cidades. Atentos à natureza das questões levantadas, bem como, suas diferentes temporalidades, temos por objetivo principal trazer insumos para uma maior compreensão da formação do urbanismo no país.

Heric Maciel de Carvalho
Graduando/Universidade Federal de Minas Gerais

Música e história: identidade negra cantada nas rodas de capoeira

O objetivo dessa comunicação é analisar a transmissão da história africana através das músicas cantadas nas rodas de capoeira pelos seus praticantes, a partir dos conceitos de memória, oralidade e identidade.

O Brasil recebeu 42% de todos os escravos enviados através do Oceano Atlântico. Os negros trouxeram consigo para o Novo Mundo as suas tradições culturais e religiosas. A capoeira foi desenvolvida pelos escravos do Brasil, como forma de elevar o seu moral, transmitir sua cultura e, principalmente, como forma de resistência a escravidão.

A transmissão oral da memória coletiva tem como base a tradição, a ancestralidade, o ritual. O ensinamento vem daquilo que podemos chamar de "pedagogia do africano", segundo expressão muito utilizada no âmbito da capoeira angola, baseada na proximidade entre o mestre e o aprendiz, onde o contato, o olhar, de quem ensina é passado para o aprendiz e onde a tradição é ensinada.

As cantigas e ladainhas retomam à "Mãe África", inalcançável, como símbolo da liberdade, narram fatos da vida cotidiana, usos, costumes, a vida e a sociedade colonial, o negro livre e o escravo na senzala, na praça e na comunidade social, o passado de dor e sofrimento dos tempos da escravidão, as estratégias e astúcias

presentes nesse universo. As músicas constroem uma história oral que fundamentam a identidade do capoeirista tendo como base as experiências individuais e coletivas provenientes da dispersão de negros pelo mundo e do dia-a-dia. Elas fazem a ligação do presente ao passado, nos induzindo sempre a repensar a história.

Música, oralidade e a corporeidade são as principais vias para a perpetuação de saberes, cultuando seus ancestrais, revivendo a mãe África, se mostrando presentes na construção da memória coletiva e da identidade do grupo. Através das músicas cantadas pelos mestres, os alunos conhecem e se identificam como parte da história, mantendo a tradição. A partir de performances rituais é transmitida a memória negra nas rodas de capoeira.

Ivangilda Bispo dos Santos
Graduação/ Universidade Federal de Minas Gerais

O Brasil como modelo lusotropicalista na imprensa moçambicana: a visita de Gilberto Freyre (1952)

No contexto da dinâmica mundial do pós II Guerra Mundial, do debate na ONU sobre autodeterminação dos povos e da persistência de Portugal em não aceitar a descolonização, o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre foi convidado pelo Ministro do Ultramar, Sarmiento Rodrigues, para conhecer outra parte do Ultramar Português, a Província de Moçambique, em 1952. Com a chegada, desencadeou-se uma série de homenagens ao ilustre visitante, ao Brasil e aos portugueses. A repercussão da visita foi manifestada na imprensa moçambicana, especialmente nos jornais *Notícias*, *The Lourenço Marques Guardian* e *O Brado Africano*. Essas fontes foram analisadas a partir da problemática: porque o Brasil apareceu como modelo de nação em Moçambique na década de 1950? A reflexão sobre esta viagem é importante porque mostra outra perspectiva mais ampla das relações entre Brasil, Moçambique e Portugal no referido período.

Jacqueline Maia dos Santos
Graduanda/ Universidade Federal de Minas Gerais

Feminismo Negro: Existe uma historiografia no Brasil?

O feminismo negro nasceu por não ser contemplado pelas demandas do feminismo branco bem como em consequência das opressões e machismo praticados no movimento negro tradicional.

Em 1975 a ONU iniciou a década das mulheres, mas a discussão sobre o feminismo chegou ao Brasil efetivamente no período pós-anistia. Nesta conjuntura as mulheres negras perceberam que muitas reivindicações não coincidiam com as das brancas, algo acentuado pela desigualdade de classes sociais. As feministas brancas eram na maioria de classe média, já as negras eram oriundas de movimento de mulheres nas favelas, por exemplo. As brancas lutavam pelo acesso ao mercado de trabalho, mas para exercer esse direito, necessitavam do serviço das domésticas, que não tinham direitos trabalhistas.

Todavia, por que ainda existem poucas pesquisas de História voltadas para o feminismo negro no Brasil? Uma hipótese é a entrada tardia das principais interessadas na Universidade. Desta forma, o objetivo do trabalho é fazer breve análise das obras de algumas autoras negras, como Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro e Sueli Carneiro e tentar relacioná-las a uma produção historiográfica sobre feminismo negro.

João Vítor de Oliveira Senna
Graduando/ Universidade Federal de Minas Gerais

O diálogo entre Ocidente e Oriente. Quais os caminhos da História poderiam ajudar na intermediação do conhecimento entre as duas “faces” do globo?

Somos seres vivos de uma civilização dita “globalizada”, ou seja, aparentemente capacitada para interagir com todos os continentes da Terra sob quaisquer que sejam os aspectos concernentes a uma sociedade. Mas, diante das diferenças culturais evidentes entre o Ocidente e o Oriente, que atravessam desde as línguas ao pensamento social, não parece ser tão clara assim a versatilidade que supostamente temos em lidar com um conhecimento que se apresenta de maneira tão desafiadora. Temas políticos, econômicos e culturais que antes, por vezes, pareciam ininteligíveis, ou, se apresentavam às sombras do conhecimento de parte a parte por diversas comunidades no globo, emergem e se dispõem de inúmeras maneiras. Logo, devemos estar preparados para “tratar” esses novos documentos, o que torna, portanto, o conhecimento histórico em ferramenta dialógica potencializada para responder a esta “colisão” entre os “lados” do Mundo.

Katrícia Costa Silva Soares de Souza Aguiar
Mestranda/Universidade Federal de Viçosa

A transfiguração da História na Literatura

Considerado um bem atemporal, de natureza ficcional, o texto literário constitui-se como um instrumento capaz de discutir desde valores, culturas, fantasias, medos e variados sentimentos do ser humano, até acontecimentos históricos ocorridos na sociedade. Enquanto fenômeno estético concretizado através das relações sociohistóricas de um dado contexto, a literatura possibilita um rompimento das grades dos períodos históricos. Através dela, o leitor viaja no tempo e no espaço, dialoga com homens e culturas de séculos distantes e conhece fatos que precederam o momento que vive. Compreendida desta forma, a literatura torna-se uma ferramenta que possibilita o acesso, de forma lúdica, às outras áreas do conhecimento. Embora o texto literário não tenha por objetivo representar o real, bem como não possui compromisso com ele, a literatura e a história orientam-se a partir das experiências pessoais, sociais e culturais do homem, transformando-as em relatos que se apropriam do real para confirmá-lo, discuti-lo, questioná-lo ou até mesmo negá-lo. Nesse sentido, ao dedicar-se ao processo de feitura do texto, tanto o romancista quanto o historiador tentam captar o momento histórico ao qual estão vinculados. Ambos buscam conhecer documentos que contam os fatos e os organizam a partir de seu ponto de vista para constituir seus discursos. O que diferencia um autor de romances de um historiador, entre outras coisas, é a liberdade de criação: o romancista, a partir de vários textos lidos – sendo estes de diversas áreas do conhecimento –, pode criar e recriar os eventos, pois a essência da sua escrita é a

imaginação; por outro lado, o historiador se baseia em fatos, em documentos e nos discursos de outros historiadores para redigir seu texto. Assim, a literatura utiliza a linguagem como recurso para apropriar-se do real, buscando desvendar-lhe as fissuras. Para isso, nutre-se da história, retirando desta, eventos que garantam a sua verossimilhança. Aliás, através do discurso, a literatura pode compor uma crítica à própria história, questionar a versão “oficial” e apresentar um novo ponto de vista para aqueles episódios já tão consagrados. Com base neste raciocínio, cabe afirmar que o texto literário possui fragmentos da realidade – mesmo sem necessariamente mencioná-los – dando-lhes não um valor de repetição, mas criando, muitas vezes, novas versões, utilizando estratégias de transfiguração da ficção e misturando o mundo artificial com o mundo real. No entanto, investigar esta relação não significa buscar apenas o reflexo de uma na outra, pois, mais do que a imagem, a Literatura seria antes o imaginário da História. Isso significa que, se Literatura e História não são independentes uma da outra, elas tampouco são ligadas por uma relação mecânica de causa e efeito. Afinal, a Literatura reflete, naturalmente, o momento histórico, e como tal, constitui-se uma transfiguração da História.

Keila Auxiliadora Carvalho
Doutora e Professora Adjunta/Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e
Mucuri

Ramon Felipe Souza
Graduado/ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Joênio Carvalho dos Anjos
Graduando/ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Carlos Santos de Melo
Graduado/ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

O Saber médico e as práticas populares de Cura no Vale do Jequitinhonha

Nas primeiras décadas do século XX, a postura assumida pelo poder público ao tornar a saúde sob sua responsabilidade, marca um processo histórico, através do qual a saúde se constituiu como um dos elementos chaves no processo de construção de uma ideologia da nacionalidade brasileira. Porém, a articulação de políticas públicas de saúde no âmbito nacional, ocorreu de forma gradativa. O desafio era levar os preceitos sanitários, bem como a gerência do Estado aos rincões do Brasil, o que significava interferir nos valores e costumes das populações. Tal interferência, não obstante, não significou a extinção da cultura popular, como é o caso do Vale do Jequitinhonha onde, sobretudo, nos pequenos municípios, as pessoas recorrerem às práticas de cura populares - benzeduras, simpatias, chás etc.-, que somadas representam importante aspecto da tradição da região, uma vez que constituem “herança” das culturas indígena e negra desde o período colonial, aplicadas como forma de curar ou mesmo prevenir determinados males. As respostas para as questões suscitadas nessa pesquisa são investigadas, por meio das entrevistas de história oral, com grupos de moradores de quatro cidades/comunidades do Alto Vale do Jequitinhonha. Além disso, recorreremos à pesquisa bibliográfica para elucidar as práticas populares de cura bem como o avanço da medicina alopática na região do Jequitinhonha, conforme o interesse do Estado. Os

resultados relativos à investigação são ainda parciais, tendo em vista que o projeto está em andamento, porém podemos aduzir alguns resultados. Os quais demonstram que, embora as práticas populares de cura fossem menosprezadas em detrimento do avanço das ciências médicas, e malgrado todo o processo de repressão aos “curadores”, há uma permanência das mesmas na sociedade. No caso específico do Alto Jequitinhonha, identificamos como mais comuns a benzedura e o uso de plantas medicinais, as quais, muitas vezes, são exercidas em conjunto.

Lídia Maria de Abreu Generoso
Graduanda/ Universidade Federal de Minas Gerais

O “Terceiro Mundo” nas páginas da Revista Tricontinental: imaginando comunidades, forjando identidades

O presente trabalho analisa a Revista Tricontinental como fonte e objeto de pesquisa, com o intuito de refletir sobre algumas das estratégias utilizadas pela publicação para o cumprimento de seu programa editorial e fortalecimento do projeto político-cultural de cooperação, integração e solidariedade revolucionária da Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAAL). Entre essas estratégias, destaca-se: o apontamento de desafios e soluções comuns para problemas enfrentados pela região, a apropriação e ressignificação do conceito de “Terceiro Mundo” e as tentativas de fundação de uma cultura “terceiro-mundista”. A revista, publicada a partir de julho de 1967, faz parte de um projeto político-cultural de solidariedade regional construído pela Conferência Tricontinental em Havana, em 1966, e, posteriormente, pela OSPAAAL. Acreditamos que Revista Tricontinental constituiu-se como um dos principais espaços de debate e reflexão sobre o “Terceiro Mundo”, colaborando, também, para que se pensasse a região como uma “comunidade imaginada”, permeada por traços culturais e identitários compartilhados, forjados por desafios e soluções comuns.

Márcio Mota Pereira
Doutorando/Universidade Federal de Minas Gerais

Um passeio pelo Itinerário Geográfico de Francisco Tavares de Brito

Ao longo do século XVIII, a corrida pelo ouro no além-mar português foi responsável por mudar de forma significativa a atenção desta Nação para com seus territórios. A demografia lusa também sofreu significativas alterações com muitos de seus patrícios deixando a Metrópole em direção à América portuguesa. A transmissão sobre as boas novas do ouro, quase sempre realizada através de correspondências ou por conversas informais, ganhou a companhia de obras impressas que procuravam mostrar a seus leitores as prósperas maravilhas que poderiam ser encontradas naqueles sertões. Uma destas publicações, o Itinerário Geográfico, supostamente escrita por Francisco Tavares de Brito e classificada por Taunay como o primeiro “guia turístico” do Brasil cooperou de grosso modo para com a ocupação das Minas Gerais. É nossa intenção nessa proposta percorrer as páginas deste impresso refazendo o caminho que teria sido feito um dia por Brito verificando, ainda, as singularidades e o destino dos pousos e caminhos que apontou.

Mateus Freitas Ribeiro Frizzone
Mestrando/ Universidade Federal de Minas Gerais

Casas de palha, pau e pedra: as preocupações com a segurança da Cadeia velha de Vila Rica (1725-1785)

Este trabalho pretende apresentar algumas discussões sobre a segurança e a estrutura física do prédio que serviu como cadeia de Vila Rica entre 1725 e 1785. A inadequação do prédio foi tema de várias petições, requerimentos e outras comunicações político-administrativas entre carcereiros, camarários, homens bons, governadores e o Conselho Ultramarino. Analisando essa comunicação buscar-se-á entender as percepções sobre as condições estruturais do prédio, assim como as concepções de uma edificação ideal para servir como cadeia no período. Ressalta-se aqui que a cadeia velha de Vila Rica era feita de pau a pique, construída para substituir a antiga edificação telhada de palha e que foi a única cadeia da vila durante o auge da extração aurífera na região a despeito das instruções reais para a construção de um prédio de pedra e cal. Pretende-se, assim contribuir com o entendimento das funções das cadeias no Antigo Regime Português, tendo em vista o fato de que as formas de punir nesse momento pré-industrial, levando em consideração a importância, mas não a centralidade dessas instituições no sistema punitivo do período.

Matheus de Almeida Paiva
Graduando/Universidade Federal de Viçosa

A diáspora africana, sobrevivência, tolerância e resistência no “catolicismo barroco”

A formação da sociedade brasileira se deve de fato a influência cultural dos africanos. A grande maioria dos traços que construíram esse país é fruto desse importante envolvimento, desde as instâncias ligadas à produção econômica até as características culturais. Entender tais desdobramentos históricos se torna indispensável, devido à dimensão do tema que iremos trabalhar dentro de um limite estabelecido pelo espaço atribuído para pensar como essa herança afro-brasileira sobreviveu. Nesse sentido, pretendemos demonstrar os meios de tolerância, sobrevivência e resistência invisível que formaram esses “Brasis de todas as Áfricas”. Nesse sentido, a sobrevivência mostra na atualidade as características que passam muitas vezes despercebidas e de maneira natural, como algo inerente à colonização, logo apresentar como a cultura africana se permutou com o conservadorismo católico destrói certos estereótipos. Sendo assim, analisamos por meio dos relatos de viajantes do período e documentos sobre a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa (1823) e da Câmara dos Deputados (1826 – 1889), de forma a mostrar como esse discurso foi sendo alterado, concomitantemente a isso iremos abordar como essa cultura sobreviveu.

Myrian Ribeiro Aubin
Doutoranda/Universidade Federal de Minas Gerais

A historicidade da Sonata n°11 de Dawid Korenchender: uma análise a partir dos conceitos de Representação, Reapropriação, Imaginário Social e Memória

O presente artigo dedica-se a uma releitura da Sonata n° 11 “Da Morte, da vida e dos vivos...” de Dawid Korenchender, compositor brasileiro, tomando como referencial teórico algumas categorias conceituais da história social da cultura. Os aspectos técnicos da Sonata foram analisados anteriormente pela autora em sua dissertação de mestrado, o que possibilitou que fossem identificados procedimentos composicionais próprios na linguagem composicional de Korenchender. Como a Sonata n°11 é programática, ou seja, baseia-se sob um tema extramusical, a compreensão dos elementos derivados do tema da sonata, assim como elementos estranhos ao tema, dentre outros aspectos analíticos fornecem ao intérprete subsídios interpretativos para a execução desta obra. A partir desses elementos já desenvolvidos e por meio de releitura dos mesmos, analisaremos a Sonata em seu contexto sócio-histórico, tomando como referencial teórico e metodológico as seguintes categorias conceituais: Representação, Reapropriação, Imaginário Social e Memória.

Pollyanna Rodrigues Alves Chaves
Graduanda/ Universidade Federal de Minas Gerais

Processos administrativos: uma análise sobre as relações de poder presentes na Polícia Federal

O Departamento Polícia Federal foi criado durante o período ditatorial brasileiro, e mesmo após o fim da ditadura, permaneceu sem nenhuma grande mudança na estrutura, ganhando muita projeção no cenário político brasileiro nos anos 2000. O presente trabalho tem como objetivo estudar as relações hierárquicas existentes no Departamento da Polícia Federal, mais especificamente delegados e agentes da polícia federal (APF). Para tanto, analiso os Processos Administrativos que os APF's respondem dentro do departamento, grande parte desses processos são uma forma de perseguir e reprimir agentes que não estão agindo de acordo com o que os delegados consideram como certo. Como exemplo dessa perseguição cometida pelos delegados pode-se citar a greve de 2012.

Rafael Penido Vilela Rodrigues
Graduando/ UNI-BH

Itaguara-MG: Uma comunidade imaginada através da imprensa local entre os anos de 1968 a 1992

Neste trabalho procuraremos identificar a construção de narrativas identitárias a respeito do município mineiro de Itaguara através do estudo de periódicos locais, especialmente artigos de jornais que tratem das práticas culturais que marcavam a vida cotidiana de seus habitantes. Utilizaremos o conceito de “comunidades imaginadas”,

cunhado por Benedict Anderson, para realçar o aspecto simbólico das construções identitárias e as tensões entre diferentes grupos que compõem a sociedade que reivindica esta herança cultural. Para realizar essa tarefa, trabalhou-se com os jornais presentes nos arquivos do Museu Sagarana e da Biblioteca Pública Municipal Guimarães Rosa, utilizando, sobre tudo, os jornais: Ita-Panorama (1968 a 1973), Conquista: Jornal de Itaguara (1982 a 1983), Vida Diocesana (1987 a 1989) e Ita-Comunicação (1989 a 1992). A utilização desses jornais possibilitou, no nosso entender, recuperar as diferentes interpretações a respeito do que supostamente distinguiria a comunidade itaguarense das demais, evidenciando os fatores culturais presentes no que se diz ser pertencente à Itaguara.

Rafael Vinicius da Fonseca Pereira
Mestrando/Universidade Federal de Minas Gerais

Ciências náuticas e conhecimentos técnicos e práticos portugueses: uma abordagem a partir da experiência à bordo (séculos XVI e XVII)

Tendo como cenário a expansão marítima portuguesa, a proposta deste trabalho é analisar e problematizar as ciências náuticas portuguesas, bem como os conhecimentos técnicos e práticos a partir da experiência de navegação. Isto é, analisar os conhecimentos náuticos e científicos coevos, mas, sobretudo, compreender como esses saberes náuticos (técnico, prático e científico) eram aplicados nas naus que se dedicavam a rota consagrada como a Carreira da Índia. Para tanto, utilizaremos como fonte os relatos de naufrágio, numa tentativa de perceber não só a aplicação destes conhecimentos, mas também, buscar elucidar os motivos preponderantes que culminavam nos naufrágios.

Regina Mendes de Araújo
Doutoranda/Universidade Federal de Minas Gerais

Nobreza local: perfil socioeconômico dos vereadores de Mariana, século XVIII

No império português, as Câmaras municipais eram órgãos que exerciam, localmente, funções administrativas, legislativas e judiciárias, sendo erigidas nas localidades urbanas elevadas à categoria de vila e/ou cidade. A sua direção era feita por um juiz presidente, três vereadores, um procurador, um tesoureiro e um escrivão. Sobre os membros da elite local recaíam os postos camarários no qual estes poderiam fazer uso do poder conferido tanto para benefício próprio assim como para atender os interesses régios. O objetivo dessa comunicação é apresentar alguns resultados da pesquisa de doutoramento que investiga o perfil socioeconômico dos oficiais camarários de Vila do Carmo/Mariana ao longo do século XVIII.

Teologia da Libertação a luz do Segmento de Jesus: A solidariedade relacionada aos espaços de experiências e horizontes de expectativas

Após a Revolução Cubana, surgiu na América Latina, uma nova geração que acreditava e tentava fazer uma revolução socialista em seus respectivos países. Esse sentimento, ficou ainda mais forte, após a série de golpes militares, que ocorreram em todo continente. A opção pelo apoio a movimentos revolucionários de esquerda, surpreendentemente, foi adotada por setores internos da Igreja Católica, culminando no nascimento da chamada Teologia da Libertação. Teólogos e adeptos, tentam justificar essa postura, fazendo resgates bíblicos, sobretudo presentes no Segmento de Jesus. O presente artigo, visa abordar como a solidariedade para com o oprimido, se torna um dos discursos centrais, para a legitimação da presença constante de cristãos, sobretudo parte do clero, dentro de determinados grupos revolucionários. Através dos estudos de Koselleck, entenderemos como é natural o resgate de certas práticas e experiências passadas, visando resultados distintos das expectativas anteriores.

Régis Clemente Quintão
Mestrando/ Universidade Federal de Minas Gerais

Novas fontes para a história de Minas Gerais: o ACERVO do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal

A proposta é apresentar os resultados do projeto “Minas Gerais no acervo do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal”, desenvolvido na PUC Minas, entre os anos de 2012 e 2014. Coordenado por Caio César Boschi e realizado por Régis Clemente Quintão, o projeto se caracteriza por sistematizar, dar a conhecer e por explorar fontes inéditas. O acervo se refere ao fundo documental do Erário Régio, organismo criado e presidido pelo marquês de Pombal em 1761. Assim, o objetivo fundamental do projeto é o de democratizar o acesso dos pesquisadores da História do Brasil a um acervo que é praticamente por eles desconhecido. Trata-se de documentação relativa à administração dos contratos por meio dos quais a Coroa arrecadava os tributos e os impostos da Colônia. Além disso, a documentação abrange o acervo da Demarcação Diamantina. O projeto se iniciou com a reprodução microfílmica e digitalizada do acervo para, em seguida, se realizar a leitura paleográfica do conjunto dos documentos. A etapa posterior foi a elaboração de quadros-resumo dos registros textuais. Complementa o trabalho o estabelecimento de índices toponímico, onomástico e ideográfico dos registros, isto é, cerca de 5.000 verbetes sumários.

O discurso da modernidade e saúde mental: uma invenção dos territórios da "loucura" na cidade de Barbacena-MG e a relação do poder médico no início do século XX

Barbacena a partir do final do séc. XIX passa por um marcante processo de significação e re-produção do saber médico e sua práxis, mais especificamente no âmbito da questão manicomial e o processo de multiterritorialidade nela implementado. Considerando o contexto histórico e o movimento cultural-político envolvido, a cidade ganha um forte destaque na história do pensamento psiquiátrico, não apenas pela prática manicomial ali adotada sob os mais perversos tratamentos de legitimação do "ser louco", mas também pelas sucessivas clínicas asilares que na cidade vão surgindo entre públicas e privadas.

A criação do primeiro hospital de Assistência a Alienados, torna-se neste contexto importante, não apenas pelo seu caráter público e pioneiro no estado de MG, como também por seu contexto e atores envolvidos. Estava em voga o discurso da modernidade e a transição da capital de Minas, na qual, Barbacena herdou o I centro de Assistência Psiquiátrica do estado.

Múltiplas questões diante desse processo "urbanizador" se mostram presentes, sendo analisado tanto os discursos políticos e médicos como o campo de poder estabelecido entre discursos, intencionalidade e a relação desses com o imaginário social que correspondeu de diferentes maneiras. Assim, pretende-se mostrar pelo presente trabalho, um olhar crítico sobre o processo de implementação dos hospitais na cidade de Barbacena entre o período de 1900 à 1940, quando se faz presente a gênese e consolidação dos fatos que conferiram à cidade o epíteto de a "cidade dos loucos".

Stephanie Alves de Oliveira Silva
Graduanda/ Universidade Federal de Minas Gerais

André Matos de Almeida Oliveira
Graduando/ Universidade Federal de Minas Gerais

Evolução histórica dos direitos dos animais no ordenamento jurídico brasileiro

O ordenamento jurídico brasileiro é insipiente no que se refere à adequada regulação do bem-estar animal. Muitos avanços ainda devem ser feitos para que ele se aproxime desse objetivo. Este trabalho, no entanto, mudará o enfoque para uma breve análise de nosso passado legislativo, e fará um histórico das leis que, em alguma medida, contribuíram para a melhora do bem-estar animal no direito brasileiro. Perpassaremos brevemente por algumas leis e decretos, como, por exemplo, o decreto 16.590 de 1924, ressaltando as principais conquistas jurídicas em relação ao tema até a atual Constituição da República de 1988 e demais pertinentes dispositivos legais posteriores a ela. Pode-se defender que há avanços, ainda que insuficientes, na busca por ampliação da tutela jurídica animal no Brasil ao longo do tempo. Apesar de o ordenamento jurídico brasileiro apresentar forte traço antropocêntrico, o direito, por meio do processo legislativo e demais institutos, é um importante e eficaz meio para o

estímulo de mudanças comportamentais e consolidação de medidas promotoras do bem-estar animal. Desta forma, importante se faz analisar o decurso histórico legal sobre o tema no país.

Talita Leal Santos
Graduanda/ Universidade Federal de Minas Gerais

O amor aos mortos, em Søren Kierkegaard

A proposta da comunicação consiste em apresentar aspectos fundamentais do pensamento de Søren Kierkegaard com vistas para o aspecto do amor. No livro *As Obras do Amor*: algumas considerações cristãs em forma de discursos o filósofo dinamarquês elabora uma reflexão a respeito do amor e seus predicados. Segundo Kierkegaard, apesar da vida oculta do amor, é possível conhecê-lo por meio de seus frutos e obras. A segunda parte do livro é dedicada à ilustração de algumas obras cognoscíveis do amor. Uma delas é a obra do amor que consiste em recordar uma pessoa falecida. Para ele, diante das novidades do mundo e das mudanças da vida, o morto é digno de ser lembrado e devotado. É no amor ao morto que a eternidade do amor é revelada. Morte, eternidade, história e alteridade são algumas das temáticas abordadas neste trabalho, publicado em 1847 e assinado pelo próprio autor.

Thaís Lanna Junqueira
Graduada/ Universidade Federal de Minas Gerais

Em nome da tradição: o discurso memorialista nos debates sobre a transferência da capital mineira (1890 – 1893)

Nos primeiros anos da República brasileira, os debates a respeito da transferência da capital mineira de Ouro Preto para outra localidade dividiram políticos, imprensa, intelectuais e sociedade em dois grupos distintos: os mudancistas e os não-mudancistas. Em 1893, os primeiros venceram a disputa e, já em 1897, inaugurava-se a Cidade de Minas, atual Belo Horizonte, deixando a antiga capital relegada ao passado colonialista e imperial que se preferia esquecer. Na historiografia, é comum se afirmar o pioneirismo dos intelectuais modernistas, na década de 1920, em um discurso preservacionista sobre Ouro Preto enquanto cidade histórica. Procurando questionar tal visão, nos propomos, neste trabalho, a investigar a existência de tal discurso em um momento anterior a esse, ainda no século XIX, nos debates que se travaram nas sessões da assembleia legislativa mineira, bem como na imprensa local, entre 1890 e 1893. Procuraremos analisar, por meio de conceitos como “memória”, “tradição” e “identidade”, de que forma ideias modernas de preservação do patrimônio estavam presentes nos argumentos dos não-mudancistas, frente à ameaça da perda do status de Ouro Preto como capital.

Thiago Henrique Costa Miranda
Graduando/ Universidade Federal de Minas Gerais

A representação da figura feminina na Revista Silhueta, em 1932

Este trabalho tem o objetivo de analisar a representação da figura da mulher nas propagandas publicitárias da Revista Silhueta, publicada em Belo Horizonte. A análise pauta-se em duas edições datadas, respectivamente, nos meses de março e maio de 1932, ano do lançamento da primeira edição do magazine e da conquista feminina ao direito do voto, após intensas lutas e campanhas nacionais. O estudo é feito através das imagens publicitárias e anúncios nos quais a mulher está inserida como protagonista e principal consumidora dos produtos que a revista oferece, como eletrodomésticos e artigos de beleza. A finalidade é mostrar como as revistas e a publicidade podem ser veículos importantes para moldar mentalidades e que, de certo modo, utilizam da propaganda como uma forma de “silenciar” a luta feminina e conduzir a mulher para um consumismo que estimula o “tripé social” imposto à mulher, de ser mãe, esposa e dona de casa. Por fim, a Revista Silhueta, que obteve ampla divulgação no Brasil, é uma importante fonte que contribui para o contínuo estudo da história das mulheres.

Valquiria Ferreira da Silva
Mestranda/ Universidade Federal de Minas Gerais

A contribuição dos manuais técnicos para a produção das aguardentes nas Minas Gerais setecentistas

Várias memórias econômicas, instruções a futuros governadores e manuais técnicos foram produzidos ao longo do século XVIII tanto por portugueses como por brasileiros com o intuito de auxiliar à Coroa portuguesa na administração de suas colônias. No final dos oitocentos e início dos novecentos duas importantes obras O fazendeiro do Brasil, organizado por Frei José Mariano da Conceição e Memórias sobre a cultura e produtos da cana-de-açúcar, apresentada por José Caetano, procuraram difundir entre os colonos brasileiros os avanços tecnológicos a respeito da agricultura e dos gêneros agrícolas suscetíveis de serem cultivados no Brasil. Nesse sentido, esta comunicação visa, num primeiro momento, discutir o processo de produção das aguardentes presentes nessas duas obras, para logo em seguida, a partir da análise de inventários post mortem e testamentos observar como a construção desses saberes e práticas refletiram no cotidiano dos habitantes na região das Minas.

Viviane Silva Rodrigues
Graduanda/ Universidade Federal de Minas Gerais

O Falanstério de Saí e sua relevância para o estudo do pensamento urbanístico no Brasil

Nos trabalhos dedicados a história do pensamento urbanístico, é recorrente iniciar a reflexão sobre as origens desse saber a partir do pensamento reformador de uma série de socialistas utópicos do século XIX, tais como Charles Fourier, Saint Simon, Victor Considérant e Robert Owen.

Tal ênfase advém de suas posições críticas frente aos modos de vida da sociedade burguesa – em cidades, vale lembrar - e do conteúdo propositivo que suas utopias delineiam como novas possibilidades para vida coletiva. Contudo, estas reflexões se centram, quase que exclusivamente, em experiências nos EUA e na Europa.

Ao contrário dessa tendência, o presente trabalho toma por objeto o projeto do francês Benoît Jules Mure de construir um falanstério em Saí, próximo à atual cidade de São Francisco do Sul, em Santa Catarina. Iniciado em 1841, o falanstério de Saí buscava ensaiar um modo de vida cooperativo, em um Brasil ainda escravocrata.

Com a análise desse empreendimento, buscaremos demonstrar a relevância dessa experiência para o estudo do pensamento urbanístico no Brasil.



UFMG

FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DE EDUCAÇÃO E FAC. DE LETRAS
INSTITUTO DE GEO-CIÊNCIAS
DPTO. DE BIOLOGIA GERAL DO ICB
"PREMEM"

RUA CARANGOLA, 288

**XXV ANOS DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS**

APOIO

PÓS GRADUAÇÃO
históriaufmg

CEPAMM

UF *m* G

Temporalidades
REVISTA DE HISTÓRIA

VARIA
HISTORIA

FAFICH

CAHIS

CEM